antónio sardinha

AO PRINCIPIO ERA O VERBO

NOTA DOS EDITORES

A primeira edição da obra fundamental de António Sardinha **Ao Princípio era o Verbo** *está de há muito esgotada; os raros exemplares, que mudam de dono, são adquiridos a preços exorbitantes, passando a fazer parte do tesouro de bibliófilos.*

Esta segunda edição não carece, pois, de ser explicada por motivos de ordem comercial nem, muito menos, de oportunidade. Nunca foi mais vivo e (no meio da confusão de doutrinas em que se debate a Europa) mais actual o claro pensamento que informa os vários estudos e ensaios novamente lançados a público. Poderá sòmente parecer estranho que uma emprêsa tam urgente tenha tardado tanto.

Aos editores, involuntàriamente responsáveis na delonga, conforta, porém, a idéa de que **Ao Princípio era o Verbo** *torna a lume no momento histórico em que Portugal se apresta a comemorar o duplo centenário da Independência e Restauração. Que belo ensejo para ensinar e para aprender!*

Foi-se António Sardinha em plena juventude, à beira daquela idade de razão em que a inteligência

e a sensibilidade se harmonizam para corrigir, dilatar e, sobretudo, humanizar a visão universal das coisas. A obra-prima, anunciada pela clarividência do historiador, pela sagacidade do crítico, pelo génio do poeta, ele não no-la pôde dar, porque a morte o arrebatou antes disso. Mas o que êle deixou, escrito na febre dum apostolado que desconhecia as derrotas, justifica de sobejo o lugar que agora ocupa na gratidão dos portugueses; e não só dos amigos e companheiros ou herdeiros de ideal, mas também de todos quantos observaram de perto, como êle observou, os horrores da anarquia, e ainda dos que, ao lerem hoje a palavra inflamada e profética, encaram cheios de confiança o futuro.

Ao Princípio era o Verbo *será o primeiro duma série de trabalhos, reedições, originais e traduções, que os editores tencionam ir publicando, na esteira das verdades eternas, que o Mestre tam nobremente serviu.*

OS EDITORES.

«Quand bien même je serais incapable de porter dans les domaines philosophiques un esprit réellement créateur, il y a aussi un rôle à jouer simplement, en mettant de la clarté dans les idées; de la clarté, de la distinction; en établissant entre elles des rapports justes et probes. Et cela aussi est une création.»

ÉMILE CLERMONT.

SEJA EM LOUVOR
DAQUELA OBSCURA ESPERANÇA
QUE DOS MEUS MORTOS
HERDEI
E, CREPITANTE, COMUNICO
A QUEM A SOUBER ACOLHER!

AO PRINCÍPIO
ERA
O VERBO

«Ao Princípio era o Verbo...» E confessar o Verbo ao princípio de tôdas as coisas, é confessar o Espírito dirigindo o Mundo, é confessar a inteligência encaminhando a acção. Nada mais próprio para se dizer à face do presente volume, onde se reúnem algumas páginas de forte e sincera campanha nacionalista. Por modestas que sejam possuem história estas pobres páginas! A idéa-madre em que se inspiram e que afincadamente propagam, — o regresso da sociedade portuguesa às condições naturais da sua formação e desenvolvimento, é uma idéa hoje com eco em muito pensamento, com ressonância em muita boa vontade. Mas

houve tempo em que ninguém sequer a descortinava nos negrumes da desorientação geral! Portugal morria por falta duma doutrina, — Portugal morria ao desbarato, na feira das palavras que dividem. Um esfôrço se tentou, — esfôrço salvador! E se no deserto imenso das almas a sementeira logrou vencer, o milagre temos que agradecê-lo ao Verbo que existia ao princípio da nossa obra de ressurreição lusitana!

Na aparente dispersão do volume que se vai abrir, transparece bem nítida a unidade que o conforma. Serão variados os temas, por vezes inesperados mesmo. Mas por diferente que se revele a posição assumida pelo autor, — ou no campo da história, ou nos domínios da crítica, ninguém contestará que o propósito é idêntico, como idêntica é a directriz filosófica por que se pronuncia. Se o mal de que Portugal enferma deriva da influência desenraïzadora da Revolução, destruir sistematicamente semelhante influência deve ser para quantos trabalham com a pena a mais empenhada das suas preocupações. Carecemos de reparar, no doloroso momento de transição que se atravessa, o êrro herdado das gerações que nos antecederam.

Cabe-nos melhor de que a ninguém o grande ensinamento do neto de Renan: — «é preciso tomar o partido dos nossos Maiores contra o partido de nossos Pais». Tomar o partido dos nossos Maiores é reconciliar-nos com a essência eterna da Pátria, — é integrar-nos na seqüência tradicional do nosso passado de ocidentais e de portugueses.

Quando aconselhamos êsse regresso às disciplinas sociais e morais da Tradição, bem podemos reflectir com Bourget que um doente que está a 40 graus de temperatura, *progride*, se recupera a temperatura normal. «Tradicionalismo» não é «obscurantismo». É antes *continuïdade* no *desenvolvimento*, — é, sobretudo, *permanência* na *renovação*. Contra os falsos métodos racionalistas do século findo, levantamos o método positivo, — o método histórico, como reacção salutar. Porque os organismos humanos, — sem que o têrmo nos leve a infileirar entre os defensores da decaída escola organicista —, não se constituem segundo o individualismo desta ou daquela corrente política ou sociológica, mas segundo as leis inscritas na sua estrutura e mais condições de vida. Tam evidente que a afirmação se nos

apresente, desprezou-a por completo a orgia ideológica do Liberalismo. Donde o resultar, não só para Portugal, mas para todo o continente europeu, a instabilidade anárquica em que instituïções e sistemas parecem esfarrapar-se sem remédio.

Firmada, pois, a nossa posição de «tradicionalistas», definido fica o significado do nosso nacionalismo. Urge que, na floresta espêssa dos mitos e superstições dominantes, nos não abandonemos cegamente ao encanto bárbaro da aspiração nacionalista. Acentuamos «encanto bárbaro», porque, na sua ânsia impetuosa, há na aspiração nacionalista que desvaira a Europa uma fôrça de agressividade primitiva, — um total olvido da harmonia que é imperioso restabelecer nas relações dos povos, como assento sólido da Cidade-de-Deus. Entende-se assim que o «*nacionalismo*» — instinto profundo de vitalidade, se completa e depura nas regras que do «*tradicionalismo*» recebe, interpretado «*tradicionalismo*» como o produto da experiência secular da humanidade. Se em relação a cada pátria, o *tradicionalismo* supõe um *nacionalismo*, supõe também, em relação ao grande conjunto humano, um *uni-*

versalismo. Como à raiz de cada nacionalismo estão os mandamentos do Decálogo, dependendo a inviolabilidade e o vigor dos agregados nacionais dos termos em que se professem ou respeitem tais mandamentos, o *universalismo*, para não ser *cosmopolitismo* e aflorar como uma soma dos interêsses dos diversos agrupamentos de nações, só pode ser o universalismo que a Idade-Média professou e a que Auguste Comte rendia tam calorosas homenagens: a sociedade internacional restabelecida e restaurada sôbre as únicas bases duradoiras, — as da Cristandade.

Se meditarmos no problema com atenção cuidadosa, verificaremos que a desaparição na Europa da sociedade internacional coincide com o «cisma das Nações», ou seja com o advento e com o alastramento da Reforma. Destruïdora do princípio da solidariedade dos povos e dos indivíduos, difundido pela religião de Cristo, a Reforma inaugura em matéria religiosa o individualismo, isto é, a sobreposição da *razão pessoal* à *razão geral*, a vitória da *razão imediata* contra a *razão eterna*. O «cisma», aberto pela Reforma, com a revolução de 89 transitou da sociedade internacio-

nal para as sociedades nacionais. De modo que o triunfo obtido pelo Protestantismo em Westphalia, substituindo a antiga coordenação dos Estados pela supremacia variável do mais forte ou do mais hábil, seguiu-se de perto pela introdução, na existência das nações, do regimen dos partidos, em manifesto prejuízo do regimen de unidade moral, em que até à data se tinha vivido. Não é difícil, por isso, concluir que há um *universalismo* estreitamente vinculado ao *nacionalismo*, como há um *cosmopolitismo* vinculado não menos estreitamente à insânia execrável do Liberalismo, sendo pelo Tradicionalismo que se opera a justa e prudente combinação dêsses dois elementos, — *nacionalismo* e *universalismo*.

Nacionalismo sem *universalismo* representa, derivadamente, ou um resíduo tumultuário do *princípio das nacionalidades*, filho da Democracia e que hoje balcaniza a Europa, ou uma renúncia covardemente suïcida à função que pertence a cada pátria no enriquecimento, sempre crescente, do património colectivo da civilização. Encontra-se a primeira espécie de *nacionalismo* ao alcance das paternais admoestações, partidas de Roma recentemente. Traduz um

apetite de sôfrega dilatação que, de *nacionalismo*, se torna depressa em perturbadora exaltação imperialista. Quanto à segunda manifestação de nacionalismo, dimanada dum certo pacifismo enjoativamente romanesco, compõe-se ao modêlo da Suíça,—«placa giratória» da Europa, e não ambiciona para Portugal outras vantagens que não sejam as dum turismo promissor e condescendente. Destruído, portanto, o equívoco que, à sombra do vocábulo *nacionalismo*, se pode originar, compreende-se já porque o *nacionalismo*, esclarecido pelo *tradicionalismo*, é fundamentalmente «contra-revolucionário», e, como tal, «católico-romano». «Contra-revolucionário», porque o direito histórico dos povos se restaura das abstracções tirânicas da Democracia; «católico-romano», porque, para própria garantia da sua individualidade e prestígio de cada nação, necessita de reconstruir uma ordem internacional em que tôdas as pátrias, pequenas ou grandes, se achem naturalmente enlaçadas por uma finalidade comum.

Este é o sentido do verdadeiro *nacionalismo*. Este é o verdadeiro sentido do *tradicionalismo*. Insculpi-lo no pórtico do presente livro é corresponder à invocação que simbòlicamente lhe

damos por título: *Ao Princípio era o Verbo*...
Porque «ao Principio era o Verbo», é o primado do Espírito que nós desejamos restabelecer por sôbre tôdas as coisas. Aos direitos do pensamento confiamos os trabalhos preparatórios do «reaportuguesamento» de Portugal. Conhecidas são de sobejo as causas da nossa desnacionalização. As suas conseqüências, de tam melancólica e convincente evidência, desenrolam-se diante dos nossos olhos num cortejo de misérias e aviltamentos. Contudo, intacta e prodigiosa, a nascente secreta das nossas energias morais espera apenas pelo golpe fulgural que as liberte! Ninguém, como nós, no longo crepúsculo que envolve os destinos do Mundo e da Civilização, possue motivos de firme e elevada esperança. A desgraça é que vivemos como estranjeiros dentro da nossa casa! A desgraça é que vivemos como ciganos de tenda às costas, ignorando a representação gloriosa que nos cabe defender e manter! E, afinal, porquê? Porque o Verbo deixou de reinar sôbre a Acção, porque o Espírito se velou perante a apostasia geral, consentindo, para nosso castigo, que ídolos grosseiros se apossassem do santuário desamparado e va-

zio... Mas há que despertar, como que para uma segunda fundação de Portugal! Tarefa ampla, com espinhosas impossibilidades dificultando-nos o caminho? Nada resistirá à dedicação constante e árdua com que, hora a hora, minuto a minuto, se refaçam os trilhos perdidos da gente donde descendemos! Num momento de espantosa e criadora transformação, como é o momento presente, nós não duvidamos das fôrças reconstrutoras que dormem o sono do Senhor, à espera do Terceiro Dia, no sub-consciente de Portugal. O que se nos impõe é restituir à Pátria o sentimento da sua grandeza, — não duma grandeza retórica ou enfática, mas naturalmente, da grandeza que se desprende da vocação superior que a Portugal pertence dentro do plano providencial de Deus, como nação ungida para a dilatação da Fé e do Império.

Dilatar a Fé e o Império, equivale a sustentar o guião despedaçado da Civilização. Os motivos de luta e de apostolado que outrora nos levavam à Cruzada e à Navegação, êsses motivos subsistem. Talvez como nunca, o duelo entre o «homem ocidental» e o «homem oriental» atinge um dos seus embates mais dramá-

ticos e mais decisivos. Categoria psicológica inconfundível, o «português», comungando com o «castelhano» na mesma sêde insaciável de Absoluto, contorna-se-nos perfeitamente como um exemplar representativo do «homem ocidental». «Ocidental», não como designação geográfica, mas como apelativo sociológico. Expliquemo-nos, no entanto. Sabido é que Wells divide a mentalidade humana em dois tipos, — o «ocidental» e o «oriental». O mais vulgar, o tipo mais dominante, é o tipo do «homem oriental», denominado também por Wells «homem legal», pela sua nenhuma preocupação em frente do futuro. O «homem legal», ou «oriental», conforma-se com o existente, sempre identificado com as situações criadas, ao passo que o outro tipo, — o tipo do «homem ocidental» é, ainda segundo Wells, de natureza dinâmica, e, como tal, «legislativo», isto é, «edificador», «impulsionador». Atacado da avariose filosófica dos nossos tempos, Wells contempla no «homem ocidental» um permanente valor revolucionário, esquecendo-se de que o *«revolucionário»* é, fundamentalmente, uma energia empenhada em subjugar o *«relativo»* e, por conseqüência, em aprisioná-lo no

individualismo das formas imediatas, ou seja, melhor dito, na *«legalidade»*. O contrário sucede com o «homem ocidental», em minoria sôbre a face do Globo, elaborador constante do futuro e que nos dois povos hispânicos encontra a sua encarnação acabada.

O que caracteriza, precisamente, a decadência das duas nações peninsulares, de modo a volverem-se numa caricatura arcaica e completamente despida de sentido, é o seu aferro à concepção absoluta da Vida e, lògicamente, o seu total desprêzo pela idéa «legal» do Universo. Socorremo-nos aqui, no enunciado duma teoria que contamos desenvolver um dia com segurança, dos reforços que à nossa tese nos trazem os estudos do publicista alemão Werner Sombart sôbre as origens do «espírito capitalista». Saídas da manifesta influência do Puritanismo, as modernas concepções económicas, — concepções que reinaram despòticamente durante o século passado, conduzindo-nos à vil metalização social em que nos debatemos —, denunciam-nos, por isso mesmo, a sua ascendência judaica, provado como está que todos os elementos sociais e morais transitados do Puritanismo para as teorias capita-

listas são de inegável extracção talmúdica. Não é possível alongarmo-nos sôbre tam interessante ponto. Mas, admitido que o Capitalismo tende a arrancar a sociedade do «estado pre-económico», para a lançar plenamente no «estado-económico», reconhece-se sem custo que outro objectivo se não procura obter senão a posse completa do «relativo». Eis no que consiste a linha psíquica do «homem oriental», — eis em que se baseia a identidade da sua acção «revolucionária» com a sua superstição «legal», ambas demonstrativas do individualismo mais irrecusável.

Vê-se, pelo que sucintamente expomos, a antinomia irredutível de portugueses e castelhanos, — de «hispanos», enfim, com tudo quanto se traduza numa fácil acomodação aos limites quotidianos da Existência, — aos seus aspectos utilitários e materiais. A loucura de D. Quixote volve-se assim numa paixão, com tanto de dolorosa como de sublime! Daí o caber-nos, na encruzilhada sinistra a que o «homem oriental» arrastou a sociedade, a dupla posição de «anti-modernos» e de «ultra-modernos», — na palavra admirável de Jacques Maritain. Daí o realizarmos com tocante hu-

manidade êsse tipo superior e constantemente sacrificado do «homem ocidental», que Wells magnìficamente entreviu, mas que não soube nem pôde justificar, perdido na selva escura de tanta filosofia bastarda.

Mas a que propósito tudo o que afirmamos? A propósito da Fé e do Império, — de Nacionalismo e Universalismo, de Portugal e da Civilização. A propósito da «mística» que se acende na alma da velha Lusitânia e que, no seu modesto alcance, o presente volume intenta alimentar e desenvolver. Singelamente, humildemente, — reconhecemos. Mas para que a visão cristã do Portugal-Maior se descubra diante de nós, importa que se areje a tôrre fechada em que nos torcemos, — importa que se destrua nas pregas mais insignificantes da nossa sensibilidade ou do nosso conhecimento qualquer raiz daninha que para lá bracejasse. Atiradas a esmo, no fragor da batalha, as páginas que enfeixamos debaixo de tam ardorosa inquietação, — desde a dor de Antero e do purgatório de Fialho à revisão de processos, como o de Gomes Freire e de D. Carlota Joaquina —, convém que generosamente se encarem como *detalhes*, sem a

convergência dos quais o *conjunto* não seria possível.

Por anémicas e desvalidas que se nos apresentem, requeiro para elas a atenção do leitor esclarecido. Se nada nos dizem já hoje, foram no instante da sua publicação actos arrojados de inteligência, porque não hesitaram em derribar a idéa-feita, — o lugar-comum, consagrado pelo conúbio indecoroso do Estado com a Escola. Perdoe-se-lhes a sua bem explicável veemência, — a sua mal reprimida combatividade! Numa atmosfera de permanente intoxicação mental, como romper caminho, — como ganhar desafogo para a respiração, senão gritando, senão protestando, senão demolindo? Nasceram no tumulto duma trincheira. Dentre o tumulto duma trincheira as convoco outra vez para a guerra libertadora em que me ajuramentei como soldado. E como «ao Princípio era o Verbo», que o Verbo lhes insufle o seu bafejo genesíaco, transfigurando-as em pão de Espírito, para glória de Deus e recto juízo dos homens!

Elvas, Quinta do Bispo,
Fevereiro de 1923.

NOTA PRÉVIA

Entendemos necessário recordar que o «ensaio» sôbre Gomes Freire foi o único protesto que apareceu na data do centenário do falso mártir da Pátria, — centenário a que se associaram unânimemente, com essa excepção apenas, as «direitas» e as «esquerdas» portuguesas. É também conveniente acrescentar que, tendo o senhor Leonardo Coimbra, num estudo sôbre o pensamento filosófico de Antero de Quental, reconhecido o poeta dos *Sonetos* como um precursor das modernas filosofias da Intuïção, já antes semelhante afirmação ficara feita em artigos publicados no jornal *A Monarquia*, — artigos dos quais alguns se reúnem no volume presente.

MEDITAÇÃO DE ALJUBARROTA

MEDITAÇÃO DE ALJUBARROTA

NESTA hora decisiva para a influência da Península nos destinos do mundo e da civilização, o aniversário da batalha de Aljubarrota oferece-nos tema largo para que destrincemos a parte que há-de sempre caber a Portugal, como nação independente, na finalidade comum, marcada por Deus aos dois grandes povos peninsulares.

Nunca é demais o acentuar-se que apenas *nacionalismo* não basta. Reconhecimento exclusivo da realidade inconfundível, ou duma raça, ou dum povo, o *nacionalismo*, como regra única de conduta, pode tornar-se até num forte agente de perturbação e anarquia.

O *princípio das nacionalidades*, na sua profunda essência sentimental e romântica, é tal como se está vendo, em conseqüências bem desastrosas, no exemplo que todos os dias nos apresenta a destruïção da Europa-Central por obra das insignes mediocridades

que tomaram repimpado assento na Conferência da Paz. Por isso o *nacionalismo*, elemento fecundo e imprescindível, sim, mas também instintivo e tumultuário, não logra jamais estabilizar-se numa construção consistente e duradoira, se nêle não intervêm, como filosofia própria, — como método positivo de acção, as disciplinas claras da inteligência, imprimindo personalidade consciente ao Estado e encaminhando para um desfecho, seguro e lógico, as fôrças cegas da História.

Pois o movimento da incontida explosão nacionalista que se corôa nos plainos de Aljubarrota com a nossa vitória sôbre o exército castelhano, demonstra-nos largamente a verdade destas pequenas reflexões.

Noção, ou conceito moral de Pátria, não existia por então ainda, definido e ancorado nos espíritos. O que existia era como que o sentimento natural duma *diferença*, a que o egoismo privado da dinastia dava as linhas necessárias para se guardar e defender. Não é negar o arcaboiço rijo da Pátria-Portuguesa! Na sua robusta unidade, é ela uma das mais antigas do nosso continente. Mas é salientar um facto que não pode nem deve escapar a todo aquêle que não despreze, para compreensão do futuro, as lições terminantes do Passado.

Ora, ao findar o século XIV, com a crise aberta pela morte de D. Fernando, Portugal, não se furtando à lei geral da formação das nacionalidades modernas, dificilmente adquirira consciência da sua

personalidade política, já bem individualizada, sem dúvida, mas não dispondo de outra expressão que não fôsse a da identificação da legitimidade do Estado com a legitimidade do monarca. Na idéa medieval da *honra*, na idéa da *fides* recíproca, saída do pacto feudal, consistia a ética por que se pautavam os deveres do agregado para com o seu soberano e chefe supremo. Depois, o Direito Romano, em pleno florescimento, contribuía para imprimir à índole do Estado uma estrutura patrimonial ainda mais confortada. Assim, não foram «traidores» — no sentido corrente que à palavra se liga —, os que, mantendo nos castelos a custódia da terra e o prestígio da autoridade, não acompanharam o partido revôlto que pôs no trono o Mestre de Aviz.

Precisamente, por não serem perjuros, por não traírem o seu juramento de *filhos-de-algo*, é que certos historiadores de vista curta costumam descrevê-los como vendidos a Castela e sacrificando a independência da Pátria às suas baixas e criminosas ambições. Passemos por cima do lugar comum em que a dignidade da nossa história jaz há muito prostituída e amortalhada, recordando ligeiramente que, obedecendo a D. Beatriz, a nobreza de 1384 seguia os ditames das côrtes que a tinham jurado herdeira da corôa. Caem, pois, em pecado mortal de ignorância os que supõem que D. Fernando nos entregava de mãos atadas ao domínio odioso de Castela. Pelo contrário, D. Fernando acautelara com cuidado a

nossa autonomia preceituando nitidamente que, enquanto D. Beatriz não tivesse filhos, governaria como regente do reino sua mãi, D. Leonor Teles, subindo ao trono, como monarca independente, o filho que viesse a nascer do ventre daquela pobre e apagada princesinha.

Tanto a solução quadrara bem na parte mais esclarecida da nacionalidade que o Mestre de Aviz, segundo uma versão recolhida em mais dum cronista, seria o primeiro a mandar recado a D. João de Castela, para que acudisse a sustentar os direitos de sua espôsa. O povo revoltara-se, em todo o caso, desde logo, — revoltara-se o plasma poderoso da Nação, fermento nacionalista formidável, apesar de descoordenado e por vezes negativo. Mas o protesto dos reservatórios obscuros da raça só agravava as circunstâncias, já de si gravíssimas, pelo aspecto violento de *jacquerie* de que se revestia, — assassinatos de bispos, ataques à propriedade, incêndios de igrejas e fortalezas.

Com a mentalidade e psicologia de todos os tempos, dificilmente se poderia estar com a gente da rua. No entanto, no clamor da rua residia, confusa e epiléptica, a directriz vital da nacionalidade.

Época dolorosa de transição, como são sempre as épocas de transição, ela mostrava-nos, palpável e dramático, o conflito entre o vento novo que irrompia, tumultuando, e os interêsses criados, — os eternos *interêsses criados!* —, sempre custosos de se

removerem. «Seja tudo contra Portugal e Portugal contra si mesmo!» — exclamava em Alenquer melancòlicamente o conde João Afonso Telo. Mas como ficar «com dous çapateiros & dous alfayates», que em nada mais, para a moral altiva da classe nobiliária, consistia a reacção fecunda em que Portugal se abrasava de alto a baixo? A mesma interrogação sentia o Mestre, tímido, hesitante, ignorando ainda a admirável personalidade que dormia dentro dêle.

Vimo-lo mandando recados para Castela. Vêmo-lo agora pretendendo para mulher a rainha viúva, que o repele enèrgicamente. O facho da discórdia crescia e crescia, num torvelinho de destruïção, — labareda de ódios devorando Portugal intestinamente e facilitando com isso a invasão já próxima das massas armadas de Castela. É essa a altura em que o homem predestinado surge, — em que surge o varão mandado por Deus.

Mais que nos prodígios de que lhe anda constelada a crónica piedosa, mais que na humildade e no ascetismo da sua renúncia admirável, é onde eu vejo o sinal inconfundível da vocação sobrenatural do *Condestabre*: — é no arremêsso incondicionado e aberto com que êle, — um feudal, um homem da Cavalaria, se coloca à frente do populacho das ruas, e da desordem, alastrando, raivosa e impotente, consegue tirar o penhor seguro da vitória e da grandeza da pátria de amanhã. Visto de longe, nos frutos

abençoados do seu esfôrço, dificilmente se compreende como o *Condestabre* é excepcional, quási único. Saído das camadas aristocráticas, houve que vencer-se a si mesmo, lutar contra a família, contra os sentimentos da própria honra, contra o que então constituïria o que hoje chamamos «devêr patriótico». Não hesita Nun'Alvares, — embora triunfe por virtude do medievalismo de tôda a sua imaculada figura —, em combater contra o medievalismo que estrebucha, agonizante, e que o ascenso do Mestre ao trono matará definitivamente entre nós. Estranha e paradoxal contradição que só nos revela como Nun'Alvares, pelo carácter providencial da sua missão, teria de terminar sôbre os altares, oferecendo a Deus, com a sua espada, o lírio imarcessível da sua clara alma de Galaaz! E qual é o ensinamento, qual é a inspiração, que, perante a atitude do *Condestabre*, no momento actual se impõe ao nosso patriotismo alarmado? Antes de mais nada, precisamos de reconhecer no caso de Nun'Alvares que, se Deus prepara e cria os acontecimentos, é sempre à vontade humana que cabe efectivá-los e completá-los. De outro modo, um fatalismo brutal conduziria a marcha da história, negando totalmente a intervenção deliberada das iniciativas do homem, sem o quê a nossa liberdade interior não passaria nunca duma névoa, duma fórmula vã. E se pensarmos um pouco mais em tôda a vida magnífica do *Condestabre*, vir-nos-ia, como bons portugueses, o desejo de escrevermos uma *Imi-*

tação de S. Frei Nuno, — espécie de breviário quotidiano para a nossa dupla fé católica e lusitanista.

«*Raison et bon sens ne suffisent pas!*» — observou duma vez Renan, — o céptico, exactamente, quando nos degraus da Acrópole, invocava em Palas-Atheneia a claridade serena da sabedoria antiga. Porque, na verdade, «*raison et bon sens ne suffisent pas*», é que Nun'Alvares, colocando-se fora do existente, voltando esplêndidamente as costas aos Mitos, às Normas, às urnas vazias já de tôda a essência e de todo o conteúdo, venceu ùnicamente pelo poder supremo do Espírito. Rapaz e cabeça dum partido de rapazes, com as suas rapaziadas inconcebíveis, acendendo fogos no alto dos montes, tocando trombetas por entre a bruma cerrada, escavacando galhardamente távolas de festim, aprendamos em Nun'Alvares o segrêdo da nossa crença nacionalista que une ao gesto rebelde, que destrói e purifica, o gesto que tanto nos afila as mãos para o Céu, como no-las enclavinha, justiceiras e frementes, na coronha duma espingarda. E o resto acontecerá, por graça de Deus, desde que, em plena vontade nossa, saibamos querer o que Ele no seu plano eterno já concebeu e já quis!

*

* *

Interpretada assim a broxadas largas a figura do *Condestabre,* é imperioso que interpretemos igual-

mente o significado histórico da batalha de Aljubarrota. Por honra nossa e do sangue que nos queima as artérias, que nunca Aljubarrota seja uma data que divida, um grito que separe! Não hasteemos o pendão do *Condestabre*, como bandeira de qualquer filarmónica de patrioteirice, — como diria Eça —, onde a pátria, tornada tema de pura retórica, perca o seu sentido positivo e orgânico e não seja mais que um nome abstracto, destinado a não hostilizar aquilo que é contrário e adverso à sua estrutura inalienável. Entendidos, — não é verdade? Ora, da mesma forma não tomemos Aljubarrota como um simples acto guerreiro, desprendido de tôda a seqüência e tôda a relação com a vida posterior de Portugal. Há que admitir na existência dos povos uma finalidade, uma vocação, mais ou menos correspondente àquela *idéa-directriz*, que já Claude Bernard assinalava como presidindo ao desenvolvimento íntimo dos seres. «O essencial na história, — escreve no seu *Idearium Español* Angel Ganivet —, reside na ligação que prende os factos ao espírito do país em que tiveram lugar.» Assim é, com efeito. E Aljubarrota, ao desenlaçar-se a crise do Estado-Lusitano, já consolidado e agora aberto para os horizontes largos da sua expansão, foi a garantia segura e indispensável para que os Descobrimentos se realizassem e Portugal, nação do litoral, se metesse à emprêsa vasta das Descobertas.

Nas Descobertas se concentra, não só a base da

nossa vitalidade nacional, mas a característica imorredoira do nosso génio de povo. De dois acontecimentos deriva a civilização moderna em todo o seu alto significado construtivo: — do Cristianismo e das Descobertas. Os Descobrimentos deslocaram o eixo da cultura humana dum mar interior, — o Mediterrâneo —, para a bacia imensa do Atlântico. Êsse esfôrço sem igual, que fêz filhas de Portugal as idades vindoiras do Mundo, não seria possível sem Aljubarrota.

E porquê? Porque, unido Portugal com Castela, ou Castela seguia o pendor da vertente atlântica e abalava connosco ao domínio do Mar, deixando pelas espaldas o Aragão, a política do Mediterrâneo e com ela o pesadelo do Turco e do Luteranismo, ameaçando subverter dentro de século e meio a ordem cristã na Europa, — e a epopeia ultramarina da Península resultaria incompleta, deficiente e mesmo estéril; ou então, cedendo ao impulso da vertente mediterrânea, o atalaiado reino da meseta volver-se-ia ùnicamente para os problemas internos do continente, incapacitando Portugal, anexado e amordaçado, de chegar até onde chegou na dilatação da Fé e do Império.

Sejamos calmos! E na hora grave que passa, — insisto —, que nunca a data de Aljubarrota se celebre como um motivo truculento de divisão e de discórdia entre dois países, cuja obra é comum nos seus lineamentos eternos de civilização e apostolado!

Num dos seus mais belos discursos, disse duma vez Vázquez de Mella que sentira um «*intenso afecto al pueblo hermano*», ao visitar o mosteiro da Batalha, «*donde descansan los restos del vencedor de Aviz y del vencido de Toro, como se él fuese levantado, más que a discordia entre Castilla e Portugal, a una unidad superior a las dos.*» Igual sentimento me tomou por completo, quando em Toledo, na capela dos *Reyes-Nuevos* e junto do túmulo do monarca destroçado em Aljubarrota, contemplei o estandarte, arrancado em Toro ao nosso Alferes-Mór e que a mão varonil de Isabel-a-Católica suspendera do alto das abóbodas. A unidade superior a Portugal e Castela, em que ambas as pátrias se confundem e irmanam para a realização dum destino grandioso, — essa unidade, de que fala Vázquez de Mella, Toledo ma revelou, como a Batalha a revelara ao ilustre tribuno tradicionalista. É que nós fomos vencidos em Toro pela razão oculta e sagrada por que fôramos vencedores em Aljubarrota!

A hegemonia de Castela na Península, como Estado interior, duraria emquanto durasse a Reconquista. Para lhe resistir à tendência absorvente, o Aragão procurara na Itália e no domínio do Mediterrâneo tanto ocidental como oriental, o seu eixo de apoio. Outro tanto sucederia ao nosso país, evitando a consolidação do bloco castelhano, primeiro pela política inteligente, embora infeliz, de D. Fernando, e a seguir pela constituïção do nosso poder naval. Pas-

sada a Reconquista, Castela, como uma grande nau balanceando, teria que escolher um dos dois caminhos marítimos: — o do Mediterrâneo, ou o do Atlântico, para que não se sufocasse na sua clausura.

A própria conquista de Granada não se lhe tornava possível, sabidas as pretensões da corôa de Aragão, ou sem se unir a êste, ou sem lhe opôr um elemento que pesasse tanto como êle. Colocada em tam apertado dilema, o juízo de Deus pronunciou-se em Toro, como já se pronunciara em Aljubarrota. Venceu o partido que se inclinava para o Aragão. E casada agora à monarquia oriental da Península, Castela terminava a demanda secular da Reconquista, interrompida desde os tempos de S. Fernando, e envolvendo-se na política europeia que o Aragão lhe trazia com a posse das Duas Sicílias, cumpria as secretas vias da Providência, por cujo supremo ditame a Europa se havia de salvar depois, com Carlos V, da heresia protestante e do perigo otomano avançando até às portas de Viena. Guardai-o bem com vós outros: — é preciso amar a Castela, porque Castela é, como Portugal, o pelicano sangrando!

Se, diversamente, nós tivéssemos triunfado em Toro, isso equivaleria a perdermos Aljubarrota. Já com as Descobertas a desenrolarem a sua estrofe ondulada, já com o domínio da Africa assente em posições numerosas, ver-nos-íamos de súbito envolvidos nas lutas caseiras da Península, com o Aragão a submeter, com o moiro de Granada ainda de pé,

— e decerto que os *Lusíadas* não se haveriam escrito, cantando a acção máxima do Peito Lusitano, em quem por momentos descansou sublimemente a sorte ameaçada da civilização. Deus reservava-nos a cruzada do Mar, como reservava para Castela a cruzada da Terra. Sorrisse-nos a vitória em Toro, — e nem a ulterior política europeia de Castela arrancaria a Europa ao caos da desordem religiosa e social, nem nós, «*por mares nunca dantes navegados*», levaríamos tam largo a semente incorruptível de Cristo. Eis porque Toro é o natural complemento de Aljubarrota. E outra não é a unidade superior a Portugal e a Castela que Vásquez de Mella admirávelmente surpreendeu debaixo das arcarias da Batalha e que, na minha amargura de exilado, me constelou o espírito de visões de grandeza, ajoelhado nas pedras da capela dos *Reyes-Nuevos* em Toledo.

Selada pelos desígnios soberanos de Deus, essa unidade patenteia-se-nos assombrosamente na circunstância de Isabel-a-Católica, vencedora em Toro, ser tanto bisneta do desbaratado de Aljubarrota, como de S. Frei Nuno e do Mestre de Aviz. Filha de portuguesa, na dinastia débil e verdadeiramente incapaz, dos Trastamaras ela constitue uma súbita afloração de génio e de vontade, em que o sangue dos *altos Infantes*, transportado ao trono de Castela, mais uma vez se afirmava nas virtudes magníficas da sua magnífica hereditariedade. E será ainda o mesmo sangue que frutificará na pessoa de Carlos V, neto de Isabel,

que, pela linha paterna, herdara também de Carlos — o Temerário, o atavismo excepcionalmente dotado dos descendentes do Rei de *Boa-Memória*. É desde então que o *Tosão-de-Oiro* circunda o escudo da Espanha unificada. E o que é o *Tosão-de-Oiro* senão o enlace simbólico da casa de Borgonha com a dinastia que se fundou em Aljubarrota e que cavou para sempre, como individualidades políticas autónomas, a separação de Portugal e de Castela?!

*

* *

Meditação de Aljubarrota, — meditação da Esperança, profunda e ardente... Faltariamos à «*unidade superior*», em que Deus congregou e abraça Portugal e Castela, se a comemoração da gloriosa data não assumisse para nós o carácter dum verdadeiro mandato imperativo, — o de cumprirmos irmãmente, portugueses e espanhóis, aquêle alto destino que o futuro nos reserva na história imortal. É doloroso de incerteza o instante que corre, — bem o sabemos. Nos seus fundamentos a cidade tradicional parece estremecer ao arranco dos novos bárbaros. Não tardará que a Cruzada surja outra vez, como na Idade-Média, e que tenha de ser pela Tiara e pelo Cetro o que fôr, sem mais palavras, — simplesmente, pela civilização. Situada entre a Europa e a América, senhora das portas de dois mares, a Península neces-

sita de devolver-se à sua comunhão espiritual perdida, — ao senso perdido da sua vocação secular. Que S. Fr. Nuno esteja connosco, como estava em Aljubarrota ao lado do Mestre, como esteve em Granada batendo nas veias de Isabel, como pulsou em Lepanto animando o coração heróico de D. João de Austria! E o Portugal-Maior regressará à posse dos seus antigos roteiros, para que a energia da raça volte a salvar a beleza do mundo, já meio apagada no longo crepúsculo que sôbre ela tràgicamente anoitece...

Agôsto, 1920.

O DRAMA DE FIALHO

formava as suas sensações visuais em fundos desgrenhados de paisagem interior. Sobrepunha-se à posse dos factos excitadamente e êle mesmo confessava que nas criptas da sua personalidade existiam «fundalhas de loucura pensante, à espreita da hora» que o devia precipitar em Rilhafoles.

Com isto não pretendo usar das patologias agora na moda, quando se discreteia acêrca de alguém que não tenha já bôca nem mãos para se defender. O que eu desejo é alimpar o nome do escritor das enxurradas crescentes do lugar-comum e encará-lo por aquêle ponto de vista superior em que a sua obra nos aparece como a parte mais viva e invencível duma individualidade tam rica como era a de Fialho. É importante o subsídio que nos fornecem *Os Gatos* ao aludir à «*tinta delirante*, — escreve êle mesmo —, *sob que eu vejo, de há uns tempos para cá, tôdas as coisas dramáticas ou triviais que me circundam.*» Eis um depoïmento que epigrafaria eloqüentemente o estudo decisivo da psicologia do autor das *Pasquinadas*.

Não se recusa Fialho a declarar o seu cérebro «hereditàriamente propenso já de si às meias-visões macabras da alta nevrose». (*Os Gatos*, 2.ª edição, vol. I, pág. 121). O próprio escritor se encarrega de nos demonstrar a sua formação literária mais como um produto espontâneo de temperamento do que como uma raciocinada conquista intelectual. Não é outra a interpretação que sustento. E Fialho auto-

biografava-se maravilhosamente ao deixar nas colunas de *Os Gatos* a passagem seguinte: — «*A rudeza faz com que os homens do povo tenham o espirito em fragmentos, mesmo apesar do coração lhes bater duma só peça. Pela quási completa carência de metodização no pensamento, a imaginação deles, como a razão, tem grandes noites, e só por instantâneos relâmpagos fulgura. É ouvi-los falar, reconhecer na conversação de muitos, pontos focais de rectidão, bom-senso e inteligência, rasgos grandiosos, finuras singulares, isto perdido num ossuário de disparatados e confusos solilóquios.*»

Na sua obra Fialho manteve sempre as virtudes instintivas do homem do povo. E por essa rudeza nativa se tornou admirável e incompleto a um tempo. O espírito tinha-o em fragmentos também, sem o fio duma idéa condutora, — a *idéa orgânica*, cuja ausência principiei por notar. A obra de Fialho, saída dum jacto das entranhas da criação, é como um bloco inacabado de Rodin. Num amontoado perdido de plebeísmos e invectivas arrenegadas, surgem braços que imploram, gestos que repelem, atitudes que nunca mais se olvidam pelo sôpro imortal que as arrancou para a luz. Depois são reticências, amplos vazios, restos dispersos dum laboratório em descalabro. Onde a inteligência intervém para ligar, em Fialho intervinha a imaginação. Não a imaginação que fantasia — a imaginação dos inferiores e dos circunscritos. Mas a imaginação bem rara dos inspira-

dos, — a imaginação que *cria* e é irmã-germana da verdade.

Como escritor, Fialho nunca se auscultou no mais leve, no menos preocupado dos exames de consciência. Marchava por sistema à mercê dos ventos, reflectindo em si, numa espantosa projecção atávica, o vagabundo tam seu conhecido das solidões alentejanas. Levando por Lisboa uma vida dispersiva de mesa de café, era de noite, pelas ruas entrecruzadas da Baixa, que Fialho compunha mentalmente numa luta desesperada entre a concepção e a realização.

Assim se explica, não obstante essa base de improviso, a estrutura torturada da sua prosa em que os vocábulos se agatanham e comprimem numa suspensão de nervos sempre dispostos a deflagrarem-se. Comparo-o muito por isso ao Huysmans do *Á rebours* e do *Là-bas*. É certo que em Fialho cantava a luminosidade ofuscante dos largos horizontes peninsulares, emquanto Huysmans se constrangia trágicamente nas dobras misteriosas dum nevoeiro tam denso como os nevoeiros das suas paragens natais. Mas sôbre Fialho caía também a mesma hereditariedade, com apetites satânicos laivando-a de fogachos de delírio. Daí o arrepio extraordinário que lhe atravessa a obra, com confusões estrepitosas de sabat, no borborinho diabólico dos seus sarcasmos que lembram, não sei bem porquê, obscenidades escarninhas de gárgula medieval.

A prosa de Fialho, como prosa, ficou-se bastante

longe da perfeição. A perfeição literária em Portugal só aclama um mestre único: — Eça de Queiroz. Êsse sim, que praticou as qualidades soberanas da inteligência na ironia e na análise! Não se cuide, porém, que Fialho seja menor do que Eça. Ambos, em frente um do outro, marcam com notável nobreza para as nossas letras dois processos psicológicos tam diversos como interessantes. Eça é o processo reflectido, — é o processo objectivo do pensamento, exercido todo de fora para dentro. São as virtudes próprias da razão actuando na realidade tangível, — nos exclusivos domínios do concreto. Precisamos de recorrer à palavra «clássico», se quisermos fixar a linha mental de Eça de Queiroz. Êle é o equilíbrio, — êle é a medida. Pelo equilíbrio e pela medida a Grécia foi grande, o Classicismo venceu. Eça podia bem ajoelhar nos degraus da Acrópole e exclamar para o alto: — «Não se faz nada de grande na vida, fora das regras que tu, ó deusa, ensinas aos teus iluminados!»

Mergulhando mais fundo as raízes da sua personalidade, Fialho de Almeida tira de si, pelo contrário, uma arte sensacionista em que às vezes parecem ressurgir as velhas possessões dionisíacas. O seu processo é um processo de *vibração*, — e não de *definição*. O que há de maior na sua obra dirige-se sobretudo aos sentidos e flutua freqüentemente em ondas indecisas de alucinação ou de sonho. Temos que contar em Fialho com a interferência dum ele-

mento subjacente que nos obrigaria a lançar mão das teorias do inconsciente filosófico para lhe procurarmos a incógnita duma maneira satisfatória, se o trabalho recentíssimo de Léon Daudet, — *L'Hérédo*, nos não resolvesse com tôda a claridade êsse curiosíssimo problema de psicologia.

Considera Léon Daudet na composição da personalidade humana dois princípios tam contraditórios como preponderantes: — o *soi* e o *moi*. No *soi* traduzem-se as aquisições deliberadas da nossa vontade, — aquilo que constitue o conteúdo próprio da consciência e que pelo nosso esfôrço nos individualiza e atribue autonomia. No *moi* encarnam-se, opostamente, as solicitações hereditárias que sem cessar nos sacodem e determinam numa subjugação dolorosa de autómatos. Assim para Léon Daudet a obra de arte «*est souvent un effort personnel de l'individu, en vue de se délivrer de la foule de personnages qui le hantent, empruntés à son ascendance.*» Debaixo dêste ponto de vista crítico Eça de Queiroz realiza um *soi* triunfante, emancipado de tôdas as obsessões ancestrais. É donde lhe vem a firmeza do juízo, o lance rapidíssimo da retina. Da estirpe dos Shakespeare, dos Balzacs e dos Camilos, Fialho representa um outro tipo, inteiramente antagónico. Fala-lhe nas veias um mundo irrequieto de fantasmas, de que o escritor se liberta, libertando-os a êles na histeria frenética das suas largas evocações.

Como para um místico da Idade-Média, a reali-

dade só vale para Fialho como o sinal visível dum oceano rumoroso de vozes e de sons, de que o escritor possue o enigma. Certamente se lembram das páginas supremas do *Violinista Sérgio*. Pois não se esqueceram então como, partido insensìvelmente duma taverna escura da Mouraria, o escritor se perde e embrenha no universo agitado das suas imagens e dá connosco dentro de breve à margem de rios fantásticos, com o Diabo alongando-se em cavalgadas de pesadelo por sôbre canaviais recortados em lucilações fugitivas de enxôfre.

Ao contacto dum tema sugestivo, a ancestralidade de Fialho acordava, poderosa, atirando para a nitidez da criação literária todo o cortejo de pavores amassados durante séculos na sensibilidade familiar do escritor. Fialho apercebia-se do fenómeno, quando afirmava: — «Entanto é certo que eu não fantasio, ao escrever *que vi* uma forma escarlate enredar nas suas espiras sinistras, a mulher.» O reparo de Fialho justifica a opinião de Léon Daudet, que considera a obra de arte, espontânea e genial, como «*une émission de ces hôtes intérieurs, reliés les uns aux autres par des circonstances plus ou moins forgées, logiquement déduites de leurs contrastes*». Fialho é assim uma contínua revivescência de sentimentos tumultuosos que são mais dos seus mortos do que dele pròpriamente. Recorda um purgatório confuso em que tudo se agita e nada se contorna. Os efeitos mais intensos da sua pena são sempre, — ou dum claro escuro

de limbo, como no *Entêrro de D. Luiz;* ou, como nos *Ceifeiros*, dum excesso nervoso de côr, em que a noção da verdade se esbate, para dar lugar à intervenção dum picturalismo debochado de manicómio. Dum modo ou doutro, verifica-se a presença constante dêsse elemento subjacente, em que a personalidade de Fialho aloja as suas raízes vitais.

Não é necessário colocar Fialho entre os primeiros, porque é lá naturalmente a sua posição. O que se nos impõe a nós que o praticamos em sincero afecto de espírito é compreendê-lo e fazê-lo estimar em tôda a maravilhosa abundância do seu temperamento. Entre nós não se compôs ainda uma espécie de breviário em que se condensasse, pelo que respeita ao património das idéas, a herança intelectual da última geração, — da que, apesar do seu negativismo nefasto, soube ser *geração*. Faltam a Portugal os seus *Ensaios de psicologia contemporânea*.

Manifestamente que resulta daqui um juízo errado dos nossos escritores, — daqueles que em verdade pesaram nas direcções mentais do seu país. Não me proponho eu agora encarar Fialho através de semelhante propósito. É-me contudo agradável chamar a apreciação da sua obra para um terreno fora do alcance das interjeições pasmadas dos seus admiradores oficiosos.

Se há momentos em que desespero dos destinos da nossa pobre terra, é exactamente por via da crise

de inteligência que ela padece, já com ares assustadores de doença crónica. Nas coisas literárias e artísticas a desgraça sobe de mal a pior pela formação exclusivamente jornalística dos senhores e donos do mito, cada vez mais vago, que se costuma alcunhar de *cultura nacional*. Para aumento dos nossos pecados, a avariose política acabou de obliquar a percepção restrita dêsses profissionais da Ignorância.

As conseqüências contemplaram-se nos comentários bastante elucidativos com que se acompanhou o regresso de Ramalho Ortigão ao Catolicismo e à Monarquia. Continuamos fechados às aspirações profundas do nosso tempo pelo mais desastrado dos respeitos românticos a não sei que velharias ideológicas que já encerraram o seu curso. Não é de estranhar por isso que a leitura dos nossos escritores permaneça sem um roteiro que destrince nêles o que é ocasional e momentâneo do que constitue realmente a sua parte definitiva e sempre actual.

A tam longe chegou o desvario individualista que nós, — os da camada mais recente, quási que rompemos os vínculos que em tantos pontos nos ligam aos nossos imediatos antecessores na representação da mentalidade portuguesa. Para me referir a dois ou três exemplos, só as suas tendências destrutivas se lhes aproveitam e propagam. É tristeza verificar-se que não existe em Portugal um sentido nacionalista dos nossos escritores! A Eça e a Ramalho obrigaram-nos à viva fôrça a figurar de arautos duma era

nova em que tudo se esboroou na mais sacrílega das profanações, desde o acatamento rudimentar da Tradição até à hierarquia inata da competência e dos merecimentos! O que vale é a profecia de Eça a-propósito do suposto espírito revolucionário de Ramalho! O que vale é o testemunho de Ramalho nas *Ultimas Farpas* sôbre as intenções iconoclastas das suas campanhas fortes de sagitário! Tomou-se-lhes, porém, o lado episódico, meramente acidental, para não se atender ao alto desejo de renovação que já inflamava aquelas iras honestas. É o mesmo que sucede com Oliveira Martins, perpetuado ùnicamente nos resultados funestos da sua acção negativa. Não se sabe assim que há dois Oliveira Martins. Há o Oliveira Martins, trabalhado por um hegelianismo confuso, a quem os piores vícios criticistas levariam ao desmentido dos fundamentos seculares da pátria, — e Oliveira Martins, formado económicamente pelas influências sociais de Lassalle e rectificado nos seus exageros doutrinários pelos ensinamentos históricos de Mommsen. Do segundo Oliveira Martins deriva o demolidor do Liberalismo nas adivinhações formidáveis do *Portugal Contemporâneo* e o político construtivo do projecto de lei sôbre o Fomento Rural e do apêlo ao poder pessoal do Rei.

Ora o que sucede com Oliveira Martins, sucede, como vimos, com Eça de Queiroz e com Ramalho Ortigão. A Eça festeja-se-lhe sòmente a mordaci-

dade implacável da observação e, em vez de o olharem como um moralista que marca a ferro em brasa o tartufismo pôdre da nossa sociedade ultra-romântica, pouco falta para que o não inculquem como um autor pornográfico, lido às ocultas, com sabores proïbidos de maledicência secreta. Por seu lado, a Ramalho Ortigão apontaram-no como um desertor e como um apóstata, no desconhecimento absoluto do que seja, psicològicamente, uma conversão, — que outra coisa não é senão a aceitação, pela experiência, do valor de certas verdades indiscutíveis, como a Religião e a Monarquia, ao clarão das quais Balzac tanto se ennobrecia de escrever. O critério político de partido, suplantando o critério moral de nação, abastarda e desvirtua tudo neste desordenado país! Fialho sofreu-lhe também o ódio que não perdôa, quando dentro de si, numa hora grave, se procurou reconciliar com as razões eternas da sua personalidade.

É, pois, com a preocupação nacionalista de lhe determinar o seu verdadeiro significado social que eu reputo a obra de Fialho mais como uma obra de *vibração* que de *definição*. Fialho, sendo fundamentalmente um impressionista, ou intervinha por um instinto de bruxo no âmago das coisas, ou se ficava marginalmente a olhar para elas, suprindo em imaginação o que lhe não crescera em penetração. Em Fialho a observação é assim deformada pelas poderosas faculdades de projecção interior do escritor,

sempre que não é viciada pela forte natureza literária da sua sensibilidade. Eis o motivo por que Fialho não consegue nunca levantar figuras que pertençam à realidade de todos os dias, — que sejam o pão quotidiano da lufa-lufa vulgar. Ou a exuberância do cenário lhe dá indirectamente o conflito das almas, como no formidável conto *Os Novilhos*; ou então um secreto e mal disfarçado romantismo o ajuda a traçar a extraordinária transparência da sua *Madona do Campo Santo*.

Eu disse: um secreto e mal disfarçado romantismo. Efectivamente, com a parte deminuta que a apreensão intelectual exerceu na obra do escritor, Fialho teria sido um comovido, um arrebatado, — um *sentimental*, porque não escrevê-lo? —, se o seu rude temperamento aldeão o não impelisse por preocupações de *realismo* para a expressão plebeática e para o sarcasmo violento. Em todo o caso, o impressionista predominou nêle. E é ao impressionismo que Fialho deve a posse dos melhores recursos do seu estilo. Tais são as qualidades e os defeitos do escritor. Verdadeiro vagabundo de espírito, Fialho encarnava em si, na máxima intensidade, o irrequietismo nato do maltês da charneca alentejana. Adaptado à Cidade, a Cidade não desbastou em nada a sua estranha fisionomia de valdevinos das Letras. Como um parentesco misterioso liga o pobretão errante dos montados do meu Alentejo ao caminheiro sem destino das estepes russas, existe também por vezes em Fia-

lho uma afinidade trágica que tràgicamente o aproxima dos personagens dantescos de Máximo Gorki. Lembra-me agora, no *País das Uvas*, o conto *Pobres*, que é alucinante de miséria e de animalismo. «Cavas, opressas, ouvem-se as respirações suflar bestialidade, e de ambos os dois as sêdes são vorazes, e o resfôlego das duas máquinas irmana-se, rimando os urros e sofreguidões das suas virgindades envelhecidas a pontapés, sob os desdéns carnais de tôda a raça humana.» E mais adiante no conto *A Velha* e no conto *Idílio triste* é o mesmo cantochão de revolta e de enternecimento, aquecendo na brasa rubra do desejo os bocados dispersos de tanta vida sem centro. Maltês de faísca, em Fialho havia a sentimentalidade de criança e a cólera de desherdado que há no vàdio dos grandes descampados. Assentemos neste aspecto. E eu creio que é quanto nos basta para se rasgar uma janela ampla sôbre a personalidade contraditória de Fialho de Almeida.

De resto, o que em Fialho não foi espontâneo, não chegou a ser *verdade*, porque não passou de *literatura*. O *Antiquário* é, por exemplo, uma reminiscência de Balzac na *Eugénie Grandet*. Ao longo de outras páginas do *País das Uvas* passa com freqüência o Alphonse Daudet das adoráveis *Lettres de mon moulin*. O escritor nunca se empenhou em completar o seu temperamento. Pregunta-se de tôda a parte porque é que Fialho não nos deixou um romance. Um romance é um estudo de caracteres, é uma ope-

ração serena e lógica de pura análise. Fialho não podia ser, por condição estrutural, um romancista, porque, sendo apenas um *intuïtivo*, faltava-lhe o soberano equilíbrio da inteligência. Acontece até que o escritor, ou se comprazia em cultivar a sua anarquia emotiva, ou nunca abrangeu nela a causa primacial das dissociações constantes que lhe fazem da obra uma série de fragmentos de génio. Se precisássemos de provas, seria uma prova terminante e inabalável o catálogo publicado da sua livraria.

É principalmente o impressionismo literário que prende as atenções de Fialho na escolha dos seus livros. A história da arte espanhola interessa-o igualmente, — e com aplicado enlêvo. É até o único intuito concretizado na biblioteca desencontrada do escritor. Quanto ao mais, são livros e sempre livros, são livros ao acaso, sem a linha metódica dum pensamento, dum fim, — duma idéa. É o pensamento, é o fim, é a idéa de que a obra de Fialho carece em absoluto. Por essa falta, tendo-a já perscrutado, mas não tendo já coragem para a reparar, Fialho conheceria nos últimos dias da sua vida uma amargura estranha, — a amargura duma cumplicidade bem intencionada.

Folheando atentamente o catálogo dos seus livros, de onde em onde surge-nos o *Outre-mer* de Bourget, os *Essais de psychologie contemporaine* e *Le Disciple*, do mesmo escritor. Aparece Taine completo nas *Origines de la France contemporaine*, mas não ve-

mos Renan na *Réforme intellectuelle et morale*. De Maurras existe um livro apenas, — e quási de literatura exclusiva. É o volume de notas de viagem — *Anthinéa*. Numa desproporção esmagadora, seguem-se estantes e estantes de romancistas, alternando com certa filosofia, — a filosofia *fin-du-siècle*, edição Félix Alcan, brochura verde. Avalia-se por isto com nitidez a crise orgânica da inteligência do escritor. Fialho padecia as conseqüências do seu romantismo congénito, agravado pela revolta sentimental duma infância pobre e oprimida. Caindo ao depois num curso superior, a mentalidade de Fialho reagiu contra a mentalidade oficial da Escola. A Escola vestiu-lhe, porém, o colete de fôrças do racionalismo que então alcançava sucessos de verdade definitiva nos circunscritos mundos universitários. Fialho médico ressentiu-se assim no Fialho escritor da influência perniciosa dos trabalhos de psico-anatomia em que o espírito materialista foi fecundo de 1875 para cá. Com que fundamento Léon Daudet nos fala da «*lourde sottise matérialiste de la seconde moitié du dix-neuvième siècle, par que furent gâchées de belles intélligences*»!

A inteligência de Fialho pode incluir-se nesse número. As asas da sua pequena Psyche impeliam-no irrequietamente para a revoada espiritualista. Mas não lhe consentia um vôo desabafado o nihilismo intelectual do escritor. Daí o constante desequilíbrio da sua emoção, ora cedendo aos processos brutos de Zola

nas descrições animais da vida inferior, ora abandonando-se a puras divagações de fantasia, quando o tomava e abrasava mais a sêde de infinito que a todo o custo se lhe mantinha na alma.

É êste o Fialho, homem de letras, na sua biografia moral e mental. No entanto, apesar da formação anárquica da sua inteligência e do seu sentimento, eu seria injusto se não descobrisse lá bem no fundo do escritor notáveis desejos de construção. Os correligionários passageiros duma véspera já distante apontaram-no como um renegado às vaias públicas, porque Fialho à volta de 1908 se colocou resolutamente ao lado da política anti-parlamentar do ministério João Franco. Não lhe perdoaram nunca, nem na morte! os companheiros de algum dia, essa espécie de deserção. Todavia, nada mais ordenado nem mais coerente em Fialho, — em Fialho, a encarnação mais viva das coisas descoordenadas e incoerentes! É que o republicanismo de Fialho, sendo o republicanismo de 91, tinha fortes predilecções ditatoriais, como se manifestam ainda em Basílio Teles, — como o próprio Basílio Teles as manifestou por ocasião da segunda ditadura franquista. Não era um republicanismo de *acção*, era antes um republicanismo de *reacção*. Não se apresentava como um *fim*, — com o fim de realizar a niveladora aspiração dos Imortais-Princípios. Mas apresentava-se com o *único* meio possível de restaurar a noção perdida do interêsse e da consciência nacionais, contra o predomí-

nio desaforado das diversas oligarquias do regime constitucionalista. Não conheceu outras inspirações o republicanismo teórico de Ramalho nas *Farpas.* Vem da mesma fonte o republicanismo iluminado dos obreiros da *Portugalia.* Compreende-se já por aqui o desalento duns e o regresso da maior parte.

A Fialho não escapara a causa primacial da ruína pátria. Diagnosticara-a com lucidez na plebe faminta dos partidos políticos, nos desperdícios sem conta nem medida dos bodos burocráticos e das sarabandas eleitorais. Tocava com um dedo amestrado de cirurgião na raiz aguda do mal. O que lhe faltou foi uma visão clínica exacta, para apreciar nos menores detalhes a curva histórica da doença. Fialho aproxima-se, dêste modo, de Oliveira Martins, de Eça de Queiroz, de Ramalho Ortigão e até do próprio Antero. Não recebera, porém, como êles, as impulsões filosóficas do radicalismo semi-orgânico de Proudhon. Eis porque Fialho não pôde elevar-se vitoriosamente sôbre os seus preconceitos sentimentais, fortalecidos por um temperamento excessivamente romântico e pela lembrança do seu nascimento quási miserável. Mas se Fialho se não projectou tam largo na aceitação superior dos factos, quando morreu el-rei D. Luiz, um comentário amargo deixou bem à mostra as intimidades do seu pensamento.

Verificara Fialho que o parlamentarismo falia entre nós, embora não falhasse, segundo êle, «por mau

regime, mas porque não há fórmulas eficazes para nacionalidades caducas como a nossa».

A ausência duma doutrina positiva levava Fialho a confundir o efeito com a causa. Mas se nisso o escritor se atraiçoava lastimàvelmente, já não acontecia o mesmo ao examinar o espectáculo que lhe ia à volta. E num arremêsso de imprecações delirantes, com tôdas as cabalas da comédia burguesa do Constitucionalismo exhaurindo o país e derrancando a consciência colectiva posta já num farrapo, Fialho legou-nos um rugido profético que as gerações novas de Portugal nunca deverão esquecer para que nunca êle se torne uma verdade dolorosa para a pátria. «Virá um dia em que o povo desnaturado por tôdas as lições de compra e venda, farto de ludíbrios e vexames, — exclama a ira sagrada do panfletário, — abdique por fim do seu ideal de autonomia, perca a noção do solo, encha de excrementos as páginas da história... e permita Deus que o não ouçamos bramir, com desesperada voz, aos ecos da fronteira:

«Livrem-me desta canalha que me fêz odiosa a liberdade, que em paga disso aqui lhes ofereço a minha servidão!»

Entristece e pesa como uma manápula de ferro a desgrenhada indignação de Fialho. É um depoïmento negativo, cheio de preocupações de suïcídio nacional. Todavia, por anormal que pareça, êle contém já em si o embrião que, desenvolvendo-se e ganhando corpo,

há-de de futuro trazer Fialho de Almeida quási às portas do tradicionalismo político. Fialho estaria hoje lá, se a morte o não colhesse de chofre, talvez compadecida pelo cair das últimas fôlhas das suas ilusões raquíticas. Eu me explico, porque não quero que me imaginem cultivando o paradoxo sôbre a impassibilidade duma pedra mortuária.

Com a sua natureza pródiga de camponês, Fialho não se refugiou jamais na calma céptica dos jardins de Epicuro. Amava as posições de combate, por afirmação da sua personalidade abundantíssima. Assumiu-as destemidamente contra o nosso romantismo parlamentar, por desgraça identificado de mais com as instituïções monárquicas. À base, as suas pelejas democráticas resultam antes como puros trabalhos contra-revolucionários. Já assentámos no carácter teórico do republicanismo nacionalista da sua época, em nada enfeudado às abstracções ideológicas da Revolução Francesa, — em tudo assustado com os destinos obscuros da nacionalidade. Di-lo-ão, melhor do que eu, algumas passagens típicas da *Revista de Portugal*. São do segundo volume, a páginas 829 e seguintes, num artigo notabilíssimo, — *Novos factores da política portuguesa*, assinado modestamente por *Um espectador*. «Um tal desenvolvimento de republicanismo é obra recente dêstes últimos anos, — observa-se aí. E a sua causa tem sido simples e ùnicamente o descontentamento: isto é, o partido republicano tem-se alastrado, não porque aos espíritos

democratizados aparecesse a necessidade de implantar entre nós as instituïções republicanas como as únicas capazes de realizar certos progressos sociais — mas porque êsses espíritos sentem todos os dias uma aversão maior pela política parlamentar, tal como ela se tem manifestado, com o seu cortejo de males, nestes derradeiros tempos.» E sem levantar a pena, *Um espectador* continua: — «O partido republicano em Portugal nunca apresentou um programa, nem verdadeiramente tem um programa. Mais ainda, nem o pode ter, porque tôdas as reformas que, como partido republicano, lhe cumpria reclamar, já foram realizadas pelo liberalismo monárquico. De sorte que se vai para a república ou se tende para ela, não por doutrinarismo, por urgência de liberdade e de instituïções mais democráticas, mas porque numa já considerável parte do país se vai cada dia radicando mais êste desejo: *antes qualquer outra coisa do que o que está.*»

Chegamos agora ao lado verdadeiramente interessante do testemunho de *Um espectador*. Traindo o seu pensar íntimo, *Um espectador* acrescenta, inalterável e firme: «Esta é a mais recente e desgraçada fórmula política da nação. É a fórmula que se ouve repetida por tôda a parte onde dois homens se juntam a comentar as coisas políticas. Ora que pode ser *essa outra coisa?* Não pode ser o govêrno pessoal para que apenas se inclinam alguns espíritos superiores, mas odioso à generalidade da nação, de

todo democratizada, ou antes, irradicàvelmente impregnada de liberalismo. Tem pois, na idéa dos descontentes, de ser a república, uma república que, eliminando pelo mero facto do seu triunfo, todo o pessoal do parlamentarismo e as suas práticas, proceda, sem desatender os interêsses conservadores, a uma organização administrativa e económica da Nação. Essa reorganização parece-nos a nós conservadores, que poderia ser realizada dentro da monarquia. Mas os descontentes respondem que a monarquia se acha inevitàvelmente, fatalmente vinculada e soldada a êsse passado do constitucionalismo, cuja incompetência e corrupção êles julgam ter sido superabundantemente comprovada em anos já longos de desgovêrno; que resta portanto uma única solução, a república: e que o momento vem chegando de salvar por êsse meio o país, que já não pode ser salvo pela monarquia.»

Eu não me demoro a demonstrar a quimera duma república nascida para remediar entre nós as conseqüências do sistema parlamentar, que pela fôrça própria das circunstâncias se veriam agravadas. Nem tam pouco destaco o desejo duma intervenção enérgica do poder central que a um grupo reduzido de gente culta se revelava já como o único processo de se acudir eficazmente ao mal que nos corroía. O que me importa é definir em termos precisos o republicanismo de Fialho de Almeida. Esse republicanismo está psicològicamente contido nas razões políticas enumeradas pelo artigo da *Revista de Portugal*.

Ora as enfermidades públicas não melhoraram, nem pela ameaça do 31 de Janeiro, não obstante as iniciativas dedicadas que a hora aguda da crise convocou para a obra comum do revigoramento da Pátria. Faliu a tentativa grandiosa de Oliveira Martins, — e faliu na incompreensão geral, debaixo duma chuva de epítetos infamantes.

Os anos correram no desafôro crescente das insignificâncias doiradas que o partidarismo alçava quotidianamente a uma omnipotência irresponsável. A pouco e pouco, a lento e lento, Fialho *completou-se*, Fialho *pormenorizou-se*. Quem sabe o impulso que lhe dariam para isso o Taine e o Bourget da sua livraria? O que eu sei é que o apoio de Fialho à desgraçada e desastrada ditadura franquista de 1907-908 não é senão a conclusão legítima do seu republicanismo, mais anti-parlamentar que democrático e revolucionário. Fialho emprestou à iconoclastia jacobina reforços de alto talento, sem dúvida. Mas êle lavou-se a tempo, e com que nobreza! no *Saibam Quantos*... das responsabilidades que porventura lhe pertencessem na derrocada final. Tomando para o problema nacional a instrução especializada e técnica como fundamento essencial, ainda aí Fialho se agarra sôfregamente à *Démocratie vivante*, de Deherme, para se justificar, para se reconciliar consigo mesmo. Mais um passo, — e Fialho sentir-se-ia transfigurado, ao alcançar na contemplação das grandes verdades tradicionais o acôrdo definitivo da

sua inteligência com a sua impulsividade. Esse passo não o deu Fialho. A morte é o que o deu por êle. O seu martirológio, — cuspido, difamado, desterrado, — é o martirológio duma geração que, nascida no êrro involuntário, no êrro involuntário viveu e morreu, ùnicamente para o expiar!

Aprendamos nós a meditar em Fialho o horror de uma existência em quem adormeceram tôdas aquelas idéas que se bebem com o leite, que se transmitem pelo sangue e que são o elo fecundo e vivo que liga os homens entre si. Pela tragédia angustiosa de Fialho nós compreenderemos melhor como é que um Balzac se sentia senhor do seu destino ao proclamar bem alto no prefácio célebre de *La Comédie Humaine* que escrevia ao clarão de dois princípios eternos, — a Religião e a Monarquia. O calvário de Fialho é no domínio das letras a confirmação silenciosa das palavras austeras dêsse seu irmão mais velho no génio e na glória. Faltaram-lhe as certezas inatas e indiscutíveis, fora da regra das quais ninguém se consegue possuir. No momento supremo da decisão, Fialho olharia para trás, para só achar o vazio, — um vazio pavoroso, sem remédio... É então que a morte se compadece dêle, cerrando-lhe as pálpebras misericordiosamente.

Conta-se que José Falcão, desiludido e experimentado, exclamára pouco antes de morrer: — «Se a Monarquia pode salvar a Pátria e restaurar as fôrças dêste pobre país, que o faça! Nós não lhe

pedimos mais!» Nas páginas derradeiras de Fialho é o pensamento alevantado que perpassa. No *Saibam Quantos*, o trecho *A Morte do Rei* é assim uma confissão geral que repõe o escritor na serenidade da justiça e do arrependimento. Custou-lhe os apupos da rua, que se alevantou contra êle com todo o pêso das suas calçadas. Mas Fialho, impassível, buscou no seu arsenal de sagitário licenciado algumas frechas esquecidas. Apurou-as com o aprumo antigo e com o aprumo antigo fêz de franco-atirador numa campanha em que o primeiro a aparecer foi êle, — o velho demolidor das Tiaras e das Corôas! E lá longe, no cemitério aldeão em que o escritor repousa debaixo do grande céu alentejano, a sua lousa tumular está esperando ainda que lhe gravem como epitáfio único um único grito: — o *Vœ victoribus!* tremendo de todos os sacrificados.

Janeiro, 1917.

GOMES FREIRE

(REVISÃO DUM PROCESSO)

GOMES FREIRE

(REVISÃO DUM PROCESSO)

OS ANTECEDENTES

O dia de hoje [1], feriado nacional, é um insulto cuspido à dignidade e ao respeito de todos os portugueses. Cem anos de história maçónica encontram a sua definitiva consagração! Apresenta-se às homenagens da pátria, honrado com as palmas de um falso martírio, quem não é senão merecedor de que lhe risquem o nome da nossa memória, sepultando-o para sempre no mais obscuro dos esquecimentos. Faltava só que uma personificação completa de aventureiro, — mau carácter, mau soldado e mau patriota,

---

(1) 18 de Outubro de 1917. Sôbre Gomes Freire, lembramos, pelo justo e exacto critério que os inspira, um notabilíssimo artigo de Barbosa Colen nas *Novidades*, n.º 5.865, de 25 de Maio de 1903, e o estudo de Dom José Manuel de Noronha, *Gomes Freire na Rússia*, crítica ao livro do sr. António Ferrão que tem o mesmo título. O estudo de Dom José Manuel de Noronha saiu no n.º 28 da *Revista de História*, Dezembro de 1918, existindo dêle uma *sepa-*

se visse canonizada com os louvores da apoteose pública, para que a república se nos mostrasse bem a inimiga natural de tudo quanto constitue a essência viva do génio da nossa raça! Mas se nós nascemos para a expiação, como portadores que somos do futuro de Portugal, nascemos também para as grandes obras de justiça reparadora. Fique lavrado com a energia de quem sabe o que quere e para onde vai, o nosso protesto de moços que juraram à fé dos seus Mortos continuar a herança que êles nos legaram. E então a mãos ambas, com a serenidade dum dever impreterível de consciência, executemos segunda vez o traidor que há um século, precisamente, expiou o seu crime, dependurado dos barrotes duma fôrca na explanada de S. Julião da Barra.

Mau carácter, mau soldado e mau patriota, — chamei eu a Gomes Freire. Sôbre essas três acusações, é necessário que incida a revisão do seu processo. Nascido lá fora, em Viena de Austria, Gomes Freire, das primeiras famílias de Portugal, é o tipo completo do desnacionalizado, em quem o nefasto filosofismo

---

rata de reduzida tiragem. Ultimamente, na revista nacionalista *Nação Portuguesa*, a questão Gomes Freire começou a ser tratada duma maneira global e definitiva por António Rodrigues Cavalheiro, um dos mais cultos e prevenidos espíritos da nova geração. É de justiça mencionar também, como óptimo elemento subsidiário, o trabalho *Gomes Freire de Andrade, notas bibliográficas e iconográficas*, Coimbra, 1921, por Ferreira de Lima.

do século XVIII ganhou bem cedo raízes profundas. Confunde-se muitas vezes a sua bravura pessoal de irreflectido com aquelas virtudes de obediência e de precisão, que são as condições duma verdadeira capacidade militar. Gomes Freire nunca as possuíu. É abrir a *História da Guerra Civil*, de Luz Soriano, — e ver-se-á que êste honesto liberal, rendido à evidência dos factos, repetidamente afirma que a fama atribuída a Gomes Freire como general de talento não é mais de que uma invenção sectária da Maçonaria, procurando engrandecer-se, engrandecendo a figura dum dos seus Gran-Mestres.

Bateu-se Gomes Freire, é certo, com destemperado arrôjo em Argel contra os piratas berberiscos, e na Bessarábia e na Suécia, às ordens de Catarina II, que lhe ofereceu uma espada de honra e o condecorou com a ordem de S. Jorge por ter sido dos primeiros a penetrar nas muralhas de Oczakow.

Daí lhe veio tôda a auréola que, ao longo da sua existência, o circundou de loiros nem sempre de pura lei. Reproduzindo no seu feitio irrequieto e destemido o atavismo boémio de sua mãi, a condessa de Scagfoche, Gomes Freire é perfeitamente o mercenário antigo, talhado para romper caminho com a sua espada através de tudo, mas nunca para dentro dos quadros organizados dum exército executar com prestígio e ciência um plano premeditado. Prova-o a sua passagem pelo Roussillon, debaixo da chefia do pobre general Forbes de Skellater, a quem êle

descredita e cobre de injúrias, como também, mais tarde, na desgraçada campanha de 1801, no-lo demonstra a emprêsa desastrosa de Monterey sôbre a nossa fronteira de Trás-os-Montes. É ainda Luz Soriano o primeiro a verificá-lo, em presença da luz claríssima dos documentos. A mesma luz nos esclarece acêrca das qualidades baixas de intriguista e de caluniador de Gomes Freire. No Roussillon e na Catalunha acidenta de dissabores o comando do seu general. Abandona de noite as linhas ocupadas pelo próprio regimento, anda sempre metido por botequins e casas públicas, é um insubordinado que não só indisciplina os soldados, como os maltrata por vezes. Forbes intervém. Gomes Freire reincide, — e reincide, provocando e desafiando camaradas, indo até ao ponto de lhes assacar infundadamente graves responsabilidades de que em conselho de guerra são ilibados. Êste é o homem. Gabarola e jactancioso, enfeita-se com façanhas que não pratica. «Espírito de vertigem» lhe chamou com razão o amargurado Forbes de Skellater.

Certamente filiado na Maçonaria quando já alvorotava com a sua insensatez as nossas operações contra a França no norte de Espanha, as suas simpatias revolucionárias exprimem-se na comparação que Martins Pamplona, — sócio dêle desde as campanhas da Rússia até aos caminhos escuros da traição —, estabelece lisongeiramente entre o fraseado das suas proclamações e o inchaço literário dos dis-

cursos de Robespierre (1). Gomes Freire gosta, como gostará mais tarde de acompadrar Junot e Lannes nos conciliábulos torvos que precederam a invasão.

Entretanto, a sua índole desinquieta acentua-se, mais desordenada, mais violenta.

Em 1801 fracassa em Monterey, como técnico, consolando-se depois com uma arremetida contra duas aldeolas da raia, — Bosaens e Fézes, que lhe caem nas mãos, sem maior resistência. O marquês de La Rosiére, que comandava em Trás-os-Montes, repreendeu Gomes Freire pela acção de Monterey, que fôra de sua exclusiva iniciativa.

Nada abala Gomes Freire na sua carreira nem na sua prosápia. Dispõe de sólida valia na côrte e até da estima do Príncipe Regente. Sobe de pôsto em pôsto, sem que nenhum acto militar capazmente delineado o nobilite.

A sua arrogância com a sua turbulência é que continuam de mãos dadas. Assim, em 1803, à frente do seu regimento, lança-se contra a Guarda Real da Polícia e desenha a modo que um golpe de Estado, de

---

(1) Forbes dirigindo-se ao ministro Luiz Pinto de Sousa, dizia a tal respeito, referindo-se a Manuel Inácio Martins Pamplona: — «*que anda agora publicando ser a representação, que o referido coronel fizera a sua alteza real por via de v. ex.ª uma d'aquellas inimitaveis peças de eloquencia de Robespierre...*» Luz Soriano, *Hist. da guerra civil,* primeira época, tômo III, págs. 198-199.

harmonia com o duque de Sussex, príncipe inglês, que residia em Lisboa e que era dignitário dos mais graduados no mundo maçónico. D. João VI impõe-se ao seu hóspede, lembra-lhe quem é o soberano, — e Gomes Freire recebe ordem de prisão [1]. Ficou um tanto escuro o alcance dêsse motim sem resultados de efeito. O que se assegura, porém, é que, antes de recolher à prisão, Gomes Freire entregou bastantes papéis ao duque de Sussex, demorando-se a falar em alemão com êle para não ser entendido dos oficiais que o custodiavam. Bastava que os dois se entendessem...

ÀS VÉSPERAS DA INVASÃO

Mas o mau soldado, indisciplinador e invejoso, vai, como mau carácter, revelar-se mau patriota. Percorra-se a *História da Guerra Civil*, de Luz Soriano, e pela simples exposição dos acontecimentos terminantemente se conclue que a Maçonaria servia os desígnios de Napoleão através dos seus entendimentos com Lannes e com Junot, embaixadores de Bonaparte em Portugal. Não nos admiremos, pois, que o *partido-fran-*

---

(1) Vid. *Correspondência de Lord Robert, enviado britânico na côrte de Lisboa, na ocasião das desordens do general Gomes Freire, sustentada com S. A. R. o duque de Sussex então residente na mesma côrte.* Na Biblioteca Nacional de Lisboa, Colecção Pombalina, n.º 51, fls. 121-156.

cês, no poder quando se produz a primeira invasão, pense em entregar a Junot os destinos da Pátria com os destinos da dinastia. O exame do problema é largo e levar-nos-ia espaço e tempo. Assinala-se por isso apenas a circunstância de Junot ser cumprimentado em Sacavém por uma deputação da Maçonaria e de haver participado na sua correspondência para o Imperador terem os maçons «*beaucoup servi pour faire rentrer le peuple dans la tranquillité*». Alguns testemunhos escritos dão Gomes Freire como ido a Arroios ao encontro de Junot com Alorna e não importa agora saber com quem mais.

O que importa saber é que em Setembro de 1807 pouco antes da invasão de Junot, já Gomes Freire era venerável da Loja *Regeneração*, que a 29 do referido mês o presenteava com um malhete de prata, conservado no Grande Oriente por dádiva do velho conde de Paraty e que seguramente na noite de hoje será empunhado pelo senhor Magalhãis Lima, para com êle dirigir a tríplice bateria de honra em glorificação do executado de há cem anos.

Tam escalonado na Maçonaria, compreende-se o papel que exerceria nos entendimentos secretos das Lojas com Lannes e com o invasor de 1807. A sua situação no mundo maçónico era de facto tam preponderante que, embora ausente de Lisboa nessa ocasião, em 1801 realizou-se uma reünião secreta da maior importância no seu palácio, ao largo do Calvário, sendo aí conferido o grau de «Mestre» ao

marquês de Loulé, Agostinho José de Mendonça. De modo nenhum Gomes Freire se alhearia, pois, dos trabalhos da Maçonaria, quando se tramava no escuro o advento de Napoleão. Oiçamos uma passagem de Luz Soriano, a propósito das embaixadas de Lannes, que viera aqui deitar as bases dum entendimento com as associações clandestinas: — «A primeira idéa de lançar fora dos seus emprêgos o intendente Manique, a que depois se seguiu o pedido de demissão do ministro dos negócios estranjeiros, D. João de Almeida, não teve seguramente origem em Paris, nem era projecto que anteriormente tivesse o govêrno francês; *mas teve-a na cabeça daqueles que, pertencendo às associações secretas, e simpatizando com as doutrinas politicas de França, antepuseram os seus pessoais sentimentos às considerações da honra, do dever e do patriotismo.*» Tal seria o caso de Gomes Freire. A sua escôlha para segundo comandante da «Legião Lusitana» acabaria de confirmá-lo.

AO SERVIÇO DE NAPOLEÃO

Tem-se querido ilibar Gomes Freire das responsabilidades que lhe pertencem como sendo um dos organizadores da «Legião Lusitana».

Assevera-se que fôra coagido a seguir para França e êle próprio o declararia, em 1815, quando se procurava justificar para regressar a Portugal. Nada

mais falso do que isso! Napoleão, nas suas instruções a Junot, deu-lhe ordens terminantes para dispensar do serviço quem lho solicitasse. São de 20 de Dezembro de 1807. «Não percais um momento em vos desfazer do exército português. O que é fácil no primeiro mês, torna-se difícil em seguida. Que êle parta imediatamente, depois de prestar juramento. Encaminhai-o por batalhões para Bayona; concedei a reforma a quem a pedir, etc., etc.» Aproveitando-se desta faculdade, mais de um oficial ilustre se afastou das fileiras. Afastou-se o infeliz Bernardim Freire, afastou-se D. Miguel Pereira Forjaz, — mais tarde o preparador da vitória. Porque se não afastou Gomes Freire? Porque ajudou o próprio invasor a reduzir o nosso exército?

Há uma circunstância que é preciso destacar. Todos os oficiais superiores que acompanharam a fortuna de Napoleão, — Alorna, Loulé, Pamplona, estavam filiados na Maçonaria. De Alorna, comandante da «Legião», dizia Junot para Paris ao Imperador: — «*C'est un homme d'honneur, dont l'opinion positive est que le plus grand bien qui puisse arriver à son pays est d'être dépendant immédiat de la France.*» (1) De resto, é a opinião que Alorna expressa bem nìtidamente numa carta sua, de 18 de

---

(1) Vid. *História orgânica e política do exército português*, por Cristóvão Aires. *Provas*, tom. XII, pág. 133.

Novembro de 1807, a Cailhé de Geisne [1], emigrado francês ao serviço de Portugal. Se Alorna, primeiro comandante da «Legião», assim o pensava, decerto o pensaria igualmente Gomes Freire, a quem foi confiado logo o pôsto imediato. Acontece também que havendo já saído a «Legião» para Espanha, Gomes Freire, que se demorara por cá ainda, vai em alcance dela, quando a deserção é já sensível. Não lhe permitia a honra militar desertar? Menos lhe permitia servir os interêsses dum inimigo do seu país, que em Fontainebleau retalhára Portugal a seu belo prazer e cujas disposições a nosso respeito já estavam então mais que divulgadas.

Mas a dedicação de Gomes Freire à estrêla napoleónica não tardará a mostrar-se com maior evidência. Numa colecção interessante de cartas publicadas pelo senhor Raúl Brandão no seu livro *A conspiração de 1817* (livro declamatório, de pinceladas romanescas à Michelet, sem nenhuma consistência histórica — diga-se de passagem) Gomes Freire preparando a volta ao reino, apresenta-se-nos como um violentado, quási prisioneiro, das imposições de Napoleão. O homem do Roussillon, mentiroso e intriguista, renasce nesses documentos. Conhecem-se hoje as informações do ministério da guerra do Im-

---

[1] Nome evidentemente deturpado. A duquesa de Abrantes chama-lhe oficial superior português (*Memórias*, tômo VIII).

pério sôbre Gomes Freire ao próprio Napoleão [1]. Pesava sôbre Gomes Freire uma suspeita que o podia honrar: — a incerteza da sua fidelidade. Pois, segundo as notas do ministro Clarke, duque de Saint-Fêltre, Gomes Freire o que deseja é fazer a guerra e servir o seu deus — êsse Napoleão, a quem êle chamava Homem com letra maiúscula.

Mas antes disso Gomes Freire revelara-se já publicamente despido dos mais elementares sentimentos de patriotismo e de dignidade moral. Foi no cêrco de Saragoça, onde apareceu com soldados nossos às ordens do general Verdier, combatendo contra os espanhóis, revoltados e em causa comum connosco. Que outro fale por nós sôbre o caso e seja o general Foy na sua *Histoire de la guerre de la Peninsule* [2] tom. 3.º, pág. 298: — «O exército recebeu um refôrço de 800 portugueses às ordens do tenente-general Gomes Freire. Este refôrço consistia no 5.º regimento de infantaria e num batalhão de caçadores que ficara na Biscaia quando da passagem do corpo de tropas do marquês de Alorna, diminuído pela deserção crescente. *Assim, os soldados portugueses, unidos aos franceses, iam combater, exterminar os espanhóis, emquanto em Portugal seus pais e seus irmãos unidos*

---

(1) Vid. *La Légion portugaise, 1807-1813. Par le commandant P. Boppe*. Paris, Berger-Levrault et C.ie 1897.

(2) Paris, 1827.

de coração aos espanhóis e fazendo causa comum com eles, sustentavam contra os franceses uma guerra de morte.» (1) Eis o depoimento dum general do Império que entregamos à meditação de quantos hoje nas escolas oficiais ensinarem as crianças a venerar em nome da Pátria quem tam miseràvelmente a traíu, ao mesmo tempo que será coberta de infâmia a memória de D. Miguel Pereira Forjaz, — o glorioso organizador da resistência nacional. Seguir-se-ão

---

(1) «L'armée reçut encore un renfort de huit cents Portugais aux ordres du lieutenant-général Gomez Freire. Ce renfort consistait dans le 5e bataillon d'infanterie et un bataillon de chasseurs restés en Biscaye lors du passage du corps de troupes du marquis d'Alorne, mais diminué par la désertion toujours croissante. Ainsi les soldats portugais unis aux français allaient combattre, exterminer les Espagnols, pendant qu'en Portugal leurs pères et leurs frères, unis de coeur aux Espagnols et faisant cause commune avec eux, soutenaient contre les Français une guerre à mort.»

Por a considerarmos interessante e altamente expressiva, reproduzimos a seguinte carta de Gomes Freire:

«Grenoble, le 14 Juin, 1809.

Monseigneur, le conseil d'administration qui, en conséquence de vos ordres, vient de se rendre ici, m'ayant représenté qu'il était de toute nécessité que la cavallerie de la Légion pour qui M. le major de Jomilhac était resté à Gray pour y présider le conseil éventuel, envoyât à Grenoble un officier pour gérer auprès de lui les affaires concernant cette arme, j'ai cru pour répondre à son invitation devoir supplier Votre Excellence de vouloir bien approuver que M. le capitaine de cavallerie du 2.e régiment, de Vasconcellos que le conseil désire appeler auprès de lui, y soit employé en cette qualité. Comme M. le major de Cathelin, président du conseil, a l'honneur de vous

agora, para completar a nossa prova, os dados que acêrca de Gomes Freire se encontram nos arquivos franceses.

Torno a repetir que Gomes Freire se defendeu depois, alegando que fôra coagido a servir Napoleão. Nada mais falso, — insisto —, do que essa desculpa tardia e em que ninguém poderia acreditar, mas com a qual procuram a todo o custo cobrir a figura tôrva do supliciado de há cem anos. Ora escutemos a

---

informer particulièrement, Monseigneur, des motifs qui rendent la présence de cet officier nécessaire, je ne saurais me refuser de saisir cette occasion pour remercier Votre Excellence du choix qu'elle a bien voulu faire de ce dernier pour présider le conseil, où pour son zèle, son activité, et l'amitié générale, qu'il a su se concilier de tous les individus de la Légion, rend à celle-ci de jour en jour ce choix plus précieux.

« M. l'inspecteur générale d'infanterie Muller a eu l'honneur d'informer Votre Excellence que la Légion pourrait incessamment fournir un quatrième bataillon d'élite, dès qu'on lui aurait réuni les objets nécessaires pour son habillement; ces objets viennent d'arriver, et le conseil d'administration s'occupant de suite de la confection des habits, ce bataillon ne manquera d'être sous peu prêt à marcher.

« Permettez, Monseigneur, que je réclame à cette occasion votre bonté á mon égard, quand ce bataillon avait marché, la majeure partie de la Légion, tant cavalerie qu'infanterie, aura l'honneur d'être employée à la Grande-Armée, et il n'aura plus que le restant des cadres des régiments formant un dépôt d'environ deux cents hommes, qui se trouveront à Grenoble, je réclame donc vos bontés, Monseigneur, pour obtenir la permission de rejoindre en cette occasion la Légion, et je vous laisse à juger combien je serais peiné si je voyais

nota que sôbre Gomes Freire o ministro da Guerra enviara a Napoleão em 24 de Maio de 1809: — «A Legião portuguesa é comandada pelo general de divisão Gomes Freire, desde que o marquês de Alorna partiu de Grenoble. Êle passa (Gomes Freire) por ter talentos militares adquiridos ao serviço da Rússia *e encontra-se actualmente de mal com o antigo govêrno de Portugal*... Eu penso que seria conveniente que Vossa Majestade o chamasse, para o exército, a fim de aí ficar à frente dos Portugueses, *ou lhe desse*

---

de nouveau partir, sans être du nombre, quelque corps de celle-ci. Veuillez donc m'accorder cette grace, ne fut-ce que pour marcher en simple grenadier, car ancien militaire qui a fait onze campagnes, soit au service de Russie contre les Turcs et les Suédois, soit en l'an 1792 et 1793 comme volontaire à l'armée prussienne, soit au service de sa patrie, d'abord contre les Algériens en suite dans les Pyrennées-Orientales, et en 1805 *(sic)* contre les armées espagnoles, et qui enfin a eu, en dernier lieu, l'honneur de combattre en Espagne, commandant une division sous les drapeaux français, il me serait trop pénible d'être condamné au repos et à l'inactivité pendant que les troupes portugaises ont l'honneur de partager les travaux et la gloire de la Grande Armée. Veuillez donc, Monseigneur, m'accorder la grâce que j'ose vous demander et recevoir avec bonté les assurances du profond respect avec lequel j'ai l'honneur d'être de Votre Excellence, Monseigneur, votre très humble et très obéissant serviteur».

Le Lieutenant-général commandant par intérim
la *Légion portugaise*
Gomez Freyre.

(La Légion Portugaise, de P. Boppe, págs. 386-388).

ordem de ir para Portugal onde a sua presença pode ser útil aos interêsses da França.» (1)

Não se imagine, porém, que é só isto! Já anteriormente, a 28 de Abril, o general Muller escrevera uma carta ao ministro da guerra, recomendando-lhe Gomes Freire, sôbre o qual pesava, — volto a lembrar —, a suspeita honrosa de não ser seguro, ao que parece. «Nada melhor para satisfazer o *extremo desejo que tem de servir o general Gomes Freire,* — declarava Muller, aludindo a certas dificuldades de serviço; *êste oficial que se tem distinguido altamente em diferentes serviços e que ainda há pouco comandou uma divisão francesa em frente de Saragoça, caïria doente, se não tivesse esperança de entrar em campanha, ainda que não fôsse, diz êle, senão com um batalhão, não me deixando dúvida nenhuma o seu*

---

(1) Vid. P. Boppe, obr. cit., págs. 108-109: — «Depuis que le marquis d'Alorna est parti de Grenoble la *Légion portugaise* est commandée par le général de division Gomez-Freyre. Il passe pour avoir des talents militaires acquis au service de Russie, et il était tout à fait brouillé avec l'ancien gouvernement de Portugal.

«Il a, pour divers motifs, une assez grande influence sur l'esprit de ses inférieurs, avec lesquels il se familiarise beaucoup; mais il est d'ailleurs peu fait pour commander la Légion daus l'intérieur de la France.

«Je pense qu'il serait à propos que Sa Magesté l'apelât à l'armée pour y être à la tête des Portugais, ou lui donnât l'ordre d'aller en Portugal, sa présence pouvant y être utile aux intérêts de la France....» *(Archives nationales,* A. F. IV, 1117).

amor por Sua Majestade a maneira como o solicita todos os dias.» (1)

Vamos a outro testemunho tanto ou mais desconcertante para os devotos de Gomes Freire. É um comunicado do duque de Feltre a Napoleão, de 22 de Abril de 1811: — «O melhor, o mais hábil dos chefes portugueses que estão em França, é, sem contradita, o general de divisão Gomez-Freyre, que se encontra em Genebra. Serviu em tempos na Rússia duma maneira distinta; *levado pelo amor próprio e tratado com alguma confiança, êle pode tornar-se útil, tendo sofrido com muito desgôsto a idéa de não ser empregado no exército depois da sua entrada em França.»* (2) Se isto é já bastante, não é, no entanto, tudo ainda. Mais informes do duque de Feltre acêrca

---

(1) «Rien de mieux que de satisfaire à l'extrême désir qu'a de servir le général Gomés-Freire; cet officier qui s'est absolument distingué dans differents services et qui, dernièrement, a commandé une division française devant Saragosse, tomberait malade s'il n'a l'espoir d'entrer en campagne, ne fût-ce, dit-il, qu'avec un bataillon, sa manière de le demander journellement ne me laisse ancun doute de son amour pour Sa Majesté.» (P. Boppe, obr. cit., pág. 107).

(2) «Le meilleur, le plus habile des chefs portugais qui sont en France, c'est sans contredit le général de division Gomez-Freyre, qui est à Génève. Il a jadis servi en Russie d'une manière distinguée; pris par l'amour propre et traité avec quelque confiance, il peut devenir très utile; il a supporté avec beaucoup de peine l'idée de ne plus être employé aux armées depuis son entrée en France...» (*Archives Nationales*, A. F., IV, 1118. Vid. P. Boppe, obr. cit., pág. 185).

de Gomes Freire: — «Este oficial merece entretanto pela reputação militar que goza entre os seus compatriotas alcançar um sinal da satisfação de Vossa Majestade e *seria doloroso para êle sofrer uma exclusão que poria em dúvida a sua dedicação pelo vosso serviço*» ([1]). Tratava-se da concessão da «Legião de Honra». E o duque de Feltre acrescentava: — «O sr. general Gomes Freire é o maior e o mais hábil dos oficiais portugueses, aquêle de quem a bravura e os talentos são mais notáveis. Importa bastante ligá-lo a nós. *Desprezado, tornar-se-ia talvez perigoso*» ([2]).

Como instrução psicológica, não se carece de nada mais. Parece-me desfeita de sobejo a mistificação sem nome que nos apresenta Gomes Freire como constrangido pela fôrça cega das circunstâncias a participar da sorte de Napoleão. Ressalta bem dos depoïmentos aqui exarados que, em tôrno do traidor, existia até uma nobre auréola de desconfiança, não

---

(1) «Cet officier mérite cependant par ses services, la réputation militaire dont il jouit parmi ses compatriotes, d'obtenir aussi une marque de la satisfaction de Votre Magesté et il serait affligeant pour lui d'éprouver seul une exclusion qui mettrait en doute son dévouement pour votre service.» (*Archives Nationales*, A. F., IV, 1149. Vid. P. Boppe, obr. cit., pág. 390).

(2) «M. le général Gomez Freyre est le plus ferme et le plus habile des officiers portugais, c'est celui dont la bravoure et les talents sont les plus remarquables. Il importe de se l'attacher. Négligé, il serait peut être dangereux.» (Vid. P. Boppe, obr. cit., pág. 391).

obstante ter já aparecido no assédio de Saragoça. É a altura de pulverizarmos também um dos suportes da lenda que teima, já agora inùtilmente, em o impor como bemaventurado da Pátria à nossa admiração e ao nosso respeito. Refiro-me ao facto de Gomes Freire não vir à Península no exército de Massena, com Alorna, Pamplona, Loulé e outros tantos sócios, tanto na traição como na filiação maçónica. Interessa, porém, observar antes de tudo que, pelas informações do duque de Feltre, não fica de modo nenhum invalidado o nosso juízo sôbre as qualidades militares de Gomes Freire. Vê-se que o ministo reproduzia apenas a opinião corrente. De resto, nem mesmo lá fora se conhece uma acção de Gomes Freire em que a sua capacidade se manifestasse. Actos pessoais de bravura, como os da tomada de Oczakow, se existiram, mantêm o nosso juízo. Soldado, sim; general, nunca. E tanto é como afirmamos que num relatório subscrito em Grenoble a 24 de Fevereiro de 1809, pelo general Dumas, lê-se o seguinte referente a Gomes Freire: — «*O tenente-general Gomes Freire que serviu na Rússia* e *se encorporou depois na Legião, passa por um bom oficial; está ainda muito verde* e *mostra vivos desejos de entrar em guerra* (1).

---

(1) «Le lieutenant-général Gomez-Freyre, qui a servi en Russie et est employé à la suite, de la Légion, passe pour un bon officier; il est encore vert; il montre un vif désir de faire la guerre.» (*Archives Nationales*, A. F. IV, 1117. Vid. P. Boppe, obr. cit., pág. 97).

Por seu lado Napoleão, em carta datada de Bunzlau a 25 de Maio de 1815 e dirigida ao príncipe de Neuchatel e Wagram, Louis-Alexandre Berthier, apreciava nestes termos Gomes Freire: — «*Je ne puis que vous témoigner mon mécontentement de ce que vous avez mis à la tête du dépôt d'Iéna un homme aussi inepte et aussi étranger au service de la cavalerie que le général Gomez-Freyre. Cela est ridicule; les pertes que j'éprouve en sont le résultat... Témoignez mon mécontentement au général Gomez de sa mauvaise conduite*» (1).

GOMES FREIRE NA PENÍNSULA

Analisemos, pois, a asserção gratuita que nos dá Gomes Freire como escusando-se junto de Napoleão a vir a Portugal no exército de Massena. Não veio, realmente. Mas não veio, porque significasse a Napoleão o mais pequeno desejo nesse sentido. Nos arquivos não existe nada que nos habilite a supô-lo

---

(1) *Préceptes et jugements de Napoléon, recueillis et classés par le lieutenant-colonel Ernest Picard.* Paris, 191, pág. 332. Também nas *Memórias para servirem à história da campanha do Alentejo em 1801*, manuscrito do brigadeiro José Maria das Neves Costa, dado à estampa em 1914 pelo então capitão e ilustre bibliófilo sr. Henrique de Campos Ferreira Lima, se encontra o seguinte a pág. 10: — «A creação dos corpos de caçadores, Tropa que só merece este nome pela farda, pelos cabelos cortados, e por-

assim. Foi outro o motivo por que o traidor não acompanhou Massena, como iremos ver.

Escute-se Luz Soriano (Tom. 1.º da 2.ª época, da *História da Guerra Civil)*: — «Quando Bonaparte projectava a expedição de Massena o ministro da guerra consultou pela sua parte os quatro generais Pamplona, marquês de Alorna, *Gomes Freire* e Carcomo Lôbo, *sôbre os meios de mais convenientemente se subjugar Portugal. Em conseqüência das respostas que obteve, o dito ministro lhes pediu listas dos oficiais da Legião que mais influência podiam ter no ânimo do povo português, donde resultou a nomeação dos diferentes individuos que vieram na dita expedição, sendo para êste fim obrigados e sem consulta alguma prévia da sua vontade*» ([1]). Por seu lado Pierre Boppe conta-nos que, havendo Napoleão abandonado a idéa de enviar a Portugal a *Legião Lusitana*, apenas alguns oficiais portugueses foram designados para seguirem no estado-maior de Massena. Entre êles não se nos depara, efectivamente, Gomes Freire. «O general Gomez Freire tinha rece-

---

que assim os quizerão chamar, mas não por algum outro princípio militar, a creação ou escolha e organização desta tropa he hũa das cousas que serve bem a marcar a capacidade ou conhecimentos militares do General em chefe do Exercito e daquelles a quem elle confiou esta tarefa (Gomes Freire).»

(1) Tôdas as transcrições que não levarem indicação da fonte são de Luz Soriano.

bido um outro destino», [1] — explica-nos o comandante Boppe na sua excelente monografia.

Como o propósito de se mandarem a Portugal os nossos soldados ficara sem efeito, deixou-se Gomes Freire no comando dêles, talvez ainda por não merecer a confiança de Napoleão, bem contra a sua vontade em o servir na guerra, com tanta insistência e tam choramingadamente traduzida. O que há de Gomes Freire é um pedido para militar na Alemanha. Mas êsse pedido subiu junto do Imperador antes de Julho de 1809 por intermédio do então ministro da guerra, conde de Hunebourg, portanto, a um ano quási de distância da expedição de Massena a Portugal. Ora aqui nos surge sem dúvida o motivo por que Gomes Freire, o oficial de *menos confiança* para Napoleão (Pierre Boppe indica-nos que, para o quartel-general de Massena, se viram escolhidos os oficiais portugueses de mais segurança), não esteve nem diante de Almeida com Alorna, nem na retaguarda do exército, como Pamplona e outros no Buçaco. Por patriotismo não foi decerto. Porque, se fôsse, não havia ocasião melhor para se evadir, para os nossos, das fileiras inimigas, como, caindo em si, alguns então fizeram. E tanto é como se assevera que em Novembro de 1810, com Portugal invadido pela terceira vez,

---

(1) Obr. cit., pág. 139 e depois págs. 156-161. O destino recebido por Gomes Freire foi o de comandar as tropas portuguesas que Napoleão resolveu empregar na anexação do Valois à França.

Gomes Freire se lastimava de não haver obtido ainda a *Legião de Honra,* afligindo-se por essa exclusão pôr em dúvida a sua fidelidade à fortuna de Bonaparte, — como o duque de Feltre ponderava ao Imperador.

NA CONFIANÇA DE NAPOLEÃO

A-pesar-de tudo, a confiança de Napoleão chegou. Chegou, embora tarde, — mas chegou. Designado para fazer parte em 15 de Abril de 1812 de *la Grande-Armée*, de 21 de Julho a 6 de Outubro do mesmo ano governou o distrito de Dsjisma, na Lituânia. Chamado a Moscow, encontrou-se com o exército em Smolensk e retrogradou com êle para Kœnisberg. Depois de vários encargos, todos êles de reconhecida importância, foi nomeado comandante superior de Dresde em 13 de Agôsto de 1813, caindo prisioneiro com o corpo do comando do Marechal Gouvion-Saint Cyr em 11 de Novembro seguinte. Com justificada razão observavam para o Rio os da Regência, ao participarem a D. João VI o insucesso da conspiração de 1817: — «Eram já muito veementes as suspeitas que já tínhamos contra o tenente-general Gomes Freire de Andrade, não só pelo seu conhecido génio, e pela adesão que patenteara pelo serviço de Buonaparte, achando-se empregado até ao fim da campanha de 1814 *em pôsto de tanta confiança, como era o de segundo comandante da guar-*

nição de Dresde, que o mesmo Buonaparte deixara ocupada por uma fortíssima guarnição quando se retirou para Leipsick, mas pela circunstância que depois soubemos que êle fôra eleito gran-mestre da maçonaria em Portugal, depois da sua volta para êste reino.» [1] Certamente, se Gomes Freire não se tivesse manifestado sempre uma criatura aberta à sedução da estrêla de Bonaparte, não lhe teriam entregue um pôsto de tanto pêso e responsabilidade. Napoleão era nisso cautelosíssimo. Conhecem-se as suas palavras ao rei da Dinamarca, Frederico VI, a propósito da fuga de La Romana com as suas tropas: —«Fiquei extremamente desgostoso pela imprudência que se cometeu confiando-se a guarda dos postos mais importantes a tropas que as circunstâncias de-

---

[1] Possuo uma raridade bibliográfica que devo à amabilidade do meu chorado amigo e ilustre escritor militar, o general Rodrigues da Costa. É um pequeno folheto de 30 páginas, impresso em 1809, provàvelmente em Grenoble. Intitula-se: — «Estatutos da R.·. Loge Militar dos Cavalheiros da Cruz da Legião Portugueza. Constituída debaixo dos auspicios do G.·. O.·. Luzitano, e filiada pelo Supremo Conselho (sic) do Cap.·. sob.·. dos Cav.·. da Cruz ao Or.·. de Pariz». São os *Estatutos* datados de Grenoble «aos 24 dias do segundo mez do anno da V.·. L.·. 5809» e assinam-nos: ✝ *Gomes Freire*, Sapientíssimo ✝ Marquez de Ponte do Lima, 1.º Vig.·. S.·. P.·. R.·. ✝; José de Vasconcellos, 2.º V.·. S.·. P.·. R.·. ✝; Visconde d'Asseca, secretario.·. S.·. P.·. R.·. ✝; José Pereira Pinto, orador inf.·. S.·. P.·. R.·. ✝; Diogo Reixa, M.·. de Cer.·. S.·. P.·. R.·. ✝; Bonicho, Thezoureiro S.·. P.·. R.·. ✝; An-

viam tornar suspeitas.» Suspeito também por esta regra elementar de bom senso, Gomes Freire pediu e tornou a pedir para ser contemplado pelo favor de Napoleão. Se não veio a Portugal, estivera já em Saragoça a combater os espanhóis. É lícito admitir que não acompanhou Massena por não estar em crédito junto do Imperador. Conseguiu Gomes Freire conquistá-lo. E sem se lembrar que servia o expoliador da sua pátria, aceitou das mãos dêle o govêrno duma guarnição importante, marcando para sempre a sua memória com êste ferrete de ignomínia. Eis o patriotismo de Gomes Freire! Porque se não recusou a servir como D. Miguel Pereira Forjaz? Porque não aproveitou tantos ensejos de que dispôs para seguir com a sua pessoa o caminho que La Romana

---

tonio Huet Bacelar, 1.º esperto S.·. P.·. R.·. +; Antonio de Faria Machado, 2.º esperto S.·. P.·. R.·. +; Nogueira, Hospitaleiro, S.·. P.·. R.·. +.» Em face de tão expressivo documento vê-se como Gomes Freire não interrompeu nunca a sua actividade dentro do mundo maçónico. Reza o artigo 65.º dos *Estatutos*: — «O Athêo, o Materialista, o Homem pusilanime, indiscreto, petulante, teimoso, egoista imoral, escarnecedor das leis, e da opinião publica, he indigno de ser admitido no numero dos Cav.·. da Cruz: portanto deve o candidato ser de costumes irreprehensiveis, e gozar de huma reputação sem mancha; ter hum caracter constante e ser virtuoso, amante de Deus, da Patria e do seu proximo, submisso ás leis do seu paiz, e ao soberano, obediente ás authoridades maçonicas e de huma ordem honesta na sociedade.» Tôdas as condições exigidas, concorriam, na verdade, em Gomes Freire, traidor à Patria e ao Rei! Que hipocrisia inqualificável!

seguiu com as suas tropas, forçando as linhas francesas na Dinamarca, ao saber o seu país revoltado, embarcando-se em navios ingleses e vindo ao depois defrontar os inimigos da Espanha no próprio solo natal? Grande exemplo, imorredoira lição! Porque não a soube aprender Gomes Freire? Porque era traidor, não por êle que talvez fôsse sincero, mas pelo espírito revolucionário que o desorientava e que já havia levado a Maçonaria a receber Junot de braços abertos.

O ENVIADO MISTERIOSO

Perdoado, Gomes Freire regressou a Portugal. Não é possível desfiar aqui os passos que êle empregou para voltar e em que condições voltou. Basta que se saliente o facto de a Maçonaria o eleger para seu Gran-Mestre tam depressa o traidor se instalou em Lisboa. Vamos surpreendê-lo agora conspirando contra a ordem legítima, de entendimento com agentes espanhóis. A solidariedade revolucionária das lojas maçónicas da Europa constitue o motivo oculto dos estremeções sociais que abalaram os países latinos nas primeiras décadas do século passado.

À frente da Maçonaria, Gomes Freire é o chefe natural da conjura que se maquina em Portugal, com descontentes e aventureiros, contra as nossas instituïções tradicionais. Gomes Freire que às vésperas de tornar a Portugal tanto conta com a clemência e com

a amizade de D. João VI, dispõe-se a tirar-lhe a corôa e a lançar a sua pátria nas incertezas duma anarquia profunda.

Há quem assevere que a conspiração não existiu, não constituindo mais do que um embuste odiento de Beresford e de D. Miguel Pereira Forjaz. Outros então quási que juram que Gomes Freire não a inspirava e só de largo lhe assistia ao desenvolvimento. É realmente Beresford quem previne a Regência sôbre o conluio que se trama no escuro. Mas previne-a com fundamento. Previne-a pelo aviso que recebera de Madrid de «que o General Cabanes, acompanhado do seu Ajudante d'Ordens, se achava em caminho para Lisboa, onde devia permanecer incognito a fim d'aplanar as dificuldades que podessem obstar nos projectos de sua Corte.» Quem seria êste General Cabanes e que projectos os da côrte de Madrid?

O general D. Francisco Xavier Cabanes, com José Valls, ao que parece, seu ajudante, partira repentinamente de Madrid em começos de Março de 1817, declarando que ia tratar de negócios a Barcelona, terra do seu nascimento (1). Mas em Portugal é que êle apareceu, informando o Intendente Geral da Polícia a Regência do Reino em 30 de Abril seguinte de que Cabanes viera de Madrid para Lisboa em missão de carácter suspeito. «Dizia-se mais no ci-

(1) Entre vários trabalhos de história militar, o general Cabanes é autor dum projecto de navegabilidade do Tejo entre Lisboa e Tolêdo.

tado ofício que entre as pessoas com quem tratava Cabanes *figurava o general Gomes Freire d'Andrade*, e Antonio de Sousa Falcão, *dando-se reciprocamente visitas e jantares entre uns e outros d'estes individuos.*» Qual o fim da misteriosa missão de Cabanes?

Não se ignora que a Espanha pensava por essa altura em nos invadir, aproveitando-se da situação em que o Reino se encontrava e procurando responder assim à ocupação que na América fizéramos de Montevideu e da banda oriental do Rio da Prata. «Foi o general Beresford o primeiro que logo em janeiro de 1817 d'isto informou o governo, dizendo-lhe que rumores vagos corriam no publico de intenções sinistras por parte da Hespanha, com relação a Portugal, promovendo-se alem d'isto d'um modo encoberto a difusão de notícias tendentes, não só a indispor o povo contra o seu soberano, fazendo-lhe crer que este era indiferente á sorte do país que regia na Europa e á felicidade dos seus habitantes, *mas até mesmo tendentes a adoçar os sentimentos hostis dos portuguezes para com os seus vizinhos espanhoes, coincidindo com semelhantes boatos outros ainda mais perigosos...*» É Luz Soriano quem fala e por êle ficamos sabendo que em Portugal existiam tendências para a fusão com a Espanha. Luz Soriano esclarece: — «Não admira pois no meio das circunstancias que temos relatado, o esquecimento que o soberano legitimo de Portugal mostrava ter pelos seus

chamados vassallos da Europa, determinasse também n'alguns d'estes, por justa retribuição, o esquecimento para com o seu soberano, tão determinado como o viam a antepor o Brazil ao seu país natal; prejudicando este com as suas medidas para engrandecer aquele. Desamparados como portanto se viram d'ele, alguns houve, *talvez os que por meio das sociedades secretas mantinham relações com os revolucionarios de Hespanha, que se lembraram de fazer causa com eles no sentido liberal, constituindo assim hespanhoes e portuguezes uma só nação.*» Não é aqui o lugar para discutir as responsabilidades que Luz Soriano atribue à ausência do Rei no Brasil com bastante injustiça. O que ressaltamos é a importância do depoïmento de Luz Soriano, cuja proveniência liberalista ninguém desconhece. Continua Luz Soriano:

«Já em 1817 se persuadia o gabinete de Madrid, de que existia em Portugal um grande partido em favor da sua união com a Espanha. As informações que tinha recebido, *tanto as que lhe dera o brigadeiro Cabanes*, de que já falámos no anterior capitulo, como as que igualmente lhe deram alguns *outros hespanhoes, que se suspeitava existirem em Portugal com o fim de promoverem semelhante união, e de participarem ao seu governo o andamento dos seus trabalhos em semelhante sentido*, haviam-lhe pintado com as mais lisongeiras côres para o seu intento o grande descontentamento dos portuguezes...»

Não se carece de nada mais! Aclara-se a missão

de Cabanes, o desenvolvimento da sua teia por intermédio dos clubes secretos, e as suas entrevistas freqüentes com Gomes Freire, já gran-mestre da Maçonaria. O Liberalismo surge então entre nós para as cenas do mundo com a sua evidente marca maçónica. O senhor Magalhãis Lima, ao oficiar em honra de Gomes Freire, de avental à trolha, é, como autor do livro célebre *La fédération ibérique*, o sucessor em tudo de Gomes Freire de Andrade no malhete simbólico!

A correspondência das nossas lojas maçónicas com as de Espanha era evidente. Luz Soriano é o primeiro a confessá-lo. Por seu lado a Maçonaria espanhola tornara-se de há muito um centro de irradiação revolucionária. Na persistência do seu esfôrço se filiou a revolução liberal de Nápoles, «que foi uma perfeita imitação da que rebentou em Cadiz». Quem se apodera em Nápoles do poder? O general Carascozo e o marquês de Campo-Chiari, partidários que haviam sido de Murat, «além de outros mais indivíduos empregados no referido reinado e que tinham os mesmos princípios políticos». É exactamente o caso de Gomes Freire em Portugal.

Regressado da França, reconhecem-no na Maçonaria como Gran-Mestre. Faz-se naturalmente no nosso país o ponto nodal da conjuração que fermentava por tôda a Espanha. A união ibérica definia-se nos meios maçonizados e liberalizados como a única fórmula de existência política para Portugal. As

escâncaras o proclamava o *Campeão Portuguez*, jornal que se publicava em Londres e de que era redactor o ex-frade José Liberato, reputadíssimo maçon. Por tôda a parte se espalhavam quadras como estas:

«És infeliz Portugal,
Pois promete abrir-te a cova
Quem contigo se apelida,
Antepondo Vila-Nova.» (1)

«A tua sorte fatal
Pura compaixão me mete:
És desgraçado com seis?
Porque não procuras sete?»

São nítidas as referências a D. João VI e a Fernando VII. A cabala revestia assim dois aspectos, sendo o primeiro o dos intuitos belicosos do govêrno de Madrid e consistindo o segundo no entendimento admiràvelmente cimentado dos nossos maçons com os de Espanha. Como a Espanha se achava em relação a êles, não tardou a verificar-se pelos acontecimentos da Galiza e da Catalunha e ainda pela projectada revolta de Valência, descoberta pelo general Elio. Semelhantes sucessos evitaram seguramente a invasão de Portugal, que resultaria, — é fácil deduzi-lo —, no destronamento dos dois soberanos, — o nosso e o de Espanha, para se organizar talvez

(1) Tomaz António de Vila-Nova Portugal, ministro no Brasil del-rei D. João VI.

a tal federação de não sei quantas republiquetas peninsulares, a cujo plano três anos mais tarde obedeceria Manuel Fernandes Tomaz. A que viria, pois, o brigadeiro D. Francisco Xavier Cabanes a Portugal? Para quê, e qual o alcance das suas relações com Gomes Freire?

«Não se pode dizer ao certo qual fôsse a verdadeira missão do brigadeiro Cabanes a Portugal no ano de 1817, e portanto se ela era de uma verdadeira propaganda liberal neste reino, ou se vinha por parte do govêrno espanhol sondar o ânimo dos descontentes portugueses, e o estado do nosso exército, como já noutra parte dissemos, a fim do govêrno se habilitar melhor a mandar invadir ou não Portugal;» — escreve, sèriamente embaraçado, Luz Soriano, em conflito manifesto o seu liberalismo sincero com a evidência eloqüente dos acontecimentos. «O certo é que o brigadeiro Cabanes, voltando dêste reino a Madrid,» — prossegue Luz Soriano com uma honestidade que no-lo impõe deveras como um autor escrupuloso —, «ofereceu a D. Fernando VII, segundo participou para Lisboa D. José Luiz de Sousa em ofício de 16 de Abril do citado ano de 1817, uma memória em que lhe representava o grande descontentamento em que o geral dos portugueses se achava por causa da ausência do rei no Rio de Janeiro e do comando em chefe do exército, confiado ao general Beresford, *o que não podia deixar de trazer consigo a facilidade das marchas e operações do*

exército espanhol, encarregado da invasão de Portugal no meio de tais circunstâncias».

Se tam categòricamente o general Cabanes se pronunciava dêste modo acêrca das possibilidades duma ocupação de Portugal pelas tropas do seu govêrno e se, por outra parte, o espírito que entre nós se encontrava disposto para a união-ibérica era preparado e desenvolvido pelos clubes secretos, eu pregunto, todos preguntam: — para que ocultos desígnios Cabanes conviveu com Gomes Freire, que, além dum descontente e dum vaidoso violento, («levado pelo amor próprio, êle pode tornar-se-nos útil», — já lá dizia a Napoleão o duque de Feltre), possuía a agravante de ser a primeira dignidade da nossa Maçonaria? *Talis vita, finis ita.* Quem só contribuíra para a desordem e para a desgraça do seu país, desde o Rousillon até à maneira subserviente como se infiltrou na confiança de Napoleão, era bem um autêntico estranjeiro do interior com que o outro, — o estranjeiro de além fronteiras, — se poderia entender admiràvelmente!

A CONSPIRAÇÃO DE 1817

E entendeu-se! Na sua flagrante culpabilidade, o juízo mais lisonjeiro que a respeito de Gomes Freire se subscreveria ainda é o do autor anónimo da *Histoire de Jean VI, roi de Portugal*, impressa em Paris no ano de 1827 e de acentuadas tendências liberalistas. Damos essa passagem, transcrevendo-a da tra-

dução que em 1838 dela fêz Luz Soriano: — «O general Gomes Freire era um bom oficial, e de nobre ascendência; havia servido sempre com distinção na Rússia em as fileiras de Catarina, sendo um dos primeiros que subiram ao assalto de Oczakow; tinha-se distinguido também na campanha do Roussillon, servindo Bonaparte na legião lusitana, sem que todavia acompanhasse o exército de Massena a Portugal; *mas, por outro lado, como homem leviano e inconseqüente, era pouco capaz de conceber e combinar um plano, e muito menos de o executar. Há porém fortes motivos para acreditar que o govêrno de Madrid não era alheio à conspiração, e é mui provável que Gomes Freire e seus associados servissem de meros instrumentos de uma intriga, da qual não conheciam a origem, nem o verdadeiro fim.*»

Não conhecia a origem, nem o verdadeiro fim? Então para que se visitava com o brigadeiro Cabanes durante a curta e disfarçada estada dêste em Lisboa, e permutava com êle jantares e outros obséquios comprometedores? Porque é que entre Portugal e Espanha giravam constantemente mensageiros misteriosos, destacando-se Rodrigo da Fonseca Magalhãis, que era o principal emissário de tam estranhas como incompreensíveis negociações? A traição está bem caracterizada, — não há meias palavras que absolvam os criminosos!

A 24 de Maio de 1817 prendiam-se conseqüentemente os conspiradores. Gomes Freire de Andrade

foi para S. Julião da Barra, onde chegou pelas seis horas e meia da manhã. A 1 de Junho D. Miguel Pereira Forjaz comunicava para Madrid ao nosso ministro, D. José Luiz de Sousa, «não só o ter-se descoberto uma conspiração em Lisboa, mas até o haverem sido presos os que a promoviam, acrescentando que o respectivo projecto se ligava com o dos revolucionários da Espanha, contando os de Portugal, que ao mesmo tempo que tivesse lugar a explosão neste reino, a haveria também naquele, sendo muito notável que o brigadeiro D. Francisco Xavier Cabanes, que em Lisboa se supôs mandado pelo govêrno espanhol e com disfarce para cá observar as disposições do país, *tivesse íntima comunicação e jantasse por diferentes vezes com Gomes Freire e outros mais indivíduos com ele comprometidos, os quais por certo não tinham em vista favorecer outro qualquer partido que não fôsse o de uma revolução contra o legítimo govêrno, como era fácil de conhecer das suas próprias proclamações*».

Igual participação seguiu para o Brasil, — para D. João VI, fundamentando-se as suspeitas já anteriormente havidas contra Gomes Freire no seu procedimento para com a pátria durante a ocupação francesa e na confiança que merecia de Napoleão, para que lhe entregasse o comando de Dresde. Acrescia a sua eleição para príncipe do mundo maçónico, depois do regresso a Portugal. «Esta circunstância, junto à má vontade, que pelas razões já expostas

nos nossos ofícios anteriores, existe contra o marechal general, explica o fenómeno que se observa de que não havendo aquêle oficial (Gomes Freire) prestado neste reino, serviços alguns tam relevantes, que lhe atraíssem uma geral benevolência, *antes pelo contrário, havendo-os prestado até ao último momento ao seu mais implacável inimigo, contudo atribue-se-lhe grande merecimento, por não ter vindo combater pessoalmente na península; supõe-se-lhe grandes talentos militares, grande patriotismo, e era tal a disposição que os manejos da seita a que preside tinham conseguido espalhar no público, que ainda agora mesmo uma grande parte da nação atribue este procedimento, mais a uma intriga do marechal, do que à verdadeira culpabilidade dos presos.*»

Assim sucedeu, com efeito. Beresford, defendendo a sua situação pessoal e guardando ao mesmo tempo a lealdade que devia ao exercício do seu cargo, procurou possuir-se de todos os meandros da conspiração, tam cedo de Madrid o informaram do que se tecia na sombra. Pois ainda agora se sustenta a inocência de Gomes Freire acusando-se o marechal de o haver enredado com cinismo torvo num processo de lesa-majestade, para o perder irremediàvelmente! A novela até neste ponto é de difícil consistência. Nas cartas de Gomes Freire publicadas por Raúl Brandão, vê-se como o traidor se sente orgulhoso com a estima que a Inglaterra lhe dispensa.

Não se cuide, a-pesar-de à primeira impressão se

nos apresentar como tal, que o seu impulso obedecia a algum sentimento nativista de protesto contra a presença dos oficiais ingleses nos comandos das nossas tropas. Êsses oficiais constituíam até em avultado número a população de muitas lojas maçónicas que se contavam entre nós. É sabido que o duque de Sussex, príncipe britânico e companheiro de Gomes Freire nas turbulências de Campo de Ourique em 1803, ergueu sempre a sua voz a favor dos nossos pedreiros-livres. Ergueu-a também na Câmara dos Pares, em Londres, a tantos de 1818, clamando contra o processo que condenara Gomes Freire (1). Paralelamente, não há papeleta maçónica nenhuma que não assoalhe que o marechal de campo, Archibaldo Campbell, governador de S. Julião da Barra e maçon professo, se esforçara para facilitar a evasão do traidor. De resto, não se poderia considerar de nativista um movimento, em que figurava o oficial hanoveriano barão de Eben! Sucede também que Beresford não era odiado por ser inglês. Era odiado mais por o conhecerem como adverso aos novos princípios. Prova-o a iniciação na Maçonaria da viscondessa de Juromenha, D. Maria da Luz. «Esta iniciação teve por fim o saber-se pela viscondessa, quais os sentimentos do marechal de Beresford a

---

(1) Vid. *Resposta á analyse critica dos redactores do Investigador*. Num. LXXXV. por hum verdadeiro amigo da Patria. Parte I, pág. 96-97. Lisboa, Impressão regia, 1818.

respeito de liberdade.» — conta «um maçon portuguez fiel ao rei e á patria» nas *Memorias em defesa da Maçonaria* (1).

Beresford, para se justificar, fêz escrever a um frade de opiniões ligeiras — o célebre *Padre Amaro* —, a *Memória sôbre a conspiração de 1817* (2). Aí se publicam documentos que, auxiliados na sua interpretação pelo que já deixamos dito, nos não oferecem dúvidas nenhumas sôbre a existência e fins da conspiração. «Bem examinados os documentos, — lê-se a páginas 72 —, resulta, tanto das proclamações, como das instrucções, formularios, etc., huma especie de evidencia de que os indivíduos que dirigiam o plano da conspiração, sem se lembrarem, nem atenderem aos meios de prevenirem a anarquia, nem remediar tantos inconvenientes a que ficava exposta a nação, mostravam huma premeditação bem caracterizada sobre dois pontos, que pareciam absorver toda a sua atenção: *a proscripção da Dynastia Reinante, e a perdição de Lord Beresford...*»

Mas o interessante da aludida *Memória* é identificar a conspiração de 1817 com a vinda a Portugal do general Cabanes, sustentando-se em todo o caso que Gomes Freire seria alheio a ela, não passando duma vítima do ódio da Regência, mòrmente de seu

---

(1) *8.a Memoria,* pág. 27, Lisboa, 1861.
(2) Lisboa, Impressão Liberal, 1822.

primo D. Miguel Pereira Forjaz. Vingou a calúnia, bem provada nos provados entendimentos de Gomes Freire com o brigadeiro Cabanes e na precedência maçónica da conjura. Importa agora ilibar D. Miguel Pereira Forjaz.

Parente de Gomes Freire, D. Miguel Pereira Forjaz assistira-lhe aos desatinos do Roussillon. Emquanto Gomes Freire se presta a colaborar com Junot e a servir Napoleão, D. Miguel afasta-se do exército, aparecendo depois para a organização da nossa resistência, de que êle é o fulcro admirável. Entrando para a Regência, D. Miguel representa dentro dela a ordem legítima, restaurada pela Santa Aliança, e procura desembaraçar-nos de Beresford e dos ingleses. Não lho perdoou nunca o marechal. Donde a sua acusação pela pena mercenária do *Padre Amaro*. Quere o senhor Raúl Brandão que D. Miguel se enchesse de rancor contra o parente, por Gomes Freire, de volta a Portugal, não se prestar a auxiliá-lo na expulsão do residente britânico. Se assim é, tanto pior! Gomes Freire, escusando-se a isso, mostrava por uma parte que não eram vãs as suas ligações maçónicas com ingleses e, por outra, que se encontrava mais disposto a ajustes secretos com brigadeiros espanhóis. Não perdera a balda de preferir estranjeiros a compatriotas!

Mas seja como fôr, a verdade dos factos, tal como se infere desta revisão do processo do falso mártir da Pátria, absolve da mais leve suspeita a

memória de D. Miguel Pereira Forjaz. A maneira regular como decorreu o julgamento, não obstante tudo quanto se propala e se propalou em contrário, restitue à plenitude do seu bom nome o português dedicado que o nosso país encontrou sempre consigo em horas das mais difíceis da nossa existência. E no entanto, hoje, desde a mais modesta escola de aldeia até ao sinédrio do Grande Oriente, D. Miguel Pereira Forjaz é figurado como uma alma negra de esbirro! Para sua rehabilitação lembremos que na casa Souto-d'El-Rei, herdeira da sua fortuna e dos seus arquivos, se guardavam documentos comprovativos da traição de Gomes Freire. Naturalmente seriam os papéis que se diz ter D. Miguel desviado intencionalmente. Desviou-os talvez para benefício dos apelidos que Gomes Freire usava e que não lhe pertenciam ùnicamente. Consultá-los detidamente é resolver sem recurso nem apêlo uma questão que já está suficientemente esclarecida.

O PROCESSO

Eu asseverei a regularidade do processo. Temos que ajuïzar dêle, não em face da jurisprudência actual, mas dentro daquela época, com as luzes daquele tempo. É horroroso pensar a frio nesse suplício? É. Mas a que suplícios os infelizes justiçados de 1817 não arrastariam o país inteiro, se lograssem triunfar? Os espectáculos da Revolução Francesa,

(les dieux ont soif!), decepando em dez anos 17.000 cabeças, emquanto a Inquisição com os seus piores exageros queimou em Portugal 1.500 pessoas durante o prazo largo de dois séculos, — os espectáculos da Revolução, prometendo renascer, levavam com certeza a uma necessidade grande de rigor os governos de tam agitado período histórico. Diante da questão que analisamos, a crítica manda-nos apenas inquirir se o processo foi julgado, não como o julgaríamos hoje, mas como se deveria julgar então. Colocado nestes termos o problema, não hesitamos em repetir e manter ter sido absoluta a sua regularidade.

Pelo exame da sentença, verifica-se materialmente que a conspiração existiu. Confessaram-na por denúncia dois cúmplices dela; os réus, acareados diferentes vezes, confirmaram as bases da denúncia, reconhecendo como obra sua as proclamações sediciosas, produzidas no processo com os mais documentos apreendidos. Provado o crime, o seu julgamento ditar-se-ia pela letra da lei. Tratava-se dum crime de *lesa-majestade*, isto é, segundo *o Livro V, Tit. VI* das *Ordenações do Reino*, duma «*traição contra a pessoa do Rei, ou seu Real Estado, que he tão grave e abominavel crime, e que os antigos sabedores tanto extranharão, que o compararão á lépra...*» Por sua vez, o alvará de lei de 17 de Janeiro de 1759 amplia as penas estabelecidas nos referidos livro e título das *Ordenações*. É a jurisprudência romanista das *Ordenações*, exacerbada pela sanha pombalina con-

tra os Távoras, que cai em bruto sôbre os conspiradores de 1817. Quem ponderar a sentença condenatória não pode deixar de a olhar, em face dos textos legais vigentes à sua data, como uma peça jurídica completa e bem definida.

Não compreendo como se lamenta Gomes Freire e se apoteotiza Pombal, quando, — ambos irmãos presumivelmente no mundo iluminado da Maçonaria —, um sentiu sôbre si o rigor que o outro injustamente aplicara a uma família inteira! E nem se diga que houve precipitação no processo, ou que se recusaram aos réus os elementos precisos para uma boa e sólida defesa! Foi seu advogado um dos melhores advogados de Lisboa e o espaço de cinco meses que decorreu desde a prisão dos réus até ao dia em que a sentença se pronunciou, deu o tempo bastante para que o delito se pesasse e tornasse a pesar com reflexão e madureza. Houve durezas, pêlos no coração? Não os teve o Rei, que usaria da graça do seu poder moderador certamente, tam inclinado como era à clemência. De resto, Portugal não esquecera quanto havia sofrido com as tropelias de Junot e os bons ofícios que ficara devendo àqueles que rodearam e serviram o intruso contra o respeito da sua terra natal. Desta forma, se entende como a pena foi, não injusta, em presença da lei, — repito, mas aplicada no seu máximo rigor.

Depois, não era outra a legislação contemporânea, até mesmo na livre e decantada Inglaterra. Os deli-

tos contra o Estado viam-se ainda punidos com a severidade duríssima do Direito-Romano, que introduzira a tortura nos costumes penais da Idade Média, tam cristã e tam cheia de atenção pela vida humana, a ponto do nosso D. Afonso II determinar que nunca se aplicasse a ninguém a pena capital senão vinte dias decorridos sôbre o respectivo julgamento. Compare-se por isso o direito invocado na sentença que atirou para a fôrca Gomes Freire com o direito criminal inglês, por exemplo, — e ver-se-á que não diferem um do outro. O próprio marquês de Becaria, já imbuído de filantropismo revolucionário, reconhecia, no entanto, no seu *Tratado dos Delictos e Penas*, que um dos poucos casos para que se reservaria a pena última era êsse em que a existência de qualquer réu pudesse vir a ser nefasta à tranqüilidade do Estado.

Creio invalidado mais êste aspecto da lenda de Gomes Freire: — a insubsistência jurídica da sentença que o condenou e o tam declamado atropêlo com que se pretende encher de suspeições a serenidade dos que julgaram o processo.

SOLEMNIA VERBA

Assim, na traição, viveu e morreu Gomes Freire de Andrade! Perdoemos ao homem no nosso pensamento recolhido de cristãos! Mas executemos nêle a idéa que incarnou e que por fim tam trágicamente

o perdeu. Essa idéa é a idéa maçónica, negadora da legítima ordem religiosa e social.

Há cem anos que em Portugal domina como em coisa sua, envenenando-nos a inteligência e os sentimentos. A mistificação do martírio de Gomes Freire demonstra-o bem. Tam bem, que os descendentes ilustres de Rodrigo da Fonseca Magalhãis, num gesto digno do maior respeito, não acharam nada de melhor para justificar o patriotismo do seu antepassado numa recente polémica, senão apontando-o como companheiro de conjura de Gomes Freire. Assim se perverteu em Portugal o sentido da História!

Pela perversão da História a república foi possível e é ainda por onde se procura manter. O centenário de Gomes Freire, traidor na vida e na morte contra a raça de que nasceu, certifica-nos suficientemente do espírito anti-nacional que nos governa da sombra. É a pátria invocada com palavras sacrílegas para enaltecer a lembrança dum aventureiro que só trabalhou para a crucificar! Pois guerra sem trégua ao poder mascarado que à falsa-fé se empenha por esmagar a nossa formação tradicional! Guerra sem tréguas aos caluniadores do nosso passado, traficantes duma história que exila a verdade e que só honra a mentira!

A nós, nacionalistas, cabe, mais do que a ninguém, o encargo sagrado de conservar intacto o património que os nossos Mortos nos legaram. Porque somos os cavaleiros do Sangue e da Terra, Gomes Freire

para nós não é sòmente um enforcado que padeceu por justiça. É antes um símbolo execrando que é nossa obrigação indeclinável denunciar em tôda a sua hediondez.

Na hora em que uma comemoração oficial se decreta para glória daquele que nos trocou pela fortuna de Napoleão e nos quis entregar aos manejos da Espanha revolucionária, é criminoso de lesa-pátria o regímen que se solidariza com o traidor. Já que a nós nos foi dado executar pela segunda vez, na sua memória, um renegado, seja-nos dado amanhã extirpar de todo no nosso pobre país o embuste secular que assim se beatifica com as palmas dum falso martirológio. Juremo-lo à face de Deus e dos homens! E que a História de Portugal, restituída pelo nosso esfôrço à limpidez da sua pureza, apague bem depressa na bôca das criancinhas o nome torpíssimo com que hoje lhe macularam a encantadora inocência!

Paz ao morto, mas morte à sua obra!

O VERDADEIRO ANTERO

O VERDADEIRO ANTERO

I

Ao concluir nos *Essais de psychologie contemporaine* o seu notabilíssimo inquérito sôbre a depressão moral da França moderna, Paul Bourget era obrigado a reconhecer experimentalmente que a crise profunda de que o seu país enfermava não tinha outra origem senão no esquecimento sistemático das grandes verdades tradicionais.

O pessimismo estudado por Paul Bourget, através dos tipos mais representativos da mentalidade francesa, levava-o assim a aderir com inteira aceitação de espírito aos princípios proclamados, em posições tam diversas, por um Balzac, por um Le Play e por um Taine. Essa base positiva do seu regresso às fontes religiosas e políticas da Contra-Revolução não tardou a consagrar-se nos domínios da crítica psicológica como o único método dispondo de reais possibilidades científicas. À sua luz é que nós precisamos de encarar também, na história pregressa das nossas

doenças sociais, a causa oculta do mal, que já entra em Portugal felizmente a caracterizar-se para muita atenção esclarecida pelas mesmas razões, que há trinta anos tornaram célebre a reputação nascente de Bourget.

Segundo o processo empregado por Bourget, o que se nos impõe como imperiosamente necessário é classificar e inventariar as emoções e as idéas legadas à nossa geração por aquêles que a antecederam e prepararam no terreno da pura formação intelectual. Depois que a extraordinária intuïção artística de Garrett, seguida de perto por alguns aspectos imorredoiros da obra de Herculano, naufragou sem sucessores que a mantivessem com nobreza na balbúrdia sentimental do nosso arrastado ultra-romantismo, é, sem dúvida, em Antero de Quental e nos seus amigos que nós encontramos um pensamento literário e filosófico revestido da preocupação evidente de imprimir direcções ao seu tempo e à nossa sociedade. Quando nada mais houvesse para o testemunhar, bastava-nos o propósito que inspirou as célebres *Conferencias do Casino* e a meia dúzia de linhas enérgicas do seu programa demolidor, ainda não esquecido de todo.

«A decadência nacional é o grande facto inexorável da nossa história, vai em três séculos; a decadência literária é uma forma dela, nada mais», — observava Antero em 72, apreciando o ensaio de Oliveira Martins, — *Camões, os Lusíadas e a Renas-*

cença em Portugal. E a seguir o poeta esclarecia: — «Decadência irremediável? pregunta o sr. Oliveira Martins nas últimas páginas do seu livro. Não! responde-lhe a filosofia revolucionária. A nossa renovação moral e literária será possível no dia em que, pela reforma das instituïções sociais, por uma nova e melhor compreensão da justiça, comece outra vez o espírito a circular neste grande corpo, mais inerte ainda do que acabado, volte a animá-lo uma alma, um ideal colectivo.» O ideal colectivo, desejado por Antero, era o ideal messiânico do seu ingénuo humanitarismo. O Poeta punha o dedo na chaga, ao diagnosticar-nos, com clarividência absoluta, a falta duma finalidade. Mas errava de antemão a cura, quando, conduzido pelas ideologias dominantes na sua época, imaginava o nosso resgate possível por obra e graça dêsses mesmos mitos que, falidos em 48, acabariam de abortar sinistramente, entre clarões macabros, com os incendiários enraivecidos da Comuna.

Cheio da sua imensa fé na Revolução, — *in Ecclesia Revolutionis*, como êle tanto gostava de dizer —, Antero entendia, a seu modo, que as artérias imóveis de Portugal se rejuvenesceriam ao contacto violento das tendências radicais de que a marcha do século ia repleta. A influência de Antero fez-se depressa sentir, — e tam profundamente, que numa hora em que apenas o partidarismo governava as aspirações e as vontades, ao seu lado se constituiu logo um núcleo de homens moços, destinado mais tarde a uma

tentativa de alcance largo no campo da política portuguesa. Não tocaremos nos detalhes da existência agitada de Antero, — nem nas suas ligações com a *Internacional*, nem nos seus planos fantasiosos de *União Ibérica*. Vítima dos erros funestos do seu socialismo inflamado e generoso, Antero procurava redimir Portugal pela nossa transfusão numa pátria feita de tôdas as pátrias, de que a Humanidade seria a consciência palpitante e eterna. Mas com isto não suponhamos Antero um jacobino estreito, um sectário sem elevação!

Pela primeira vez entre nós, no drama duma inteligência, se vivia e agitava o drama dum século inteiro, na sua ânsia de emancipação e na sua simultânea impossibilidade reconstrutora. Daí o pessimismo de Antero, que não é de forma nenhuma a afloração dum temperamento psicopático, mas a resultante natural dum espírito envolto no tremendo conflito em que o seu tempo se debatia. Organização raríssima de afirmativo, é uso e costume descrever-se Antero como um semi-louco, levado aos encontrões da nevrose, na tortura pardacenta do seu tédio insaciável. Consagrou-se o lugar-comum, porque ninguém soube relacionar a tragédia mental de Antero com as correntes contraditórias a que baldadamente a sua cultura tantas vezes pediu a desejada unidade. Vê-se Antero apenas em relação ao nosso meio, com o *cache-nez* do duque de Avila ditando a lei e as cigarras do velho Castilho regulamentando o gôsto.

Na ausência total do mais rudimentar senso crítico, o caso de Antero, destoando das falácias superficiais duma literatura de candidatos à prosápia veneranda de Acácio, passou a ser interpretado pelos mais avisados, — ou como o produto da sua neurastenia extrema, ou então como a sobrevivência de não sabemos que recuados atavismos nórdicos.

A saúde precária do Poeta, de mistura com algumas estouvanices da mocidade, serviu de fundamento a êsse combalido juízo, a que veio trazer um refôrço de estrondo o seu fim desgraçadíssimo. Eram os mitos cientistas de Lombroso actuando entre nós! Não se compreendia que as predilecções filosóficas de Antero amargurassem uma inteligência colocada, por especiais condições de desenvolvimento, no fundo convergente da excitação doutrinária da sua época. O pessimismo que lògicamente derivaria dessa babilónia confusa ainda se percebeu menos. E a gente abre aquêle compacto *In-memoriam* e, afora algumas luminosas páginas de evocação pessoal, nada há ali que nos levante com verdade e com transparência, senão num traço ou noutro, a figura, por emquanto tam mal estudada, do crucificado moral dos *Sonetos*.

Ora, na sua fórmula simples, sem patologias escusadas, o *pessimismo* de Antero é o *pessimismo* que magnìficamente Paul Bourget examina nos seus *Essais de psychologie contemporaine*, ao ocupar-se, entre tantos, do exemplo típico de Amiel. Não faltou a Antero a acção corrosiva da análise, contagiada pelos pen-

sadores protestantes à sua rica sensibilidade de meridional, bem entretecida por uma sólida estratificação católica. Desta maneira, não é necessário irmos tam longe, — à costela remota dos Bethencourts, reis das Canárias, nem à novela peregrina dum suposto escandinavismo, para que Antero francamente se nos descubra no segrêdo difícil da sua personalidade. Não confundamos tampouco as inquietações nobilíssimas do seu pensamento com a marcha irregular das suas digestões! Muito em voga num período em que o materialismo triunfava nos meios científicos e literários, semelhante critério repele-se hoje, por arcaico e por caricatural. Na insatisfação do seu criticismo, Antero sofreu o *mal da inteligência*, com tôdas as formas de tristeza e diminuïção de vontade que estruturalmente o caracterizam. Duma farta linhagem de místicos, Antero tinha a necessidade da crença, — a sêde ardente do Absoluto. Perdidas as convicções inatas que se recebem do sangue e do leite, em vão bateu a tôdas as portas, chamando pela Esperança, que dentro dêle teimava em agitar sempre a sua asa de pequena Psyché tiritante.

Para se ajuïzar de Antero, é ainda Antero o melhor testemunho a escutar-se. «O facto importante da minha vida, durante aquêles anos, e provàvelmente o mais decisivo dela, — confessa Antero na *Carta auto-biográfica* a Wilhelm Storck, referindo-se à sua entrada na Universidade — , foi a espécie de revolução intelectual e moral que em mim se deu, ao sair,

pobre criança arrancada do viver quási patriarcal de uma província remota e imersa no seu plácido sono inte-histórico, para o meio da irrespeitosa agitação intelectual de um centro, onde mais ou menos vinham repercutir-se as desencontradas correntes do espírito moderno. Varrida num instante tôda a minha educação católica e tradicional, caí num estado de dúvida e incerteza, tanto mais pungentes quanto, espírito naturalmente religioso, tinha nascido para crer plàcidamente e obedecer sem esfôrço a uma regra reconhecida. Achei-me sem direcção, estado terrível de espírito, partilhado mais ou menos por quási todos os da minha geração, a primeira que em Portugal saíu decididamente e conscientemente da velha estrada da tradição.»

Com um admirável poder de desdobramento e de destrinça, assim Antero de Quental equaciona o seu problema em termos iniludíveis. É como Bourget encara também essa espécie de «náusea universal», cujo negativismo obscurece cada vez mais os horizontes carregados da civilização. Efectivamente, na perda completa das certezas adquiridas pela fé e pela experiência ancestral, é que implanta as suas raízes o cepticismo contemporâneo.

Muito ao contrário do que se imagina, vagueando embora por uma floresta de névoas e subjectivismos cerrados, Antero não chegou nunca a ser um céptico. A sua angústia derivou exactamente da incompatibilidade da sua consciência de afirmativo com as solu-

ções estéreis de quanto filósofo freqüentou, na sua vida nómada de pesquisador de Todo-o-Saber.

Acentuámos já a boa proveniência mística de Antero. Sempre agarrado ao seu subconsciente, o misticismo não o deixou naufragar nas seduções niilistas de qualquer livre-exame de ocasião. É que o misticismo, tantas vezes invertido, tantas vezes despolarizado na sua essência, constitue sempre, no fundo do indivíduo, uma vasta possibilidade de ressurreição para os seus valores morais e mentais adormecidos.

Não se verifica outra coisa em Antero. O seu próprio pessimismo, nascido da prática larga da metafísica alemã, não é para êle um fim, — não é de maneira alguma uma solução. Onde Antero está bem vivo, nos traços vigorosos da sua extraordinária psicologia, é na sua *Correspondência*. Mais de que nos *Sonetos*, mais de que em tanto farrapo avulso do seu poderosíssimo génio, é ali que Antero nos aparece, tal como êle foi, fundamentalmente diverso das composições literárias que lhe adulteraram a figura, cercando-a duma falsa lenda de desespêro e insubmissão.

Oiçamos o que Antero diz do pessimismo a Jaime de Magalhãis Lima em data de 14 de Novembro de 1886: — «O pessimismo não é um ponto de chegada, mas um caminho. É preciso passar por êle, mas justamente para sair dêle. O pessimismo é a redução ao absurdo do naturalismo e das mil ilusões filhas dêle, ou para melhor dizer (porque se não trata de

sistemas simplesmente) filhas do espírito humano na sua fase naturalista. Mas, sôbre essas ruínas acumuladas pelo pessimismo, o que triunfa não é a negação, o que resta não é o vácuo. O que triunfa é o que fica, é aquilo que no homem não é já filho da natureza, mas superior a ela e autónomo: a vida da consciência e a sua mais alta expressão, o sentimento moral.»

Quem traduzia uma tam profunda inquietação espiritualista, nunca se acomodaria certamente aos baixos conceitos do racionalismo então no Capitólio. Sem hesitar, eu considero Antero um precursor das modernas filosofias da intuïção. Sentindo-os amargamente, êle viu como ninguém os exageros dissolventes do racionalismo. E como ninguém, procurou obter nas suas meditações de isolado e de contemplativo a aliança do Pensamento com a Acção. Ainda a Jaime de Magalhãis Lima, Antero repararia: — «Diz algures o Renan que na procissão da humanidade o filósofo é que vai na frente, e depois o homem de acção. Eu não penso assim, e mais sou filósofo! e parece-me que o Renan peca, como tanta gente boa, (é uma doença do século) por aquilo a que o Lange chamou o «excesso do princípio da inteligência». Quem vai na frente é o santo, filósofo a seu modo, como os que o são, o homem de acção por excelência, por isso que a sua acção é tôda no sentido do bem. De resto, (e era isso que eu quisera dizer ao Renan), os que fundaram as coisas vitais da socie-

dade tinham muito mais de santos, quando o não eram completamente, do que de filósofos.»

Documentado com esta significativa passagem de Antero o seu anti-intelectualismo, não nos admirará muito que o poeta chegasse quási à concepção do «*homem interior*», que, por um lado, a Igreja nos oferece e, por outro, o pragmatismo nos confirma. «Não me agradou o livro do Nordau, — comunicava Antero a Oliveira Martins, escrevendo-lhe de Vila-Conde em 1890. Tantas ilusões, tanto optimismo e tam pouco espírito crítico em sujeito que se apresenta como o representante da razão *cientifica*, em face das *mentiras* da sociedade actual, chegaram a irritar-me. De resto, parece-me homem muito moço, e nesse caso tem alguma desculpa; mas sempre queria dizer ao sr. Nordau, para seu ensino, que não está tudo em se saber *cientificamente* que uma coisa é errónea, para se condenar e sobretudo para se afirmar que pode ser substituída. Para isso era necessário que a mola real do homem e da sociedade fôsse a razão teórica, e a sua preocupação principal a verdade. Mas a verdade humana não é a verdade científica. Os *cientificos* não são capazes de compreender isto, exactamente como os *ideólogos* do século passado (com quem se parecem muito e julgo que para pior); e como o próprio de tais espíritos estreitos e sistemáticos é a persuasão e o optimismo atrevido, a sua influência será ainda mais nociva que a dos ideólogos, que ao menos partiam de princípios psicológicos. Decidida-

mente a inteligência humana é fraca e acanhada de mais para poder compreender, dominar e governar coisa tam complexa como é o homem. O instinto, afinal, valia muito mais para êsse fim. Infelizmente, o período do instinto passou, e é nisso justamente que está a crise: substituir, na direcção das coisas humanas, o instinto, que era suficiente, pela inteligência que parece insuficientíssima. Não vejo saída a êste bêco escuro.»

Foi demorada a transcrição. Mas eu não conheço nada que melhor defina Antero como filósofo, ao mesmo tempo que mais seguramente nos inicie nas genealogias obscuras do seu sofrimento. Combativo por índole, homem de fé e de esperança, Antero pesava bem as conseqüências nefastas do intelectualismo. Certos resíduos evolucionistas deixados no seu espírito pela grosseira superstição do Progresso impossibilitaram Antero de encontrar no Catolicismo a incógnita da questão que tanto o ensombrava e suspendia. No entanto, não fugia a declarar a Oliveira Martins: — «O grande filósofo é a Humanidade e dêsse grande filósofo o melhor e maior sistema (por ora) é o Cristianismo católico. Há ali abismos de génio, uma visão prodigiosa dos mais largos horizontes ideais, e ao lado disto um senso prático, uma prudência admirável, um profundo sentimento da estranha combinação de grandeza e miséria que é a natureza humana, de tal sorte que quem não conhece e compreende o Cristianismo,

não pode dizer que conhece e compreende a Humanidade.»

Transviado a dois passos do ancoradoiro final pela fumarada das brumas naturalistas que do fundo de alma detestava, Antero não soltaria nunca o tranqüilizador *Inveni portum!* da legenda antiga. «O meu amigo Oliveira Martins apresentou-me como um budista, — repararia Antero ao Dr. Storck na sua *Carta auto-biográfica*. Há, com efeito, muita coisa de comum entre as minhas doutrinas e o Budismo, mas creio que há nelas mais alguma coisa do que isso.» Havia realmente. É que a *impersonalidade*, entrevista por Antero como a suprema libertação do espírito, não era o pesadêlo lívido do Nirvana, trazendo nos seus flancos o fantasma pavoroso do Vácuo, do Não-Ser universal. «Vivendo cada vez mais para os outros, sentindo morrer em cada dia dentro de si mais uma parcela do *eu* egoísta que tanto nos ilude, tanto nos faz sofrer e errar, — elucidava Antero a Jaime de Magalhãis Lima, — ia entrando gradualmente naquela região de *impersonalidade* que é a verdadeira beatitude.» Teològicamente, não é outra a definição do Santo. Entendia Antero, porém, que, «sem arredar pé do terreno do espírito moderno», se podia chegar «teòricamente até àquela profundidade de compreensão do *homem-interior*, como êles diziam, a que os místicos chegaram.»

Última ilusão do poder da inteligência em quem se eximira à sua falsa soberania, Antero incapacitou-se

por êsses restos de vago criticismo de obter a pacificação das mil e uma interrogações que lhe atormentaram a existência dolorida. «Não sei se poderei realizar, como tenho desejo, a exposição dogmática das minhas idéas filosóficas... — escrevia a Storck. Morrerei, porém, com a satisfação de ter entrevisto a direcção definitiva do pensamento europeu, o Norte para onde inclina a divina bússola do espírito humano. Morrerei também, depois duma vida moralmente tam agitada e dolorosa, na placidez de pensamentos tam irmãos das mais íntimas aspirações da alma humana, e, como diziam os antigos, na paz do Senhor! — Assim o espero!»

Mas não morreu, como quisera e sonhara! A depressão nervosa que a sua estada nos Açôres agravara ao extrêmo por causas meramente físicas, empurrou-o, num momento de incontida irreflexão, para o desfecho trágico do suïcídio. Nada mais lógico, nada menos inesperado, segundo o Antero da versão corrente. Se olharmos à sua *Correspondência*, se o reconstituirmos conforme as indicações gerais da sua filosofia, nada mais para nos surpreender, — é nosso dever atalharmos. Seria decerto o que Antero pensaria no último instante. E tanto que, ao esmigalhar o cérebro com duas balas de acaso, o seu corpo inanimado caíu junto a um muro, onde, numa velha lápide, se lia amorosamente: — «*Esperança*».

Tal é o Antero dos *Sonetos*, — o Antero de fisionomia cavada pelos combates duros da Idéa. «Os

críticos alemãis acharão talvez interessante observar as reacções provocadas pela inoculação do Germanismo, no espírito não preparado dum meridional, descendente dos navegadores católicos do século XVI.» Neste período da *Carta auto-biográfica* está enunciado por Antero o seu próprio caso. Nem sobrevivências atávicas dum afastado normandismo, nem manifestações superiores de alta patologia! Simplesmente o desacôrdo dum forte temperamento afirmativo com as razões fundamentais da sua cultura. É tempo já de assentarmos com dignidade em qual seja o significado da obra de Antero. Não é outro seguramente. Antero padeceu as influências da mesma crise que, na opinião de Paul Bourget, aparenta estreitamente entre si os niilistas de S. Petersburgo, os livros de Schopenhauer e a dúvida elegante de Renan. Salvou-se Antero das suas garras fulminadoras. E salvou-se porque dentro dêle a resistência sentimental da raça não deixou nunca de elevar o seu protesto. Crucificado no seu drama íntimo, Antero é um símbolo que se enche dum amplo sentido para nós. E assim, os seus olhos, ao coalharem-se no beijo frio da morte, a derradeira impressão que receberam do mundo foi confiadamente a da palavra «*Esperança*»!

Tenhamos esperança nós que, mais do que tudo, procuramos conciliar as inclinações da nossa inteligência com as leis sagradas do nosso sangue. É ainda a voz do grande poeta quem no-lo aconselha. Porque, — na exortação do seu verbo ardente, — cada

vez mais presos ao exemplo herdado dos Avós, é êle que nos manda seguir o nosso caminho com heróica resolução:

> «*Entre êsses vultos mudos, mas amigos,*
> *Na humilde fé de obscuras gerações,*
> *Na comunhão de nossos pais antigos.*»

II

Existência truncada, incompleta, — incompleta e truncada ficou a sua filosofia. Antero caminhava evidentemente para a unidade do seu espírito. A conversão de Oliveira Martins e mais tarde o regresso de Ramalho Ortigão aos caminhos seguros da nossa boa tradição católica e monárquica não valem apenas como casos individuais. É preciso considerar essa conclusão de duas inteligências, experimentadas na dor e nos factos, como sendo a conclusão natural de tôda a tragédia de pensamento de que Antero foi o centro e em que Ramalho e Oliveira Martins figuraram, à maneira clássica, como *dramatis personœ.*

Assim se compreende porque Antero, impossibilitado de atingir a plenitude da Fé, não achasse a fórmula definitiva da sua filosofia. A filosofia de Antero baseia-se na libertação do homem pelo Bem, mediante a sua máxima impersonalidade. A máxima impersonalidade para Antero é, como já vimos, a con-

cepção mística do Santo, em que Antero via *beatitude e acção*, — o que importava o completo repúdio do budismo literário em que as explicações fáceis de ocasião lhe procuraram encabeçar a atormentada psicologia. O êrro de Antero esteve em que, fora dos estreitos horizontes naturalistas, êle pretendia, pelo puro exercício da vontade, sem motivos interiores de exaltação religiosa, realizar o perfeito ideal do ascetismo. Evidentemente que, ferida de morte na sua essência, a filosofia de Antero não se corporizaria nunca num sistema concreto de doutrinas. E quem recordar o seu estudo publicado na *Revista de Portugal*, — *Tendências gerais da filosofia na segunda metade do século XIX*, há-de até achá-lo despido de originalidade criadora, limitando-se apenas a uma exposição harmoniosa e tranqüila das grandes correntes de que o seu pensamento sofrera a influência.

Antes que outrem o viesse a perceber, Antero percebeu-o imediatamente. «Para mostrar o meu afecto ao nosso Queiroz, comecei a escrever com destino à Revista um artigo sôbre as tendências gerais da Filosofia na actualidade, coisa sumária; mas o assunto apossou-se de mim, passou a ser quási outra coisa o trabalho e no fim de três meses acho-me tendo produzido um estudo, que na Revista dará três ou quatro artigos, e que depois, ampliado, dará um livro. Ficou reservada muita coisa que naturalmente não cabe em artigos de Revista. Escuso dizer-lhe que não é a *minha filosofia* (o itálico é de Antero), aquela

que V. *sabe que eu tenho* (sic), com o seu método e teorias particulares. Essa infelizmente desisto de a expor, porque está acima das minhas fôrças o fazê-lo, e depois ninguém me entenderia. Mas, em suma, são as minhas idéas, sòmente expostas por um método impessoal, pondo de parte as minhas vistas originais e processo próprio dialéctico, e apresentadas simplesmente como induzidas da evolução do pensamento moderno e mais especialmente das tendências filosóficas dos últimos oitenta anos. De sorte que, amigo, ainda depois de publicar um livro de filosofia ficarei sempre um filósofo inédito» (1).

Esta confissão de Antero precedeu a saída da primeira parte do estudo. *Filósofo inédito*, a sua filosofia condensa-se, no entanto, num ligeiro período seu, intercalado nas deduções do estudo em questão. «Se pois só a perfeita virtude, a renúncia a todo o egoísmo, define completamente a liberdade, e se a liberdade é a aspiração secreta das coisas e o fim último do universo, concluamos que a santidade é o têrmo de tôda a evolução e que o universo não existe nem se move senão para chegar a êste supremo resultado.»

Desfeita a fábula do negativismo filosófico de Antero, outro aspecto há na sua vida de trabalhador da inteligência que nos toca tanto como êsse. Se de certo modo Antero adivinha a renascença espiritualista que

(1) Vid. *Correspondência*. Carta a Oliveira Martins, 1890.

hoje encontra no regaço da Igreja a sua expressão consciente, também para o nosso nacionalismo apaixonado Antero, como político, representa uma lição que é preciso termos sempre bem presente. Vestiu Antero a blusa azul dos tipógrafos. E com o seu alvoroço romântico, filiado na *Internacional* e conspirador ideólogo da *União-Ibérica*, não o suponhamos sacrificando incondicionalmente os fervores da sua mocidade ao humanitarismo burguês da Revolução Francesa. Antero foi, sobretudo, um discípulo de Proudhon. Ninguém, como Proudhon, possuíu o senso da política tradicional dos reis franceses e se revelou um adversário implacável da diminuïção social trazida à França pelos falsos dogmas de 89.

Apologista inflamado da educação clássica e do tipo patriarcal da propriedade, Proudhon figura hoje entre os mestres da Contra-Revolução. As utopias constitucionalistas mereceram-lhe críticas implacáveis e à hora em que o poder temporal da Igreja baqueava na cumplicidade da França excitada pela ventania jacobina, de Proudhon partiu a defesa do estado de S. Pedro e dos direitos pisados do Pontífice. Por isso, no livro sensacional de Jacques Bainville,—*Bismarck et la France*, se lê na portada o nome de Proudhon ao lado da evocação internecida dos Zuavos pontifícios, caídos em combate, de armas na mão.

Antero reconhece na sua auto-biografia a direcção que recebera de Proudhon. Ela é manifesta logo nos seus começos literários, quando deitou à estampa o

seu raríssimo opúsculo *Defesa da carta encyclica de Sua Santidade Pio IX contra a chamada opinião liberal.* «O autor, — explica Antero a Wilhelm Stork —, criticando o Pontificado pela beleza da sua atitude intransigente em face do século, via nessa intransigência uma lei histórica, rezava respeitosamente um *De profundis* sôbre a Igreja condenada pela mesma grandeza da sua instituïção a cair inteira, mas não a render-se, e atacava a hipocrisia dos jornais liberais.»

A atitude de Antero em 1865, inspirada sem dúvida pelos fortes trovejamentos de Proudhon, preludia na sua hesitação doutrinária as admiráveis campanhas contemporâneas de Charles Maurras sôbre o *Syllabus.* O gôsto contra-revolucionário afirmava-se assim no nosso «pequeno Lassalle», como Antero a si mesmo se alcunhava. E ainda debaixo das reminiscências de Proudhon, há na sua *Correspondência* uma passagem que eu reputo notabilíssima para a justa compreensão do pensamento político de Antero. Arranco-a duma carta dirigida a Germano Vieira Meireles e datada remotamente de 1866 —, um ano a seguir à publicação da *Defesa da carta encyclica.*

«Para me distrair, tenho-me agora dado à leitura de romances, e releio Balzac, que é com efeito singular e único num género aliás cultivado neste século por tantos homens de talento. Os romances de Balzac são uma verdadeira história íntima do nosso século, e tenho admirado como em certas coisas ca-

pitais (como a influência da burocracia, a anarquia do livre câmbio, as ilusões do Constitucionalismo, etc.), a sua observação despreocupada da sociedade se encontra e concorda com a crítica sistemática do grande Proudhon.» Relida esta transcrição, decorrido já um tam largo período de tempo, o comentário só pode ser um e é êle que no livro de Luiz Dimier, *Les maitres de la Contre-Révolution*, o nome de Balzac se inscreve ao lado do nome de Proudhon.

Com a sua penetrante lucidez crítica, não nos causará estranheza que Antero se tornasse desta forma um céptico da democracia e um inimigo feroz do sofisma constitucionalista. O seu germanismo intelectual levara-o, por intermédio de Hegel, à aceitação da noção histórica do Estado. «Como acomodava eu êste culto pelas doutrinas do apologista do Estado prussiano com o radicalismo e o socialismo de Michelet, Quinet e Proudhon? — preguntava Antero a êle mesmo na sua auto-biografia, não achando a explicação claríssima do caso, que, misturando Proudhon com Michelet, o poeta se apressava a complicar. A razão estava na antinomia do socialismo de Proudhon com o radicalismo de Michelet. Como Proudhon, pela análise penetrante das ideologias jacobinas, traz hoje à disciplina da Realeza muita mentalidade desgarrada, também Antero, libertado dos preconceitos do seu romantismo igualitário, anteveria cedo a falência da Democracia.

«O que dará a democracia? — interrogava Antero

em carta a Fernando Leal, depois de verificar a bancarrota do regimen burguês. Quem poderá dizê-lo! É o escolho onde até hoje têm naufragado tôdas as sociedades. Será que a sociedade, emquanto dividida em classes, que reagem umas sôbre as outras e mutuamente se estimulam, e emquanto essas classes têm, como tais, um fim a cumprir, uma aspiração, um ideal, será, digo, que a sociedade, nessas condições, constitua um *meio* mais próprio para a produção do civismo e para a têmpera dos caracteres? e que, realizadas aquelas idéas, cessando aquêle estímulo, o homem que aquela luta levantára como acima de si mesmo, tenha fatalmente de caír na condição primitiva, na do animal de quem descende, só preocupado com materialidades e visionices?» É a dúvida que Antero formulava, dando tanto realce à necessidade do *constrangimento*, negação do optimismo revolucionário e base verdadeira de tôda a filosofia da Autoridade,—essa dúvida reaparecia na sua pena, a propósito duma brochura de Jaime de Magalhãis Lima.

«Mas tudo isto é filosofia mais ou menos curiosa apenas, em face da urgência de organizar o poder político nas sociedades democráticas, — ponderava Antero. Confesso-lhe que não me parece isso coisa que se resolva do pé para a mão, nem creio que tamanha obra dependa simplesmente da aceitação de certas doutrinas. As da representação *adequada* e *efectiva* da nação, dos seus órgãos naturais, e não de entidades abstractas, acho-a perfeita e é há muito a

minha. Mas como dar consciência a êsses órgãos da sua realidade e autonomia? por meio da lei? mas a lei é impotente para isso, impotente para criar seja o que fôr naquela esfera profunda que só depende da espontaneidade social.»

Seduzido ainda pela miragem da Evolução, Antero entregava aos anos o desenlace da dificuldade. E de volta ao assunto, acrescentava na carta seguinte: — «Tinha ficado naquele tempo, em que, sendo a sociedade um organismo, a sua forma política devia ser orgânica, efectiva, e não abstracta, natural e não matemática; e que se uma sociedade, por ser democrática, nem por isso deixa de ser sociedade, isto é, unidade orgânica, tôda a questão, para as democracias, está em conhecer quais são os seus órgãos naturais, e partir daí para a remodelação política. São as idéas do O. Martins, do Laveleye, e já hoje de muitos mais, entre os quais está também o meu amigo. Achei pois que são também hoje as minhas, e persisto em crer que êsse ponto de vista naturalista e realista deve vir combinar-se com o jurídico e abstracto da Filosofia do Direito Clássico, para dessa união sair a verdadeira teoria do Direito Público.» Antero, visìvelmente inclinado para as raízes da questão, continuava algumas linhas adiante: — «O que é que impede *verdadeiramente* a reorganização das nossas sociedades? É apenas a ignorância duma teoria, do sistema salvador? ou será um facto íntimo, o *individualismo*, elemento psicológico que condiciona tudo o mais?»

Na sua casinha de Vila-Conde, carteando-se com os amigos, Antero agitava, pela inquietação ardente do seu espírito, as mesmas interrogações que se sentiam já na consciência culta da época e a que o génio de Maurras daria mais tarde uma luminosa resposta. Continuando neste caminho da «organização da democracia pelos seus órgãos naturais e efectivos», desenha-se nìtidamente o fio que levou Antero a apoiar a política dinástica de Oliveira Martins,—a sua outra metade, o S. João Evangelista da sua sonhada obra de renovação social. Herdara Antero de Proudhon a mais fundamental repulsa pelo que êle próprio chamava «as ilusões do constitucionalismo». Na sua *Correspondência* depara-se-nos mais duma alusão terminante à insânia liberalista que desenraïzara a nacionalidade. Assim a Henrique das Neves preguntava Antero:—«Terá êste pobre povo, tam enfraquecido moralmente, e intelectualmente desnorteado por 50 anos de misérias partidárias e de ilusões liberais, e a quem falta um forte sentimento nacional, terá capacidade ainda para tantas virtudes?» «Por outro lado,—asseverava o poeta a Frederico Deniz de Ayala—, a política anti-portuguesa do partido regenerador nesta questão, é *mais uma completa manifestação da incompatibilidade do liberalismo com o nacionalismo*, cujas raízes e essência são muitas outras.»

Nem constitucionalista nem jacobino, entende-se agora porque em carta a Sebastião de Arruda da

Costa Botelho, Antero escrevia de Oliveira Martins que êste, ao enfileirar no partido progressista, levava consigo, desfraldada, a bandeira do Socialismo. Em que consistia êsse socialismo? Em acabar com a fatalidade da aliança da burocracia com a finança, «que é a fatalidade do partido regenerador, origem da corrupção política e de um sistemático desgovêrno». E impregnado dum entusiasmo desconhecido, Antero insiste, Antero explica: — «Destruir essa oligarquia burocrático-financeira, que nos domina e desmoraliza há tantos anos, e impedir por meio de leis convenientes que ela possa de futuro tornar a formar-se, parece-me coisa muito mais importante de que uma simples alteração no carácter do poder executivo, cousa que deve ficar para depois, pois só as reformas económicas e financeiras tornarão aquela outra puramente política, não só possível, mas fecunda e duradoira.»

Do socialismo de Antero e de Oliveira Martins dissera o primeiro a João Machado de Faria e Maia: — «Eu e êle é que nos entendemos a êsse respeito.» Desguarnecido de todo o filantropismo revolucionário, não era senão a luta contra os excessos do Capitalismo pela conquista legal dos direitos do Trabalho. Descende de Proudhon o sindicalismo francês, já entrado na fase orgânica com Georges Valois por teórico da *Monarchie-ouvrière*.

Filho de Proudhon igualmente, o socialismo de Antero viria a definir-se em sindicalismo com as no-

táveis medidas económicas de Oliveira Martins, levado precisamente pela feição socialista dos seus planos de govêrno ao encontro dum poder forte, a cuja sombra, sem se engolfarem em dissenções fratricidas, os diversos interêsses conquistassem uma vida autónoma e próspera.

Em 1880 ainda o partido socialista apresentou o nome de Antero ao eleitorado lisbonense. «Se, por acaso, vires nos jornais que sou candidato socialista por Lisboa, não tomes isso a sério, — comunicaria Antero pouco antes a um amigo. São cousas, que podem suceder a qualquer, independentemente da própria vontade e determinação, exactamente como apanhar chuva ou ter de ouvir um discurso massador.» No entanto, a-pesar dêste aparentado indiferentismo, não exageremos se considerarmos notável o manifesto de Antero. Nêle se afirma: — «Representantes dum movimento hoje esgotado, o movimento individualista, liberal e burguês do primeiro quartel dêste século, os partidos conservador, progressista e republicano, tiveram já a sua razão de ser, correspondendo aos aspectos da revolução que consumaram e da sociedade que fundaram.»

E Antero prossegue, revelando bem os fundamentos *nacionais* do seu socialismo, em que é evidente o sinal da influência proudhoniana:

« — Mas, à medida que essa sociedade burguesa, transformando-se surdamente, entrou em decomposição, os partidos saídos dela e que a representavam

perderam também gradualmente a sua autoridade social: de partidos, transformaram-se em bandos, emquanto os seus programas, a princípio lemas jurídicos, se foram reduzindo ao estado de frases duma retórica tradicional.» Em seguida Antero declara-se anti-parlamentarista em termos que seriam para ficar memorandos, se o eclipse da inteligência colectiva em Portugal não tivesse começado só agora a desvanecer-se.

«*No ambiente subtil* e *esterilizador dessa conspiração permanente, que é a essência mesmo do parlamentarismo*, (os partidos) perderam a noção da realidade; e, emquanto o mundo se transforma, vão repetindo maquinalmente as costumadas teses duma filosofia política caduca e que nem já compreendem.» Classificado o parlamentarismo de *conspiração permanente*, Antero definiria adiante o jacobino como «*um conservador incoerente com frases de demagogo*». E numa crítica cerrada contra a sociedade burguesa, ligando monarquia-liberal e república-parlamentar, Antero condensaria bem os motivos do seu socialismo, ao lançar a apóstrofe célebre: — «Burgueses radicais, se a nossa república não é mais do que a república do capital, assim como a monarquia dos conservadores não é mais do que a monarquia do capital, que temos nós, Proletariado, que ver com essa estéril questão de forma? É uma questão de família entre os membros da Burguesia, nada mais.»

Pôsto de parte todo o subjectivismo democrático, a espectativa de Antero para com a Realeza tornou-se benévola. Foi com a sua decidida aprovação que Oliveira Martins se alistou no partido progressista, embora, falseando a verdade como sempre, Teófilo Braga declare que Antero se indignara com a «apostasia» do amigo. Tanto não era assim que em 31 de Março de 1886 Antero se exprimia dêste modo a João Machado de Faria e Maia: — «Os bons astrólogos políticos dizem que o ministério, tal como está, não pode durar muito, pois se acha dividido em dois campos rivais, e prevêm crise para depois do casamento do Príncipe. O campo de batalha é o novo ministério, destinado a O. Martins e o programa financeiro e económico o do nosso grupo.»

Respondendo já em 1890 a uma carta de Oliveira Martins, Antero ia mais longe. «V. é homem de acção e o *terramoto* que se aproxima abre-lhe horizontes e promete-lhe um teatro digno da sua actividade», — escreve êle. E havendo Oliveira Martins significado a necessidade de Antero «*voltar à superfície*», o filósofo, depois de alegar o seu cansaço e o seu apêgo à idéa-pura, esclarece: — «E eu sê-lo-ia — com que vontade e gôsto, escuso dizê-lo —, êsse seu companheiro de luta, se me não conhecesse completamente incapaz para aquilo de que se trata. Tenho pois de me conservar no meu papel, quero dizer, na lógica do meu carácter e das minhas aptidões. Serei simplesmente para v., como até aqui, amigo, confidente

e crítico encartado. De resto, quem sabe o que virá? Não recuarei diante de coisa alguma, senão só daquilo que repugnar à lógica e harmonia do meu ser.»

E não recuou. Colocado à frente da *Liga Patriótica do Norte*, dirige a parte política de *A Província* durante êsse curto período de efervescência patriótica. Na *Província*, onde Oliveira Martins sustentara as suas extraordinárias campanhas de morigeração e reconstrução política, é que Antero acaba de confirmar o seu nacionalismo incondicional. «Pobre Portugalório!» — desabafaria êle, cheio de enternecimento, com Oliveira Martins. E não se poupa a fadigas, a sua energia é a energia dum iluminado. Redige êle próprio o *Manifesto ao País*, debaixo da dor aviltante do *Ultimatum*, não se chegando, porém, a distribuir, porque Antero destruíu todos os exemplares. «Neste documento, — elucida Joaquim de Araújo, — condenavam-se os partidos militantes, estabelecendo-se que dêles, inclusive o republicano nada havia que esperar.»

Algures Eça de Queiroz explica-nos como a *Liga* expirou. Chovia. À sessão marcada só compareceram Antero, presidente, e o conde de Rezende, secretário. «Ambos se olharam pensativamente, deram duas voltas à chave da casa para sempre inútil, e vieram, sob o vento e sob a chuva, acabar a sua noite em Santo Ovídio.» É que a expiação não chegara ainda. Chegou quando a geração que então despertava no berço se viu, quási trinta anos mais tarde, com o

encargo sacratíssimo de restaurar a Pátria que seus pais haviam deixado perder de todo. O nacionalismo, que Antero considerava incompatível por natureza com o Liberalismo, não possuía raízes no espírito desorientado da colectividade. Foi preciso que o sangue corresse, que se chacinasse um Rei, que a mocidade da terra portuguesa se oferecesse, gentil e heróica, à ira de Deus e à reparação da história.

Hoje, sim, que a esperança já desce dos horizontes confusos e debaixo das lágeas tumulares se ouvem tinir armas como para um grande combate libertador!

Adivinhando-o nas dores impossíveis do seu pensamento e da sua carne, Antero de Quental é, na sua amargurada experiência, um mestre a meditar-se. Os erros do seu tempo expiou-os êle por nós suficientemente, conduzido pela mesma crença dedicada com que, à custa do seu sacrifício, lançou mais uma pedra no caminho, para que os cavaleiros do Resgate, ao passarem, se não enxovalhassem na lama. Nem de largo lhe sorriram os indícios da vitória! Mas na renascença espiritualista, que êle entreviu no eterno purgatório do seu génio de filósofo, alguma coisa de Antero palpita, quando mais não seja senão a sua sêde abrasadora de Absoluto.

Fiel às virtudes ancestrais da nossa raça, não nos esqueçamos de que êle, regressado das ideologias românticas da Revolução, nos ensinou no seu exemplo a ter mais vivas as razões do nosso tra-

dicionalismo e a servirmos com fé e coragem o desejado ressurgimento de Portugal. Nada queremos da república da burguesia, como nada queremos da monarquia dos plutocratas! Charles Maurras aceita a designação de socialismo como valendo pela penetração duma idéa social de utilidade no conceito histórico da propriedade. Comunitária é a noção cristã da sociedade, — comunitária foi a nossa Realeza, povoadora e cultivadora nos seus mais profundos alicerces. Neste socialismo concluïria Antero, como Oliveira Martins concluíu. E se nós somos, de certo modo, o partido póstumo de Oliveira Martins, porque é que não havemos de contar Antero de Quental entre os nossos camaradas mais velhos?

Setembro, 1918.

MONARQUIA E REPÚBLICA

(ESBÔÇO DUMA TEORIA)

MONARQUIA E REPÚBLICA

(ESBÔÇO DUMA TEORIA)

Ia um jornalista nosso adversário quási dizendo a verdade quando escreveu que «o integralismo representa nem mais nem menos do que a doutrina duma República com Rei a dirigi-la». Esta observação, a que é preciso render uma certa homenagem pela inteligência crítica que revela, iliba-nos da divertida nódoa de absolutistas que a tôda a hora nos é assacada, ao mesmo tempo que assinala um progresso na inocência mental em que por via de regra vive mergulhado o espírito dos nossos contendores. Claro que o *Integralismo* não é de modo nenhum a doutrina duma república, com um rei por chave da abóbada. Êsse foi o êrro da monarquia constitucional, que Lafayette, nas vibrações românticas de 1830, festejava como sendo a melhor das repúblicas. Porque, assimilada pelo princípio monárquico, a doutrina republicana nunca pode dar senão a sua bastardia. No entanto, concretizando um pouco mais o sentido que às suas

palavras quis imprimir o jornalista em questão, talvez tenhamos que reconhecer que a liberdade teórica das repúblicas só se efectiva e garante à sombra da Realeza, — dentro duma Monarquia, mas das puras, das verdadeiras.

Há entre os escritores da *Action Française* uma fórmula que por si só define o problema. No seu advento ao trono de S. Luiz, o Rei de França será, como outrora «o protector das repúblicas francesas». «Repúblicas francesas» são as comunas, são as administrações provinciais, antigamente autónomas, mas agora garrotadas pelo centralismo burocrático, desde a vitória do Estado napoleónico.

De certa maneira, já assim o pensava Royer-Collard ao apresentar em 1822 um projecto de descentralização administrativa: — «Nós vimos a velha sociedade desaparecer, e com ela essa multidão de instituïções domésticas e de magistraturas independentes que conservava no seu seio, — aglomerado robusto de direitos privados, autênticas repúblicas na Monarquia». E Royer-Collard concluía melancòlicamente: — «E hoje o que somos? Somos um povo de administrados e governados por mão de funcionários irresponsáveis».

Efectivamente, uma coisa é a República como doutrina política, outra coisa é a República como noção histórica da governança ou do poder.

A doutrina da República exclue a concepção orgânica que antigamente se fazia do *facto-república*. O *facto-república* afirmou-se principalmente na Idade-

-Média com as liberdades municipais e corporativas, fundamentadas no direito legítimo do homem a viver e com razão moral no profundo ideal cristão daquela época. É, na verdade, da convergência de tam variados elementos que resulta a necessidade da sua coordenação pela fôrça unificadora da Realeza. Quando a Realeza se estabelece e desenvolve, em que bases é que nós a vemos assentar a sua profunda acção pacificadora? Nas comunas revoltas, no Terceiro-Estado em desavença constante com as arrogâncias, por vezes despóticas, do mundo feudal.

Se, à falta de expressão mais idónea, a nós nos é lícito empregar a palavra «*democracia*», a Realeza é desta forma o único regimen estruturalmente democrático que se conhece na história. E dizemos «*democrático*», porque só a unidade da soberania, como a Realeza a obtém e consolida, realiza o equilíbrio das classes, sem predomínio, seja êle qual fôr, dumas sôbre as outras.

Detalhando melhor a nossa tese, não se suponha que floreamos com ela um paradoxo impertinente! O grande mestre que foi Fustel de Coulanges já sustentava que a «república» só era compatível com a «aristocracia», emquanto que a «democracia» só se acomodava verdadeiramente à «Monarquia». Antes de avançarmos, entendo, porém, esclarecer o significado dos dois vocábulos na linguagem do ilustre historiador. «Foi a Grécia, — dizia Fustel —, que introduziu no mundo o govêrno republicano, e foi uma

classe aristocrática que o introduziu na Grécia». Mais tarde em Roma é a aristocracia que derruba a Realeza, substituindo-a por um Senado que deliberava e por magistrados que executavam as deliberações do Senado. Tanto na Grécia como em Roma, a aristocracia, fundando a república, teve logo o cuidado de afastar a multidão das funções directivas. Mais tarde, no momento em que a república sucumbe, é substituída na Grécia pelos «tiranos» clássicos e em Roma por César que abre as portas ao Império. O que é depois o Império senão um mandato exercido em nome do povo romano?

Eis as razões em que se fundava a teoria de Fustel de Coulanges. São razões que perfilhamos, tam depressa tomemos «aristocracia» como sinónimo de «oligarquia». Realmente, as aristocracias representavam para Fustel, sôbre os restantes corpos do Estado, a supremacia duma classe, a ditadura abusiva duma casta. Não é outro o espectáculo que nos oferece a Grécia dos tempos áureos. Tôda a sua civilização, reduzida ainda ao perímetro estreito de *Cidade*, descansava descricionàriamente na escravatura.

O número dos cidadãos, — dos que discutiam e tinham voto na governança comum, traduzia-se numa minoria insignificante perante o grosso da população condenada a trabalhar para os outros, sob a dureza duma lei tam opressiva como humilhante. Surgiram os *tiranos*. E Fustel caracteriza-os como «mandatários do povo contra a aristocracia». É o que sucede em

Roma, ao desabar da República. César assoma aos varandins do triunfo, levado aos ombros da plebe. «Em Roma, — ensina-nos Paul Guiraud, biógrafo de Fustel, — a realeza era amada pela plebe e odiada pelos patrícios. Quando ela caíu, a sua queda foi lamentada pela multidão, que nunca mais deixou de mostrar uma tendência marcada para o domínio dum só.»

Parece-me esclarecido com bastante suficiência o sistema de Fustel. A realeza antiga encarnava fundamentalmente o tipo patriarcal da sociedade. Ressurgido através da família, é êsse tipo que persiste na formação das monarquias medievais. Com estas vinha, porém, fecundar-lhes a obra a lei moral que faltara às instituïções do paganismo.

A consciência cristã, traçando limites ao poder, fazia dos Reis, não tiranos ao modo clássico, mas magistrados, conforme os Juízes de Israel. Contudo, mesmo assim, a teoria de Fustel subsistiu. Na pulverização do Estado, com as invasões da gente do Norte, só por meio do traço recíproco da protecção e da fidelidade a ordem se reconstruíra. Nasce daqui o feudalismo, que é dever dum pensamento honesto interpretar e considerar fora das costumadas declamações sentimentais. Um momento surge, no entanto, em que a função do feudalismo se achou extinta naturalmente.

É então que a Realeza corrige a desorganização em que a colectividade ia tombando de novo — agora,

não pela ausência do Estado, mas pela dispersão incalculável da soberania.

Percebe-se que, restringindo os privilégios excessivos dos barões feudais, a Realeza nunca poderia contar com êles como colaboradores pacíficos e submissos. Evidentemente que carecia de um apoio, — e dum apoio seguro. Onde é que a Realeza o encontra? Encontra-o nas Comunas, encontra-o nas Corporações, — no povo miúdo e obscuro que cresce, não revolucionàriamente para a sua imposição violenta, mas para a conquista das suas franquias, das suas isenções, das suas liberdades, emfim. A autoridade real, numa guerra de séculos quási, defendia, no próprio interêsse, o equilíbrio social da preponderância exagerada dum dos braços do Estado sôbre os demais. Fustel não se enganava, como fica dito. Aristocracia exprime «participação no poder». A Monarquia, transformando a *aristocracia* em *nobreza*, tornava-a, de sua concorrente, em simples colaboradora.

As lutas da aristocracia contra a Realeza documentam largamente o nosso ponto de vista. Entre nós, já no espraiar da Renascença, como explicar, senão assim, a política de D. João II contra a casa de Bragança e os fidalgos, seus sequazes? O fenómeno que se verificava em Portugal, verificava-se lá fora, — em França, por exemplo. Em 1481, nos Estados Gerais de Tours, quem invoca a soberania inicial da nação é um orador da nobreza, Felipe Pot

de la Roche. Em contraste, o cónego Jean de Rély, representante do braço do povo, incita o monarca ao exercício pleno da sua autoridade, acrescentando que o ofício do rei é levantar os pobres da opressão («*rélever les povres de oppression!*»).

É que praticando a detenção do poder contra a unidade da nação, bem expressa na unidade da soberania, a aristocracia de outrora desempenhou o mesmo papel perturbador que hoje os partidos desempenham. Os fidalgos ontem, ciosos da manutenção das suas jurisdições privadas, os políticos da actualidade cada vez mais ávidos de absorver em proveito próprio a marcha e a direcção dos negócios públicos, — eis dois aspectos diversos dessa tendência centrífuga que na vida dos Estados é imperioso corrigir, embora não anular, por uma forte organização das funções coordenadoras do Estado. A natureza oligárquica das democracias modernas ainda não há muito que a demonstrou uma pena insuspeita. Refiro-me ao professor Robert Michels, da Universidade de Turim, no seu conhecido livro, traduzido para francês, — *Les partis politiques*.

Também assim o entende Georges Sorel, — o notável teórico do sindicalismo francês, ao caracterizar a democracia como um govêrno de classe contra as outras classes. Dos ensinamentos de Georges Sorel deriva uma das correntes mais curiosas e mais positivas do pensamento contemporâneo. Estabelecida a incapacidade orgânica dos sistemas democráticos

para resolver a questão social pela sua condição simultâneamente plutocrática e parlamentarista, ao proletariado só resta a Revolução ou o Rei. Georges Valois, ao colocar o dilema, examina-lhe os termos detidamente. Daí a hipótese da *Monarchie-ouvrière*, que nos meios operários mais esclarecidos vai alargando o seu prestígio e a sua influência. Discípulo de Sorel, Edouard Berth aplaude-a e aceita-a como o único processo eficaz de restringir o Estado ao mínimo da sua acção, sem levantar os horrores duma crise universal, em que certamente a civilização e a sociedade se subverteriam.

Na dissolução geral do Estado democrático, as razões apontadas por Fustel figuram entre as mais decisivas. Em outro campo bem diverso por princípios e por formação, dir-se-ia que o tratadista espanhol Adolfo Posada as perfilha, quando atribue a decomposição dos partidos políticos, especialmente dos partidos *liberais*, à impossibilidade manifesta de determinarem, por vício de origem, quais sejam a posição e a intervenção do Estado em frente dos problemas dominantes na economia actual. A essa causa de crise profunda, juntam-se as muitas outras que o conflito europeu veio denunciar, sobretudo pelo que respeita à ausência de *continuïdade* e de *previsão*, visceralmente incompatíveis com todo o regímen de procedência electiva. E porquê? Porque, à unidade nacional, se sobrepõe a conveniência dos partidos, a cupidez das clientelas. A integridade da Pátria

carece de quem duradoiramente a sirva e interprete. Só uma dinastia com ela se poderá identificar. Porque só uma dinastia realiza pela hereditariedade a coincidência do seu interêsse com o interêsse colectivo que é chamada a reger.

Descendo da teoria aos factos, reconhecemos que nas críticas de Georges Sorel à democracia ressurgem as considerações que motivaram no campo da história a atitude de Fustel de Coulanges. O predomínio dissolvente dos partidos sôbre as legítimas aspirações da colectividade equivale às antigas querelas da Nobreza e do Clero contra a supremacia neutralizadora da Corôa. Há uma diferença, no entanto, que é de justiça destacar. Nunca, a não ser em raras circunstâncias, as discórdias das classes privilegiadas atentaram contra a própria constituïção do Estado. Órgãos robustos do mesmo, queriam expandir-se em detrimento da boa harmonia do grupo. Porque a Realeza intervinha, exercendo o ofício de coordenadora, as dissenções afloravam, rápidas, assumindo por vezes um carácter extremo de violência. Todavia, se as pátrias ocidentais existem, ao Clero e à Nobreza pertence um alto e extraordinário quinhão na epopeia admirável da sua independência e do seu desenvolvimento.

Não sucede outro tanto com os partidos políticos, — conseqüência da liberdade metafísica dos utopistas do 89. Não chegam a ser órgãos do Estado, pois que não passam de elementos parasitários, manten-

do-se à custa da corrupção e do favoritismo. O poder, quando o alcançam, sequestram-no em seu benefício exclusivo, como se fôsse coisa conquistada. Por intermédio dos mil tentáculos duma burocracia opressiva e inerte, nós vêmo-los imporem-se na sua minoria atrevida e insaciável à colectividade escravizada. São as maravilhas do Estado napoleónico, hoje em falência estrondosa! De Bonald observava que Bonaparte, não tendo fôrça nenhuma na sua constituïção, se vira obrigado a empregá-la na sua administração. Efectivamente, a constituïção dum povo, inscrita na sua história, é mais *consuetudinária* do que *teórica*. Assim sucede ainda um pouco com a Inglaterra. Assim sucedeu outrora com as nacionalidades européias.

Saída da conformação natural da sociedade, essa constituïção, que Le Play denominou «*constituïção essencial*», não era senão o seu pleno reconhecimento. Firmando-se nas relações do sangue *(família)*, da sociabilidade *(comunas)* e dos interêsses *(profissão)*, só começou a alterar-se quando os Legistas exhumaram da Roma antiga as normas dum direito já cadaverizado. É a altura em que se inicia a grande Revolução, da qual, — na palavra feliz de alguém —, a Revolução Francesa não foi mais que um episódio. O absolutismo dos Reis entra a perverter a noção cristã da Autoridade. Aparece de seguida a Renascença com a sua idéa naturalista do Poder e o seu centralismo excessivo, mesmo despó-

tico. Pela primeira vez êsse centralismo é empregado pelos príncipes contra os seus súbditos, quando a rebeldia de Lutero quebra a unidade moral da Europa. «*Cujus regio, ejus religio*». É donde data a abominável fórmula, atribuída aos católicos por uma história ainda mais abominável. Entre tantos, o procedimento de Henrique VIII de Inglaterra ilustra-a suficientemente.

O Absolutismo triunfa sem reservas no século XVIII. É conveniente acentuar que o Absolutismo não é, em todo o caso, a vontade caprichosa do Soberano,— o «*bon plaisir du prince*». «*Na Monarquia absoluta,*— escreve Amédée Bonde no seu *Droit Constitutionnel* —, o monarca reúne em si todos os poderes...; êle faz a lei, mas a *lei promulgada por êle obriga-o tanto como aos seus súbditos*» [1]. Não passa dum ilusório engrandecimento do poder real o que o Absolutismo lhe confere. Destruíndo todos os organismos intermédios, o Absolutismo deixa apenas o Estado na presença do indivíduo, despojado já da rêde miúda das associações domésticas e económicas, cuja eliminação Royer-Collard tanto lastimava. É o conceito romano do Poder que ressuscita integralmente. E no dia em que o soberano fôr derrubado por um vento revolucionário, a posse do país torna-se pronta e fácil, mercê do excessivo estadismo

---

[1] Paris, 1914.

que, julgando aumentar o prestígio dinástico, só o enfraquece e ameaça de morte.

Compreende-se já como o Estado absolutista do século XVIII antecede lògicamente o Estado metafísico e todo poderoso das modernas democracias. Êsse Estado é o Estado napoleónico, — insistimos —, baseado não na noção histórica da autoridade, derivada da *Família*, da *Comuna* e da *Corporação*, mas no simples conceito materialista da *fôrça* e do *domínio*. Eis porque, desfeitos os órgãos naturais da sociedade, só pela burocracia e pela centralização o Estado napoleónico se mantém e defende na fragilidade evidente dos seus alicerces. Daí o reparo de Bonald, a que já aludimos e que encerra consigo o julgamento dos regimenes modernos, pelos quais se amorteceram nos povos europeus as antigas condições da sua prosperidade e da sua autonomia.

Dêste modo, só a Monarquia, restituída à sua verdadeira essência, pode restaurar as velhas liberdades municipais e corporativas, que constituíam a estrutura *democrática*, reconhecida por Fustel de Coulanges à Realeza. Com a democracia, — doutrina e constituïção jurídica, com essa é que jamais se conseguirá obter, por culpa de nascença, um mínimo de *descentralização*. Precisamente, nas repúblicas é que o despotismo administrativo se torna cada vez mais vincado. Prova-o a própria Suiça, que a mitologia política em voga nos apresenta como uma república-modêlo, mas onde a tendência centralizadora cresce de ano para ano.

Ao contrário, em Espanha, a alta experiência de Maura evitou os escolhos separatistas do regionalismo através do seu projecto de administração local, que, descentralizador ao extremo, teve contra êle os liberais, os democratas e os republicanos, emquanto o votavam com entusiasmo os chamados grupos «reaccionários». Repetia-se quási o caso bem sintomático da Restauração-Francesa, que viu os seus propósitos de descentralização naufragarem perante o obstrucionismo inquebrantável dos elementos avançados e dos homens do «*juste-milieu*».

Quando os carlistas gritavam: — «*Fueros y el Rey neto*», êles enunciavam na voz ardente das suas reivindicações a dupla índole concentradora e descentralizadora da Monarquia. Confunde o Absolutismo *funções directivas* com *funções administrativas*. Exigindo para o Rei o exercício independente da suprema magistratura, a verdadeira Monarquia orbita-lho, porém, pelo federalismo económico e municipalista. «*O Rei governa, mas não administra.*» Herdada de Gama e Castro, tal é a fórmula política do *Integralismo*. Não é outra a significação do «*poder-pessoal*» do Rei, que, de modo nenhum, é honesto baralhar com o conceito corrente do Absolutismo.

Aqui está por que não errava muito o jornalista nosso adversário quando há dias, em conversa amêna sôbre *Integralismo*, nos apresentava como desejando uma república com um Rei a dirigi-la. Se as nossas afirmações parecem exageradas, escudemo-las com

uma passagem de Charles Maurras: — «A palavra *república*, — diz o grande mestre —, tem um sentido admissível. Mesmo depois do restabelecimento da Monarquia, poderá ser conservada com aquêle significado antigo que designava o «*conjunto dos negócios públicos*». Em compensação, *democracia* deve ser riscada, banida e esquecida, como puro sinónimo de degenerescência, expressão da desorganização e da pulverização, espécie de vestígio lingüístico de quanto o regímen republicano teve outrora de mais funesto.» Também nós assim o entendemos. Basta olhar reflectidamente para o passado, que logo a nossa Realeza tradicional se nos mostrará, consagrando o juízo exacto de Maurras. A aliança dos Reis e dos Concelhos já impressionara o espírito elevado de Herculano. Alguém que na correcção da história nacional ocupa um lugar de elevada dedicação, certamente pelo equívoco sociológico da sua época, não se cansava nunca de assinalar a feição «democrática», — à Fustel —, da monarquia portuguesa. Refiro-me a Luciano Cordeiro, tam digno de ser recordado pelas suas contribuïções definitivas para um outro juízo mais sólido da nossa nacionalidade.

De resto, o episódio do vereador João Mendes Cicioso, as falas de Baltazar Coronheiro, a resposta do *Juiz do Povo* ao enviado de D. Pedro II marcam bem a «constituïção» da nossa Monarquia. Não era uma constituïção discutida, votada e impressa. Mas mais larga e mais positiva, inscrevera-se pela fôrça

do costume na alma das gerações, de cuja experiência social gradualmente saíra. «*O foral que a vosso povo tendes dado e (he) marco e ley amte vos e ele*», — clamariam em Côrtes, ao agonizar de Quatrocentos, os procuradores das vilas, traçando os limites naturais da Realeza. Já os determinara a própria letra da Ordenação. «*E' por isso chamado rei, para que haja de reger justamente o seu reino e manter o seu povo em direito e justiça: se assim o não rege, não merece o nome de rei, porque não conforma o nome com as obras.*»

Se as falsas ideologias do Liberalismo nos não houvessem corrompido o senso político, consumando a obra iniciada por Pombal, embora já trazida de atrás pela influência do Direito Romano, irrecusàvelmente que as nossas instituïções se não teriam desviado do que, na essência, formava o seu enraïzado «meio-vital». É a êsse «meio-vital» que nós necessitamos de regressar, se, mais que tudo, a duração e a grandeza da Pátria nos preocupam. A Idade-Média, carecendo de reparar a sociedade, sacrificou por vezes a *unidade* à *liberdade*. Mais opressivos e menos profundos, os tempos modernos sacrificaram a *liberdade* à *unidade*. É imperioso obter o devido consórcio de duas tendências tam antagónicas. «*Autoridade e competência ao alto, liberdade e fiscalização à base*, — declarava Maurice Muret, na *Gazette de Lausanne*, resumindo as suas observações sôbre a Guerra. «*O homem que souber corri-*

gir neste sentido as democracias contemporâneas, — a Bélgica incluída — terá bem merecido da Europa e do mundo.» Não será um homem, — asseveramo-lo. Será antes um sistema, um princípio. Será a Monarquia, porque só ela concilia a unidade com a liberdade, a concentração com a descentralização.

E são estas, sem dúvida, as razões por que, vendo claro, o jornalista nosso adversário não andou muito longe da verdade, ao escrever que o *Integralismo* desejava uma república, mas com um Rei a dirigi-la.

Setembro, 1918.

O REI FERNANDO

O REI FERNANDO

É um dos nossos reis mais mal compreendidos êsse D. Fernando, de quem as Crónicas dizem que foi grande amador de mulheres. Sem dúvida que o seu reinado se confunde e emmaranha numa crise em que a nacionalidade se ia abismando para sempre. Mas é preciso não atribuir à política de D. Fernando a total responsabilidade dos acontecimentos em que a nossa independência esteve comprometida quási sem remédio. A crise que geralmente se encabeça na leviandade de D. Fernando é, no fundo, uma crise de ordem geral. Traduz a passagem da Idade Média para o espírito revolucionário da Renascença, já com outros conceitos, com outras noções muito diversas a encaminhar a sociedade. Fernão Lopes apercebia-se do fenómeno, quando observava com pasmo: — «Parece que um mundo novo se levanta e com êle uma nova geração de gentes.»

Claro que circunstâncias especiais agravaram

quanto a nós os motivos de perturbação económica e social, em que a face da Europa se transformava ràpidamente. É aí que a intervenção de D. Fernando pode assumir, na realidade, o pêso completo de quantas acusações lhe são dirigidas. Notemos, porém, que, a-pesar da inconstância que séculos e séculos de erudição copiada lhe apuseram ao carácter, D. Fernando marcou na sua acção governativa um remate digno do fomento admirável dos nossos reis afonsinos.

A agricultura, próspera desde D. Deniz, encontrou em D. Fernando um protector desvelado. No seu reinado ainda nós exportávamos trigo, sendo dêste modo apertadas as nossas relações comerciais com os mais concorridos mercados da Europa. Sucede assim que a frota portuguesa no tempo de D. Fernando recebeu da parte do monarca o mais empenhado dos impulsos. O Tejo coalhava-se de navios nossos e estranjeiros, valendo à Corôa uma fonte de copiosas receitas. Datam de D. Fernando as célebres providências das Côrtes de Atouguia, ano de 1376. Essas providências, no sentido de se desenvolver a nossa marinha mercante, concediam os maiores privilégios aos proprietários de todos os navios de mais de cem toneladas, entre êles o de tirarem gratuïtamente das matas reais a madeira necessária para a sua construção. Na primeira viagem o armador ganhava os direitos alfandegários pela carga que exportasse, e metade, tratando-se de importação. Se o barco se

perdesse nessa viagem, os privilégios estendiam-se pelo espaço de três anos, no caso de se fazer ou comprar outro navio.

Simultâneamente surge com D. Fernando o seguro marítimo. Por meio duma *bôlsa* ou *caixa*, reparava-se a perda do navio maior de cinqüenta toneladas. Os fundos da *bôlsa* saíam de duas corôas por cento dos lucros líquidos, tanto dos fretes, como da fazenda transportada. Com estímulos tam enérgicos, calcula-se como o nosso comércio se engrandeceu e alargou, ao mesmo tempo que se engrandecia e alargava o nosso poder marítimo.

Era já a idéa da expansão, que dominava o pensamento de D. Fernando, mas em cuja directriz errou, por antecipado. Na realidade, não se compreende bem que um monarca tam interessado no incremento da riqueza pública a esbanjasse, por outras vias, em aventuras ruïnosas.

Não esqueçamos que de D. Fernando é também a *Lei das Sesmarias*, contida no título 43, liv. 4, das nossas *Ordenações*. Em matéria de fortificação Lisboa e muitas mais cidades do reino deveram-lhe empreendimentos assinalados na nossa história militar. Sendo assim, é evidente que D. Fernando significa mais alguma coisa de que o amoroso sem vontade que à viva fôrça nos representam nêle. Possuïdor dum alto tacto político, D. Fernando, pelo contrário, trabalhou como ninguém para consolidar a posição difícil de Portugal na Península.

À luz de semelhante critério é que nós precisamos de encarar a sua interferência nas lutas de Castela e do Aragão, umas vezes ao lado dêste, outras ao lado daquela. É que D. Fernando pesava bem donde vinha o perigo para o nosso país. Na hora em que a monarquia central da Península se desembaraçasse do vizinho aragonês, Portugal sucumbiria de-certo, esmagado pela sua ambição absorcionista. Na visão dos acontecimentos, eis porque D. Fernando se mistura em guerras constantes, levando o esgotamento ao erário, bem recheado pelas economias dos monarcas anteriores.

Pôsto o problema nestes termos, D. Fernando é o iniciador do nosso imperialismo. Entalado entre Castela e o Oceano, Portugal carece de se expandir. O monarca pressente essa necessidade, — repara Manuel Bento de Sousa. Mas a expansão que seria naturalmente para o mar, D. Fernando, dominado ainda pelo conceito territorial da Idade-Média, empreende-a para terra. As suas oscilações, a sua aparente inconstância, traduzem no íntimo a mais rija e a mais raciocinada fixidez de pensamento. Unido ao Aragão, D. Fernando procura obter a corôa de Castela. Consegue Castela separá-los. Nem assim, com tanto insucesso, D. Fernando desanima. Vai ao encontro do duque de Anjou e oferece-lhe a sua aliança para recuperar os direitos do extinto senhorio de Maiorca e do Roussillon. Ao crescimento da hegemonia de Castela, D. Fernando opunha uma

fôrça centrífuga, que paralelamente, pela posse do Mediterrâneo ocidental, obrigava o Aragão a refrear-se. Nos mesmos propósitos negociaria D. Fernando a aproximação com o duque de Lencaster, de que resultou a vinda dos ingleses à Península.

À face dos acontecimentos é obrigação nossa corrigir o falso juízo em que a figura de D. Fernando ordinàriamente se amesquinha. Não lhe faltou o plano, nem a decisão. Faltou-lhe o êxito, que em nada depende do jôgo da nossa vontade ou da nossa prudência. «Rei das Leonores», — como lhe chamou a ironia fina de alguém — é através das tortuosidades diplomáticas em que se embrenha a cada hora, que a nós se nos impõe a revisão dos seus contraditórios negócios de amor. Emquanto o amor lhe não bateu à porta... Porque, ao bater-lhe, nós sabemos como D. Fernando se deixou prender nos encantos custosos da castelã de Pombeiro, — essa enigmática *Flor de Altura,* que ainda hoje, depois de tantos séculos, persiste em ser para o historiador uma interrogação suspensa indefinidamente.

Só por Fernão Lopes não é facil avaliar de Leonor Teles, porque o Cronista interpreta a opinião do partido vencedor. Misteriosa e pérfida, Leonor Teles reflecte, sem dúvida, na sua psicologia o elemento corrente da vida humana. Não a pioremos por isso, ao sabor de penas românticas, com efeitos seguros de quinto-acto no desfecho final! Naturalmente ambiciosa, recordemo-nos de que não casou com o Mes-

tre de Aviz só porque não anuíu à sua proposta. Nem tampouco a sua causa estava tam identificada com a do genro, que evitasse ser enviada por êle para o fundo dum mosteiro, em Castela. Senhora em absoluto do rei, a nobreza, a que pertencia, vira-a subir ao trono com desagrado. Percebe-se porquê. É que a rainha, favorecendo a sua linhagem, «*trabalhousse de aver da sua parte todollos moores do reino por casamentos e grandes officios, e fortallezas de logares que lhe fez dar.*» A família dos Teles de Menezes, elevada ao de cima das outras, originou depressa a inveja e o descontentamento, a ponto de Diogo Lopes Pacheco incitar quási o rei Henrique de Castela a invadir Portugal.

Não podemos alhear-nos da época, se não quisermos cair num critério novelesco sôbre Leonor Teles. É na protecção dispensada aos seus que se fundamenta o ódio que lhe cerca o nome. Entretanto, a história regista dela provas significativas de zêlo pelo bem comum. Assim, quando da derrota em Saltes da nossa armada. Amargurou-se o rei com a má notícia. «*Digo-vos, Senhor, que nunca eu outras novas esperei della em minha voontade, salvo estas que agora ouço; porque como eu vy que vós mandavees trazer os baraços cheos de lavradores e mesteiraes, e os mandavees metter com ellos, com outros agravos que fazieis ao poboo, sempre eu cuidei em minha voontade, que tal mandado vos havia de vir dela como vos veio.*» *ElRei callousse nam dando a esto*

resposta, e muitos fallaram antressi dizendo que a Rainha dissera mui bem.»

Mais tarde, em seguida à morte de D. Fernando, «*os boons da cidade chegaram a ella*» que «*prouve de ouvir seu razoado*».

A situação é que se complica por si, no fermento de ambições em que o país se dividia. Notemos que, de modo nenhum, D. Fernando se sobrepusera na sua vontade última à autonomia de Portugal. A herdeira da Corôa era D. Beatriz, mas as disposições de D. Fernando são terminantes quanto à nossa independência. Morto, porém, o Rei, nos conflitos que imediatamente se desencadearam, o monarca vizinho achou pretexto para nos invadir. É interessante que o Mestre de Aviz, segundo o depoïmento do cronista castelhano Pero López de Ayala, foi o primeiro a dirigir-se a D. João de Castela, pedindo-lhe para vir tomar conta de Portugal. Não se diminue com isso o prestígio do Mestre. O que se reconhece é que ninguém nessa hora confusa acertava com o melhor caminho a seguir-se.

Começa que a Pátria não existia, em património moral, tal como hoje existe para nós. O que existia era um forte instinto nacionalista nas populações concelhias que levantaram o guião da revolta. A nobreza enfileirou na maioria ao lado de D. Beatriz. Jurara-lhe fidelidade nas côrtes de Leiria. Detentora da autoridade e da terra, não transigiria nunca com o «*poboo do Mexias de Lisboa*». Depois, viera de

Castela em grande parte, atraída por D. Fernando, quando da sua pretensão àquela corôa. Em tais condições o espírito do tempo não consente que consideremos traidores os que se não bateram com o Mestre. O próprio Mestre, hesitante, no seu primeiro impulso, mandava mensagens para Castela [1].

O procedimento escandaloso de D. Leonor Teles dificultava-lhe, entretanto, a regência. As indisposições, acumuladas de atrás, engrossavam, violentas. O povo que a princípio sentira a sua voz acolhida, pelo menos em boas palavras, pela raínha, insurreccionava-se agora. O mal não provinha de D. Leonor Teles. Provinha antes do galego do Andeiro. Eu creio que em Leonor Teles, ambiciosa e astuta, voltejava um projecto que nos asseguraria contra a sapata de Castela: — ser raínha por si, raínha independente, despachando e governando com o amante. O punhal do Mestre prostra-o depressa. A revolução dum salto estende-se por todo o país. Que fazer? Alvaro Pais

---

(1) Traslado para aqui uma expressiva passagem, muito cheia de a-propósito, que neste momento encontro no livro de Nicolás Heredia, — *La sensibilidad en la poesia castellana*. Ei-la: — «*En la Edad Media el concepto de patria no se determina claramente, porque apenas si se entiende. El feudalismo lo oscurece con frecuencia y el lazo intimo y dulce que hoy une al ciudadano con la bandera nacional, se sustituia con el deber de vasallaje que subordinaba el hombre al señor imediato en vez de subordinalo á la nación. Entonces las fronteras no tenian la inmutabilidad que en las épocas posteriores: un testamento, un matrimonio entre prin-*

lembra o casamento de D. João com a Regente. E a caminho de Alenquer, para onde a raínha se retirara, lá vai êle de embaixada com Alvaro Gonçalves Camelo.

Foi então que se deu o diálogo do conde João Afonso Telo com um escudeiro, do acompanhamento dos delegados do Mestre. «*Que bem viia como Castella era comtra Portugal, e Portugal contra sy mesmo; que bem devia emtender, que tal sandice, qual levantavom dous çapateiros, e dous alfayates querendo tomar o Meestre por senhor que nom era cousa pera hir adiante e que por tanto ao menos por segurança de seus bens que leyxasse a Cidade, e se fosse para eles. Nunca tal vistes,* — disse o escudeiro —, *quando cá estou, parece-me que he assi como dizeis e depois que lá som semelhame que todos não valleis nada, e que quãto me fallais, que tudo he vento.*»

Na sua saborosa franqueza, êste desabafo colocava bem a questão. De sólido, de positivo, nada havia. A proposta do Mestre, Leonor Teles nem de longe a admitira. Que ponto de apoio encontravam, os mesteirais de Lisboa? A razão dos factos achava-se do lado de João Afonso Telo. O pobre do escudeiro

---

cipes, una bula papal, las alteraba profundamente, cuando no las oscilaciones repetidas que las guerras producian.» E acrescenta-se: — «*A' su vez, el vasallo en ciertas circunstancias podia desligarse del juramento de fidelidad y en ese caso nada le retenia en el lugar en donde habia morado, yéndose á otras tierras en busca de soldada.*»

quási que o confessava. Contudo, dentro dêle erguia-se um sôpro de esperança que lhe dava coragem para o resto. Realmente, as virtudes moças da raça é que nos acudiram. Mas de que maneira, Santo Deus! O levantamento das populações manifestou-se sangrentamente em ataques às vidas e à propriedade. Na ausência do Estado, prova-se que todos os movimentos colectivos são sempre desconexos, desordenados, tendendo para a anarquia. Concordemos que Alvaro Pais não encarara mal o caso. A-pesar-de tudo, em D. Leonor Teles subsistia ainda a autoridade constituída. O Mestre pactuava, — e o mais desenrolar-se-ia de portas adentro, (oh, os Alvaros Pais de todos os tempos!) pacìficamente, sem maior desarranjo. Não é outra a hipótese que prefiro. Porque a de Ximénez de Sandoval e de Oliveira Martins, supondo o Mestre apaixonado pela Regente, apresenta-se-me muito carregada de intenção romanesca.

Falidos os cálculos de Alvaro Pais, a situação, já irreparável, precipitou-se na agudeza extrema. A *jacquerie* municipal subia como uma onda brava, tocando quási as raias do que hoje se diria um *sovietismo* total. Basílio Teles aprecia bem êsse conflito tremendo, ao escrever que não se travava duma crise de dinastia ou de independência, mas duma crise de classes, duma revolução ou remodelação estrutural do Portugal da Idade Média. E Basílio explica: — «porque as classes que compunham o organismo da pátria se movem entre si guerra, se deslocam e remo-

delam pela proscrição final da nobreza, porque o equilíbrio interno se desmancha e se restabelece mal, dêsse modo...»

* * *

Desencontrada e confusa se nos revela a época em que D. Fernando viveu e morreu. Pondo de parte critérios excessivos e em mais dum aspecto inteiramente desprovidos de base, importa que na obra inadiável da correcção à nossa história o reinado de D. Fernando ocupe a atenção que em justiça se lhe deve dispensar. Ninguém, como êle, procurou servir o interêsse da pátria territorial, e, embora fôssem por vezes errôneas as directrizes do seu espírito, ainda aí a culpa não era absolutamente do monarca. Era antes da encruzilhada em que êle se debateu, solicitado pelas idéas da idade nova que surgia e ao mesmo tempo ligado à concepção do mundo mediévico que expirava. O processo objectivo não basta, pois, para que o historiador interprete e sinta em tôda a sua realidade a obscurecida figura de D. Fernando. É preciso que penetre na alma dêsse fim de século em que o marido de Leonor Teles arrastou a tragédia da sua inteligência e da sua hesitação, para que no-lo ressuscite dentro da verdade honesta que não é lícito negar-se a ninguém. Basta apenas considerar a preocupação de D. Fernando em que Portugal se mantivesse sempre «reino sobre sy», para

que o libertemos da velha calúnia que no-lo apresenta como entregando-nos de mãos atadas à ambição aviltante de Castela. Puro engano, no fim de tudo! Exactamente, para esconjurar semelhante perigo, é que D. Fernando oferece ao Trastamara, já viúvo, a mão da pequenina D. Beatriz.

Adivinhando-se perto da morte, D. Fernando compreendeu que, sem mais sucessores directos que uma débil princesinha, a guerra civil se atearia em Portugal, levantada pelos Infantes seus irmãos. Naturalmente, Castela, que estava de atalaia, aproveitaria o momento para intervir em benefício próprio, num país retalhado, empobrecido, esgotado. Caminha D. Fernando ao encontro dessa ameaça e pretende humanizá-la com a sua proposta de casamento. D. João I de Castela aceita-a, lavrando-se em Salvaterra o contrato nupcial aos 2 de abril de 1383. As cláusulas eram de tal natureza que há quási duzentos anos D. Cristóbal Losano as apreciava do seguinte modo no seu curioso livro *Los Reyes nuevos de Toledo*: « *Vayase reparando y se verá, como he dicho, que al Rey de Castilla no se le daba con este casamiento sino un titulo honorifico, sin renda ni vasallos, y aun esto al quitar en teniendo hijo mayor. Conque no me espanto que los portugueses de una y otra parcialidad viniessen bien á ello, pues de cualquier modo les quedaba Rey ó Reina portuguesa que los gobernase, y el de Castilla sólo por Rey de comédia.* »

Efectivamente, as capitulações estipuladas em Sal-

vaterra garantiam totalmente a nossa independência, pelo menos no papel, e admitindo a fé que num contrato se supõe sempre nas partes contratantes. Por fôrça delas, caso D. Fernando não tivesse filho varão, suceder-lhe-ia na corôa sua filha D. Beatriz, podendo o rei de Castela, seu marido, usar o título de rei de Portugal, mas ficando entre nós como governadora a raínha mãi D. Leonor Teles, emquanto o filho ou filha que viesse a nascer do casamento de D. Beatriz não atingisse os doze anos. Ao atingi-los, porém, empunharia logo o ceptro de D. Fernando, deixando imediatamente seu pai, o rei de Castela, de usar o título de rei de Portugal.

Segundo resulta do contrato de Salvaterra, D. Fernando até desherdava a própria D. Beatriz no seu desejo de salvaguardar a nossa autonomia. Como do anterior matrimónio de D. João de Castela com D. Leonor de Aragão ficara mais dum filho, sendo um dêles o futuro Henrique III, não havia assim perigo algum de que se unificassem as duas corôas. Apelando desta forma para a fidelidade que o monarca castelhano devia ao contrato que recebera e jurara, D. Fernando mostrava-nos quanto o preocupava o futuro da pátria que Deus confiara à sua guarda.

De resto, êsse sentimento andava tam vivo no espírito de D. Fernando, que bem o testemunhou no seu último instante. Narra Fernão Lopes: — «*E sentindo sua morte muito cêrca, sendo já memfestado,*

requereu que lhe dessem o Sacramento; e quando lhe foi apresentado e contaram os artigos da fé, como é costume, dizendo-lhe se cria assim tudo e aquelle Santo Sacramento que havia de receber, respondeu ele e disse: — «Tudo isso creio, como fiel christão, e creio mais que Elle me deu estes reinos para os manter em direito e justiça; e eu, por meus peccados, o fiz de tal guisa que lhe darei d'elles mui mau conto.» E dizendo isto, chorava mui de voontade, rogando a Deus que lhe perdoasse...»

Olhemos, pois, o pobre e desventurado soberano com mais respeito e com outra compreensão do seu grande esfôrço nacionalista. A estrutura económica da nacionalidade deveu-lhe com a lei das *Sesmarias* um impulso tam forte e tam fecundo que é ainda às velhas medidas fernandinas de fomento que Portugal amanhã irá buscar, no seu regresso à terra, o segrêdo perdido do seu ressurgimento agrícola. D. Fernando aparece-nos, através dêsse critério, verdadeiramente enquadrado nas proporções exactas da sua figura. Que surja alguém a estudar-lhe o reinado e a obra com amorosa atenção, — e então se verá que nada mais falso, nos estouvamentos políticos que se lhe atribuem, de que o epíteto de «formoso e inconstante», com que a História alvarmente o catalogou na procissão gloriosa dos nossos Reis!

Agôsto, 1918.

OLIVEIRA MARTINS

OLIVEIRA MARTINS

Por uma singular coincidência, Oliveira Martins faleceu no mesmo dia em que setenta e quatro anos antes rebentara no Pôrto a revolução de 1820. Vitima como poucos do romantismo politico que nos desorganizou a pátria, Oliveira Martins foi o primeiro que històricamente lhe instruíu o processo. É uma figura ainda hoje mal interpretada a dêsse homem que no seu drama mental incarna e simboliza o drama mental de tôda a sua geração.

Não é indiferente lembrar aqui que o historiador encontrara no ambiente familiar a memória sempre viva do seu avô materno, o desembargador Joaquim Pedro Gomes de Oliveira. Membro da Regência do Reino logo em seguida à revolução do Pôrto, Gomes de Oliveira subiu depois aos conselhos do Estado, marcando com prestigio e com carácter o seu lugar ao lado dos que mais de perto representaram entre nós os precursores da reacção contra os erros do Libera-

lismo. Oliveira Martins alude a êle com veneração no *Portugal contemporâneo.* E eu creio bem que, pelas leis misteriosas do sangue, o avô ressurgiria no neto, quando Oliveira Martins, cansado de peregrinar através de todos os mitos filosóficos, se reconciliou com as vozes ocultas da sua raça e da sua consciência, abraçando rasgadamente a tradição católica e monárquica, de que a nossa pátria é a obra admirável.

Há em Oliveira Martins duas fases aparentemente contraditórias que, na sua amarga experiência, nunca será demais acentuar com precisão. Acordara o historiador para os cuidados do pensamento numa época em que as doutrinas, saídas do movimento de 48, perturbavam profundamente a Europa agitada por um vento novo. O socialismo teórico de Oliveira Martins não deriva inicialmente de outras origens no seu interêsse comovido pelas reivindicações das classes humildes e desprotegidas. Se, por um lado, o levou às proximidades da negação social, também é certo que, rectificada a sua inteligência pelos ensinamentos dum Stein e dum Mommsen, nêle acharia Oliveira Martins o caminho seguro duma política tôda cheia do reconhecimento da Autoridade, como sendo a única fôrça capaz de restituir Portugal ao seu equilíbrio perdido.

Nas inclinações profundas de Oliveira Martins para os trabalhos sérios da História, falando-lhe pèrfidamente à imaginação, Michelet e Carlyle deram-lhe

o gôsto das pinceladas romanescas, onde o panfletário, em nome dum falso subjectivismo, se sobrepõe, nas suas fugas declamatórias, à serenidade imparcial do observador. É quanto existe em Oliveira Martins das passageiras predilecções jacobinas da sua mocidade. Oliveira Martins crescera intelectualmente no convívio forte de Proudhon. E Proudhon, — ninguém o ignora hoje! — foi um dos adversários mais implacáveis das ideologias burguesas do 89.

Com a sua notável acuïdade crítica, Paul Bourget denuncia algures, a-propósito de Amiel, o efeito corrosivo das idéas germânicas numa sensibilidade estruturalmente latina. Tal é, na maior evidência, o caso de Oliveira Martins. O seu autodidactismo conduziu-o, por entre as inquietações do século, ao encontro dos pensadores alemãis. O encanto da análise precipitou-o precocemente na impossibilidade da conclusão, entregando-o às fáceis sugestões da dúvida metódica, a-pesar da sua bela natureza de afirmativo. A teoria do Acaso, já bem transparente no livro *O helenismo e a civilisação christã*, torna-se de-pressa a dominante das suas locubrações.

É aqui onde Oliveira Martins acusa os resíduos protestantes dos seus mestres preferidos. O conflito da sua hereditariedade católica com os exageros do niilismo filosófico, recebido da Alemanha, aboliu em Oliveira Martins o sentido imediato das realidades. Moniz Barreto chama-lhe um «homem interior», apontando-lhe, como linha preponderante da sua in-

teligência, o que êle define por «imaginação psicoló-
gica», isto é, o dom de ver as intimidades da alma,
de surpreender as diferenciais do carácter.

Compreende-se que, nesta disposição especial do
seu temperamento, Oliveira Martins transportasse para
o campo da história o processo literário dum Sha-
kspeare. O indivíduo prevaleceu sôbre o corpo da
colectividade, as gerações desapareceram atrás dos
vultos que as conduziram ou sintetizaram. Carlyle
traduz-se na sua concepção dos *heróis*. Mas Oliveira
Martins, fazendo da nossa história uma galeria de
medalhões, foi a êle próprio que se reflectiu em
quantas personalidades arrancou ao segrêdo dos tem-
pos e à poeira dos arquivos.

O que é a *Vida de Nun'Alvares* senão o seu
retrato psíquico, senão o espelho fiel do seu espírito,
finalmente repousado num misticismo intelectual que
lhe abriria as portas da conversão religiosa? No
admirável esbôço que no *Portugal Contemporâneo*
nos deixou de Alexandre Herculano, quantas vezes
Oliveira Martins se debruça sôbre si mesmo, trace-
jando os recantos mais inacessíveis da sua autobio-
grafia moral. «O mundo era elle, — escreve —, e
nada mais além da sua razão, da sua consciencia, da
sua liberdade. E quando as feridas, as perseguições,
os ataques, os ultrajes são profundos como os que
o expulsaram da politica, — e tambem das letras, —
Alexandre Herculano, o estoico, repetindo a historica
frase do Africano, suicida-se . . . Não o mata o scepti-

cismo, mata-o o excesso d'uma incompleta doutrina.»

Foi o excesso duma incompleta doutrina que matou também Oliveira Martins. Sentia-o de antemão o escritor, ao levantar nos improvisos geniais da sua pena a sombra já obscurecida do solitário de Val-de-Lôbos. «Via-se que lá dentro luctavam a doutrina e a lucidez», — acrescenta ainda acêrca de Herculano, numa outra passagem, Oliveira Martins.

O «homem-interior» imprimia assim a sua individualidade abundante aos escorços nem sempre acabados das suas criações. Nesse duelo dos *princípios* com os *factos* está tôda a tragédia mental de Oliveira Martins. Atirado para as encruzilhadas do mundo, sem outro guia que uma profunda vontade de acertar, a Oliveira Martins aplica-se a confissão conhecida de Antero de Quental na sua célebre carta a Wilhelm Storck.

«O facto importante da minha vida, durante aquêles anos, e provàvelmente o mais decisivo dela, — declara Antero —, foi a espécie de revolução intelectual e moral que em mim se deu, ao sair, pobre criança, arrancada do viver quási patriarcal de uma província remota e imersa no seu plácido sono histórico, para o meio da irrespeitosa agitação intelectual dum centro, onde mais ou menos vinham repercutir-se as encontradas correntes do espírito moderno. Varrida num instante tôda a minha educação católica e tradicional, caí num estado de dúvida e incerteza,

tanto mais pungente quanto, espírito naturalmente religioso, tinha nascido para crer plàcidamente e obedecer sem esfôrço a uma regra reconhecida. Achei-me sem direcção, estado terrível de espírito, partilhado mais ou menos por quási todos os da minha geração, a primeira que em Portugal saiu decididamente e conscientemente da velha estrada da tradição.»

Despojado das normas seguras em que a sua mentalidade necessitava de se vazar, — naturalmente crente como Antero, e como Antero disposto à obediência voluntária e deliberada —, Oliveira Martins achou no racionalismo do século findo a fórmula satisfatória de tantas das suas aspirações iludidas. Emquanto Maucaulay, Quinet e outros preceptores da dissolução monárquica e católica lhe ministram os primeiros ensaios nos domínios da história, psicologia aberta às indicações anárquicas duma cultura de improviso, Oliveira Martins não tarda a dividir-se, em relação aos grandes problemas da existência, entre a metafísica de Hegel e o romance messianista da Evolução. Entregue ao mito do Progresso-Indefinido, o indivíduo será para êle a medida do Universo e ainda o possível elemento capaz de transformar a humanidade na sua ascensão vagarosa e inconsciente.

Com êste critério, cristalizado definitivamente em teoria na concepção materialista do Acaso, é que Oliveira Martins lançou mão à sua *História de Portugal*. Livro desgraçado êsse, é o que infelizmente

se repete e aponta como caracterizando a fisionomia espiritual do escritor. No entanto, despreza-se e calunia-se o outro Oliveira Martins, o Oliveira Martins da segunda fase, — o daquela em que, pela primeira vez entre nós, alguém, regressado da babilónia ideológica da sua época, procurou nobremente realizar o acôrdo do Pensamento com a Acção.

Eu já assinalei, como vício fundamental da obra de Oliveira Martins, a influência nefasta das idéas germânicas na sua sensibilidade, conformada pelos serenos moldes latinos. Prova-o largamente o *Systema dos mythos religiosos*, escrito debaixo da fascinação da *Joven-Alemanha*, numa hora em que «d'Alem Rheno, — nota um seu biógrafo —, os *semitas* alemães envenenavam os catolicos do meio dia, e de cujas idéas nasceu este descalabro europeu, bem mais perigoso que o terror espalhado pelo alfange, que viera do sul» (1). Resultou para Oliveira Martins, da sua subalternização a uma filosofia sectária e falsa, o abuso de criticismo que o trouxe, quanto à nacionalidade portuguesa, quási às portas da sua condenação. Seduzido pela utopia da *Internacional*, em que se filiara, não se apagaram tam cedo na sua inteligência os vestígios dessa miragem tresloucada, onde teve Antero de Quental por companheiro ardoroso. Eis a génese do Iberismo de Oliveira Martins

(1) Frederico Diniz d'Ayalla, *Os Ideaes de Oliveira Martins*, Lisboa, 1897.

que, começando por ser revolucionário, terminou imperialista e brigantino.

Neste estado confuso de espírito abordou Oliveira Martins a sua *História de Portugal*. O discípulo de Michelet reviveu no ódio aos Reis e ao fanatismo dos Padres. O kantista puro só pôde olhar para o passado, através dos seus restritos conceitos individualistas. Adormecida a sua educação católica e tradicional por um autodidactismo impertinente, só a teoria do Acaso subsistiu, dando-lhe soluções transitórias e limitadas, nesse profissional da dúvida metódica que foi Oliveira Martins. Com semelhante genealogia, a *História de Portugal* nunca seria mais do que o reflexo do seu autor, solicitado para desencontradas correntes pela loucura negativista do tempo. Contudo, em Oliveira Martins, o *historiador* existia. E porque existia, é que diante da Casa de Aviz e da geração dos «altos-Infantes», êle reconheceria a Pátria, não como um facto natural e eterno, mas ao menos como uma criação da vontade forte dos seus soberanos.

Vinham de atrás as simpatias cesaristas de Oliveira Martins. Silva Cordeiro quere descobri-las até no prefácio do seu *Phebus Moniz*. À base, não passavam talvez duma sobrevivência psíquica do avô que servira D. Miguel, depois de corrigido pela experiência no seu vago romantismo político. O que é certo é que, na meia penumbra da sua hereditariedade, êsse apêlo instintivo para César volver-se-ia

no polo positivo do doutrinarismo de Oliveira Martins. Se êle denunciava a decadência de Portugal, não lhe redigia, no entanto, sinistramente, o têrmo de óbito. Incorporado na vida moderna, Portugal salvar-se-ia pela seiva perigosa da Revolução. Mas a Revolução de Oliveira Martins não era a revolução burguesa de Teófilo Braga, com quem êle, para honra sua, nunca se entendeu. Era a revolução social de Proudhon, inimiga das abstracções sanguinárias do Terror, confiada num ideal generoso de perfeição e justiça.

Sabe-se como Proudhon é hoje um dos doutores mais escutados da *Action Française*. Pois bem! Proudhon traria entre nós Antero e Oliveira Martins à aceitação da Realeza. Nada mais difícil do que fixar a psicologia de Oliveira Martins em tam apertado ensaio. Mas, seguindo sempre o socialismo sincero da sua mocidade, nós acompanharemos o fio que directamente o conduziu a ministro da Corôa com el-rei D. Carlos. Não foi de modo nenhum um renegado, um apóstata, — como pretendeu o facciosismo jacobino. Na incerteza da verdade, Oliveira Martins adoptou atitudes superficialmente contraditórias. Todavia, procurando bem, a unidade da sua vida manteve-se inalterável, como um exemplo único de coragem e de abnegação.

Ia eu falando de Proudhon. Proudhon poria de àlerta Oliveira Martins contra as ficções enganadoras do Constitucionalismo. No seu amor ao desafôgo económico do proletariado, Oliveira Martins embre-

nhou-se no estudo aturado da organização socialista alemã. Por paradoxal que pareça, é aí que o crítico de *Portugal contemporâneo* se penetra da noção histórica do Estado, talvez já recebida de Hegel. Nos seus vícios estruturais, o germanismo, para evitar o vácuo, encaminha-nos para o Absoluto. Donde a quási divinização do Estado, com Fichte e Hegel por seus corifeus na pátria de Kant, — no solar do *livre-exame*. Não nos espantemos, por isso, que Oliveira Martins lhe sofresse o contágio!

Também Antero o sofreu, a ponto de, surpreendido, se interrogar na sua *Autobiografia*: — «Como acomodava eu êste culto pelas doutrinas do apologista do Estado prussiano, com o radicalismo e o socialismo de Michelet, Quinet e Proudhon?»

É fácil de se estabelecer em Oliveira Martins a passagem de Lassalle para Mommsen. A *Joven-Alemanha* de 48 resolvera-se no império de 71. Oliveira Martins vê no cesarismo a satisfação das suas reivindicações mais queridas. A queda da República-Romana põe-lhe o problema nìtidamente. A república em Roma cai porque se sente orgânicamente incapacitada de solucionar a questão social. O advento de César marca, pelo contrário, o advento duma paz duradoura entre as diversas classes em luta. A monarquia socialista é desta maneira o tipo apresentado por Mommsen a Bismarck para a consolidação do novo Império. Oliveira Martins medita e conclue emfim. E não tardará que em crítica ao livro de António de

Serpa Pimentel, — *Da nacionalidade e do govêrno representativo*, terminantemente assevere: — «Da Alemanha, confessa o sr. Serpa que debaixo das formas constitucionais é uma espécie de cesarismo», afirmando-nos porém logo *ex-cátedra* que a duração dêsse cesarismo será efémera. O tempo dirá que forma há de durar mais, se o cesarismo dos impérios e as ditaduras das repúblicas, — ou as combinações equilibristas do parlamentarismo, invenção recente e que a demografia e a história mostram serem apenas viáveis nas pequenas nações.»

Que não era viável entre nós mostrou-o Oliveira Martins no *Portugal contemporâneo.*

Já em plena autonomia de pensamento, Oliveira Martins é nessa obra definitiva o historiador que se possue. Mata-o, contudo, como êle dirá de Herculano, o excesso de uma doutrina incompleta. Como fórmula ou como mito, Oliveira Martins ainda acreditava na Democracia. Faltava-lhe a lição contra-revolucionária dum Taine ou dum Renan. Não é, pois, para estranharmos que, no prefácio do seu livro monumental, o escritor declare, sem ocultar a hesitação: — «Mais de um abrirá o livro, confiado ou receoso de encontrar nas suas páginas as opiniões que passam por ser revolucionárias, e muitos acabarão chamando reaccionário, — até miguelista! — ao que o escreveu.» No entanto, o Liberalismo encontrou no *Portugal contemporâneo* o seu processo inexorável. O divórcio da natureza histórica da nacionalidade

com os algebrismos inertes da *Carta*, Oliveira Martins o marcou em períodos que nunca mais se esquecem.

Com as suas reclamações de tôda a hora equacionadas pela política aprendida em Mommsen, Oliveira Martins quis ser o reformador da «pobre Turquia do Ocidente». Seguiu-o Antero, cheio de fé, sendo a última vez que Antero acreditou em alguma coisa. Na *Política e economia nacional* e no *Projecto de lei do fomento rural* inscreveu Oliveira Martins sòlidamente o seu programa. Antecipado duas gerações, e vítima dos defeitos duma «doutrina incompleta», que já inutilizara Herculano, Oliveira Martins enganou-se, porém, quando supôs modificar a estrutura mórbida do Estado, ingressando num dos partidos constituídos. Choveram sôbre êle os epítetos mais injuriosos. Ao lado de Braamcamp, Oliveira Martins, já no partido progressista, explicava ingènuamente: — «É mister que o antigo partido *patuleia* se inspire numa política nova e que, abandonando a preocupação exclusiva de juristas, mais ou menos radicais, hoje que as questões de direito público por tôda a parte se subalternizam às de economia social, mostre, perante a restauração da autoridade e da riqueza nacional e perante a protecção a dar aos desherdados da fortuna, o mesmo espírito democrático de que em outros tempos deu provas, quando se tratava de dotar o povo com garantias e direitos políticos.»

O período transcrito indica-nos bem como a tentativa de Oliveira Martins se destinava ao insucesso.

As conseqüências duma «doutrina incompleta» feriam-lhe sem remédio o sonho acalentado durante tantas e tantas provações, mas Oliveira Martins guardava consigo elementos seguros para uma séria reconstituição nacional. Desde as suas idéas sôbre Fomento às idéas sôbre Representação, um plano vasto se desenhava, — e com bases mais que fundamentadas, para que a natureza histórica de Portugal se salvasse. Mas quê? A grande ilusão subsistia. E se Oliveira Martins apelava para o Rei, para o engrandecimento do seu poder, êle mesmo participava dêsse partidarismo que era imperioso exterminar!

Debalde Antero se colocou à frente da *Liga Patriótica do Norte*. Debalde o início do reinado de D. Carlos facilitava o esfôrço reparador. Os partidos puderam mais! Oliveira Martins, ministro, tropeçou de-pressa nas rabulices de Dias Ferreira. Mas a sua influência no Rei manteve-se firme. «Uma *monarquia socialista*, como a dos Hohenzollern, que alie as *duas artes* — militarismo e reformas económicas, eis todo o ideal germanista dos Benst, dos Bismarcks, dos Mommsen, que por um conjunto de circunstâncias se tornou o ideal politico de Oliveira Martins e que evidentemente está orientando o novo reinado», — observaria, já falecido Oliveira Martins, Silva Cordeiro no seu livro notabilissimo *A crise*. Efectivamente, D. Carlos adivinhara em Oliveira Martins o seu estadista, o seu colaborador, muito embora as exigências do pacto constitucional o impedissem de lhe

evitar a queda. Tanto Oliveira Martins o reconheceu, que o seu *Principe Perfeito* seria dedicado ao moço Rei, mais tarde sacrificado pelos mesmos partidos que a êle lhe haviam imposto o pior dos ostracismos.

Entretanto, a morte vinha colhêr de surprêsa Oliveira Martins. O misticismo filosófico que inspirara a *Vida de Nun'Alvares* atingira já as fontes vivas da Fé. Em perfeito acôrdo de si, pediu espontâneamente os auxílios da Igreja, confessando-se e comungando na manhã de 21 de Agôsto de 1894. Dois dias decorridos recebia a extrema-unção «com perfeito conhecimento do que se praticava, respondendo ás orações rituaes», — informa internecidamente uma pessoa de família, talvez sua espôsa. Não domino o desejo de continuar ouvindo êsse piedoso testemunho do fim cristianíssimo do historiador. «Depois despediu-se de todos os seus parentes e domésticos, pedindo-lhes perdão. Pediu também que dessem saüdades aos amigos e que se lembrassem dêle com saüdade. Beijou muitas vezes um crucifixo que sua mulher lhe apresentava, e preguntou a seu irmão: «isto ainda durará muito?» pensando que ia entrar na agonia.» E às seis da manhã de 24 de Agôsto, Oliveira Martins adormecia no Senhor (1).

Assim terminou a sua vida setenta e quatro anos contados sôbre a revolução de 1820 quem foi em Portugal uma das mais ilustres vítimas do Liberalismo.

---

(1) Vid. ob. cit.

Nosso precursor, Oliveira Martins ensina-nos que uma idéa não triunfa emquanto não alcança a sua franca maturidade e emquanto se não cria à volta dela um estado de espírito disposto a aceitá-la. Oliveira Martins teve por isso mesmo a sorte de todos os antecipados. Só hoje, a distância, o que aos olhos dos seus contemporâneos pareceu uma deserção, ou uma inconseqüência, se manifesta e revela como o acto mais corajoso e mais coerente duma existência árdua de pensador. Nas suas dúvidas, no seu negativismo, Oliveira Martins padeceu por nós, — os mais moços, — as torturas dum século de instabilidade e mentira. Quando, ao cabo de muito êrro sincero, se repousou na tranqüilidade duma convicção dolorosamente conquistada, o escritor estava de regresso por *conclusão* àqueles princípios que lhe deixara no sangue a herança quási esquecida de seu avô materno. Sirva-nos de estímulo tam extraordinária lição! E mais persuadidos do que nunca do valor das grandes verdades tradicionais, saibamos restaurar pelo exercício desassombrado da razão as instituïções que, esclarecidos apenas pela experiência, os nossos antepassados conservaram e defenderam através de tantas vicissitudes e desalentos. Se mais felizes do que Oliveira Martins nós o conseguirmos, é a continuïdade da Pátria que se reata, — será Portugal por si próprio retomando o curso suspenso da sua história!

Agôsto, 1918.

ALCÁCER-QUIBIR

ALCÁCER-QUIBIR

A batalha seria ganha por nós, se vozes desencontradas não nos tivessem suspendido o avanço, quando já os cavaleiros portugueses tocavam a liteira doirada em que se escondia o cadáver ainda quente de Abd-el-Melek, — o «Maluco» dos nossos Cronistas. Mas o capitão Pedro Lopes cravou de súbito no chão a sua alabarda, dando o sinal de alto. Brados de «Ter! Ter!» se seguiram por todo o campo. E emquanto na pausa do ataque, a nossa gente se sofreava um pouco, o exército inimigo fechou a sua meia lua e a sorte do combate foi mudada dum momento para o outro.

Assim a 4 de Agôsto de 1578 os areais sedentos de Alcácer-Quibir se embeberam no sangue generoso duma nação que, recuperando o sentido perdido da sua vocação histórica, tentava resgatar-se ali dos fumos dissolventes da Índia, onde a sua antiga energia quási se desnaturara de todo. Era como que uma cruzada

póstuma essa em que Portugal inteiro se empenhava, atirando de novo o seu esfôrço heróico para o «Algarve de Além-Mar», — escola admirável das virtudes da raça, que nêle aprendeu com a geração dos altos Infantes a dilatar a Fé e o Império. Tarde acordávamos do sono de ópio em que por quási um século nos haviam desbaratado as aventuras mercantilistas do Oriente. Começava a definir-se o desvio que sofrera a nossa indicada expansão para o mar. E se alguém supõe que a jornada de África não passou duma cavalhada de loucos, é tempo já de se convencer que uma grande aspiração colectiva a inspirou e dirigiu!

A justificá-lo plenamente aí está a questão de Marrocos, pondo com tôda a nitidez, diante dos nossos olhos, a importância do objectivo que El-Rei D. Sebastião procurava atingir. Já um escritor inglês observou, esclarecido pelas elucidações do passado, ser uma lei da história que os habitantes da Península dominem os que demoram do lado de lá do Estreito, se é que não querem ser dominados por êles. Não é, porém, sòmente a sua segurança que a Península coloca na posse da cabeceira de África. É também a chave do Mediterrâneo, chamando para as nossas mãos a supremacia dos dois mares que legìtimamente nos pertence.

Esta unidade de desígnios e de interêsses levou Portugal a achar a fórmula perfeita da sua política externa na segunda metade da dinastia de Aviz. «Depois que em Aljubarrota e Toro os portugueses e

castelhanos afirmaram reciprocamente a sua independencia contra mutuas tentativas de invasão, iniciou-se na Peninsula um período de inteligencias diplomáticas que dura um seculo e corresponde em Portugal aos, reinados de D. João II, D. Manuel, D. João III, e em Hespanha aos reinados de Fernando e Isabel, de Carlos V, de Filippe II, » — escreve o malogrado Moniz Barreto no seu estudo admirável *A situação geral da Europa e a politica exterior de Portugal.* Durante esse período, que é o de maior prosperidade e grandeza dos povos peninsulares, a consciencia da força propria suprime desconfianças e temores e a identidade de aspirações e sentimentos cimenta as bases de uma aliança em que compartilhamos com a Hespanha a hegemonia no Mediterraneo ocidental e nos dois oceanos.» E Moniz Barreto continua, como se as suas páginas tivessem saído da lição profundíssima da guerra actual: — «É este pensamento que inspira os casamentos dinasticos, e se traduz por auxilios militares, que conduz um infante de Portugal á barra de Tunis, que faz combater os cavaleiros hespanhoes nos areais de Alcacer Kibir, que, encontrando interpretes condignos nos grandes poetas da peninsula, enche de elogios magnificos do genio hespanhol a epopeia das glorias portuguesas, que dicta a Herrera a lamentação á morte do rei desejado, que em pleno reinado de Filippe IV leva o maior vulto do teatro nacional hespanhol a coroar com a aureola da poesia a memoria do Infante Santo.»

Ressaltada a importância da questão marroquina, nós interpretamos agora melhor o alcance da emprêsa de D. Sebastião. Sucedia que precisamente nessa altura o desenvolvimento do Turco na Europa constituía um perigo de morte para a Cristandade, que o mesmo é que dizer para a «civilização». Nestas condições retomar a nossa velha influência em Marrocos representava não só um ponto de apoio para a consolidação do nosso imperialismo, mas para a própria defesa da Latinidade. A ameaça islamita engrossava de tal maneira, tornando-se de dia para dia um pesadelo inconjurável, que já S. Pio V prègara uma cruzada, de que Lepanto foi o resultado de maravilha.

Refeita a Igreja do golpe que à sua unidade lhe atirara Martinho Lutero, — o «homem-alemão», o concílio de Trento, iniciando a Contra-Reforma, fixara o ideal da época numa nova recristianização dos povos. Dá-lhe expressão poética Torquato Tasso, escolhendo simbòlicamente Godofredo de Bouillon para herói do seu poema. Ninguém ignora que entre nós poetas e humanistas, com Camões à sua frente, incitam D. Sebastião a subjugar a «mauritana lança». Não se tratava duma rapaziada sem tino. Tratava-se dum movimento bem sentido e ardido na alma da nação. O entusiasmo era tamanho que «o pintor e arquitecto Francisco de Holanda, — conta Costa Lôbo —, oferecia ao rei os serviços da sua arte para arvorar sôbre a tôrre de mesquita de Marrocos uma imagem da Nossa Senhora da Guerra, e uma cruz sô-

bre o monte Atlas.» Por isso, nas suas exéquias, orando em Santa Maria de Belém diante da eça armada, mas sem o corpo do Rei, fr. Miguel dos Santos exclamaria: — «*Rei desde menino, creado em vontade com mimos, e com fumos de imperador de Marrocos, levantados com autoridade de muitas mentiras entonadas com tantos capelos, e sopradas com tantas letras e tanta nobreza, não era muito que no-lo levassem onde vimos!*»

E num gesto de apóstrofe larga, o monge confessava de cima do púlpito a culpa de todos, — a culpa da nação em pêso: — «*Pois quem vos matou? Matou-vos o bispo, matou-vos o clero, matou-vos o frade, matou-vos a freira, matou-vos o grande, matou-vos o baixo, matou-vos o povo, matei-vos eu, matámo-vos todos quantos somos!*»

É certo que, assinalando a razão bem portuguesa da jornada de África, eu não procuro de modo nenhum encobrir a precipitação e a leviandade que procederam à sua preparação. Mas não nos percamos nos detalhes, que de nada valeriam se D. Sebastião houvesse vencido! O que é preciso é encará-lo como incarnando no seu ardor místico de Galaaz a consciência religiosa duma pátria, que, pela espada ao serviço da Cruz, encontrara a fôrça moral da sua finalidade. Com os elementos decisivos que hoje a psicologia nos fornece, não podemos doutro modo explicar a figura de D. Sebastião. Será um crepúsculo de raça, — o remate lógico dum atavismo doentio.

Assim o encarou Manuel Bento de Sousa num livro que, afora a formação racionalista do seu autor, ainda é do melhor que sôbre história possuímos. Refiro-me, — é de ver —, a *O Doutor Minerva.* Tem Manuel Bento de Sousa o insuspeitíssimo valor de ilibar os Jesuítas da responsabilidade que lhes assacam no desastre de Alcácer. É bom que se declare desde já que nos Jesuítas e no cardial D. Henrique achou sempre o partido espanhol a mais pertinaz e altiva oposição. «Foi o grande marquez de Pombal, grande em tudo, até em mentir, que no seu libello contra os jesuitas accumulou quantas culpas a imaginação podia levantar, como se os verdadeiros maleficios da Companhia não bastassem para a condenar,» — fala o anti-clericalismo honesto de Manuel Bento de Sousa; foi ele quem deu mais curso a tal inexactidão, fazendo do padre Camara um corruptor do moço rei por interesses da ordem.»

E é ainda o crítico de *O Doutor Minerva* quem nos descreve o caluniado preceptor de D. Sebastião: — «Nos cargos superiores da Companhia governava os padres pela paz e tudo dirigia pela brandura, comovendo pelo sincero desapego deste mundo. Reitor do colegio de Coimbra, só tinha para os seus subordinados a mansidão, e baixado, por disciplina ou por experiencia, de reitor a cosinheiro da casa, sofreu a mudança com a mais angelical paciencia.»

Pertencia Luiz Gonçalves da Câmara às mais nobre famílias do Reino. Pois, a-pesar da sua origem

e do seu nascimento, nas terras da Moirama, — prossegue Manuel Bento de Sousa —, «sacrificou à consolação dos cativos o tempo, o descanço e a saude. Viveu nas masmorras e foi adorado pelos prisioneiros, que se prostravam na sua passagem, beijando-lhe o habito, e pedindo com encarecimento o refrigerio da sua presença». De resto, o maior elogio do Padre Câmara e de seu irmão Martim está nas seguintes palavras dum publicista espanhol, D. Alfonso Danvila y Burguero, extraídas da sua monumental monografia *Dom Cristobal de Moura*, ao acusar os Câmaras como inimigos da penetração filipina: — «... *apoderados por completo de la voluntad del Rey... comenzaron a reinar sobre Portugal, constituyendo el arma principal de su poderio y el objetivo constante de su politica, el odio y la inimistad contra Castilla, considerada por ellos como la causa de todas las desdichas y la explicacion de todos los desaciertos de la Corte Lusitana*».

Discípulo dum espírito moldado em provadas virtudes religiosas e patrióticas, como fica visto, D. Sebastião teve mais por aio a D. Aleixo de Menezes. O seu carácter recebeu bem cedo as direcções morais dêsses dois varões, dignos da moldura sóbria dum Plutarco. O país reagia contra a desnacionalização da Renascença, — e reagia com fogo. O Rei na sua infância era uma esperança em botão. Queriam-no criado à maneira antiga, livre de modas estranjeiras que o fariam de todos, menos nosso. É um voto

comovente o das Côrtes de 1562. «*Trabalhay por que se crie nos costumes do antigo Portugal,* — clamavam os Três-Estados do Reino —, *porque usos peregrinos são prejudiciaes. Tornai-lhe a guarda dos ginetes, tirai-lhe esta, que mais convem para El-Rei do Congo, que para Poderoso Rey de Portugal. Não se nomeiem diante dele Sumilheres, se assim lhe chamais: vista á Portuguesa com seu Camareiro-mór, coma á Portuguesa, cavalgue á Portuguesa, fale á Portuguesa, todos os seus actos sejam Portugueses, e com isto lhe fareis habito para que tenha grande amor ao Reyno e cousas dele.*»

Não se escutou inùtilmente o apêlo impressionante das Côrtes. No dia em que o Rei subiu ao trono, dirigiu-lhe D. Aleixo uma prática, que é ainda hoje para se meditar na educação dum príncipe. Como em resposta, D. Sebastião escrevia por seu próprio punho o célebre *Memorial*, donde arranco duas ou três passagens: — «*Terei Deus por fim de todas as minhas coisas e em todas me lembrarei dele... Os meus embaixadores hão-de ir sempre vestidos á Portugueza... Serei pai dos pobres e dos que não teem quem faça por eles.*»

Com tendências tam assinaladas, el-rei D. Sebastião não é o epiléptico caracterizado, que no seu diagnóstico retrospectivo, — o que em boa ciência não é do mais admissível —, o prof. Manuel Bento de Sousa pretendeu classificar. Saído talvez de hereditariedades enfermas, não negarei que D. Sebastião lhe não

padecesse as conseqüências. Não há, no entanto, direito para se entender o seu misticismo como sendo o indício forte do desequilíbrio mental que se lhe atribue. Não separemos D. Sebastião do ideal da sua época! Já conhecemos êsse ideal. O Rei reflecte-o e incarna-o, lido e convivido nos exemplos da Antiguidade. Se atira para a Africa o seu impulso, de Camões ao mais humilde mesteiral, o país em pêso o instiga e empurra. Oiçamos outra vez Manuel Bento de Sousa: — «É que essa opinião era a de todos, não sofre duvida alguma. Basta vêr o impeto geral com que por esse tempo toda a população, desde o Cardeal D. Henrique até ao ultimo homem de oficio, concorre entusiasmadamente para a defeza de Mazagão com dadivas, armas e gente. Basta lembrar que nas côrtes de 1562 se insiste em não abandonar os logares da Africa, e se chega a propor — o abandono da India, «porque nada rende que com ela se não gaste», e se empreenda essa grande conquista da Africa «por mais conveniente para n'ella se estender o imperio lusitano».

Porque D. Sebastião deu forma ao desejo unânime da nacionalidade é que ficou para sempre o Rei-Desejado. Aponta-se a sua castidade como o sêlo evidente da degenerescência que o roía. Mas, pelo amor de Deus, compenetremo-nos da psicologia do tempo! Nun'Alvares condicionara a sua missão com a sua inteireza carnal. Compondo-se aos mesmos modelos, porque se elegera a si mesmo «Capitão de Christo»,

el-rei D. Sebastião não podia afastar-se das regras sagradas da Cavalaria que praticava e em que acreditava. Ninguém ignora o elogio que o temperamento psicopático mereceu a William James. «Ele possue a intensidade, — essa inclinação tam essencial para o vigor moral prático; êle possue o amor da metafísica e do misticismo que eleva a nossa atenção para além dos limites do mundo sensível.»

«Que há então para estranhar, se semelhante temperamento é o mais adequado para nos introduzir em regiões de verdade religiosa, em recantos do universo que o sistema nervoso do tipo do filisteu robusto, todo orgulhoso do seu biceps e do seu tórax e dando graças a Deus de não ter em si nada de mórbido, não conseguirá nunca descobrir aos seus satisfeitos possuídores?» E o filósofo da universidade de Haward conclue em termos categóricos: — «Se existe uma inspiração celeste, é necessário reconhecer que o temperamento nervoso constitue um elemento capital para a sua receptividade.» Preço duma natureza superior, a anormalidade de D. Sebastião não o diminue nas linhas excepcionais em que, adolescente de maravilha, a lenda lhe estilizou as feições. Não é outro o critério, senão êste da sua vocação a cumprir e da pureza que lhe devia guardar —, não é outro o critério, repito, que nos permite apreciar com verdade el-rei D. Sebastião. Evitou por vezes o casamento pela razão que o Condestabre o evitara. Intacto é que êle se queria, como o lírio dos jardins de Deus! Sa-

bemos bem o que os embaixadores estranjeiros mexericavam, — o que se mexericava na côrte. Quando, porém, da romaria a Nossa Senhora de Guadalupe, pensou a sério no seu casamento com a infanta D. Isabel. E num memorial a Filipe II, a-propósito do anunciado enlace, o secretário de Estado Pedro de Alcáçova Carneiro receava que o dilatassem «*por invento de cousas que o tempo ainda ha de mostrar, que serão, ou não serão...*»

Tal foi o rei que em 4 de Agôsto de 1578 se sumiu para sempre nos areais de Alcácer. Ao engolfar-se no mais duro da batalha, saíu-lhe da bôca a formidável palavra: — «*A liberdade real não se perde senão com a morte!*» Como mais tarde D. Miguel I, como antes o príncipe D. Teodósio, el-rei D. Sebastião consubstanciou o que a alma da Raça tem de melhor e mais fundo no seu subconsciente. Por isso, através dos séculos, êle ficou reinando, — e não há poder nenhum que o destrone! — na boa e infortunada terra de Portugal.

A *Monarquia ao Encoberto* é, estruturalmente, a energia de milagre que ainda hoje agüenta de pé a pátria desventurosa. Nascida dos reservatórios líricos do nosso ethos, dispõe de invencível fôrça social que Georges Sorel entreviu nos mitos. Oliveira Martins chamou ao sebastianismo a «prova póstuma da nacionalidade». Chamemos-lhe nós a sua mais bela afirmação de viver. Pois que é essa crença exasperada e ingénua senão a resistência dum povo que

acredita em si com firmeza, e que renasce tantas vezes do sepulcro quantas o tentam atirar para dentro dêle? Instinto soberbo de vitalidade, cumpre-nos a nós, — os de hoje, darmos-lhe definição e consciência. Só pelo regresso da nossa razão às normas saídas do passado corresponderemos à voz que cresce das nossas veias e já encontra eco na nossa inteligência. Perdeu-se o ceptro dum rei vai em três séculos e meio na confusão sangrenta duma batalha. Quem será o chefe que da confusão sangrenta em que nos debatemos levantará nas suas mãos gloriosas o ceptro perdido há trezentos anos?

Agôsto, 1918.

TEORIA DA NOBREZA

TEORIA DA NOBREZA

Nunca é de mais repetir-se que a base da sociedade é a família, — e não o indivíduo. O êrro revolucionário, desprezando essa razão natural, levou-nos assim ao desmentido das regras eternas que condicionam a existência dos povos. É de famílias que os municípios se compõem; é de municípios que as províncias se formam, dando lugar, por sua vez, à formação das pátrias. Daí a fórmula lúcida de Le Play: — ao município o que é do município, à província o que é da província, ao Estado o que é da Nação. Se no município, como elemento dirigente, intervêm os chefes de família e se a Realeza ao alto não é mais que o desdobramento da autoridade paterna tornada órgão colectivo duma família constituída de muitas famílias, que fôrça representativa procuramos nós para a província no seu duplo aspecto moral e social? Impõe-se-nos, sem dúvida, uma selecção de valores que, aos acasos funestos do arrivismo, substitua a segu-

rança no desenvolvimento do mérito pessoal e a sua conseqüente subordinação ao equilíbrio permanente da colectividade. É o problema da Nobreza que nos aparece, suscitado não só como um meio legítimo de estimular a ascensão familiar, mas ainda como o único processo de se resolverem com eficácia algumas das preocupações mais graves da época presente.

Liga-se à solução do problema da Nobreza a solução de outros problemas, como o da volta à terra, de hora para hora mais imperioso com o excessivo urbanismo que tudo devora e que não termina nunca. Vêm de seguida a defesa da propriedade contra a concentração capitalista, a fixação das populações ao solo com autoridades sociais que as morigerem e norteiem, e, dentro de certos limites, uma atenuação sensível nas crises do trabalho e nas crises da assistência. Constitue-se ao mesmo tempo um viveiro de competências e de caracteres em que o Estado recruta, ponderados os devidos critérios da conveniência e do merecimento, os mais úteis e os mais infatigáveis dos seus servidores. Consagra-se dêste modo a capacidade superior de quantos honram o seu país, honrando-se a si próprios. E com êles se origina uma classe, aberta para a entrada e para a saída. Eis duma maneira geral o que vem a ser a teoria da Nobreza.

* * *

Numa pátria derrancada até ao mais fundo do seu ser pelas ideologias liberalistas, falar-lhe em Nobreza

é falar-se em Privilégio, — é falar-se quási em Baraço e Cutelo. Há gente que se preza de culta que acredita sèriamente que, se não fôsse a Revolução Francesa, quem não nascesse em berço armoriado nascia para ser pouca coisa nas cenas cá dêste mundo, — tivesse as virtudes que tivesse! Costuma-se trazer o feudalismo até aos fins do século XVIII, — às vésperas da declaração dos Imortais Princípios. Os nobres, metidos nos seus castelos, vivendo duramente do suor do povo, e o povo arrastando uma vida de bêsta de carga, debaixo do azorrague dos senhores que o exploravam, — tal é a visão simplista da história que em geral se professa. Deriva daqui um equívoco lamentável de idéas, que é bem a prova da calúnia sistemática em que durante mais de cem anos a mentalidade jacobina se extenuou a ennegrecer o Passado. Nós somos hoje as vítimas dêsse estado de espírito sectário que roubou à nossa inteligência tôdas as certezas morais e afectivas, das quais resultava para Portugal a posse duma verdadeira consciência nacional.

Penetrados da metafísica revolucionária, os conservadores portugueses acham-se, como conservadores, absolutamente impossibilitados de vencer. Ignoram o corpo doutrinário que lhes cumpria defender por dever e por índole. E não dispõem, por outro lado, do prestígio arrebatador dum sentimento que, como a utopia igualitária, lhes dê multidão para o combate, — gente que se sacrifique com frenesim e com fre-

nesim insista pelo triunfo. Há uma *mística* republicana. Mas não há uma *mística* reaccionária. Os nossos monárquicos organizam-se, — se se organizam! —, não como *convicção*, mas como *partido*. Falta-lhes a escola da violência. E com a violência falta-lhes o que é tudo: — a finalidade.

Por isso nós, os integralistas, partilhamos da opinião do marquês de la Tour du Pin. Não somos *conservadores*, — dada a passividade que a palavra ordinàriamente traduz. Somos antes *renovadores*, com a energia e a agressividade de que as renovações se acompanham sempre. O nosso movimento é fundamentalmente um movimento de guerra. Destina-se a conquistar, — e nunca a captar. Não nos importa, pois, que na exposição dos pontos de vista que preconizamos se encontrem aspectos que irritem a comodidade inerte dos que em aspirações moram connosco paredes-meias. É êste o caso da Nobreza, reputada como um arcaísmo estéril em que só se comprazem vaidades espectaculosas. A culpa foi do Constitucionalismo que reduziu a Nobreza a um puro incidente decorativo, volvendo-a numa fonte de receita pingue para a Fazenda. «*Foge, cão, que te fazem barão!*» — chacoteava-se à volta de 1840. «*Mas para onde, se me fazem visconde?!*» E nas cadeiras da governança o *cache-nez* célebre do duque de Ávila e Bolama ia esgotando os recursos do Estado em matéria de heráldica.

Deixou-se ao poder executivo a concessão e a fiscalização dos títulos. Premiaram-se assim eleições,

mercadejaram-se assim honrarias. De que valiam, no entanto, essas mercês, se a elas não correspondia a realidade duma classe com a sua moral e os seus compromissos? Com a adulteração progressiva da Nobreza, os grandes nomes declinaram, — declinaram as grandes casas. É uma verdade que hoje verificamos com lástima profunda! A Nobreza, como autoridade social, não a possuímos. Há *titulares*, mas não há *no-bres*. Ora, sem autoridades sociais, não é possível transformar a circunstância política duma restauração no princípio fecundo do ressurgimento de Portugal.

Se abertamente pugnamos pela reconstituïção da nobreza nacional, como factor imprescindível para a reorganização do nosso país, é porque de há muito reconhecemos ser a Nobreza um facto inerente à natureza do homem. Posta a família como base da sociedade, não existe família nenhuma que, desenvolvida normalmente, não atinja êsse grau de luzimento e de distinção que se exprime por *nobreza*. O primeiro impulso duma família recente é libertar-se do trabalho salariado. Atingida a suficiência económica bastante para lho permitir, esforça-se logo por cimentar um pequeno património, em que assente os alicerces da abastança ambicionada. Seguindo um esquema invariável, a família transita por meio da fortuna média do plebeísmo para a burguesia. A ascensão acentua-se, criando-se com o desafôgo dos bens outros hábitos, outras necessidades. A família avança de-vagar, mas avança com segurança, alargando o seu

mundo, seleccionando-se, fixando-se. O desejo que a conduz é sempre o desejo crescente de adquirir.

Adquire a riqueza e imediatamente lhe vem a ânsia de alcançar um nome e de o doirar em seguida. Os casamentos, o exercício de certos cargos, quando não fôsse um acto superior de vontade, de inteligência ou de sacrifício, — tais os muitos caminhos por onde se ingressava na Nobreza. Foi ontem assim. Sê-lo-á também amanhã, se a sociedade, anarquizada até aos seus fundamentos, vier a recuperar o sentido perdido das grandes verdades tradicionais.

Enganam-se os que proclamam a Nobreza uma casta. A Nobreza não é fechada, existe nela um duplo jôgo de assimilação e de eliminação. Eis a diferença que o marquês de La Tour du Pin estabelece entre o organismo vivo duma classe social e o mecanismo inerte duma casta. É uma característica que concorre também na Nobreza. Oiçamos um espírito interessante do nosso tempo, ainda que bem pouco inclinado à maior parte das nossas conclusões. «Quando nas camadas pobres se nos deparam indivíduos bem equilibrados, sóbrios, inteligentes e trabalhadores, é preciso que não tenham nenhuma sorte, ou que se encontrem num meio absolutamente desfavorável para continuarem pobres tôda a sua vida, » — escreve Vacher de Lapouge no seu curioso livro *Race et milieu sociale* (1). Infiltram-se pouco a pouco no pequeno

(1) Paris, Marcel Rivière, 1919.

patronato, — prossegue escrevendo —, ou então me-
tem-se de muito novos no comércio, chegando os fi-
lhos, e algumas vezes êles próprios, a situações in-
vejáveis. Assim se elevou a classe dos artífices urba-
nos, anteriores ao maquinismo contemporâneo, que
aos operários de outrora, já possuïdores dum certo
nível mental, substituiu os mecânicos de hoje, recru-
táveis mesmo entre os desherdados da inteligência. Os
netos dos sapateiros, dos pedreiros e dos carpinteiros
do século XVIII formam as nove décimas partes da
burguesia actual.»

Essa lenta operação, através da qual as famílias
ascendiam do mais espêsso anonimato à abundância
menos preocupada, Vacher de Lapouge, tomando uma
expressão feliz a Dumont, a designa por *capilarie-
dade social.* Há dêste modo para Vacher de Lapouge
uma tiragem permanente de quantos elementos se en-
contram na massa informe do povo por si próprios
dignos de superiorização. «Em tôdas as épocas — afir-
ma Vacher de Lapouge —, o acesso das camadas ele-
vadas foi aberto às classes pobres, até aos escravos
e aos servos pela porta da alforria, e é o que parece
tar sucedido em tôda a Europa.» Só na hipótese duma
casta conquistadora, sobrepondo-se a uma raça sub-
jugada, é que se admitirá uma nobreza fechada, ainda
assim vencida de-pressa na sua impermeabilidade pe-
las exigências duras da renovação. É como pensa
Vacher de Lapouge ao acrescentar significativamente
que «para uma família pobre do tempo dos Gauleses

ter continuado sempre pobre até aos nossos dias através de sessenta gerações, é preciso que a fortuna lhe haja passado perto sem lhe atirar um favor, ou que êste favor haja caído nas mãos dum homem incapaz de o fazer frutificar». As observações de Vacher de Lapouge conduzem-no à condenação irremediável da miragem democrática pela inferioridade reconhecida das classes pobres. «Elas não são sòmente enfraquecidas sem cessar pelo jôgo da capilariedade social, que as priva dos seus melhores elementos, mas pela perversão dos seus próprios degenerados, como são também o receptáculo de todos os degenerados das classes ricas, de todos os dejectos que tombam das escalas mais crescidas da sociedade.»

Vacher de Lapouge apoia-se em dados estatísticos para assegurar a sua opinião. Começa por acentuar que a «classe operária emprega em se aniquilar a maior parte do acréscimo dos seus salários, porque a sífilis e o alcoolismo espalham-se hoje progressivamente naqueles meios onde a falta de recursos pecuniários limitava outrora «*l'usage du cabaret et des promeneuses du trottoir*». Encosta-se Vacher de Lapouge de seguida ao livro notável *Les classes pauvres*, de Alfredo Niceforo, cujas origens socialistas tamanha modificação haviam de sofrer! Niceforo constata por verificações experimentais que, em relação às classes elevadas, «as classes pobres apresentam uma proporção centesimal abundantíssima em caracteres de degenerescência, um menor desenvolvimento

físico e ainda uma mentalidade baixíssima». «Estas conclusões, — comenta Vacher de Lapouge — surpreenderam bastante gente, porque, quer por cegueira ou por desprêzo da realidade, quer com fim idêntico ao de Tácito quando elogiava os germanos para incitar Roma a suster-se na carreira da decadência, os filósofos do século XVIII, com uma eloqüência que ainda hoje nos domina, descreveram-nos as classes superiores como degeneradas, e as classes inferiores como sàdias e fortes, robustas de corpo e de espírito, verdadeira reserva da grandeza futura.»

Mas, como vimos, a história da formação das classes pobres ensina-nos que só se mantêm os seus elementos improgressivos, engrossados pelo rebotalho patológico que cai de cima. O aumento dos salários reflecte-se logo no aumento do número de tabernas e «a curva do consumo do alcool acompanha exactamente a dos salários há meio século para cá». Juntas as razões apontadas, nós não nos podemos abandonar em verdade às utopias dos filantropos do século XVIII sôbre a bondade e a virtude do homem do povo. Daí a visão pessimista de Vacher de Lapouge. «As classes mais bem dotadas são pouco fecundas, — reflexiona êle. As famílias que ocupam o alto da escala social terminam naturalmente na degenerescência. Os seus degenerados e os da classe rural fundem-se na classe pobre. A miséria é já de si um factor de degenerescência. A posterioridade dos degenerados, mesmo quando aliados a famílias sãs, é ferida

de degenerescência por uma hereditariedade quási inevitável. Os bons elementos das classes pobres não permanecem nelas, elevando-se como se elevam pelo recrutamento das classes superiores. Concluamos. Se não nos decidimos bem de-pressa a praticar a selecção sistemática, o futuro da raça está em perigo e o movimento democrático que tende a transferir tôda a importância social para as classes pobres e degeneradas, é um verdadeiro suicídio da humanidade.»

Vacher de Lapouge, um dos chefes mais subidos da escola antroposociológica, excede-se no seu pessimismo implacável de cientista. Nem tudo é degenerescência, nem tudo é negação! No entanto, como reconhecimento da ascensão incessante das famílias para uma média de caracteres superiores, sem a qual não há *nobreza*, é de pêso incontestável o seu autorizado testemunho. Com êle se dissipa a idéa corrente da Nobreza como casta e toma maior relêvo a sua compreensão como classe. Pelo que fica dito, a Nobreza corresponde, pois, a um facto inerente à própria natureza do homem. Ocorre-me agora, para reforçar a minha tese, uma passagem notável de Renan no *Souvenirs d'enfance et de jeunesse*. Falando dos seus, assim discorre o mais céptico de todos os cépticos: — «*Là était le centre du clan des Renans, bonnes gens venues du Cardigan, sous la conduite de Fragan, vers l'an 480. Ils vécurent là treize cents ans d'une vie obscure, faisant d'économies de pensées et de sensations dont le capi-*

tal accumulé m'est échu. Je sens que je pense pour eux et qu'ils vivent en moi.» É em forma literária, e com uma antecipação impressionante, o ponto de vista sustentado por Vacher de Lapouge.

De modo que no desenvolvimento duma família verificam-se três estádios fundamentais. O primeiro é o da constituïção da família sujeita ainda ao trabalho salariado, — como já acentuámos. Temos assim o *plebeísmo*. Segue-se-lhe a conquista do desafôgo económico, em que o dinheiro constitue o objectivo principal. Eis a *burguesia*. Vem depois a *nobreza*, com a aquisição da notoriedade e as responsabilidades conseqüentes dum nome criado. Pregunta-se: — mas, sendo assim para com o passado, sucederá que hoje em dia a Nobreza seja uma necessidade com a transformação profunda dos tempos e dos costumes? É o aspecto central da questão e por melindroso que pareça, o que mais de pronto se resolve.

Reconhece-se como natural nos indivíduos a aspiração de subir. Se nos colocamos dentro do mero interêsse pessoal, é pelo arrivismo que teremos de optar, porque, sendo a vida curta, a vida será para aquêles que mais de-pressa chegarem ao destino que se procuram. É lógico êste critério fora de tôda a moral e em face das doutrinas revolucionárias, que consideram o indivíduo como princípio e fim da sociedade. Mas para o sociólogo e para o tradicionalista o indivíduo vale apenas pelo grupo a que pertence. Se o esfôrço dêsse indivíduo se sobrepõe à órbita que

o conforma, torna-se logo num valor centrífugo, numa quantidade errante, que não deixa atrás de si nada de duradoiro e que as mais das vezes se volve num forte motivo de perturbação. Foi essa a pior das desordens introduzida pelo vento atrabiliário dos Direitos-do-Homem. É que o esfôrço do indivíduo, para aproveitar à colectividade, precisa de incidir não só sôbre o indivíduo que o realiza, mas também sôbre a família ou sôbre a profissão em que o mesmo indivíduo se enquadra. Assim o praticou a sociedade antiga, cheia do instinto das grandes verdades tradicionais, antes que a aluíssem até à base os falsos dogmas de 89. De então para cá é um desfazer constante de teia, não havendo família que dure, por muito alto que algum dos seus membros tenha ascensionado. Ora uma família nobre é, na clara percepção de Paul Bourget, uma família que *dura*. Antigamente, pelas leis da *capilariedade social*, tôdas as famílias chegavam àquela fase definitiva em virtude da qual ficavam durando. Lá dizia o velho estribilho francês:

> «*De charron soldat,*
> *De soldat gentilhomme,*
> *Et puis marquis,*
> *Si la fortune en dit.*»

É que a acção do indivíduo exercia-se pela família, elevando-a consigo debaixo da preocupação unânime da *honra*. O novo nobre não punha em si a finalidade da sua aspiração. Sacrificava-se por essa

aspiração, — morria por ela, para que a sua família
durasse, conservada pelo nome que lhe tinha legado.

Não nos esqueçamos de que a sociedade antiga
operava mais com as realidades de que a sociedade
do nosso tempo, tam absorvida nos seus utilitarismos
rendosos. Como os indivíduos só contavam pela fa-
mília que os representasse, o engrandecimento do indi-
víduo pautava-se pelo engrandecimento familiar. O in-
divíduo e a família coincidiam-se numa reciprocidade
admirável. Havia bem na transmissão do sangue a
solidariedade dos vivos com os mortos de preceito
iluminado de Augusto Comte. Era tamanha essa soli-
dariedade que quem tivesse servido o Estado nas
armas ou nas letras, — magnífica hereditariedade mo-
ral! —, podia comunicar os seus serviços por testa-
mento ou por doação. Requeria-se a recompensa
mediante um processo de habilitação. A recompensa
vinha numa pensão, num ofício, numa mercê, desde
que a prova estivesse feita e conforme fôssem as cir-
cunstâncias do peticionário. Na Tôrre do Tombo guar-
da-se um número infinito de processos de semelhante
natureza. Consultá-los ao acaso, num passar rápido
de fôlhas, é entrever a forte constituïção da família
portuguesa, que, firmada em tam sólidos vínculos
morais, conseguiu resistir ao golpe fundo que o
Constitucionalismo lhe atirou quando introduziu entre
nós o sistema sucessorial do Código-Napoleão.

Tocqueville confessava um dia que começara o es-
tudo da antiga sociedade, cheio de preconceitos con-

tra ela, para o acabar possuído do mais entranhado respeito. Sucede o mesmo em Portugal com o sentido que temos do Passado. Não se conhece a história da família portuguesa nem das instituïções locais que se desenvolveram à sua sombra. Há assim um manifesto desprêzo pelos graves assuntos sociais que o problema da Nobreza envolve consigo. Como Tocqueville, também partilhámos da opinião liberalista dum século inteiro de equívocos e de difamações. Como Tocqueville, também concluïremos nas homenagens devidas ao espírito construtivo das gerações que nos precederam. Porque a sociedade antiga baseava-se no conceito da *honra* para a descriminação dos seus valores. O conceito da *honra* era o seu critério de competência. Servir o Estado, — a coisa pública *(res publica)*, como então se dizia, importava desinterêsse e abnegação. Viver à *lei da Nobreza* equivalia a viver desinteressadamente da sua própria fazenda, a ser-se «limpo de mãos». É que a «honra» excluía o «proveito». Eis a razão tam increpada, mas afinal tam compreensível, por que o nobre não podia negociar! Não nos esqueçamos de que a Nobreza *servia*. Servia cargos que, sem outra remuneração que a da *honra*, constituíam dêste modo um custoso apanágio (1). «*Nobreza obriga*», — ainda

(1) *Parcourez la généalogie quelconque d'une famille noble de race, et, à presque chaque génération, vous êtes assuré d'y lire cette mention concernant l'un de ses membres: mort ou blessé au service du Roi.* Baron André de Maricourt, *Foch*, pags. XV.

agora se exclama. Na mesma ordem de idéas, é bem elucidativo o trecho que passo a trasladar do livro *Privilégios da Nobreza, e fidalguia de Portugal* dado à estampa em 1806 por Luiz da Silva Pereira Oliveira, cavaleiro professo na Ordem de Cristo e corregedor da comarca de Miranda do Douro. «Pois quantas vezes vê o homem Nobre vir a bala, — escreve o nosso corregedor —, e não se abaixa só porque julga ser deshonra desviar-se de que ella o passe de parte a parte! Quantas vezes sahe elle em quartos das mãos de seus inimigos só por não soffrer a deshonra de fugir! Quantas vezes antepõe elle a vontade alheia ao gosto proprio, só por não comprometer a sua honra! Quantas vezes, emfim, desperdiça elle os bens e a saude por umas meras etiquetas e pontos de honra! Não he portanto sem razão o dizer-se que quanto quizermos ter de nobres e de honrados, tanto teremos de martyrisados.»

É inato e legítimo em tôda a criatura o desejo de passar duma situação inferior para outra mais graduada, isto é, — transitar de classe. Ordenando essa ambição instintiva, a Nobreza tornava-a um facto impulsionador da sociedade e obtinha-se por ela a *selecção dos melhores*. Vieram os mandamentos revolucionários com os seus igualitarismos frenéticos. Aboliu-se a Nobreza, baseada no privilégio e na excepção, conforme salivava a fúria oratória dos declamadores. Mas triunfou, porventura, a democracia? A democracia pura, — o govêrno do povo pelo

povo, em nenhuma parte o vimos ainda subir ao Capitólio. *Le peuple est roi*, — observa Clemenceau um dos mais ortodoxos na matéria. «*Il règne. Mais il ne gouverne pas. Il a, comme les dieux d'Homère, la fumée des hécatombes.*»

Deslocada a origem da autoridade para o seio das multidões, o poder entrou a exercer-se por delegacia. Em vez da nobreza, como classe social, invertidos todos os valores morais e mentais, deram em aparecer as clientelas e os partidos com o seu interminável cortejo de sicofantas e de aventureiros. Taine chamou à Revolução Francesa, com um laconismo tam sangrento como verdadeiro, «uma simples translação de propriedade». Os bens nacionais, vendidos por baixo preço e arrancados por meio da violência aos seus legítimos possuïdores, enriqueceram a canalha dos delírios macabros do Terror, abrindo as portas de entrada à moderna plutocracia. Por outro lado, a extinção do regímen corporativo da Produção iniciou com as funestas conseqüências que hoje padecemos o predomínio desaforado do Capital sôbre o Trabalho. A Nobreza, derivada da lei humaníssima do sangue, apoiava-se na terra e cumpria com brio as funções sociais da propriedade. A guerra da Vendéa motivou-se mais na dedicação dos camponeses aos nobres do que pròpriamente no seu lealismo pelo rei ausente e desconhecido. «*Possesseurs,* — elucida o visconde Georges d'Avenel referindo-se aos nobres, senhores de vastos domínios —, *ils ne l'étaient que*

bien imparfaitement des prairies, pendant quatre mois — de mars à fin de juin — chaque année; ils n'étaient que nominalement de vastes terrains soumis à la pâture banale et de superficies grevées, moyennant quelques sous, d'«usages» innombrables pour chauffage, pacage, charpentes, meubles et utensiles de toute sorte, em profit des paroisses riveraines.» No marquês de La Tour du Pin nós encontramos o eco dessa responsabilidade da Natureza quando o grande sociólogo tradicionalista nos conta a palavra que um dia ouviu da bôca de seu pai: — «*Mon père, en me préparant à lui succeder dans le bien de famille, la* terra avita, *où je finis mes jours, m'a laissée cette leçon: «Rapelle-toi que tu ne seras devant Dieu que l'administrateur de cette terre pour ses habitants.»* A Revolução, individualizando a propriedade, libertou-a de semelhantes encargos. Donde o escrever ainda Georges d'Avenel: — «*Il se produisit ainsi un phénomène qui semble un paradoxe, mais qui fut un fait positif: pour certains patrimoines nobles, l'abolition du régime féodal fut un bienfait et ils se trouvèrent grandement accrus par la Révolution.*»

Eis como a democracia, no seu feliz advento, engendrava logo uma pequena oligarquia de *parvenus* enriquecidos, desapossando as populações rurais de benefícios tantas vezes seculares. Nas cidades o mal iria a pior com a dissolução das corporações de Artes e Ofícios, que deixava o artífice abandonado às

contingências caprichosas da concorrência. O barão da Finança assomava no limiar da história contemporânea. À nobreza da terra e do sangue substituíam-se as potências do oiro e da especulação. A selecção agora operava-se às avessas. Dantes a Nobreza corrigia a influência das fortunas na sociedade, submetendo-as pela nobilitação ao interêsse supremo do todo. Desembaraçado de quaisquer disciplinas que o limitassem e contivessem, o argentário campou como maioral omnipotente a que tudo se inclinava, — homens e coisas.

Foi êste o resultado colhido pelas prègações revolucionárias. Surgiu do inesperado uma multidão de amigos-do-povo e de «*brasseurs d'affaires*», cuja fome de sete anos ficará para sempre lendária. «*La démocratie, c'est l'envie*». E Proudhon, classificando dêste modo a panacéa da igualdade politica, marcou-a com um ferro em brasa ao chamar-lhe «patriciado da mediocridade».

No abaixamento dos caracteres, só o apetite do mando e do oiro cresceu insaciàvelmente. A tanto nos levava a concepção materialista da sociedade, saída dos «Direitos do Homem», com o indivíduo por princípio e fim de si mesmo. Desprezaram-se as fôrças espirituais que são o segrêdo fecundo da boa saúde colectiva. No seu furor de negação, deitadas abaixo tôdas as chamadas «diferenças sociais», apenas ficou de pé a conquista da Riqueza, mais sôfrega, mais desabalada do que nunca. A velha Nobreza,

de formação cristã, firmada na propriedade e na família, — dois factos naturais e eternos —, desaparecia da cena do mundo, acoçada violentamente pela aristocracia do dinheiro. Escutemos Vacher de Lapouge: — «É um facto histórico o facto de tôda a aristocracia ter começado pela riqueza, mas esta riqueza adquiria-se pelo talento político, pelas virtudes guerreiras e pela autoridade moral. A nobreza feudal tinha por base a posse da terra, mas a posse da terra supunha originàriamente um certo valor pessoal, um mérito qualquer que colocava fora do comum o fundador da família. A nossa aristocracia do dinheiro não se parece em nada com a antiga: — para adquirir fortuna o acaso é o grande auxiliar e as qualidades necessárias para isso não se contam entre as mais elevadas. Ela não dispõe de merecimentos e difere assim pelo seu princípio das aristocracias que a precederam.»

E Vacher de Lapouge continua com uma visão penetrantíssima e um penetrantíssimo poder de destrinça: — «A maior parte das causas que fazem entrar um homem na classe rica são mais ou menos fortuitas: sucessão, casamentos vantajosos, lotarias, subida de valores comprados por palpites felizes, valorização de mercadorias por acidentes atmosféricos ou económicos, construção de linhas férreas, abertura de bairros, descoberta de minas, etc. Estas diversas circunstâncias favorecem desigualmente os indivíduos com mérito e os indivíduos sem êle: é a selecção do acaso.»

A plutocracia representa assim, por via de regra, um agente de perturbação e de iniqüidade.

Dantes as desigualdades sociais, derivadas da Nobreza e com motivo na honra e no merecimento, não provocavam a hostilidade das camadas pobres, porque elas instintivamente reconheciam o direito da superioridade moral ou mental a uma situação de destaque. As camadas pobres encontravam na Nobreza, como é conveniente não esquecer nunca, a sua natural representação. Escrevendo acêrca da Nobreza, o grande Bonald lembrava a palavra do Evangelista: — «*Que aquêle que quere estar acima dos outros, seja apenas o seu servidor.*» Era o que praticava a Nobreza, cuja lei fundamental foi sempre o mais fundamental desinterêsse. Voltou-se, porém, a direcção do mundo com as teorias enfáticas da Liberdade e da Fraternidade. Como a ascensão dos indivíduos se não faz já por famílias, mas em relação a cada um de per si, quando o arrivismo, estatuído em norma de conduta pública, não produz tragédias como a que Paul Bourget analisa no seu romance *L'étape*, supercria, pelo menos, o ódio do inferior para com o superior, visto a superioridade agora assentar na riqueza e a riqueza não vir do mérito, mas sim da sorte ou das contingências da vida. Daí o estado de guerra latente em que a sociedade se diminue e enfraquece. A êste, outros factores não menos nefastos se aliam. «O regímen plutocrático tem, pois, o grave inconveniente de colocar bem em evidência, e como exemplo para o

resto da Nação, um certo número de indivíduos possuidores dum poder imenso e desprovidos totalmente de mérito», — prossegue Vacher de Lapouge na sua implacável observação. Se eu digo indivíduos, é com intenção. A aristocracia do dinheiro é uma aristocracia quási pessoal. À segunda, à terceira geração, a fortuna pulveriza-se nas mãos dum rebento incapaz de a utilizar com inteligência e mesmo de a conservar: êle esbanja em cavalos e em mulheres o capital amontoado pelo fundador da sua dinastia. Então a família desaparece, — ou se extingue, ou regressa à plebe, donde nunca devera ter saído. É um fenómeno raro ver brotar destas famílias ricas de aventureiros homens de talento que ennobreçam a fortuna adquirida por baixos meios ou por circunstâncias do acaso.»

Tais são as galantes conseqüências da Democracia! Declarando todos os cidadãos iguais perante a lei, — excepção feita a seus talentos e virtudes —, se aboliu a hereditariedade moral e social, deixou ficar intacta a hereditariedade económica. Se desapareceram assim as desigualdades que estimulavam o verdadeiro valor, com o ingresso da plutocracia robusteceram-se precisamente aquelas que o entravam e o aprisionam. «Outrora, — pondera De Lamarzelle —, não havia necessidade senão duma pequena quantia para alguém se estabelecer, para adquirir os meios precisos para o exercício duma profissão comercial ou industrial, para se tornar independente. Hoje já não sucede o mes-

mo, porque o capital subalternizou uma infinidade de pessoas que antigamente seriam autónomas.» O problema da ascensão social põe-se desta forma, em tempos de igualdade política, ùnicamente a favor dos privilegiados da fortuna. «Se eu sou professor na Sorbonne, — sorri-se a ironia velada de Émile Faguet —, não é às minhas virtudes que eu o devo, nem aos meus talentos. Sou-o, porque meu pai me fêz educar com cuidado à custa do seu dinheiro, embora não tivesse muito. Mas a diferença é mil vezes maior entre o homem que tem pouco dinheiro e o homem que não tem nada, de que entre o homem que tem pouco dinheiro e o milionário.» Por outro lado, não nos passe da memória a espirituosa frase daquele jornalista francês: — «*Aujourd'hui, pour être décoré, une seule condition est exigée, mais indispensable, il faut être du monde où l'on décore.*»

É o que acontece realmente nas altas esferas da Democracia. Conhece-se a adorável sátira que é o livro de Robert de Jouvenel, — *La république des camarades.* As oligarquias políticas e as oligarquias financeiras cerram-se com um exclusivismo áspero de casta. Eternizaram-se já os deliciosos *fils-à-papa* das eras democráticas que estão correndo para edificação futura das gentes. É significativo o depoïmento de Chailley-Bert no seu *Enquête sur l'enseignement secondaire.* Vai em francês para se lhe não prejudicar o sabor. Diz Chailley-Bert: — «*Tous ces beaux fils qui auparavant refusaient d'entrer dans la car-*

rière paternelle du commerce, de l'industrie ou de la banque et qui par suite laissaient la porte ouverte aux fils de la démocratie élèves de notre enseignement secondaire ou supérieur, tous ceux-là sont aujourd'hui, et par la force des circonstances et par leurs préférences mêmes, inclinés à continuer l'œuvre paternelle, à succéder à leur père. Par suite, le commerce, l'industrie, la haute banque, se recrutent désormais, pour ainsi dire, parmi les propres membres: il faut être le fils, le neveu, le filleul ou l'ami d'un homme dans les grandes affaires pour pouvoir y entrer soi-même avec l'espoir d'arriver à s'y faire une situation, et il est à peu près impossible à un jeune homme d'un autre milieu, à un fils de professeur, de fonctionnaire, à moins de circonstances exceptionnelles, de se dire: «Je vais entrer dans le commerce par la grande porte, je vais faire partie du grand état-major commercial.»

A nova ordem de factos pretende estabilizar-se recorrendo quási aos processos da hereditariedade nobiliárquica. Mas como repousa na noção única do interêsse individual, não atingirá nunca a fôrça e o prestígio de que se revestiam as velhas autoridades sociais. Eu quereria que se atentasse um pouco na meditação de tam singular fenómeno. Só pelo dinheiro actualmente se sobe e domina, sendo excepção raríssima a coincidência do dinheiro com o merecimento. As classes pobres que pelas leis da capilariedade tam alto ascendiam antigamente, são hoje esmagadas nas

tenazes duras do mais duro exclusivismo económico. «Outrora, — é ainda De Lamarzelle quem fala, — grande número daqueles que não disfrutavam os benefícios da propriedade individual, tinham pelo menos à sua disposição a propriedade colectiva: — faziam parte duma comunidade proprietária. A Revolução destruíu o domínio corporativo, impedindo a sua reconstituïção. Por meio dêste facto, retirou à maioria a possibilidade de se tornar proprietária: — de maneira que, se o não criou, facilitou e desenvolveu largamente o proletariado.»

Se a Nobreza era uma profissão, — a profissão de servir o Estado —, a Profissão era, por seu turno, uma espécie de nobreza. O artífice antigo via-se rodeado de isenções e de foros que o tornavam uma realidade digna de pêso e de conta. Recordemo-nos, em relação a Portugal, da Casa dos Vinte e Quatro e do «muito honrado» Juiz do Povo, falando claro aos Reis e sendo recebido em palácio entre brandões acesos. D. João IV admitira a ler no Desembargo do Paço, com dispensa da mecânica de seus pais e avós, os filhos bacharelados de pessoas que houvessem servido nos vinte e quatro ofícios da cidade de Lisboa. A procissão do «Corpo-de-Deus» constituía a grande festa dos nossos mesteirais, que foram sempre a coluna forte da monarquia tradicional. Enleados na oratória salivosa dos tribunos, os operários contemporâneos desviam-se do amor da profissão para o beco sem saída das agitações políticas. Não passam de carne para a barricada

e de degrau ingénuo para os exploradores da credulidade alheia. Não se lhes fechava em outros tempos a Nobreza. Ocorre-me à lembrança o caso do arcebispo Cenáculo. D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas-Boas tivera por pai um serralheiro. Não lhe proibiu essa deficiência de origem que brilhasse pelo seu talento e que alcançasse as maiores dignidades eclesiásticas. Como a elevação do indivíduo se efectuava pela elevação da família, logo suas sobrinhas se viram contempladas com a mercê do fôro de fidalgo-cavaleiro para quem casasse com elas, «sendo capaz da referida graça».

Preocupada apenas com os sucessos materiais, a nossa época não se demora a reflectir sôbre verdades tam fundas como esta! Mas se o oiro é quem governa e na demanda do oiro, segundo velocino, as ambições gerais unânimemente se congregam, como premiar a capacidade traduzida na inteligência, e o heroísmo que se exprime no sacrifício da própria vida? Ora é aqui que a razão central da Nobreza nos surge com o mais irredutível dos vigores. Se a fortuna se herda, porque é que o mérito e a honra se não hão-de herdar, com as mesmas vantagens sociais de que a fortuna se acompanha? Se a fortuna concede facilidades de acesso e de triunfo, porque é que um nome por si só não há-de valer socialmente, pelo menos tanto? Oiçamos Blanc de Saint-Bonnet a êste respeito: — «Quando se fala do mérito, grita-se imediatamente: — o mérito, sim; *mas o mérito pessoal*...

Isto não é, porém, assim. O sábio ou o magistrado, que teriam consumido a sua existência no estudo, o militar que houvesse dado a vida na guerra, veriam então os seus filhos caídos na pobreza ao lado daqueles cujos pais teriam levado os seus dias a angariar fortuna? Neste caso «*l'épicier du coin*», — como se diz em França —, o mais pernicioso dos agiotas andaria com juízo, porque, emquanto seus filhos levantavam a cabeça, os filhos do militar e do magistrado iriam esconder-se na última das obscuridades.» E Blanc de Saint-Bonnet insiste com energia: — «Se não quereis que o mérito e a honra sejam uma herança, que a fortuna o não seja também: destruí tôda a hereditariedade! Porque senão, dais a preferência ao homem cúpido sôbre o homem que se dedica ao Estado, aos seus semelhantes ou a Deus. Evidentemente que quebrais a segunda coluna da civilização e secais assim num povo a fonte dos homens superiores.»

A questão acha-se nitidamente formulada. Desconhecendo a Nobreza, a filosofia revolucionária gerou as oligarquias financeiras. À selecção lenta e segura, obrigada pela capilariedade social, sucedeu a selecção do acaso, dando a primazia aos menos idóneos, aos menos dignos. Daí a definição exactíssima de Paul Bourget quando assevera que o valor do indivíduo está na razão inversa do individualismo professado pelas leis e pelos costumes. Sofremos uma estiagem de personalidades, — sufoca-se debaixo duma nuvem de medíocres aparatosos. Contudo, nesta «poeirada de ho-

mens», — na imagem vivíssima de Taine —, observa-se uma tendência inata para a aristocratização. A América do Norte é um exemplo frisantíssimo. Como há uma física da natureza, há também uma física da sociedade. Cedo ou tarde, sob pena da vida se virar ao contrário, retomarão o predomínio os princípios obliterados dessa física, da qual o tempo antigo, se não possuíu a consciência, possuíu, pelo menos, a intuïção.

Na organização das *élites* futuras, para que não se volvam em sistemas oligárquicos, o critério a seguir-se será, sem dúvida, o critério da Nobreza, deduzido do sangue e determinado pela honra. O problema não consiste, pois, numa hipotética *igualdade* de situação, como a Democracia pretende. Consiste antes numa justíssima *possibilidade* de ascensão, como a experiência reconhece e os factos proclamam.

Foi sempre assim a Nobreza, — classe francamente aberta para a entrada e para a saída! Não confundamos *nobreza* com *aristocracia*. A *aristocracia* participa do poder. E, como o prova o triste fim da Polónia, como no-lo mostra a impotência da Alemanha durante séculos para se unificar, é mais um agente de perturbação e de lutas intestinas de que um elemento de ordem. A Nobreza, não participando do poder, serve-o, no entanto, como corpo que é do Estado. Em tôdas as épocas a Nobreza consagrou o princípio geral da *possibilidade* de ascensão. Mas o privilégio? Mas a hereditariedade? Se tais espectros ainda se nos aninham no sentimento, de-pressa se

vencem pelas simples indicações da história que é história. Remontando à origem feudal da Nobreza, nós descobrimos logo aí a aplicação imediata da chamada *capilariedade social*. É outra vez a Vacher de Lapouge que vamos ouvir: — «De resto, o servo corajoso e destemido, cujo lugar era na vanguarda, chegava à cavalaria pelas armas. A nobreza feudal recruta-se muito mais entre os homens de armas e escudeiros de condição servil do que na classe dos homens livres, vivendo àparte nas suas terras ou nas dos burgueses das cidades. O servo ennobrecido, uma vez dotado dum domínio, tornava-se tronco de nobres de raça. No fim da Idade Média, a nobreza secundária havia quási suplantado as grandes casas dos primeiros tempos do feudalismo. O sangue dos nobres carolíngios não se continuava já senão por via feminina. Esta selecção mantinha a nobreza na sua fôrça e a plebe na sua fraqueza.»

É bom que acabemos com o preconceito que entre nós existe contra a sociedade feudal. Semelhante preconceito vem-nos da influência nefasta dos Legistas que quiseram ver entre os nobres e os não nobres as diferenças com que em Roma o Direito separava os patrícios dos plebeus. Contràriamente, a sociedade feudal hierarquizava-se pela terra e pela família numa correspondência admirável de direitos e de deveres. Senão, comparemos com o trecho transcrito de Vacher de Lapouge uma passagem igualmente valiosa do nosso Alberto Sampaio na sua

monumental monografia «*As* «*villas*» *do Norte de Portugal*». Ei-la: — «Tal era a sociedade cujos traços fundamentaes encontra a tradição nos documentos precedentes. As batalhas incessantes, que seleccionaram e nobilitaram os combatentes mais valorosos, levaram a liberdade ás ultimas camadas da população rural; metodicamente armada pela necessidade do ataque e defeza, apresentava-se já, antes de se fundar o Estado portuguez, exercida por igual na guerra e no trabalho; a cada passo o apellido arrancava-a das cabanas, dos pardieiros e quintanas, reunindo-a no campo da peleja. Acontiados pela corôa, os nobres são os cavalleiros de profissão; residindo em casas sem luxo, vivem em intimidade com o povo, ora na melhor harmonia, ora em questiunculas de proprietarios minusculos, mas sempre protegendo-o. D'estes os mais pobres combatem a pé, e peões formam a admiravel infanteria portugueza medievica. Dos herdadores abastados saem os cavalleiros villões, que na batalha ocupam o logar honroso da vanguarda; dado o primeiro choque, confundem-se com os cavalleiros nobres, e sel-o-hão tambem se a fortuna e a sorte das armas os ajudar. O cavalleiro em cujas mãos reside a ultima defeza do paiz, e o rico homem, governador da terra, com pendão e caldeira, assentam-se ambos, no tempo de paz, á meza do lavrador, e comem do seu pão. Acima de todos está o Rei, senhor do seu reino, com o imperio absoluto, que os de Santa Maria d'Alvarelhos definiam no responso tradicional — «*Tua est potentia, tuum Regnum,*

Domine.» Apesar do poder supremo, tão pouco exigente, contenta-se com o aceio que os foreiros lhe fazem no paço e com a comida rustica que sabem preparar. A disciplina distingue os homens, mas liga-os a irmandade do sangue, assim como os iguala a mesma vida do espirito e uma pobreza forte.»

É um quadro extraordinário da sociedade medieval que nos demonstra bem a condição larguíssima da nossa nobreza afonsina. A essa nobreza militar substitue-se mais tarde a nobreza de toga e a nobreza municipal. Mantém-se a mesma possibilidade de admissão, facilitada pela carreira das Descobertas e da conquista marítima em que Portugal inteiro se lançava. A propriedade trazia consigo o ingresso na governança concelhia. Os «homens-bons» dos nossos municípios fundavam sempre casa. A nobilitação advinha-lhes pelo exercício das pequenas magistraturas locais e pelo cuidado extrêmo que empregavam em viver «à lei da Nobreza». Viver à lei da Nobreza era não traficar, era tratar-se com criados e cavalos, era não exercer ofício remunerado, era ser-se limpo de mãos, com visível e provado desinterêsse...

«É uma ilusão de óptica o acreditar-se na posse exclusiva dos cargos civis e militares, ou da grande e da média propriedade rural, pela classe aristocrática, — exprime-se algures, pouco mais ou menos, o visconde d'Avenel. A ilusão consiste no facto de outrora, à medida que as famílias enriqueciam, se tornarem simultâneamente nobres.» Temos assim a

Nobreza corrigindo a fortuna e tirando dela uma função social. Desgraçadamente, são bem diversos os espectáculos que recolhemos da plutocracia contemporânea!

A prova da facilidade de admissão à nobreza por parte de quem não fôsse nobre depara-se-nos em qualquer tratado nobiliárquico. Por exemplo, em Alvaro Ferreira de Vera, *Origens da Nobreza politica*, lê-se no cabeçalho do capítulo VII: — «*Se o humilde, e de nascimento commum pode ser nobre, e o nobre pode vir a ser vil.*» Enunciada a matéria, o autor opina que «*he muito mais nobre, e digno de maior honra aquelle que com sua virtude, e industria alcançou nobreza, do que aquelle, que só por ser filho, ou descendente de semelhantes, goza d'este titulo de nobre, louvando-se da proeza de seus passados*». Idêntica lição se encontra no capítulo XI debaixo da epígrafe «*Quaes devem ser admittidos no governo de huma Republica, se os de nascimento commum sendo sabios; ou os nobres sómente por serem Illustres?*»

Podem-me obtemperar: — mas as *provanças*, ou justificações de linhagem, que se exigiam para a entrada nas Ordens-Militares, para os chamados lugares de Letras e para o reconhecimento de cadetes ou guardas-marinhas? É conveniente não esquecer nunca que o conceito social da Nobreza era o conceito da *honra* e foi êsse o critério de competência que a sociedade tradicional professou, não podendo professar ainda o

da competência técnica em tôda aquela amplitude com que hoje se pratica. A preferência dada aos nobres para certos cargos representava a seu respeito uma presunção de maior capacidade de *honra*, pois que viviam à lei da Nobreza e a lei da Nobreza excluía todo o proveito. «*Reconhecida cousa que os popullares não conhecem que cousa he politica nem sabem que cousa he honra nem quando deve a honra preceder o proveito*», — clamavam em Côrtes no reinado de D. João II os procuradores dos Concelhos, protestando contra a intromissão desabusada dos «*prebeos dos mesteres*» na governação municipal.

Escusado é significar que a *honra*, — razão de Nobreza, não se reveste do carácter exclusivo da honorabilidade pessoal. É mais um sinónimo de prestígio de autoridade, de abnegação e espírito de sacrifício, de que raramente as classes baixas são susceptíveis, absorvidas como andam pela preocupação imediata das suas necessidades materiais. Ora as *provanças* referidas, exigindo nobreza ao candidato por si, seus pais e quatro avós, não tendiam senão à verificação da *honra*. Sucedia muitas vezes que a *honra* não concorria no pretendente, conforme a letra da Ordenação. A falha via-se, no entanto, suprida, se se alegassem serviços ao Estado que dessem do nobilitando e da sua progénie as garantias suficientes.

Sente-se bem agora como o desenvolvimento individual se regrava pelo desenvolvimento familiar. Não

se corria o perigo do arrivismo nem os valores autênticos se sentiam desprezados. E quem não possuísse atrás de si nem serviços nem avós, e contasse apenas com o mérito próprio? Nem mesmo assim, se o mérito se impunha realmente, a sua legítima expansão se diminuía e embaraçava. Em tal hipótese é que surgia a nobilitação directa por graça especial do Rei. «*A todos que esta minha carta virem... seja para sempre sabido e notorio que assim como Deus por sua Justiça e Bondade infinita aos que neste mundo temporal vivem bem e honestamente, dá no outro eterna gloria e galardão immortal, assim é causa justa e muito rasoavel que os Reis e Princípes que na terra seu logar têm, por seu exemplo honrem aos que corporalmente com fidelidade e memoraveis serviços virtuosamente os servem, e não sómente com graças, favores e mercês os contentem em suas vidas, mas ainda por bom exemplo e sua gloria, galardôem e honrem a elles e os que delles descenderem com outros premios e honras que desta mortalidade sejam isentos de todo...*» Eis o fragmento duma carta de nobilitação, passada a Bento Maciel Parente e inserta nos *Brazões inéditos* de José de Sousa Machado. Patenteia-se bem o carácter cristão da Nobreza e como ela se não recusava a quem tam alto merecesse subir. Constituía um forte estímulo, como o são sempre os estímulos morais. E com razão exclamava já no século XVI um escritor francês: «*que l'on doit donner courage et*

espoir aux gens de bas état, de parvenir par vertu et par industrie au plus haut degré.» É o pensamento que repassa todo o formulário das cartas de nobilitação: — ... «*lhe fazemos mercê do dito titulo de fidalgo de solar conhecido assim a elle como a todos os que delle descenderem por linha direita legitimamente para sempre e o removemos do numero geral dos homens e conto plebeu, e o reduzimos e habilitamos e trazemos ao conto, estimação e participação dos nobres fidalgos de limpo sangue; e para que os populares se ascendam na virtuosa inveja e desejo de nos fazerem semelhantes serviços para lhes serem assim como resplendor por nós satisfeitos*, etc., etc.»

Claríssimo está que as justificações de linhagem, reclamando a garantia familiar, em nada prejudicavam a manifestação do verdadeiro merecimento. Na garantia familiar residia a regra legal que acautelava a sociedade das perniciosas improvisações do acaso. Quando se dava a excepção, para a excepção havia logo um meio de excepção também. Discutindo com o conde de Haussonville a-propósito da tese de *L'étape*, judiciosamente lhe recordava Paul Bourget um passo de Bonald: — «A natureza é avara de homens superiores, e distribue com abundância homens medíocres. O homem autenticamente superior aos outros homens, aquêle que a natureza faz nascer para cumprir os seus desígnios sôbre a sociedade, eleva-se sempre, a-pesar-de todos os obstáculos, à situação que a natureza lhe aponta. Porque se êle

vesse como os outros homens a mesma necessidade do favor das circunstâncias ou do socorro da educação, êle não seria superior...» Sem se tratar ùnicamente de homens superiores, a nobilitação intervinha, como excepção para a excepção, sempre que se revelassem as capacidades acima do vulgar, desassistida, porém, de tôda a caução hereditária.

Reparou-se, sem dúvida, como a nobilitação abrangia pelos séculos fora o nobilitando prolongado na família. Também quando um descendente requeria documento da nobreza herdada, a idéa da solidariedade familiar transparecia com igual relêvo: — «... *me pedia elle supplicante que para a memoria de seus Progenitores se não perder, e Clareza de sua Antiga Nobreza*...» Tal era o formulário do estilo. Por si só é o bastante para nos convencer da formidável união dos vivos com os mortos, de que a antiga sociedade tirava os seus recursos, e sem a qual não endireitaremos caminho seguro, — nós outros que nos julgamos em avanço extraordinário sôbre as gerações passadas! A Nobreza é, principalmente, como processo psicológico, uma fixação de carácter. A fixação do carácter não se obtem senão pelo acatamento a um património moral que nos conforme o espírito e signifique para êle uma disciplina voluntàriamente aceite pela nossa inteligência, de acôrdo com as fôrças mais íntimas e mais secretas da nossa personalidade.

Só a família, perpetuando-se indissolúvel, no sen-

gue e na tradição, nos pode fornecer um quadro que tenha assim tanto de continuïdade como de maleabilidade.

Numa conferência realizada em Paris no *Foyer* pelo eminente clínico e professor ilustre que foi o dr. J. Grasset, o conferente, ocupando-se da família, insistiu debaixo do ponto de vista médico e moral pela «preparação da hereditariedade». Partia do princípio de que cada geração tem a responsabilidade da geração seguinte. «Os pais comeram tantas uvas verdes que os dentes dos filhos ficaram embotados», — reza nas Escrituras a palavra de Deus. Para o dr. Grasset coincide o preceito religioso com a noção biológica. E eis como concluía com a autoridade extrema do seu nome científico: — «Quando um homem tem o vício do alcool, do éter ou do ópio, quando se expõe voluntàriamente ao perigo de contrair doenças hereditárias, quando se conduz mal, esquecendo as regras mais elementares da moral e desce vertiginosamente para a imoralidade e para o crime, não pratica ùnicamente um atentado contra a sua pessoa, contra a sua vida: prepara uma descendência lamentável de degenerados, de doidos, de desequilibrados, de criminosos. Toma sôbre os seus ombros a responsabilidade de todos os atentados contra a sociedade que os seus filhos e netos hão-de praticar no futuro. Deixa de cumprir o mais absoluto dos deveres sociais: — *a preparação individual da hereditariedade.*» Ora a esta preparação individual da hereditariedade cor-

responde a função psíquica da Nobreza, quando *nobreza*. Porque nós precisamos de trazer bem presente a sentença memorável do nosso Alvaro Ferreira de Vera: — «*É a nobreza um resplendor e claridade, que se communica áquelles que descendem de pessoas que fizeram assignaladas façanhas. Aos que se jactam de nobres não o sendo nos costumes, poucas vezes aproveita a nobreza herdada.*» Quem assim o não entenda, é, com licença da imagem bíblica, tal e qual como um sepulcro caiado por fora, mas podre por dentro!

* * *

Creio desvanecidos pelo que toca à teoria da Nobreza os preconceitos liberalistas que envenenam a nossa mentalidade. Julgo ter conseguido duas coisas: — provar que a Nobreza é inerente à natureza do homem e que ela não é mais que a regularização da legítima tendência humana para se ganharem os cumes sociais. Baseia-se na verdade experimental de que a sociedade se compõe, não de indivíduos, mas de famílias. Como é inata a ânsia de transferência duma classe inferior para outra superior, se essa transferência se opera apenas pelo indivíduo em si, cai-se no êrro revolucionário, com os funestos resultados do arrivismo. Se, porém, a ascensão pessoal se submete ao equilíbrio do grupo, é a família que sobe com o indivíduo, efectuando-se assim uma *selecção* casada com uma *duração*. É, pois, mais uma vez

a *permanência* no *desenvolvimento*, — como a natureza o indica e a reflexão o reconhece.

Mas eu esqueci-me na devida altura de aludir a duas dúvidas que se podem ainda suscitar. É, em referência à velha Nobreza, a eterna discussão da hereditariedade dos cargos e do desfruto de certos privilégios. De leve rasparei pelo assunto, — e é para lembrar novamente, e sempre, que os cargos na antiga sociedade não se *exerciam*, — *serviam-se*. «Exercer» um cargo importa um critério técnico que só a época contemporânea rigorosamente possue. «Servir» um cargo obedece, pelo contrário, a um conceito social, incompatível até certo ponto com a complexidade crescente da vida moderna. Pois os cargos antigos serviam-se. Pertenciam a êsse número os cargos da governança concelhia, — pequenas magistraturas de natureza local, e os postos das Ordenanças, de alferes até capitão-mor. Eram os nobres os escolhidos. Mas quando não havia nobres, recebiam-se os «homens-bons», que incorriam assim implìcitamente na nobilitação. Outros ofícios se contavam, como o de guarda-mor de Saúde em tempo de peste, o do monteiro-mor do Concelho, para o efeito do extermínio dos animais daninhos à agricultura, que, ou se davam a nobres, ou nobilitavam quem os desempenhasse. Na «honra» estava a sua única compensação. De êste modo se formava a nobreza rural, — fonte e viveiro da grande nobreza do Reino. Vinha depois a propriedade de certas serventias, — como a de juiz dos

Órfãos, como a de escrivão da Câmara, etc., etc. Confirmada pelo poder central, essa propriedade transmitia-se. Cá temos a «terrível» hereditariedade dos cargos! Eu podia desenrolar aqui uma teoria bem actual a-propósito da aptidão funcional mais apurada no médico que é filho de médico e que dispõe, portanto, dum subconsciente melhor trabalhado num dado sentido, de que no médico, que é filho, ou dum jurista, ou dum simples cultivador sertanejo, a não ser que seja uma vocação excepcional, — e com as excepções não se argumenta!

Limito-me, porém, a uma transcrição. É de João Pinto Ribeiro na *Uzurpação, Retenção e Restauração de Portugal.* Não se carece de mais nada para se compreender a razão política e social com que outrora se praticava a hereditariedade dos ofícios. «*Era ley inviolavel nascida do antigo costume que sempre nisso guardarão os Senhores Reys deste Reyno, que por fallecimento dos Pays, que procederão bem em seus officios, se dessem a seus Filhos. Era tenção dos Principes Portuguezes obrigar com este favor, e esperanças, a que os Pays levados do amor dos Filhos, se esforçassem a viver ajustadamente na guarda de seus regimentos, para que assim lograssem os vassallos a quietação e bons procedimentos dos officiaes e a Republica fosse bem servida, que ninguem, sem esperança de premio, se ajusta com o bem publico*».

Um trecho semelhante desanuviará os meus leitores da má impressão em que porventura se achem

ainda para com os famigerados privilégios da Nobreza. A Nobreza, constituindo o órgão representativo da população dos campos, tinha sôbre si pesados encargos territoriais. Sabemos já como só precàriamente pertenciam à nobreza francesa os seus vastos domínios. Viviam dêles colectivamente os camponeses dependentes das várias castelanias. Verificava-se assim um débil vestígio do que fôra a organização feudal, tam mal tratada pelos sectarismos da opinião liberalista. A Inglaterra salvou-se do espasmo revolucionário que os países continentais padeceram, exactamente porque manteve essa organização, que assentava na soberania da propriedade e na continuïdade da família. As diversas regiões britânicas encontraram sempre nos nobres, por isso mesmo, os seus representantes naturais. Além de ser instituïção nacional, eis também o motivo por que o parlamentarismo inglês levou tanto tempo sem se perverter. Não escapou a Taine a observação do facto. Conta o filósofo no seu volume *Notes sur l'Angleterre*: — « *Quand un homme riche achète une terre, il ne faut pas qu'il se mette en frais ni prévienne personne; si, d'esprit, de caractère et de façons il est un gentleman, au bout de quinze jours on le saura, et ces familles voisines viendront d'elles mêmes lui rendre visite. — Mais, même adopté, il n'aura pas encore tous les privilèges des autres; il ne pourra pas être envoyé de là au parlement; s'il se présente, le public dira:* « *Il est trop nou-*

veau, il n'est pas encore du pays.» Il y est implanté, mais il n'y a pas pris racine. Son fils peu-être, son petit-fils sera nommé, mais non pas lui. Pour représenter un district, il faut y tenir par tous ses intérêts, par toutes habitudes y plonger depuis plusieurs générations et profondement par toutes ses fibres. La première condition du commandement autorisé est la résidence ancienne, et tout aristocratie forte est locale. — De même en France, si pendant la Révolution, la Vendée seule a suivi les gentilhommes, c'est que seuls en France, les gentilhommes de la Vendée, provinciaux et chasseurs, vivaient à demeure et en commerce intime avec les paysans.» Ora da residência local da Nobreza resultavam os privilégios. O que êsses privilégios eram, — em que é que, afinal, se resolviam, vai-no-lo dizer agora ingènuamente a prosa encaracolada dum nobiliário. Fala Manuel da Costa Juzarte de Brito, Governador das Armas da província do Alentejo e ascendente que foi dos condes de Avilez, no «*Livro Genealogico das Familias desta cidade de Portalegre*», manuscrito da nossa Biblioteca Nacional, a pág. 56. Discorre o linhagista dos seus antepassados. «*O Infante D. Luiz,* — arrasta-se êle numa grafia tam enrolada como a expressão —, *lhe deu hum Alvará, q. viu meu Pay m.^{tas} vezes,* e *meu Thio Ant.^{o} Juz^{te}* de *Souza o Velho a quem o ouvi m.^{tas} vezes, q. se consumio em caza de meu Thio Manoel da Costa de Souza;* em que *lhe fazia*

m.ce ao d.o João Nunez da Costa, de lhe coutar o Pego dos Barbos da sua Erd.e (herdade) *da Rib.a de Ceda p.a que ninguem pudesse pescar nelle com rede, senão o d.o João Nunez da Costa, e seus descendentes; e lhe fazia esta m.ce pellos m.tos serviços q. lhe tinha feyto, e pella utillid.e que se seguia aos Gados bebendo agoa boa em que senão deytassem embudes, e troviscadas, como se fazia nas pescarias, e pela conveniencia de fertillizar de Pexe o d.to Pego dos Barbos á Rib.ra de Ceda porq.e era m.to fundo e rico de Pexe.»*

Conhecida a razão social da Nobreza, o privilégio não consistia no fundo senão numa medida de protecção local. João Nunes da Costa, senhor da pesca no pego dos Barbos, à ribeira de Seda, não passava do guarda da mesma ribeira. Era o que sucedia com tantíssimos outros privilégios. O privilégio das saboarias, o privilégio da colheita do sal, representavam impulsos individuais ao desenvolvimento de certas riquezas públicas, quando não apareciam como medidas de polícia ou de fiscalização num tempo de deficientes recursos governamentais. Privilégios houve que se denunciaram logo como vexatórios. Neutralizava-os prontamente a acção real, vivendo numa íntima harmonia com as necessidades do povo. Foi o que, por exemplo, aconteceu com a centralização da justiça, a despeito das arrogâncias jurisdicionais de muito donatário.

Infelizmente a história, que se pratica ao sabor de

opiniões dominantes, é uma história de paixão que, para ser escrita, nunca se baseou num documento. Herculano foi grande na história das nossas instituïções municipais porque nada mais viu que os documentos e deixou à entrada dos arquivos as suas prevenções liberalistas. Oliveira Martins negou-nos bastantes vezes, porque só falaram nêle as simpatias filosóficas que lhe ennevoavam o cérebro com mil metafísicas de contrabando.

É desta deturpação sistemática da história nacional que deriva a causa mais funda da nossa ruína. Se não nos compreendemos, não compreendendo os valores dinâmicos da alma ancestral, como é que se há-de arrancar caminho direito por entre as incertezas que nos fecham o horizonte? O que é preciso é refundir de alto a baixo a desgraçada mentalidade que hoje nos governa! O que é preciso é reparar numa geração os estragos morais e materiais de que nós acusamos implacàvelmente as quatro gerações que nos precederam. Alguma coisa de grande se anuncia nas jornadas vindoiras de Portugal. Paul Bourget diz-nos algures que no sossêgo do seu trabalho não pensava senão em preparar a biblioteca dêsse inevitável Monk com que os acontecimentos futuros inevitàvelmente brindariam a França. Nós não devemos contar com Monk. Devemos antes contar, — o que é mais belo! —, com os rapazes da nossa terra. Pois o que importa sôbre tudo é que a juventude portuguesa possua uma finalidade. Colocando mais

uma pedra na obra exaustiva da nossa reconstrução, aí fica a teoria da Nobreza. A Nobreza aparecerá à gente moça do meu país como uma realidade eterna, filha da eterna ânsia do sangue para se perpetuar e ser digno. Não é Nobreza a nobreza que esqueceu as obrigações sociais de sua gerarquia. Não basta usar-se anel armoriado nem ter o brasão lançado no *Livro do Armeiro-Mór do Reyno.* Como em Portugal não há um *destino,* como em Portugal não há uma *idéa directriz,* também em Portugal não há uma *nobreza.* Com a Profissão e com a Nobreza é que o Rei de Portugal, — e não o minúsculo rei dum partido! —, empreenderá a restauração da Pátria pela Monarquia.

Possa êste meu estudo ajudar os homens de boa vontade a vencerem os seus preconceitos e pôr na sua inteligência uma outra visão do Passado. Compensar-me-ia assim da estranha melancolia com que o termino, olhando ao longo do mar uma tarja negra, em que parece que tudo se suspende e acaba de vez.

Agôsto, 1916.

OS NOSSOS REIS

OS NOSSOS REIS

Foi o mesmo em tôda a parte o ataque da Revolução contra a ordem social constituída. O descrédito do Passado serviu-lhe de arma certeira no seu plano de subverter com as instituïções tradicionais a legitimidade do poder e a sua natural hierarquia. A perversão da história facilitou assim o caminho a essa obra metódica de dissolvência e destruïção. Proclamado o individualismo nos costumes e nas inteligências, as velhas disciplinas que haviam tornado possível a grandeza e a cultura da sociedade antiga encararam-se de pronto como gargalheiras impostas à nossa liberdade e aos nossos direitos. A Pátria não significou mais que o triunfo momentâneo das nossas opiniões de partido. Pretexto aparatoso para em boa retórica se disfarçar a ambição dos mandarins e dos arrivistas, perdeu-se-lhe a continuïdade e a razão eterna de existir, desde que os de hoje se levantaram contra os de ontem, apeando os símbolos e des-

truindo as realidades, a cuja sombra se tinha com nobreza e segurança vivido e morrido.

Ora a Pátria, no seu sentido concreto, na verdade frisante das suas características, é um facto positivo que se não improvisa nem subjectiva, mas que se reconhece e aceita tal como é, — e nunca como a nossa imaginação, ou o nosso capricho desejem que ela fôsse. Pátria vem de «*terra patrum*», — a terra dos Avós, a terra dos Antepassados. Amar a Pátria é respeitá-la na fisionomia sagrada que os nossos Mortos lhe imprimiram. Nunca é demais falar em Fustel de Coulanges. Sem ser um crente, no seu testamento, Fustel de Coulanges mandou-se enterrar catòlicamente. «Eu desejo um entêrro conforme o uso dos franceses, — escrevia o historiador —, isto é, um entêrro religioso. Eu não sou, em verdade, nem praticante nem crente; mas devo-me recordar de que aquêles que me precederam na vida eram católicos. O patriotismo exige que, quando se não pense como os nossos maiores, se acate ao menos o que êles pensaram.» Êste conceito humaníssimo de Pátria, excluindo o patriotismo revolucionário e romântico, é exactamente o seu conceito científico e experimental.

Sendo assim que a Pátria tangìvelmente se nos manifesta, é preciso honrá-la, não só nas fôrças políticas que a geraram e mantiveram, mas até nas grandes idéas colectivas em que a sua alma secular se fixou e definiu. Talvez um pouco pitorescamente, não era outro o motivo que Jules Soury invocava, ao decla-

rar-se simultâneamente ateu e clerical, materialista e católico-romano. A notoriedade de Jules Soury advinha-lhe da teoria célebre dos neurones. Pois os neurones, que, numa tradução barata, empurraram entre nós para o livre-pensamento dos comícios certo psiquiatra já falecido, — êsses mesmos neurones do prof. Miguel Bombarda, dando a Jules Soury as bases fisiológicas do patriotismo, levaram-no a concluir, não pela fé, que a não possuía, mas pelo pensamento que tanto amava, na apologia da Igreja como representando a mais forte e a mais bela educadora do subconsciente dos indivíduos e dos povos.

Não chegaram a Portugal tam nobres e insuspeitos exemplos. Apenas a negação se importou numa avidez doentia de suicídio. Tam fundo a avariose liberalista nos corroera, que as próprias doutrinas de Comte, de crítica cerrada e implacável aos falsos dogmas de 89, Teófilo Braga as deturpou e restringiu, adaptando-as às exigências sectárias da sua psicologia farisaica de jacobino! Dêste modo, estabelecida a luta contra a estrutura histórica da nossa sociedade, não tardou que um pseudo-intelectualismo reproduzisse contra a Monarquia e contra a Religião as diatribes, às vezes sinceras e iluminadas, dum Michelet ou dum Quinet. É daí que se socorre a mentalidade republicana, quando prega a guerra santa contra as influências do Passado, consideradas obscurantistas pela sua linguagem tatuada e tonitruante.

Auxiliam-lhe o trabalho desorganizador o criticismo

agudo dum Oliveira Martins, ou a cegueira ultra-romântica dum Pinheiro Chagas, sem aludir a Herculano naquela parte, em que, saindo do domínio dos documentos, se pôs a fazer história para combater, — na própria frase —, a Reacção. A Pátria, para êsses autores, apresentava-se, não no significado objectivo dum património a continuar, em que a tomava Fustel de Coulanges, mas como dirigida e condicionada por um princípio, — o princípio herdado da Revolução e expresso nas ideologias anárquicas do Liberalismo. Não foram assim historiadores. Foram antes panfletários. Como panfletários os vemos convocados a depor sempre que seja necessário activar a campanha subversiva contra as grandes verdades tradicionais.

Felizmente, na renovação da inteligência portuguesa, a História é hoje compreendida como o elemento mais decisivo para a vitória do nosso nacionalismo. Como mentiras insubsistentes, esvaem-se as calúnias divulgadas a esmo pela *Deducção Chronologico-Analytica*, quando Pombal entendeu desacreditar pelos processos mais baixos a acção moralizadora e cultural da Companhia de Jesus. É onde começa entre nós a história sectária, — a história parcial e criminosa, que Fustel dizia levar à guerra civil. História de guerra civil, efectivamente, a história sectária, iniciada por Pombal, aumenta e cresce com o advento do Constitucionalismo. A maneira como os homens de 34 ennegreceram sem escrúpulo os seus irmãos ven-

cidos afere-se bem pelo rancor com que a república está difamando tudo quanto represente um reflexo do nosso passado católico e monárquico!

Não irá, porém, longe o seu propósito faccioso! A nova geração dispõe-se a velar pelos direitos da história nacional, que o mesmo é que velar pela unidade moral da Pátria. O alarme já se sente nos arraiais inimigos. A eterna exploração contra a Realeza sofreu uma derrota mortal nos últimos episódios parlamentares [1] em que a figura de D. João VI suplantou com tôda a sua nitidez a acusação sem consistência que a pretendia toldar. Mal dissimulando o desbarato, ainda insistem os do campo contrário. E insistem, afirmando que o espírito monárquico se dedica a levantar agora vultos secundários e poluídos, em porfiado menosprêzo por outros que são cumiadas na nossa jornada do povo.

Não é difícil atingir o alcance da insinuação. Querem os nossos adversários inculcar com ela que nós, rehabilitando os nossos Reis, esquecemos a Pátria, para só nos preocuparmos com a Monarquia. Bem opostamente, porque a Pátria é o princípio e o fim das nossas aspirações, é que nós defendemos nos nossos Reis a vontade persistente e enérgica de que Portugal resultou engrandecido, ao longo do exemplo

---

[1] Alusão à sessão legislativa de 1918, — consulado de Sidónio Pais, em que o autor, como deputado, defendeu no Parlamento a personalidade política de D. João VI.

admirável de quási oito séculos de vida. Eis porque, na identificação de Pátria com a Monarquia, a história de Portugal é a história dos nossos Reis. Uns mais dotados, outros mais obscuros, nenhum dêles faltou aos deveres pesados do seu ofício, conduzindo sempre o país ao caminho da honra e da prosperidade. Quando erraram, — os poucos que erraram! — erraram na idéa de que serviam no prestígio da sua corôa o prestígio da nacionalidade.

Porque o interêsse dinástico coincide necessàriamente com o interêsse nacional, Renan, chamando à Realeza o «cérebro» duma nação, não hesitava em proclamar que um chefe electivo é sempre inferior ao soberano, — por medíocre que êste seja —, elevado ao trono pelos acasos da hereditariedade. Se Renan o observava, de olhos postos na França, nós tiramos a prova-real das suas palavras, arripiando a nossa reflexão ao largo das três dinastias, a quem Deus confiou a salvaguarda de Portugal.

Logo ao alto, o que seria das tendências separatistas das gentes de Entre-Douro-e-Minho, se, em seguida ao esfôrço preliminar dos condes portucalenses, D. Afonso Henriques não desposasse na sua ambição a causa duma pátria que se queria constituir? A sua obra não é apenas uma obra do guerreiro que protege e alarga o território. O político revela-se, procurando na Santa-Sé o apoio externo que à pequena nacionalidade faltava no concêrto internacional da *Republica Christiana*. Adulterado,

quando não diminuído, êsse acto do nosso primeiro rei mostra-nos que, ao lado do guerreiro impulsivo, havia o estadista hábil, demandando sanções jurídicas e morais para o reino emancipado pela sua espada de cavaleiro.

Transposta a fase embrionária, — o período instintivo, a Pátria encontra na Realeza o cérebro que, realmente, lhe define as preferências e lhe estabelece a finalidade. Ao longo da dinastia afonsina nós vemos que o desenvolvimento de Portugal é o desenvolvimento do poder dos seus Reis. Há uma directriz que se executa e que se cumpre, ininterruptamente. A D. Afonso Henriques sucede D. Sancho, seu filho. Se um conquista, o outro estabiliza. Se o pai dilata os limites da terra, o filho arroteia-a e povoa-a. Virá D. Afonso II garantir depois a unidade da Pátria sustentando a unidade da soberania. Na dispersão jurisdicional das regalias da Corôa, o seu pulso domina a tentativa feudal que ameaça pulverizar o Estado ainda recente. D. Afonso II evita o escolho, para bem de-pressa êle reaparecer na menoridade do seu sucessor, durante a fraqueza duma regência. São as regências a falha das Monarquias. Mas o que é a República senão a regência perpétua?

Neste sentido, a obra da Realeza se desenha e continua. Declara-se a crise de 1384. Mas ainda é a Realeza quem salva a Pátria, corrigindo-se dos defeitos do reinado anterior. Não desprestigiemos D. Fernando! Camões é injusto com êle, quando lhe chama

«fraco Rei». A sua política de fomento é admirável. Arruinou-nos nas lutas com os vizinhos, — é certo. Mas D. Fernando adivinhava a nossa necessidade de expansão, ao mesmo tempo que o perigo absorcionista de Castela. Errou, porém, na rota a escolher. A expansão seria para o mar e só o poder naval nos salvaria da ameaça crescente da unificação castelhana.

Eis que surge a Casa de Aviz. A Grei adquire então a plenitude das suas virtudes sociais. Há o desvio da Índia que empobrece e esgota as nossas energias. Que Reis magníficos, no entanto! Aos primeiros não me refiro, tidos e havidos como tal pelos publicistas de tôdas as côres. O que levanto são as acusações carregadas sôbre D. Manuel e D. João III. D. Manuel achou em Luciano Cordeiro um rehabilitador consciente nas suas esplêndidas monografias *O prémio da Descoberta* e *A segunda duquesa* Quanto a D. João III, a quem Oliveira Martins chama significativamente o «Rei colonizador», é doloroso declarar que os estrangeiros lhe prestam mais atenção de que nós, — nacionais. Ninguém amou como êle o desenvolvimento da nossa cultura, já trazendo para Portugal os mais afamados humanistas, já instituindo lá fora as «*bôlsas de-estudo*», por cujas expensas os nossos sobressairam bem alto no festim erudito da Renascença. Repara o escritor espanhol D. Alfonso Danvila y Burguero que entre nós se faz um conceito injusto de D. João III. E assim assevera que «*la colonizacion del Brasil, la reforma de la*

Universidad y su traslación á Coimbra, el procurar por todos los medios posibles enfrenar la orgia de la India y suprimir las mutilaciones y marcas de hierro de los criminales, actos en los cuales tuvo D. Juan III una activa parte, quitan un tanto de valor á la severa afirmación de Pinheiro Chagas y de Herculano».

O mesmo sucede com D. Sebastião e com D. Henrique. De D. Sebastião é já conhecido hoje o espírito profundamente nacionalista de todo o seu reinado. Não é, no entanto, inútil recordar que o exército da Restauração se organizou sôbre os regulamentos e reformas militares, decretados pelo Rei-Desejado. Exausto, quási no fim da vida, D. Henrique é o crepúsculo duma raça. Contudo, Manuel Bento de Sousa apresenta-o como chefe do partido oposto à influência castelhana, traçando dêle um retrato que o dignifica. Êsse juízo é confirmado pelo insuspeito Danvila y Burguero. Subiu ao trono, teve que aceitar a fatalidade do destino, na certeza, porém, de que não entregava submissamente Portugal à Espanha.

Não foi bem uma incorporação, de resto, o que ocorreu. Foi antes uma união, uma espécie de monarquia dualista, como a Austria-Hungria. Provam-no, por exemplo, a introdução das armas de Portugal no escudo espanhol, a vinda de Felipe às côrtes de Tomar e a constituïção do Conselho de Portugal em Madrid.

A administração ruïnosa dos outros Felipes, tendendo a tornar Portugal numa simples província, é

que provocou o nosso arranco libertador. Entretanto, por fôrça do valor que Georges Sorel reconhece aos mitos, governa-nos a «*Monarquia do Encoberto*». Mas o Encoberto apareceu um dia, — conforme a lápide da Porta-dos-Nós em Vila Viçosa. Inicia-se então com D. João IV a dinastia de Bragança, sôbre a qual desabou um chuveiro de falsidades e de infamações. Diminuído e caricaturado, D. João IV, quando mais não tivesse por si senão a sua entrevista com o Cavalheiro de Jant e o célebre papel que, debaixo da designação de *Procurador dos descaminhos do Reino,* mandou lançar na caixa das Côrtes, possuía o bastante para se nos impor como um grande monarca. Mas há mais, — há mais e muito mais: diplomata habilíssimo, a êle se deve a organização interna e externa que facilitou as vitórias do reinado seguinte, e conseqüentemente, a independência. Joaquim de Vasconcelos e Edgar Prestage restituíram já, e definitivamente, D. João IV às reais proporções da sua envergadura.

Uma pausa se deprime agora com D. Afonso VI. A sua inferioridade pessoal não enfraquece, em todo o caso, a fôrça unificadora do princípio que representa. É no seu reinado que se ganham as batalhas decisivas da autonomia e é êle que até ao fim agüenta com firmeza o homem que, a-pesar dos seus defeitos, foi a alma enérgica que supriu a frouxidão natural do monarca. Não me é possível aqui abordar o problema da deposição de D. Afonso VI. Só direi

que, no regímen de partidos em que o Paço se dividia, o acto que conduz o infante D. Pedro à regência, foi na sua origem um acto da responsabilidade total da Nação.

D. Pedro, dos menos dotados dos nossos soberanos, revela na sua política externa uma tal firmeza que chegou a desfazer as cabalas de Luiz XIV. «*Se êle é meu discípulo e os bons discípulos honram os mestres!*» — eis como disfarçou o *Rei-Sol* espirituosamente o seu despeito. Increpam-no pelo tratado de Methuen. A-pesar dos encargos que nos trouxe, garantiu-nos as colónias. A subida de Felipe de Anjou ao trono de Espanha mudara a França, de inimiga tradicional, em aliada fiel da côrte de Madrid. Ameaçados duma nova absorção, sem Paris a secundar-nos, tivemos que nos valer da Inglaterra, como nosso apoio exterior. Depois, o domínio dos mares já não era nosso. Nas mãos da Inglaterra, só a sua aliança nos permitiria a comunicação livre com o Ultramar português.

Morto D. Pedro II, seu filho, D. João V, é um dos nossos Reis mais propositadamente obscurecidos. Dum país depauperado pela guerra em que a Grã-Bretanha nos metera, para nos abandonar em seguida à nossa sorte, D. João V consegue tirar o Portugal que esteve para ser árbitro das contendas europeias, graças a uma neutralidade forte e respeitada. Protector das artes e das ciências, é da época de D. João V não só o estilo que caracterizou o seu reinado, mas

um número infinito de construções tôdas destinadas a servir o bem comum. A grandeza do Rei valeu, e acertadamente, para D. João V como sendo a grandeza do reino. É êste o traço dominante do seu govêrno e o que melhor o impõe aos agradecimentos de Portugal.

D. José — o herdeiro, veio numa hora em que o Absolutismo corrompera já a estrutura das monarquias tradicionais. Se com D. João V as qualidades próprias do monarca servem ainda de correcção ao vício congestivo que se ia apoderando da Realeza, essas qualidades desertam em D. José, que se abandona por completo à influência do seu valido. «*O Rei ao tôrno e o Marquês no trono*», — ou então, mais exactamente, o epigrama que afixaram na estátua do Terreiro do Paço: *Statua statuœ*. Tanto basta para que a ditadura de Pombal se aprecie devidamente. A crítica dela está encerrada, julgando-se económica e socialmente prejudicial para a nação. Subscrevo êsse juízo, que de hora para hora os factos realçam cada vez mais. Já assim não acontece com D. Maria I, que preside, talvez como reacção contra os geometrismos despóticos do Marquês, a uma verdadeira revivescência nacionalista, de que são principais elementos os eruditos da Academia.

Mas o falso naturalismo do século minava já a sociedade antiga. Não obstante, de D. Maria I data uma série de reformas que libertaram a terra, sem cair nos apriorismos insensatos de Mousinho, e que

desenvolveram consideràvelmente a agricultura e a instrução especializada. Renovando o pensamento de D. João III, mandam-se lá fora pensionistas que se experimentam nas ciências agronómicas e químicas, então nascentes. A loucura da rainha não invalida o trabalho reparador do seu reinado. Durante a regência do Príncipe do Brasil, cria-se o Conselho do Almirantado que nos dará uma esquadra, — inveja e cubiça de Napoleão. Não nos deixaram as invasões ir mais adiante. E hoje sabe-se como, retirando-se para o Rio, D. João VI salvou com a integridade da dinastia a integridade da Pátria. O resto é quási do nosso tempo, para que nos ocupemos a desfiá-lo.

O advento do Liberalismo acabou de desorganizar a natureza histórica das nossas instituições sociais e políticas, complicando a crise que se desencadeara entre nós com uma sanguinolenta disputa dinástica. Encarnação magnífica da raça, a D. Miguel I só no exílio é que lhe consentiram que êle revelasse a firmeza comovente da sua dignidade real. A nação inteira aclamou-o não apenas como rei, mas como o símbolo do seu desejo ardente de voltar àquela continuïdade, em cujas normas Portugal crescera e se cobrira de glória. Não o permitiram os princípios do século, sustentados de armas na mão pela conjura internacional do Maçonismo.

Na alteração política que transmite a corôa a D. Maria II, o imperador D. Pedro, vítima do figurino romântico de libertador de povos, desmancha

em cavalhadas sem perdão a sua linha corajosa, só porque Bolivar lhe subira à cabeça e lhe atravessavam o cérebro de quando em quando uns vagos fumos de napoleanismo de contrabando.

Superiormente conformada, D. Maria II afirma um temperamento de mulher que lhe legitima bem de-pressa a sua «quási legitimidade», — à Luiz Felipe. Do que foi como raínha fala a tradição que deixou no povo e ainda as suas cartas, recém-publicadas, em que se marca bem a energia dum carácter nascido para afrontar situações difíceis, como as que D. Maria II por mais duma ocasião afrontou. Penetrado da nevoeirenta melancolia germânica, D. Pedro V é um rei filósofo do século XVIII, vindo ao mundo pòstumamente. A precocidade mental dos Braganças assinalou-o duma maneira notável. E eu creio que nesse monarca, eivado dum filantropismo inconsistente e dulçuroso, não habitava a personalidade que muitos supõem. O traço que o fixa é o seu idílio com D. Estefânia, — idílio que recorda um pouco o de Henrique e Carlota Stilglizt.

Por detrás da sua eça, desponta agora D. Luiz. É a dissolvência máxima do Constitucionalismo que o Rei atenua com as claridades do seu coração e da sua inteligência. Resignado à fórmula hipócrita de que «o rei reina e não governa», D. Luiz traduz Shakspeare e é de cepticismo do seu primo do Brasil, amigo de Vítor Hugo, — o tal que ralhava em verso às Corôas e às Tiaras. A sua existência escon-

de-se na apatia dum órgão sem função, — inutilizado pelo monstruoso sofisma em que a majestade da Monarquia se aviltava irreparàvelmente, jogada dum lado para o outro na feira dissoluta dos partidos. D. Carlos a levantará, resgatando com o sacrifício do seu sangue a culpa original que manchava o direito da sua dinastia.

Rei bem nacional, — até nas suas predilecções de lavrador alentejano, D. Carlos manifesta-se um Bragança perfeito na sua psicologia de artista exigente, em quem a diplomacia traduzia a qualidade tónica do seu atavismo belamente dotado. Abateram-no como um lôbo a uma esquina. Nesse momento Portugal suïcidava-se. Olhando à posição que D. Carlos conquistara nas côrtes e chancelarias da Europa, é lícito preguntar o que seríamos hoje, com êsse soberano excepcional à nossa frente? A D. Carlos estaria talvez destinado no desenlace da grande guerra o papel que as circunstâncias iam reservando a D. João V.

Através de tantas gerações de monarcas, nós vemos assim Portugal identificando-se sempre pelas responsabilidades do sangue com as instituïções que tradicionalmente o representavam. Tal é a virtude primacial da Monarquia. Ela que fêz a Pátria, ela a restaurará. E, deitando os olhos ao mapa do Passado, nós constatamos como, efectivamente, Portugal é a criação magnífica dos seus Reis!

Deixámo-los insultar e difamar. No dia em que essa conspiração se consumou, consumou-se o maior

atentado contra as razões mais sagradas do nosso patriotismo. Restaurar a verdade na história é restaurar a unidade da Pátria. Só a Monarquia a serve e garante como ninguém! Tudo o mais são evasivas de momento, — são mesquinhas soluções provisórias. Contemplemos de frente, sem preconceitos, como homens livres, a face da questão. «A tôda a nacionalidade corresponde uma dinastia, na qual se consubstanciam o génio e os interêsses da nação, — pondera Renan; uma consciência nacional não é fixa nem firme senão quando ela contrata aliança indissolúvel com uma família, que por êsse contrato se obriga a não ter nenhum interêsse distinto do da nação.» Não é outro o caso da Monarquia Portuguesa. Eis porque Pátria e Monarquia, fundidas uma na outra, dão uma palavra sòmente: — Portugal!

Agôsto, 1918.

A CONVERSÃO DE BOCAGE

A CONVERSÃO DE BOCAGE

Na decomposição da nossa sociedade tradicional, Bocage é um nome que simboliza inteiramente a anarquia intelectual e moral do espírito naturalista da Enciclopédia. Vítima dos erros do seu tempo, serviu-os Bocage com o fulgor da sua sátira, — com a viva intensidade do seu temperamento de inadaptado a uma regra superior que o disciplinasse. Por isso de Bocage não ficou para a maioria das gentes senão a lenda grosseira da sua extravagância de freqüentador de botequins. No entanto, em Bocage palpitava por vezes a cintilação do génio e as nossas formas poéticas deveram-lhe aqui e além um significativo esfôrço de renovação literária.

Reinava a Arcádia com a tirania do seu falso classicismo, quando Bocage a escalou, levado pela fama de improvisador incomparável. Falar de Bocage é recordar a decadência das nossas letras, esmagadas por completo na imitação servil e bastarda dos grandes

autores da Antiguidade. Êsse século XVIII é por vezes um crepúsculo de morte na história do pensamento e da sensibilidade nacionais! Obliterara-se o veio lírico da raça que, florindo através dos *Cancioneiros*, ainda achara em Seiscentos com Francisco Rodrigues Lôbo um amorável continuador, embora o Parnaso já houvesse declarado o despotismo da sua dureza formalista. A incompatibilidade da nossa condição emotiva com as raízes tôdas racionalistas do ideal clássico encontram neste facto uma valiosa demonstração. Ninguém desconhece o empenho de D. João V em restaurar o perdido esplendor da nossa literatura. Pois não se foi além da inevitável chusma de vates de abadessado, revirando para as madres os olhos de carneiro mal-morto, por entre orgias largas de *manjar branco* e *trouxas de ovos!*

O excessivo aparato humanista da nossa educação conventual e universitária abafara-nos a espontaneidade do sentimento. Da poesia não se possuía outro conceito senão o duma virtuosidade maior ou menor em se compor o discurso, segundo os cânones proclamados como bons. A teoria dêsse falso classicismo definira-a com nitidez Pedro Correia Garção na sua *Dissertação terceira*. Ali se sente bem a diferença que existe entre os morcegos da Arcádia e um Corneille ou um Racine, em quem a lição dos Antigos valera, não como um decalque paciente e submisso, mas, sobretudo, — posta de parte a economia e a arquitectura da produção —, como um conhecimento profundo da

natureza e das paixões humanas. Ao contrário, o Classicismo entre nós influíu apenas no tom convencional da paisagem e das figuras, e, paralelamente, na rigidez geométrica da composição.

Compreende-se, de resto, porque assim fôsse. Mais cerebral do que emocional, o génio francês triunfara e possuia-se ao contacto dos mestres greco-latinos, no jôgo equilibrado da Tragédia, pelo contraste perfeito dos caracteres. Era já um exercício sereno de observação que preparava, mais de dois séculos antes, o sucesso do romance com um Balzac, um Flaubert ou um Paul Bourget. Lembremo-nos de que Molière é contemporâneo da *Athalia* e do *Cid*, e que o *Discurso do Método* em pouco antecedeu a *Arte Poética*. A essência do Classicismo não difere das razões do intelectualismo. A França achou-se, por isso, à vontade dentro duma tendência que vinha clarificar e condensar as preferências congenitais do seu espírito.

Não aconteceria o mesmo em Portugal. Nós não marcámos nunca pela análise e o nosso intelectualismo manifestou-se sempre um intelectualismo de escola e, por conseqüência, de importação. Já Fradique Mendes reparava com agudeza, puxando pela cigarrilha numa negligência elegante, que «poesia subentendia emoção» e que «a genuína expressão da inteligência francesa era a prosa». Subscrevo absolutamente o juizo de Fradique, em antecipada coincidência com a opinião de Léon Daudet, que

caracteriza a arte da prosa como sendo «*la science de l'analyse, des ressorts intellectuels et moraux*». Eis bem evidentes os motivos por que nós nunca nos notabilizámos no romance, ao passo que a novela pròpriamente dita assume por vezes em Portugal as linhas duma verdadeira criação. Eça de Queiroz, por exemplo, não se emancipa da imitação do naturalismo parisiense nà sua escolha decidida pelos aspectos inferiores da existência, emquanto o romance constitue a sua preocupação absorvente. Transita um dia, porém, do romance para a novela, — e a *Illustre Casa de Ramires* aparece-nos logo como uma jornada definitiva na nacionalização do gôsto e dos processos literários em Portugal.

Ora porque «poesia subentende emoção», — na palavra categorizada de Fradique —, é que nunca o ideal clássico se acomodaria à extraordinária opulência do nosso lirismo instintivo. Os poetas de Quinhentos com Sá de Miranda, Camões, António Ferreira e Diogo Bernardes transportaram ainda as virtudes íntimas da sua alma de líricos para a sonoridade pomposa do decassílabo. Camões, no episódio da morte de Inez de Castro, tem por êsse lado do coração a grandeza duma cêna de Corneille, posterior a êle um século seguro. Mas quando, fixado pela pedagogia humanista, o Classicismo se radica entre nós, não há ninguém que não saiba como os poetas seiscentistas nos cansam e prostram com as suas arrastadas epopeias que, invadidas agora pela degenerescência do cul-

teranismo, se emparelham e rematam na mais absoluta imobilidade, tanto plástica como emotiva. Salva-se o *Viriato-Trágico,* porque, numa intuïção feliz, mercê da sua irrequieta vida de soldado, Braz Garcia de Mascarenhas, de certo modo, identificou com o caudilho dos Lusitanos a sua aspiração de português batendo-se na fronteira pela independência da Pátria.

Sacrificada à parte formal, a poesia definha-se de-pressa em Portugal na secura dogmática que a pretendia regulamentar. «Os mais finos conhecedores franceses, — prosseguia Fradique no *appartement* do Hotel-Central, contemplando, descuidado, o fumo da cigarrilha —, os mais finos conhecedores franceses prefeririam sempre os poetas cuja poesia se caracterizasse pela precisão, lucidez, sobriedade, — que são qualidades da prosa; e um poeta tornava-se tanto mais popular quanto mais visìvelmente possuía o génio de prosador. Boileau continuaria a ser um clássico, um imortal, quando já ninguém se lembrasse em França do tumultuoso lirismo de Hugo.»

Decididamente, Fradique, pela sua acuidade crítica, merece-nos, no ponto presente, a confiança que se deve a um pensador de sisudos óculos professorais! Porque o Classicismo nos pedia êsse espírito de análise que não se conjuga com a feição naturalmente espontânea da poesia, é que a nossa decadência poética, ao entrar o século XVIII, nos oferece o mais degradante de todos os espectáculos.

Quere Teófilo Braga ver em semelhante facto a acção depressiva do monarquismo e catolicismo extremes da nossa sociedade tradicional. Não nos demoremos a destruir a sua observação sectária! Católica e monárquica, saída das mãos de Richelieu para as de Luiz XIV, não atingiu precisamente a França com o Rei-Sol, e depois das *Dragonadas*, o apogeu doirado do seu grande século? As causas que agiram tam desastrosamente entre nós são, duma maneira geral, as expostas. Entregue apenas à boa observância dos preceitos da métrica, a nossa poesia teria que se enfraquecer e diminuir no seu profundo significado psíquico, porque não dispunha, para se defender, do poder analítico do génio francês. O que ocorreu com o Classicismo, ocorreu mais tarde com o Parnasianismo. O vigor da descrição é em Leconte de Lisle, — e secundàriamente em José Maria de Herédia —, a sobrevivência das velhas qualidades clássicas (ou intelectualistas) da França de sempre. Comparemos com êles os nossos parnasianos. Inutilizam-se no xadrez diligente do pormenor e da rima rebuscada. E se fora do interêsse documental das antologias, algum subsiste, é, sem dúvida, o conde de Monsaraz, — não o conde de Monsaraz da *Catarina de Ataíde,* mas o conde de Monsaraz do regionalismo forte e desempedido da *Musa alentejana.*

Inversamente, a nossa intensa crepitação lírica não deixa que os nossos românticos, — Garrett e Herculano, sobretudo —, se precipitem no deboche franco

da imaginação, como aconteceu em França com os delírios sentimentais do Ermo e do Lago. O Romantismo em Portugal traduz até, em reacção consciente contra a rigidez dos moldes literários, o regresso às profanadas nascentes da nossa poesia natural. E vem a-propósito notar ainda sôbre lirismo e intelectualismo um caso eloqüentemente elucidativo. Aludo ao Padre José Agostinho de Macedo. Na história das idéas portuguesas, êste formidável panfletário, dotado da insolência genial do seu contemporâneo Rivarol, marca a plenitude da inteligência na sua mais rematada compreensão crítica. Pois, com tam eminentes predicados mentais, nós sabemos como as tentativas poéticas de José Agostinho de Macedo resultaram monótonas e medíocres, sem côr nem elevação.

* * *

Tal o quadro da literatura nacional, quando Bocage levantou no horizonte a sua figura em todos os sentidos desproporcionada. Insere-se Bocage psicològicamente nesse tipo moral de tumultuoso e desencontrado que Léon Daudet no seu *Hérédo* considera como o produto dum permanente duelo entre hereditariedades contraditórias. É donde visìvelmente dimana a ondulação da personalidade de Bocage, tanto na sua abundância de improvisador, como no estouvamento febril da sua existência desgarrada e sem

centro. Desertor e arruaceiro, em Bocage encarna-se bem o «libertino», — na acepção em que se tomava outrora o indivíduo despojado de regras de vida interior e para quem uma baixa felicidade naturalista era, na vertigem quotidiana do mundo, o único estímulo capaz de lhe arrancar algum esfôrço de monta. Se quisermos ter de Bocage a idéa justa do que foi e do que valeu, não podemos abstrair nem da sua formação moral nem da época que o emmoldurou e perdeu.

Vigorosamente sustentada pelo punho de Pina Manique, a nossa sociedade tradicional defendia-se. Mas semelhante defesa estava apenas confiada a uma acção coercitiva do Estado. Nos cérebros imperava já a maior das desordens. Exactamente como em França, antes de descer aos clubes secretos, a Revolução passeava-se nos salões, protegida pelo disfarce leviano da curiosidade intelectual daquele tempo. Quem lhe serve entre nós de reposteiro-mor é o pedantismo erudito do duque de Lafões, em comércio apertado com os ideólogos lá de fora. Na sua roda medram e escondem-se muitos dos mais conhecidos «bota-fogos» lisboetas, entre os quais o abade Correia da Serra. Por «bota-fogo» designava a Intendência pitorescamente os jacobinos que trazia debaixo de ôlho. A luta de Pina Manique contra o alastramento da lepra revolucionária só terminou quando Bonaparte nos impôs a sua demissão. Sereno e vigilante, era no velho magistrado que a Maçonaria esbarrava invariàvelmente

na sua tarefa daninha de sapar os alicerces da nacionalidade. E tam de-pressa Pina Manique caíu, logo a invasão francesa se tornou possível, de acôrdo com os conluios tramados no escuro das associações maçónicas de Lisboa.

Costuma a pena facciosa dos nossos escritores liberalistas empregar as tintas mais densas dos seus recursos romanescos se escolhe para tema o reinado de D. Maria I. A insurreição sentimental e social de Bocage, que o chegou a levar às admoestações inquisitoriais, interpreta-se como um sinal da marcha trágica do «*espírito novo*» dentro duma sociedade fechada no mais opaco dos obscurantismos. Mas nós sabemos já hoje o que era o «*espírito novo*»*!*

Nascido do racionalismo corrosivo da Renascença, êle atingia agora o seu pleno florescimento. Facilitara-lhe o caminho a concepção absolutista do Poder, tam bem concretizada na ditadura de Pombal. Debalde, com um ou outro esfôrço isolado, procurámos levantar-lhe barreiras. Há um livro dêsse estranho momento, — *O Filósofo Solitário*, aparecido em 1785, com licença da Real Mesa Censória, em que a inspiração de Rousseau é mais que transparente. Escreve-se no prólogo, dedicado «*aos Filósofos que vivem na Sociedade*»: — «*Todo o mundo julga que a sociedade é a bem-aventurança da Terra. Que engano! Se vós estais por esta máxima sois Entusiastas. Os Filósofos não devem adoptar os axiomas do povo. Quem busca as causas naturais dos efeitos*

naturais, deve habitar nos montes: porque a Natureza fala por uma bôca na solidão e por outra nos povoados.»

Impresso na Régia Oficina Tipográfica, e autorizado, como vimos, pela Real Mesa Censória, o *Filósofo Solitário* revela-nos, com efeito, a decomposição duma sociedade, já penetrada pelas ideologias anárquicas de Jean-Jacques. Só folheando os papéis da Intendência se avalia bem da indisciplina em que tudo se esboroava e subvertia. Debalde Pina Manique tentara providenciar! O mal vinha de largo, — vinha da desnacionalização em que nos debatíamos e com raízes tam fundas, que os golpes certeiros do bom desembargador não as poderiam nunca debelar.

Na inquietação colectiva dos sentimentos e das inteligências, Bocage representa assim a Revolução na sua primeira jornada, — na jornada sarcástica, na jornada voltaireana. Ele é entre nós, pela sua atitude de melancolia revôlta, a significação acabada de Rousseau. Dispondo dum raro poder de expressão, entende e traduz como poucos a natureza. Lírico de revoadas nobres e belas, consegue pela sua íntima comoção humedecer com sobressaltos de vida as paisagens convencionais da Arcádia. Bocage é já de alguma maneira um *romântico*, se atendermos ao seu gôsto pelo isolamento e pela contemplação. Destinado a acentuar talvez no nosso débil *pre-romantismo* uma tendência igual à dos poetas do Lago, Bocage dispersa-se, porém, à banca dos botequins, nos su-

cessos fáceis da sua veia satírica, — da sua musa insubordinada e demolidora.

É por aqui que Bocage se identifica em tôdas as suas linhas dominantes com a categoria psicológica, analisada por Léon Daudet no *Hérédo*. Individualiza-se ela pela inteira abdicação da vontade às influências descoordenadas da nossa ancestralidade. Não é outra a forma por que se explica que muitas vezes o desequilíbrio psíquico cohabite com a verdadeira exaltação criadora. Diz Daudet que o *hérédo* nos oferece um semblante atormentado e febril, em bastantes casos desdenhoso e altivo, mas dando-nos ao mesmo tempo uma forte impressão de estranheza e de tortura. O olhar do *hérédo* é sempre irrequieto e brilhante, os seus movimentos impacientes, a sua palavra precipitada e nervosa. Se nos recordarmos agora do retrato corrente de Bocage, de nada mais carecemos para incorporar o poeta na classificação de Daudet. Ajuda-nos neste juízo o conhecido soneto, *Desenho de Elmano*, de Tomaz António dos Santos Silva, quando nos fala dos

> «Estreitos olhos baços em que ardia
> Um fogo innato que amedronta ao vê-lo,»

referindo-se de seguida num verso, que tem o cunho dos medalhões, ao seu

> «Genio instavel, sem repouzo nem parage.»

Coando a história através da sua razão científica, Daudet encara psicològicamente a Revolução Francesa «*comme une vaste insurrection d'hérédos*». Na sua rebeldia contra as regras tradicionais, Bocage inclue-se ainda por semelhante aspecto na justa observação dêsse mestre soberano da polémica e do romance. A sua hereditariedade, confusa e discordante, — em Bocage brigava uma costela portuguesa com outra francesa —, encontrou no enciclopedismo enfático do século XVIII o meio próprio ao seu natural desenvolvimento. Assim a vida do impulso se sobrepôs no poeta à vida da reflexão. *Rousseau ou le naufrage du soi*, — sintetiza Léon Daudet. Nosso pequeno Rousseau, embora maior que o autor das *Confessions* nas revoadas líricas, se Bocage não é o naufrágio da personalidade, é, pelo menos, o seu esfacelamento!

Definida a rebelião instintiva de Bocage, não se torna necessário desmentir o êrro crítico que ordinàriamente no-lo pinta como um sacrificado aos preconceitos da sua época. Sacrificado, bem ao contrário, pelas falsas idéas que desencadearam dentro dêle as fôrças destrutivas da individualidade, Bocage constitue, para a nossa formação contra-revolucionária, uma convincente experiência psicológica. Ele abraçou no giro tonto dos seus dias a carreira nefasta do optimismo grosseiríssimo dos Enciclopedistas. Não nos deixou por isso outra memória de si, senão os detalhes fugidios da sua existência de vagabundo do

sarcasmo e da iconoclastia. Efectivamente, o drama moral de Bocage desaparece na vã popularidade da sua biografia anedótica. Ardendo em «uma inquietação por cousas nunca alcançadas», — eis como o poeta se objectivou. Mas o que há de grande e valioso em Bocage, é o Bocage escondido no escuro, é o Bocage da conversão, é o Bocage reconciliado com a regra, sem a doce aceitação da qual a paz inteira jamais se conquista.

Nascido num período de transição profunda, Bocage sofreu-lhe como poucos as conseqüências, agravadas pela fatalidade do seu temperamento excessivo. Socialmente, o amanhecer da Revolução, desviando-o do ideal católico e monárquico, fêz dêle um *inadaptado* constante, — como que um sonâmbulo dirigido ao acaso pelo borborinho dissonante das suas dissonantes vozes hereditárias. Literàriamente, o artificialismo da Arcádia garrotaria, pelo constrangimento dos seus modelos postiços, a incomparável riqueza emotiva de Elmano, a que se aliava uma singular facilidade de realização. Não se perdeu, contudo, no limbo das coisas inúteis o seu exemplo de imolado ao bonzismo dos falsos deuses!

O bucolismo rebuscado dum Delille ou dum abade de Saint-Pierre, — bucolismo de jardins amaneirados e de florestas bordadas a missanga, transfigura-se em Bocage numa inesperada compreensão da natureza com perspectiva, movimento e côr adequada. Salientámos já a melancolia do poeta, que o aparen-

tava de perto aos contemplativos do Lago. Era o admirável lirismo da nossa raça, herdado com a costela lusitana, que em Bocage o elevava, nas asas da tal «*inquietação por cousas nunca alcançadas*», a essa espécie de tristeza confidencial, que mais tarde, já em pleno desafôgo da sensibilidade, seria o segrêdo encantador do estro de Musset. Se, desta forma, Bocage rompia com a regência pesada da Arcádia, também a dor do seu arrependimento nos testemunha o acôrdo tardio da sua personalidade com os apelos indomináveis da sua consciência. O *soi*, porfiando, acabaria por jugular o *moi*,—como diria Léon Daudet. Bocage afirma-nos aí o poder da sua libertação psíquica. Não se trata da capitulação atribulada dum enfêrmo no ancoradoiro amplo da Fé. Bocage, documentando a sua conversão, anota-a como um acto autónomo do seu pensamento unido à sua vontade:

> E para crer num braço autor de tudo,
> Que recompensa os bons, que os maus castiga,
> Não só da fé, mas da razão me ajudo!

Entre os grandes rebeldes, Bocage é dos poucos que nos lega, no completo repúdio da sua existência fragmentada e negativa, a mais alta e impressionante de tôdas as confissões. O regresso de Bocage a Deus obedece ao império da sua inteligência já emancipada dos mitos que a obscureciam. O poeta apalpa e sente, primeiro que ninguém, as responsabilidades sociais do escritor,—do homem que pretende influir à

sua volta pelo ministério da pena, ao lançar-nos aquêle seu grito inolvidável:

> Já Bocage não sou!... À cova escura
> Meu estro vai parar desfeito em vento...
> Eu aos céus ultrajei! o meu tormento
> Leve me torne sempre a terra dura!
>
> Conheço agora já quão vã figura
> Em prosa e verso fêz meu louco intento.
> Musa!... tivera algum merecimento
> Se um raio da razão seguisse pura!
>
> Eu me arrependo; a língua quási fria
> Brade em alto pregão à mocidade,
> Que atraz do som fantástico corria:
>
> Outro Aretino fui!... A santidade
> Manchei!... Oh! se me crêste gente ímpia,
> Rasga meus versos, crê na eternidade!

Como apêndice aos exemplos invocados por Daudet, êste de Bocage ilustra-lhe extraordinàriamente a teoria do *Hérédo.* Se Bocage é na abundância ruïdosa do seu *eu* sub-liminar uma revolta projecção de tipos ancestrais antagónicos, nós verificamos como a supremacia da consciência êle a obteve pelos processos teológicos do sofrimento, da inibição e mesmo da penitência, que Léon Daudet nos aponta como sendo os únicos com segura eficácia, até dentro do puro ponto de vista clínico. Estudado através da sua humanidade tantas vezes decaída, mas tam intensamente resgatada, Bocage quási se torna um espe-

lho, — o espelho em que nós nos reflectimos no duelo constante das nossas paixões com a nossa ânsia sagrada de depuração. Moribundo, o poeta dita um soneto que é de sempre, — que é eterno. Êsse soneto pertence ao florilégio da alma cristã, — é irmão dos acentos doloridos de Santa Teresa e de S. João da Cruz. Dante colocá-lo-ia na bôca daqueles a quem o Purgatório prepara para a visão suprema de Deus. E ninguém, debruçado sôbre si próprio, no momento final, se retrataria tam fielmente, ao desenlaçar-se pela morte o conflito místico das duas naturezas contraditórias do homem.

Se a obra de génio vale, sobretudo, pelo que contém de universal e humano, o soneto de Bocage moribundo não tem segundo na literatura de todo o mundo. Êle mesmo, estertorizado, fixou a tragédia da agonia, repartida entre os sobressaltos da nossa condição inferior e os clarões já visíveis da aproximação divina. «A agonia, — repara a-propósito Léon Daudet —, pode ser considerada como o derradeiro esfôrço da hereditariedade contra a individualidade, — dos elementos transmitidos e caducos contra o princípio pessoal e imortal.» Sucede, pois, que a serenidade perante a morte, — fenómeno bastantes vezes observado em temperamentos inquietos antes dêsse minuto decisivo —, tende a significar a libertação súbita do *soi (individualidade* ou *alma)* pela derrota e subjugação do *moi (ancestralidade* ou *determinismo).*

Não se me afigura que seja outro o caso de Bocage. A clarividência que lhe inspirou o seu soneto célebre é a prova melhor a invocar-se contra a lenda insectária que no-lo descreve coacto pela pressão inquisitorial e pelos mórbidos receios religiosos do seu espírito abatido. Aqui lançamos, asseverando o contrário, a nossa interpretação, baseada em sólidos fundamentos psicológicos. Bocage, convertido e arrependido, foi mais *livre* na condução da sua vontade que o Bocage dos risos demolidores e da «pavorosa ilusão da eternidade». Emquanto o Bocage da primeira fase, «devoto incensador de mil deidades» e «inimigo de hypocritas e de frades,» desperdiça a sua excepcional opulência lírica, subalternizando-a aos caprichos soltos da desordem afectiva, o segundo Bocage, ao adormecer tranqüilamente no Senhor, morria realizando o trabalho difícil da unidade do seu ser indestrutível. A introspecção psíquica que marca a culminância duma consciência, repassa linha a linha, palavra a palavra, o arranco de Bocage agonizante:

> Meu ser evaporei na lida insana
> Do tropel das paixões que me arrastavam;
> Ah! cego eu cria, ah! mísero eu sonhava
> Em mim quási imortal a essência humana.

O assalto último dos seus fantasmas ancestrais, Bocage o repelia vitorioso para a confusão da noite infernal. E luminosamente, na transparência da dor

e da esperança, o seu génio conhecia a crepitação inegualável do Salmista ao soluçar com internecida contrição:

> Deus, oh Deus! Quando a morte à luz me roube,
> Ganhe um momento o que perderam anos,
> Saiba morrer o que viver não soube!

Na sua singeleza, — singeleza duma velha gravura contornada a água-forte —, eis o drama de Bocage. O que restava do «pálido, estranho moço,» de que nos fala lord Beckford, — aquêle «senhor Manuel Maria», que a curiosidade fleugmática do viajante inglês achava ser «a criatura mais extravagante, mas talvez a mais original que Deus ainda criou»? Onde é que iam os estouvados tempos em que Elmano, «entusiasmado pela Revolução Francesa», declamava entre enfático e convencido:

> Liberdade, onde estás? Quem te demora?
> Quem faz que o teu influxo em nós não caia?
> Por que (triste de mim!) por que não raia
> Já na esfera de Lisia a tua aurora?

Nada subsistia da sua anarquia sentimental de ideólogo que não hesitara em saüdar Napoleão, — «Graças, ó Corso excelso, à tua espada!» —, como um «novo redentor da natureza.» Reconciliado com as normas eternas da vida, Bocage transpunha pela humildade os umbrais da única glória que não perece. O vento

da Enciclopédia passara por êle, — vento estéril, vento do deserto, com a desgraça habitando-lhe as entranhas. Bocage, convertido, ensinava-nos agora que, — ontem como hoje! —, só há um caminho para a sociedade e para o indivíduo, se, tocados pelo sôpro maléfico, não quiserem sossobrar numa catástrofe sem remédio: — o caminho da Igreja. Tal é a conclusão que se desprende do fim de Bocage. Não aproveitou, pela vagabundagem filosófica do século findo, aos que vieram antes de nós. Mas, restituído ao seu significado verdadeiro, com êle se introduz na história crítica da Contra-Revolução um depoïmento ignorado, — o depoïmento da sensibilidade portuguesa.

Setembro, 1918.

O «COPIADOR» DE JUNOT

O «COPIADOR» DE JUNOT

Perdido pelo Quartel-General no tumulto da batalha do Vimeiro, por largos anos jazeu ignorado entre as colecções da Biblioteca da Ajuda o interessantíssimo copiador da correspondência de Junot para Napoleão, quando da primeira invasão francesa. Mas, benemérito ilustre das nossas letras, o conhecido escritor militar, senhor Cristóvão Aires, acaba de prestar mais um serviço ao seu país, arrancando ao esquecimento o valioso manuscrito e enchendo com êle, debaixo do título «*Diario de Junot*», um dos volumes da sua «*Historia organica e politica do exercito português*», — o volume XII das «*Provas*» respectivas.

Além de o reproduzir textualmente, acompanha-o o senhor Cristóvão Aires dum vasto e consciencioso comentário, em que tôda a época é reconstituída no trama tantas vezes obscurecido dos acontecimentos que a entreteceram. Importa para nós, especialmente, um exame demorado o trabalho do senhor Cristóvão

Aires, pela luz que derrama sôbre um dos periodos mais confusos e mais incompreendidos da existência de Portugal. Claro que, reflectindo o critério liberalista de quem a escreveu, a nossa história é, a respeito das primeiras décadas do século passado, uma história apaixonada, — uma história parcialíssima de partido. Sobretudo, êsse tempo calamitoso das Invasões persiste em continuar deformado, através de conceitos com tanto de simplistas como de sectários. A retirada da Família-Real para o Brasil e o envio a Bayona duma comissão de notáveis pedir um rei a Napoleão, são motivo de indignadas declamações contra os dois princípios, — a Religião e a Monarquia, — graças aos quais Portugal se consolidou e por cuja virtude conseguirá ainda arrancar-se da desgraça. Desde que haja pretexto para as infalíveis declamações jacobinas, de nada mais se inquire, — nem da maneira como os franceses entraram, nem das facilidades que entre nós vieram encontrar por parte das associações secretas. Ora o estudo do senhor Cristóvão Aires marca o começo duma salutar reacção.

Evidentemente que a vinda de Junot fôra preparada muito de atrás nos clubes revolucionários. A Maçonaria não se alargava, porém, nas suas simpatias por Napoleão, receosa da luneta sempre vigilante de Pina Manique. Conseguiu Bonaparte impor-se, de modo a obter a demissão do Intendente e a queda do chamado «partido-inglês», então no poder. O «partido-inglês» era o partido da guerra, — era o partido que, apoiado

na aliança britânica e tendo D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. João de Almeida à sua frente, não queria da França senão o estado de hostilidade aberta, portanto, uma aceitação honrosa da luta. Pelo contrário, o «partido francês» preconizava a neutralidade, que, comprada a pêso de oiro, não só descurara a defesa nacional, como ia trasladando para os cofres de Bonaparte todos os recursos do nosso exhaurido erário. Hesitando entre duas correntes opostas, o Príncipe Regente não ocultava a sua preferência pelo «partido inglês», que nessa hora representava indubitàvelmente o interêsse de Portugal.

Porém, a atitude da Espanha e as negociações da Inglaterra com o Primeiro Cônsul, seladas na paz fragilíssima de Amiens, não tardaram a deixar-nos ao abandôno perante as arrogâncias de Napoleão. É a altura em que Lannes aparece embaixador em Lisboa com a sua brutalidade sem limites de caserneiro. Exagerava-a êle em proveito próprio, encarregado como estava de organizar em Portugal uma facção favorável aos desígnios de Bonaparte. Di-lo José Acúrsio das Neves, — um contemporâneo, na sua, infelizmente incompleta, «*História da invasão dos Franceses em Portugal*», deixando-o também transparecer o insuspeito Luz Soriano. A-fim-de executar os seus danados projectos, exige Lannes a demissão do Intendente. Saem do poder os ministros acusados de afeição à Inglaterra, dentro em pouco a braços com o bloqueio continental, a que, em Til-

sitt, aderiria o imperador da Rússia. Chegado o momento do «partido francês», ascende ao ministério António de Araújo e Azevedo, mais tarde conde da Barca. António de Araújo e Azevedo, nosso ministro na Haia e em seguida negociador de convenções entre Portugal e o Directório, só se define na sua psicologia incerta de diplomata e de «*dilettanti*», — como diríamos hoje —, se nos recordarmos dessa nobreza do século XVIII, mordida do filosofismo enciclopedista e que no seu amor romântico pelas coisas de natureza primitiva, — índios, insectos, conchas, etc. —, não significava mais que uma versão bucólica do «*Contrato social*».

Na sociedade portuguesa o academismo infantil e pretencioso de Lafões é o seu tipo rematado. Ora o António de Araújo viajara, pervertera-se um pouco ao contacto das idéas de Revolução, e com certeza que aos seus merecimentos ligava a correspondente maleabilidade de carácter, para que Talleyrand o estimasse, como parece que o estimava. Não me restam a mim dúvidas nenhumas sôbre a cumplicidade do futuro conde da Barca com os planos de Napoleão, para a entrega do Príncipe Regente e da ocupação pacífica de Portugal. Num folheto raríssimo, — «*Provas da falsidade e injustiça com que o editor do Correio Brasiliense intentou desacreditar António de Araújo de Azevedo*», impresso em 1810, pretende o ministro de D. João VI desembaraçar-se das acusações mais que fundamentadas que lhe envolviam o nome e o

procedimento. Perante o rei conseguiu-o êle, só talvez por clemência do monarca, que o condecorou com um título, tendo-o promovido antes à dignidade de Grã-Cruz na ordem de Cristo por carta régia de tantos de Março do mesmo ano.

Mas se António de Araújo o conseguiu perante o rei e se as razões invocadas contra êle na «*Resposta pública à denúncia secreta*», por ventura se inutilizam em face da sua argumentação, — o que não se me apresenta admissível pelos documentos que as confirmam e reforçam —, o copiador de Junot, agora saído da sua grafia miúda e empalidecida para a letra de estampa, oferece-nos uma pequena passagem, em que se apalpa e desenha todo o entendimento do nosso ministro com os planos do invasor. Ei-la: — «*Mr. Hermann ne pût voir ni le Prince, ni Mr. D'Araujo; celui-ci seulement lui fit dire que tout était perdu...*»

Refere-se Junot à retirada para o Brasil. Ao chegar a Abrantes, ainda em Lisboa se não sabia do avanço de Junot. «*J'entrai en Portugal, sur ces entrefaites, et j'étais déjà près d'Abrantes, qu'on ignorait encore à Lisbonne la marche de mon armée*», — informa o general para Paris. Avisado Junot do embarque da Família Real, envia prontamente Hermann a Lisboa. Entretanto, já por intermédio dum emissário de confiança, António de Araújo se carteara com Junot. É certo que Junot diz: — «*Mr. D'Araujo crut m'attraper et me retarder, en expé-*

diant Mr. Barreto avec la lettre ci-jointe N.º 1... Il était chargé pour moi de beaucoup de propositions, si je voulais m'arrêter; mais il vit bien qu'il n'y avait rien à faire.»

É certo ainda que, mais adiante, Junot acrescenta: — «... *j'appris à Santarem que tout était près pour le départ. Je trouvai alors Mr. Barreto, & quoique j'eusse bien deviné l'objet de sa mission, je fis semblant de le croire, & je le reexpediai (sic) sur le champ à Lisbonne, par le Taje, avec Mr. Hermann: mon intention était seulement que l'on sût que j'étais très près de la Ville, et qu'elle pût déterminer le peuple à empêcher l'escadre de sortir*». Em todo o caso, se estas passagens soltas da correspondência de Junot atenuam por acaso as responsabilidades de António de Araújo, nem por isso se despe da sua evidência comprometedora o informe do futuro duque de Abrantes já reproduzido e que convém repetir: — «*Mr. Hermann ne pût voir ni le Prince, ni Mr. D'Araujo; celui-ci lui fit dire que tout était perdu...*» Se a Família Real se encontrava já a bordo e o objectivo mais assente de Junot era impedir-lhe o embarque, colhendo a Côrte de surprêsa, o que seria então que António de Araújo considerava perdido no pânico da abalada?

De resto, José Acúrsio das Neves é bem explicito ao declarar: — «... o que porém posso atestar agora he, que o ter-se traçado a surpreza de toda a Real Familia, dos parentes de casa, e das personagens

mais distintas do reino, e a sua remessa para França, são factos assás significados, para se poderem dar como indubitaveis. Devia praticar-se em Portugal o que alguns mezes depois vimos em Hespanha...»

Era o desfecho duma larga e ramificada intriga. Quando se redigiu e assinou o célebre tratado secreto de Fontainebleau que nos distribuía por diversos possuïdores, «achavam-se ainda por embaixadores de S. A. R. o conde de Ega em Madrid, e D. Lourenço de Lima em Paris; e não sei se cumpriram os seus deveres. O publico os acusa altamente...» — repara José Acúrsio das Neves.

Não cumpriram, — demonstraram-no os factos depois. Já em 11 de Setembro de 1807 o conde da Ega sabia perfeitamente da concentração em Bayona do exército de Junot e, no entanto, em Lisboa a tranqüilidade acêrca da conduta da França não podia ser mais completa. Conforme umas curiosas cartas de Ega, reveladas no «*El-Rei Junot*», de Raúl Brandão, Manuel Godoy, príncipe da Paz, contemplado com a soberania do Alentejo e do Algarve pela letra do acôrdo de Fontainebleau, enleava fortemente a nossa autonomia nas malhas estreitas duma rêde de que êle, Ega, participava, sendo com desvergonha o seu principal agente. Numa dessas cartas, Ega comunica a D. Lourenço de Lima: — «Eu continuo hoje a minha jornada para Lisboa havendo-me demorado dois dias com o meu amigo o Marquez d'Alorna que possuido como eu do verdadeiro interesse do Soberano, a quem

servimos, — da Patria que nos deu o ser, nos somos lastimados, (com incorrecção, francesismo e tudo!) de que o nosso governo não conhecesse mais cedo o melhor partido que deveria abraçar.»

Transparentemente, Ega aludia à ruptura da côrte de Lisboa com a Inglaterra e à nossa adesão ao bloqueio continental, com Portugal já retalhado no pensamento de Napoleão.

Quanto ao marquês de Alorna, não nos admiremos de que se ajustasse tam bem com as idéas de Ega. Nas suas «*Memorias*», a duquesa de Abrantes oferece-nos uma carta dêle, que o define em dois traços pela mais absoluta sujeição ao falso espírito francês. Junot recomendá-lo-ia daí a uns anos a Napoleão como um elemento da maior confiança. Vejamos nós no seu copiador em que termos o faria o antigo sargento do cêrco de Toulon. «*Le lieutenant Général Marquis d'Alorna me sera très utile por cette nouvelle organisation; c'est un homme précieux dans ce pays ci par la confiance dont il jouit, dans le public et dans l'armée: c'est un homme d'honneur dont l'opinion positive est,* — e Junot sublinha —, «*que le plus grand bien qui puisse arriver à son pays, est d'être dépendant immédiat de la France*». «*Un mot de V. M.,* — insinua ainda Junot — *le lui acquerrait inviolablement; il pourrait nous être fort utile ici.*»

Tratava-se da organização da famosa e infortunada «Legião Lusitana», de que Alorna foi primeiro comandante. Já se calcula por isso o pleno entendi-

mento de Ega com o marquês. Mas a cabala é muito mais nítida, quando, dirigindo-se a Godoy, Ega lhe diz: — «... te rogo incessantemente queiras, como sempre o fizeste, prestar os teus auxilios em beneficio de huma nação a que tambem pertences...» Observa Raúl Brandão: — «Esta frase de «huma nação a que tambem pertences» não será alusiva ao tratado de Fontainebleau, que Ega devia conhecer?» Naturalmente. Embora uma sobrinha ou prima do príncipe da Paz houvesse casado em Trás-os-Montes, semelhante circunstância não ocorreria a Ega, nem nunca entre dois aventureiros constituïria razão para se ponderar [1].

De modo que, nos bastidores emmaranhados da diplomacia da época, a conjura contra D. João VI é um facto assente e comprovado. Não se consegue ilibar António de Araújo das suas mais que manifestas relações com os agentes de Bonaparte. Nada melhor o confirma do que o final do discurso de Canning em 21 de Janeiro de 1808 sôbre os sucessos de Lisboa. «Há certamente razão de crer, — asseverava êle —, que houve traição em alguma parte do Govêrno Português, e a essa parte se deve atribuir a vitória que por vezes alcançou a influência francesa. A ela se deve imputar o segrêdo guardado sôbre o adiantamento das tropas Francesas, ao mesmo tempo

---

[1] Godoy reputava-se descendente dos Farias de Portugal e, além dêles, do nosso D. Pedro I.

que se recebiam garantias de que elas não passavam da fronteira; mas todo êste negócio será submetido a uma rigorosa investigação, e até que se veja o resultado dela, melhor é não dizer mais nada sôbre o assunto.»

* * *

Auxilia-nos poderosamente o senhor Cristóvão Aires, como dissemos, a desenlaçar o subsolo da primeira invasão, não só com a publicidade dada ao copiador de Junot, mas também com o largo e bem construído comentário que lhe dedica. Já se conhece a opinião em que Junot tinha o marquês de Alorna. Pois ao apontá-lo às graças de Bonaparte como um colaborador dos mais valiosos, o futuro duque de Abrantes elucida ainda: — «*Il y a aussi quelques autres officiers généraux qui méritent la bienveillance de V. M. Puis-je leur permettre qu'ils seront traités comme en France, les uns en activité, les autres en reforme et en retraite?...*»

Sem dúvida que entre êsses oficiais superiores dignos do favor de Napoleão não figuravam nem Francisco de Paula Leite, nem Bernardino Freire de Andrade, nem o organizador da resistência, D. Miguel Pereira Forjaz. Mas, logo à frente dêles, apareciam Pamplona e Gomes Freire.

Pamplona, na retirada do Buçaco, deixou no campo de batalha o seu diário. Tirou-o do inédito o falecido e prestimoso bibliófilo Aníbal Fernandes To-

maz. É o espelho perfeito de Pamplona, — da sua alma dúbia de traidor, elaborando a frio os itinerários que norteariam em Portugal a soldadesca de Massena. Para Pamplona os que se batiam na defesa da Pátria seguiam simplesmente o «partido inglês». Não se comove diante da terra invadida e até corrige a proclamação de Alorna aos sitiados de Almeida. Só o perturba um certo ciúme do marquês, que vai e vem, em galopadas misteriosas. Pelo que toca a Gomes Freire, segundo comandante da «Legião Lusitana», — não hesitou o indisciplinado do Roussillon em acompanhar Junot na vistosa parada de 21 de Fevereiro de 1808. A *Memoria historica da invasão dos francezes em Portugal* terminantemente nos diz que êle o fêz por «gôsto ou por politica», a-pesar-de Gomes Freire, em carta de Paris de 22 de Junho de 1815 a D. Miguel Pereira de Forjaz, a quem chama afectuosamente «*Meu primo do C.*», apreciar nos seguintes termos a sua nomeação para a segunda divisão das tropas que Junot enviara para França: — «Conheci que esta nomeação não era senão um meio de que se usava para tirar-me de Portugal...» Lamúrias do exílio para lhe abrirem as portas da pátria que mais uma vez traïria!

Está também provado que Junot contava com o concurso da Maçonaria, como se infere do seu copiador. Em nota para Napoleão esclarece êle que em Sacavém recebera em visita «*beaucoup de monde, dont la plupart francs-maçons*», que,—nas próprias palavras—,

«*m'ont beaucoup servi pour faire rentrer le peuple dans la tranquillité*». Exercendo na Maçonaria funções de alto dignitário, Gomes Freire participou do mesmo calor por Junot, embora amigo do duque de Sussex e suposto como inclinado aos ingleses. Se na realidade o fôsse, nunca Junot lhe entregaria um cargo de confiança pessoal, sendo, palpàvelmente, um dos generais para quem solicitara «*la bienveillance*» de Napoleão.

Foi igualmente o vínculo maçónico que empurrou Pamplona para o serviço francês. Tanto as associações secretas se tinham subalternizado ao inimigo, que até, por intermédio do célebre «*Conselho Conservador de Lisboa*», manobrado pelo velho José de Seabra da Silva, Junot se pusera em contacto com o movimento restauracionista, de maneira que a conspiração «*marchait toujours à la vue et quelquefois sous l'influence inaperçue du général français,*» — esmiúça-nos Foy no seu estilo discreto. E a nossa história, — a história que anda impressa em situações de novela, ao paladar de todos, o que é que nos ensina? Ensina-nos a venerar como varões imorredoiros os que traíram o nome português, — ou por sugestão insensata de princípios falsos, ou por efeito duma ambição desensofrida. Tipificam-se admiràvelmente em Bento Pereira do Carmo, então juiz-de-fora em Ançã e volvidos trinta anos ministro do Constitucionalismo com o regente D. Pedro. Pediria êle, à testa da câmara da sua presidência, um rei a Bonaparte, — mas um

rei constitucional, portador de tôda a mitologia política da Revolução.

«Já não há Pirineus, dizia um rei de França no comêço do século passado, quando seu neto vinha ocupar o trono de Espanha», — discursava êle em 20 de Maio de 1808. «Nós com maior razão diremos agora que já não há barreiras que separem um povo do outro povo. Cessarão já duma vez os ódios e antipatias nacionais, pois o génio imortal do grande Napoleão tem afastado todos os tropeços, ou levantados pela nobreza, ou nascidos de preocupações vulgares.» E o verboso magistrado proclamava sem rodeios: — «Os franceses, italianos, portugueses, espanhóis e napolitanos, não formam daqui em diante mais do que uma grande família de irmãos regida por um sistema uniforme e luminoso.»

É uma síntese acabada da doutrina maçónica na sua negação social e histórica do que sejam as realidades eternas da pátria. Não evitou a atitude bem caracterizada do juiz-de-fora de Ançã que êle subisse um dia aos conselhos da Corôa e, antes, se visse deputado nas Constituintes de 1822. História de partido, a nossa história concede-lhe loiros de glorificação, emquanto ennodoa e insulta a deputação mandada a Baiona, como se fôsse mendigar um rei a Napoleão. Mas em 1871 no seu folheto «*Breves reflexões sobre um escripto recem-publicado em que se ofende a chamada deputação portugueza que foi a França, em 1808*», já o marquês de Rezende pulverizava essa

calúnia insubsistente. Agora o copiador de Junot restitue enèrgicamente a verdade à sua limpidez original. Verifiquemos.

Em Dezembro de 1807 Napoleão ordenara a Junot que lhe enviasse umas sessenta pessoas das mais ligadas em lealismo à dinastia ausente. Sucedera que a 16 do mesmo mês Junot, oficiando para Paris, tinha já participado: — «*Ce que l'on appelle, ici, le Conseil de Régence m'a demandé l'autorisation de faire une députation à V. M. Je vais la leur accorder & la composerai d'individus dont j'ai besoin de me défaire.*» E decorridos quatro meses, a 8 de Março de 1808, Junot anunciava: — «*J'aurai l'honneur d'adresser à V. M. par le premier courrier la liste des personnes les plus marquantes du pays que j'envoye en France. Elles partent ces jours-ci et doivent être rendus à Bayonne, au plus tard le 10 Avril... J'ai donné à leur envoy la forme d'une Députation, sans quoi aucun d'eux eut allé de bonne volonté et les envoyer par force aurait certainement occasionné quelque événement que j'ai cru devoir éviter...*»

A lenda injuriosa da deputação a Baiona esfarela-se assim, totalmente desbaratada. Repetida durante um século inteiro pela má-fé jacobina, o seu fim não era outro senão lançar um labéu sôbre as fôrças tradicionais que constituíram a Pátria.

Nobres houve que pactuaram com o inimigo. Mas os que pactuaram, como Alorna e os seus sequazes, obedeciam aos cânones da Maçonaria, — não passa-

vam de valores arrancados à sua justa inserção no quadro geral da sociedade. À frente dos outros, — dos que marchavam compelidos, para que Junot, reputando-os perigosos, se desembaraçasse dêles, distinguia-se o austero marquês de Penalva. Autor da «*Dissertação a favor da Monarquia*», é hoje um dos mestres venerados da nossa Contra-Revolução. Contribuíu para lhe aclarar singularmente o prestígio o trabalho definitivo do senhor Cristóvão Aires. Assinalando o verdadeiro acontecimento, que é a publicação do copiador de Junot, prestamos-lhe a nossa homenagem. Torna-se essa homenagem muito mais significativa, se nos recordarmos que em 18 de Outubro de 1817, exactamente há cento e um anos, recebia Gomes Freire na esplanada de S. Julião da Barra o prémio devido às suas combinações enigmáticas com o general espanhol Cabanes!

Outubro, 1918.

A ORDEM NOVA

A ORDEM NOVA

Comentando as impressões da sua viagem à Rússia bolchevista, observa algures o catedrático e socialista espanhol Fernando de los Rios: — «*El Estado russo se ha visto arrastrado a una consecuencia que era fatal, dados los principios de su organización centralista y la actitud que se habia adoptado respecto de la economia; se ha constreñido a convertir el trabajo obligatorio en trabajo forzado, porque la fuerza del trabajo en si mesmo ha advenido propriedad del Estado...*» (1) Efectivamente, no *Memorandum* apresentado ao IX Congresso do Partido Comunista (1920, 29 de Março a 1 de Abril), Trotzky declarava sem rodeios: — «A liberdade do trabalho é própria da sociedade burguesa. Para execução das ordens correspondentes ao trabalho forçado, obrigatório para todos, sem distinção de sexo, deve ser em-

(1) *Mi viaje à la Rusia sovietista,* Madrid, 1921.

pregada a fôrça armada. Os operários deverão ser incorporados nas emprêsas, introduzindo-se nelas um regímen severo, com aplicação de penas disciplinares. Unicamente as pessoas cheias de preconceitos burgueses se poderão insurgir contra um tal sistema.»

Respondia Trotzky com estas palavras francas ao voto expresso de Bujarin, Osinsky e outros elementos da esquerda comunista, — porque há também uma «direita» comunista! —, os quais não hesitaram em reclamar para o trabalho a sua inteira militarização debaixo duma completa disciplina de ferro. De resto, já antes no jornal *Pravda*, Trotzky afirmara num artigo seu: — «A adaptação do trabalho às necessidades comuns e a intensificação da produção estão determinadas em grande parte pelo interêsse pessoal dos trabalhadores; e o que importa em semelhante caso não é o regímen jurídico sob que se haja de gozar dos frutos do nosso esfôrço, mas a parte efectiva que nos haja de corresponder.»

Em face de tam significativos depoïmentos, nós vemos a que escravatura inesperada conduzem as aplicações do dogma marxista de «luta de classes». Insuspeito na evidente formação revolucionária do seu espírito, o prof. Fernando de los Rios considera o drama que se passa na Rússia como o «*eclipse dos direitos do homem*». E não vacila em asseverar, perante essa espantosa paranóia colectiva, que, segundo os preceitos e as realizações da ditadura bolchevista, «*não há direito para a consciência, porque*

não há um elemento humano geral, visto os homens na Rússia serem hoje absolutamente insolidários», acrescendo que o direito ali existente é apenas um precário direito objectivo e só ao titular do Poder pertence defini-lo.

Dificilmente o despotismo encontraria características mais acentuadas. A tanto leva nas suas extremas conseqüências a lógica do princípio democrático! O individualismo sentimental de Jean-Jacques Rousseau torna-se assim, passado um século, no «insolidarismo total» do prof. Fernando de los Rios. Todos os gérmens anti-sociais da era liberalista afloram agora na terra ennevoada dos Czares, revestindo-se, para efeitos mais sinistros, duma espécie de religiosismo frenético, a que não é estranha a hereditariedade mongólica de Lenine. Mas, pondo de lado as condições de meio e de raça, o pensador e o sociólogo necessàriamente verificarão no excessivo estadismo da experiência russa o fundo centralista e absorvente do Estado moderno, saído da Revolução Francesa e que, tam bem autopsiado por Taine, recebeu de Napoleão a expressão jurídica definitiva. A diferença consiste apenas em que essa noção de Estado computava até agora o indivíduo ùnicamente como «homem político» — como «cidadão», ao passo que a ditadura de Lenine o classifica apenas como «homem económico», como simples «produtor».

Mas a compreensão exacta de quanto se desenrola na Rússia não nos é possível, se não considerarmos

o parentesco legítimo que liga o tipo de Estado, aproveitado por Lenine, ao tipo de Estado que Napoleão nos legou. A crise em que a Europa se debate é, sobretudo, onde se filia. Nascidas duma concepção meramente *doutrinária* da sociedade, com o crescente altear dos problemas contemporâneos, tam complexos e tam agudos nas suas múltiplas manifestações, as instituïções politicas do nosso continente, não possuindo raízes na história, dificilmente acompanhariam as exigências cada vez mais clamorosas da realidade. Recolhem-se por fim os frutos da sementeira louca do 89! E na destruïção dos organismos tradicionais, — ou seja daqueles « corpos que entre os indivíduos e o Estado tornavam outrora fácil e resistente a vida social, não era impossível de prever que, vítimas das oligarquias financeiras e parlamentaristas, os povos, arrastados pelo desenvolvimento dominador do industrialismo e do capitalismo aos abusos execráveis da plutocracia, acordariam em pêso para mais uma utopia — a utopia da ditadura do proletariado, em que, afinal, acabarão por se sentir escravizados como nunca, se tam grande desgraça houver de desabar por sôbre o ocidente europeu!

Oscilando, dêste modo, entre as duas barbarias, — a barbaria argentária e a barbaria sovietista, a sorte do mundo, se o facho da civilização tiver de se manter aceso, não dependerá seguramente nem da vitória dos barões da Finança, nem do avanço da cavalgada do Apocalypse. Quer se trate do Estado bur-

guês com o seu cortejo interminável de retóricos e corretores de Bôlsa, quer se trate do cesarismo vermelho de Lenine, precisamente o dever da nossa inteligência é empenharmo-nos sem descanso no combate imediato a essas duas formas de desorganização sistematizada, incestuosamente geradoras uma da outra. Se digo «geradoras uma da outra», é porque na pantomina trágica representada em Génova presenciou-se claramente o conluio estreito que enlaça o cosmopolitismo criminoso dos banqueiros à demência universal do sonho bolchevista. E tudo, porquê? Tudo porque, «*au surplus, les deux barbaries ne font qu'une: fruits, l'une et l'autre, du désordre de l'esprit, du tumulte des passions et du déchaînement des appétits, la barbarie ploutocratique et la barbarie bolcheviste sont filles du même sang corrompu*», —escreve Georges Valois. *Sœurs ennemies et amies, l'une riche, possédée par les biens du monde, l'autre pauvre, ancieuse des richesses de la première, l'une et l'autre également agitées par la passion de jouir et par le désir d'échapper à la loi du travail, l'une et l'autre vivant de rapines et de pillages, l'une agissant au coin des banques, l'autre au coin des rues, elles se jalousent, se redoutent, se combattent en se ménageant, s'appuient l'une sur l'autre et se servent une de l'autre.*»

Tais são as duplas algemas em que as velhas pátrias cristãs agonizam estranguladas, desde que, vai para século e meio, a filosofia naturalista dos ideólogos da Enciclopédia as atirou para fora do grande

caminho da Tradição. Formado pela obra laboriosa e lenta duma longa elaboração da história, o Estado, já então corrompido pelo vírus absolutista do Direito Romano e da Renascença, de instituïção coordenadora e complementária que era, volveu-se abertamente num como que instrumento do domínio, de-pressa utilizado pelos profissionais do Poder como o mais seguro e eficaz agente de exploração social. O conceito individualista da sociedade, sobrepondo-se a tudo e a todos num delírio de reformismos niveladores, apenas atendeu à excelência abstracta das suas hipóteses. E eu não instruïrei aqui o processo dessa mentira nefasta que Napoleão formalizou e o Liberalismo tornou exeqüível, visto que temos bem à mostra, na lição da Rússia, a soma dos seus resultados desastrosos!

Não aplaudindo a herança do romantismo revolucionário, não é, por isso, de defesa a posição que assumimos em frente da falência inevitável do Estado democrático. Não é também à negação do Estado em si que as nossas reflexões se dirigem, se, ao confessarmo-nos anti-parlamentaristas no político e descentralizadores no administrativo, nos declaramos conjuntamente sindicalistas no social e no económico. O nosso trabalho é um trabalho simultâneo de destruïção e de reconstrução. De destruïção, — quando no campo do pensamento e dos factos nos esforçamos por dissipar até ao seu último equívoco, a influência funesta da mitologia revolucionária. De reconstrução,

— quando, por sôbre os alicerces combalidos da sociedade, procuramos terraplanar o hiato aberto pela passagem perturbadora do Liberalismo e achar as bases sólidas em que a Ordem Nova se estabelecerá, para prestígio da Cristandade e aumento da civilização.

* * *

Não consente dúvidas a ninguém que, colocado dentro da doutrina marxista da luta das classes, Lenine raciocinava com firmeza, ao asseverar, em Março de 1919, no Congresso da Terceira-Internacional, que «a ditadura do proletariado manifesta-se inteiramente legítima, não só como um meio de derrubar os opressores e de suprimir a sua resistência, mas ainda como uma necessidade absoluta para as massas trabalhadoras, por ser a única forma de defesa contra a ditadura da burguesia, que originou a guerra e está preparando novas guerras.» Nesta seqüência de idéas, «a essência do poder sovietista consiste, — ainda segundo Lenine —, na circunstância de se tomar por base constante e exclusiva de tôda a autoridade do Estado e de todo o mecanismo governamental a organização em massa dessas mesmas classes que estavam debaixo do capitalismo, isto é, dos operários e dos semi-proletários», nos quais Lenine congloba os camponeses que não exploram o trabalho alheio e que vendem parcialmente a sua fôrça manual. Instrumento duma ditadura, — a da burguesia, Lenine utiliza o Estado,

para servir a ditadura do proletariado, emquanto durar o período de necessária transição e o comunismo não tiver aplicação integral. Desde que nas democracias a razão do Estado reside no critério da opinião pública e na lei da maioria, não se negará a Lenine uma recta dedução nas suas considerações. Se a sociedade não é mais de que um composto aritmético de indivíduos, não se entende que a parte mais numerosa viva sujeita ao egoísmo e aos interêsses parasitários dum grupo reduzido de políticos e de banqueiros, — exploradores privilegiados do Oiro e do Poder. Sucede isto em regímens que enfàticamente se rotulam como «liberais». Eis porque Lenine, atacando a «democracia pura», nos oferece uma definição admirável da «liberdade», que, sem ofensa para o ilustre mestre da Contra-Revolução, o próprio Charles Maurras não duvidaria em acolher. «Os capitalistas, — diz o cesar vermelho de Moscou —, chamaram sempre «liberdade» à facilidade com que os ricos podem fazer os seus negócios, emquanto os pobres vão morrendo de fome.» E a consciência anti-democrática de Lenine é tam nítida e acentuada que, numa entrevista reproduzida pelos jornais de todo o mundo, não fugiu de exprimi-la ao coronel Raimundo Robins, presidente da Cruz Vermelha norte-americana. Assim falou Lenine: — «Talvez que o coronel veja baionetas estranjeiras atravessar a Rússia; talvez que veja mortos os chefes dos *Soviets* e as trevas envolver de novo o nosso país. Mas a luz que

surgiu dessas trevas destruíu a democracia política em tôda a parte e para sempre. Quero dizer que a idéa da democracia política morreu.»

Pregunta-se: — mas o que será para Lenine a «democracia política»? Evidentemente que é o Estado segundo o modêlo das constituïções escritas e em que os homens não são «produtores» — e sim «cidadãos». A que chegou na Rússia o «produtor», sabemo-lo nós, com o trabalho militarizado e considerado, tal como a propriedade, pertença indiscutível do Estado. Na pulverização crescente da sociedade, o «indivíduo» dos idílios solitários de Rousseau dera lugar ao «cidadão» dos festins eleitorais do Liberalismo. Por seu turno, o «cidadão» do Liberalismo, no alargamento opressivo do Estado moderno, volveu-se sem demora no «produtor» da metafísica bastarda de Karl Marx. Rotos os laços que o prendiam à colectividade, simplificado, como um estômago que digere, em mero «homem-económico», o «produtor», não sendo mais que uma máquina que trabalha e uma bôca que pede pão, viu-se de súbito despojado de tôda a relação moral e social, nesse pavoroso «insolidarismo» da definição inolvidável do prof. Fernando de los Rios.

Traçada assim a genealogia dos fenómenos de dissolução geral que, mais marcadamente desde o século XVIII, vêm roendo os fundamentos da civilização, compreende-se fàcilmente que a essa como que tendência da sociedade para o atomismo, em que o pa-

trimónio do passado se perde e com êle os estímulos sagrados do futuro, corresponda, como elementar recurso de coesão, o estadismo mais abusivo e mais arbitrário que se haja de conceber, a ponto de na Rússia não existir outro direito, — insistimos, — que não seja um grosseiro direito objectivo, ainda por cima ditado exclusivamente pelo titular ocasional do Poder. O facto é tanto mais para impressionar, se nos recordarmos que o bolchevismo, representando uma reacção contra o que apelidaremos a «ordem-burguesa», é também, e fundamentalmente, uma reacção contra o critério histórico do Estado. E não se deixe de assinalar agora um detalhe de alta significação para o nosso fim. Ao passo que o «indivíduo» de Jean-Jacques se eleva por vontade própria, e progressivamente, à aceitação da disciplina do Estado, o «produtor» de Lenine surge-nos, ao cabo de operação inversa, isto é, depois de decompor a estrutura da sociedade éxistente, tentando realizar uma espécie de errata ao vício original da democracia.

Se na democracia, o indivíduo, entregue aos desvarios metafísicos da «liberdade», subalternizou e anulou as instituïções que o amparavam contra a omnipotência do Estado, tais como o Município e a Corporação, no bolchevismo pretende-se, por um instinto atrabiliário e cego, mas lógico dentro da falsidade dos princípios, substituir a imprescindível fôrça coordenadora do Estado por uma série sucessiva de assembléas, ou *soviets*, que, partindo de grupos eco-

nómicos rudimentares, termina no *soviet* central, — vértice em que se recolhem as linhas de tam imprevista e descomunal pirâmide.

O que resulta, pois, como clara lição das coisas da Rússia, é que o sindicalismo, mesmo na forma absoluta que procurou assumir na desgraçada terra dos Czares, carece de um agente que, federando-o e regulamentando-o, o preserve da anarquia e assegure simultâneamente, para com as corporações, a independência individual e, para com os indivíduos, a autonomia corporativa. Não lhe sendo possível obtê-lo na sua quimera estulta de emendar a sociedade segundo as preferências sociológicas de meia dúzia de ideólogos em delírio, o bolchevismo, a braços com o dilema de se negar a si próprio, ou de cair no perigo mortal da sua inteira desfibração, não teve outro remédio senão recorrer, — como recorreu —, para a mais dura e inflexível ditadura pessoal.

* * *

Ora, aceitando do bolchevismo a sua crítica ao conceito individualista da sociedade, neste desfazer incontestável das superstições políticas e económicas do Liberalismo, qual a posição que nos cabe a nós, — «renovadores», e não «conservadores», perante o drama em que a Europa parece desconjuntar-se? Se repelimos desde logo o inqualificável mito romântico da «Bondade Natural» do «cidadão», com não

menor energia repelimos também o fermento de desagregação que o marxismo comporta consigo, nos terríveis enunciados da sua «luta de classes». Para nós, na esteira dos melhores mestres e conforme os ensinamentos da verdadeira sociologia, a sociedade é constituída por *famílias*, e não por *indivíduos*. Os *indivíduos*, quando nascem, nascem já dentro duma *família*, e caracterizam-se em seguida, ou profissionalmente pelo *grémio* ou *corporação* a que pertencem, ou institucional e económicamente pelo *município* ou *província* em que residem. Há assim um *direito social*, ou *natural*, que resulta intrìnsecamente da condição do homem, para o qual, ao contrário de Rousseau nos seus improvisos sociológicos, a sociabilidade é qualidade inseparável da existência.

Não estranharemos, pois, que, ao lado do tradicionalismo político e filosófico dum Maurras, se constitua no campo da ciência objectiva uma forte corrente doutrinária, de que é condutor e porta-voz o catedrático da universidade de Bordeus, Mr. Léon Duguit. Encontra Mr. Léon Duguit na «solidariedade» um facto fundamental da vida do homem, porque dispõe duma base instintiva, como que fisiológica, muito antes de receber a sanção das leis e das instituïções no campo superior do direito.

Assim, para Duguit, «a sociedade não existe porque os homens queiram viver em comum, mas sim porque os homens viveram sempre em comum, visto não poderem viver doutro modo...» Com o positi-

vismo de mestre Duguit é o velho tema do «direito-natural» que ressurje, — não do «direito-natural», como a metafísica da Revolução o concebeu e divulgou, mas como o compreendia S. Tomaz e tôda a magnífica coorte dos seus comentadores peninsulares da Contra-Reforma, com o insigne Francisco Suárez à cabeceira. Sabe-se que, para S. Tomaz e seus discípulos, a «comunidade-perfeita», nascida da razão original das coisas, prevalecia sôbre o individuo e condicionava o desenvolvimento da sua curva vital. Em que consistia, conforme os Escolásticos, a «comunidade-perfeita»? Na comunidade que se basta a si mesma. A comunidade que se basta a si mesma é evidentemente aquela que possue dos seus destinos o sentido solidário e contínuo que Duguit nos aponta e que só é possível pela subordinação harmónica das partes ao todo, desde que o todo seja regido e impregnado, — como queria Claude Bernard para os organismos físicos —, pela permanência duma idéa-directriz.

De nada mais se carece para que se saliente a concordância, ou, para melhor me exprimir, o paralelismo, que se surpreende entre o pensamento de Mr. Léon Duguit e os sistematizadores, tanto antigos como modernos, das grandes verdades tradicionais. Visto que, para uns e para outros, os fundamentos da sociedade assentam no *grupo*, e não no *indivíduo*, implicitamente que à sociabilidade dos escritores tradicionalistas, filha da lei natural, e não ao

atomismo anárquico dos Imortais Princípios, é que devemos ir buscar os motivos primários e inalteráveis da sociedade constituída. Um refôrço de valia nos surge aqui, partido dos domínios das ciências experimentais, contra o inqualificável abuso que, em nome das teorias de Darwin, se pretendeu exercer durante largo tempo nos âmbitos agitados da sociologia. Considerando o homem como uma espécie fixada há muitos séculos e com caracteres próprios que o distinguem dos outros seres vivos, o eminente dr. Grasset conclue do estudo da biologia que «*a lei biológica fundamental da sociedade humana não é a lei darwiniana da luta e da concorrência*», mas que, pelo contrário, os homens são «*regidos pela lei biológica humana do auxílio mútuo, do amor, da solidariedade e da colaboração*».

Não é cair no optimismo dissolvente da «Bondade Natural» e dos vários mitos congéneres. Mas, corrigindo a fatalidade animal que nos convida a cada momento a escutar as solicitações da nossa índole inferior, é antes elevar-nos pelo gôsto da perfeição e pela prática das disciplinas interiores a êsse tipo excelso de humanidade que o Cristianismo gravou dentro das nossas almas e que é o segrêdo fecundo da marcha do homem através da História. Palpita-se bem o alto e dramático sentido do dogma cristão do «pecado original» e da sua remissão pelas graças da Igreja e, em cada um de nós, pelo exercício heróico da vontade.

Substituída, portanto, pelo reconhecimento da «solidariedade» ou «interdependência» humana, a falsa filosofia da Revolução, — na hora em que a tragédia russa, realizando entre os homens o «insolidarismo total», representa para nós a ilustração mais viva e mais tocante da cilada que se esconde nas páginas do *Contrato Social* —, quais são os roteiros que se abrem diante dos que acreditam nas possibilidades do futuro, — venha ou não venha a catástrofe, venha ou não a civilização a padecer paixão e morte?

Pensamos como Guglielmo Ferrero que estamos no fim dum mundo, — que o mundo se vai, desfeito pelo excessivo materialismo que lhe corrói as entranhas. Mas sem compartilhar das inquietações dolorosas do ilustre historiador, cremos ainda que a sociedade encontra dentro de si os elementos necessários para a sua ressurreição: «*Rien n'est perdu tant qu'il reste dans une nation quelques intelligences lucides et des volontés ardentes*, — observa Georges Valois no seu último livro *La reconstruction économique de l'Europe*. «*L'Europe n'échapperait pas à la catastrophe si elle n'avait pour la sauver que ces libéraux anglais, qui ne pensent qu'à faire leurs affaires, ces libéraux français qui font les affaires des premiers, et ces libéraux russes qui ne font les affaires de personne, ou encore ces conservateurs de tous pays, qui n'ont jamais conservé que le mal et qui sont convaincus que rien ne peut arrêter la marche

du socialisme révolutionnaire. Mais toutes ces jeunes forces qui se sont groupées en France autour de Maurras, en Belgique, en Suisse, en Espagne, au Portugal, autour d'hommes jeunes, en Italie à l'appel de Mussolini, toutes ont repris et tiennent haut le flambeau de la civilisation. L'Europe retentit d'appels qui entend une jeunesse frémissante. Giovanese! Giovanese! *c'est en Italie, le premier cri d'un chant qui rythme les pas des jeunes hommes sur la terre latine. Nous ne sommes pas en décadence; nous sommes au seuil d'une renaissance.*»

E porque nos sentimos alentados com o verbo do ilustre economista francês, empenhado como nós na restauração duma maior e mais bela Cristandade, é bom que o oiçamos ainda nas suas reflexões incisivas e reconfortantes. Insiste êle: — «*Le péril n'est pas dans l'âme des peuples. Il est dans l'esprit des gouvernements qui sont sous le contrôle de la ploutocratie. Ce sont les ploutocrates et leurs serviteurs qui troublent l'Europe autant et plus que les idées révolutionnaires; ce sont eux qui ouvrent nos frontières à la révolution. Un Nitti, un Briand, un Lloyd George, un Stinnes ou un Rathenau, qui croient utiliser l'anarchie pour leurs desseins, sont en Europe les fourriers de la barbarie. Daniel Halévy dit que la société russe est tombée en ruine après quatre ans de guerre. Eût-elle fait cette chute si les libéraux russes n'avaient été alimentés par les banques de Londres; si les caisses des*

bolchevistes n'avaient été remplies par des banques judéo-américaines et judéo-germaniques? Tous ces hommes d'argent qui ne voient le monde qu'à travers des traités et de billets de banque, perdent la notion des réalités; ils croient que tout se meut ou s'arrête selon les ordres données en Bourse. Ces hommes pratiques vivent dans l'illusion, habitués aux fortunes qui se font et se défont en une année, en un mois, en une semaine, en un jour, ils ne savent plus que la vraie fortune des peuples est celle que produit sur la terre le labeur séculaire du paysan. La révolution russe est pour eux une affaire. Allez leur faire entendre qu'elle peut être une catastrophe de l'humanité! C'est contre eux autant que contre les bolchevistes, qu'il nous faut défendre l'Europe.»

Exactamente, na defesa da Europa contra os dois bolchevismos, — o bolchevismo do argentário e o bolchevismo do agitador, é que o nosso plano de campanha necessita de se desenvolver e detalhar quanto antes! Soldados duma nova cruzada, é na luta pela Ordem Nova que a nossa inteligência se fortalece e o nosso braço se inspira! O património que recebemos do Passado oferece-nos consigo os mais imprevistos gérmenes de triunfo. O que à nossa volta está desabando é tôda a ignóbil constituïção ideológica do espírito da Enciclopédia. Incapacitado de responder às interrogações que o assaltam de hora para hora, cada vez mais opressivamente, na sua rota de-

sesperada de náufrago, o Estado parlamentarista e plutocrático não tardará a ruir. Deixêmo-lo baquear para que a sociedade, restituída às suas próprias fôrças, se refaça, finalmente, do adormecimento vegetativo em que êle a lançou com o pêso das suas insaciáveis oligarquias parasitárias! No entanto, evitemos que, num estremecer de pupilas hediondas, a Horda, que espreita e avança na sombra, se precipite para o saque desejado, como um bando primitivo de gorilas! Na missão que a Providência lhe distribue, cabe-lhe arrastar à última capitulação a firma de banqueiros sem escrúpulos que exploram por sua conta os benefícios do chamado «Progresso» e têm os interêsses da humanidade como um alto e lucrativo negócio. Emquanto êles se abismam na escravidão infame da Matéria, confessemos nós o poder invencível do Espírito, ajoelhados diante dos átrios misteriosos da Cidade Futura! É bem singelo o nosso programa, que todo se condensa *em regressar primeiro, para progredir depois.*

Mas *regressar* é devolver-nos às condições normais da vida social, efectuando pela harmonia e colaboração mútua aquela lei biológica humana, que o dr. Grasset opõe enèrgicamente aos conceitos darwinianos com que o século findo, no seu racionalismo grosseiríssimo, envenenou o ambiente contraditório da sociologia. Reconstituamos, pois, a sociedade, reconstituindo a *Família*, agrupamento fundamental e primário, na sua íntima composição mono-

gâmica e territorial. Da *Família* iremos ao *Município* e à *Corporação*. Do *Município* e da *Corporação*, somados orgânicamente na *Província*, saïrá a *Pátria*, servida nos seus fins superiores pela acção coordenadora do *Estado*. Assim encontraremos, pelos caminhos eternos e sempre remoçados da Tradição, essa ordem que é natural e humana, sem a qual não há civilização nem existência possível, como o «cidadão» de Rousseau nos acaba de demonstrar, rasgando na Rússia o *Contrato-Social* e caindo no «*insolidarismo total*», pela sua volta ao tropel errante dos símios na floresta.

Oferece-nos o sindicalismo a estrada larga das suas realizações. E quando escrevo «sindicalismo», quási que prefiro escrever «*gremialismo*». Baptizado pela Igreja, o gremialismo há-de colocar em equação o problema momentoso da produção da riqueza e da sua respectiva distribuïção. Confiado em funções centrais de direcção, ao Estado pertencerá unificar, com vista à mesma finalidade, as várias autonomias económicas e extrair delas a colaboração necessária ao bem geral do agregado. No regímen conjunto, ou paralelo, da propriedade privada e hereditária, e da corporação sábia e fortemente constituída, achará por certo o dia de amanhã o equilíbrio tam dolorosamente ambicionado por todos nós. Adivinha-se desde já, como numa comunidade descentralizada e hierarquizada ao mesmo tempo, o Estado intervém, garantindo com a sua norma reguladora, a

justa expansão das diversas actividades produtoras, quer sejam colectivas, quer sejam simplesmente individuais. *Ni individualisme anarchique, ni étatisme abêtisseur et paupérissant,* — escreve A. L. Galéot; *mais des organisations corporatives ouvertes, prenant soin des leurs et répartissant les frais de secours sur la profession, le tout synthétisé,* coor*donné par l'organe central de cohésion nationale, le «roi du travail», le monarque héréditaire».* Porque se o chefe único é imprescindível para se ganhar a guerra, não é menos imprescindível para se estabilizar a paz, a-fim-de que a riqueza se desenvolva e se distribua equitativamente, assegurada como carece de ser por uma autoridade legítima, consciente e contínua.

*

* *

Tal é a Ordem que se desprende da desordem, — tal é a Ordem que arrancará a Europa da carreira do abismo, ou que fará florir outra vez a civilização no nosso continente, se a desgraça tombar por sôbre nós! Essa Ordem é a ordem de sempre, porque a Ordem é só uma e define-se singelamente por tudo quanto seja o inverso da Desordem. Através das suas múltiplas formas, como um monstro de muitas cabeças, a desordem já nos ilude

mais, porque na experiência russa achou o limite máximo que poderia atingir. «Um princípio triunfa, — raciocinava Berryer —, quando êle se aplica e produz o bem. Êle triunfa da mesma maneira, quando se aplica o princípio contrário, e êste só produz o mal.»

Eis que, por sôbre um cortejo de mentiras, a nossa verdade alcança um triunfo inesperado! Julgando quebrar as grilhetas de todos os preconceitos, nós assistimos, com a ditadura de Lenine, ao advento duma tirania sem nome, que prostitue a dignidade do trabalho, reduzido agora a uma vil tarefa de bêsta puxando ao carro. Respondamos-lhe nós sem trepidações, entoando um daqueles admiráveis hinos com que Georges Valois entremeia as suas não menos admiráveis criações económicas. «Homem, porque trabalhas tu? — «Trabalho, porque sou o instrumento da vontade de Deus, que me manda pôr ao serviço divino tôdas as faculdades e tôdas as graças que do Senhor recebi em usufruto!» Pois, penetrados dessa certeza solene, restauremos os direitos de Deus na sociedade, para que o Trabalho se dignifique como uma virtude e retome nos Lares e nas Oficinas a sua antiga realeza moral. Pela extrema desagregação a que o Estado chegou entre nós, talvez que a Portugal esteja reservado o destino glorioso de inaugurar a Ordem Nova na Europa. Se fôr assim, — e eu creio que há-de ser! —, teremos recuperado a nossa vocação apostólica de

povo conquistador e descobridor, levantando, contra o tufão maximalista do Oriente, o maximalismo cristianíssimo do mundo ocidental.

Junho, 1922.

D. CARLOTA JOAQUINA

D. CARLOTA JOAQUINA

I

Andam-me sempre na memória certas palavras de Fustel de Coulanges, um dos mestres mais amados do meu espírito. «Os nossos historiadores, de há cinqüenta anos para cá, têm sido homens de partido. Por sinceros que êles fôssem, por imparciais que julgassem sê-lo, obedeciam apenas a uma ou a outra das opiniões políticas que nos dividem. Investigadores ardentes, pensadores vigorosos, punham o seu ardor e o seu talento ao serviço duma causa. A nossa história parecia-se com as nossas assembléas políticas: distinguia-se nela uma direita, uma esquerda e até situações intermédias. Era um campo fechado onde as opiniões se debatiam. Escrever a história de França representava uma maneira de trabalhar por um partido e de combater um adversário. A história tornou-se assim entre nós uma espécie de guerra civil em permanência. O que ela nos ensinou, sobretudo, foi a odiar-nos uns aos outros.»

Podia êste testemunho de Fustel de Coulanges epigrafar a revisão que está por fazer de tôda a nossa história nacional. História de partido, — e dum partido vencedor, não passa dum tecido de calúnias, escritas com o fel mais vivo e a mais viva sêde de difamação. D. Carlota Joaquina é uma das suas vítimas, talvez aquela mais maltratada pelo furor sectário do Liberalismo. Nunca ninguém cuidou em analisar a sua figura, colocando-a dentro da época contraditória em que se moveu, nem tampouco se lhe relevaram os defeitos do seu temperamento pelas altas qualidades que a distinguiram e que se volveram sempre na causa maior das inimizades que suscitou. Num período em que a Maçonaria escavava os alicerces seculares da ordem tradicional, D. Carlota Joaquina encarna em si o espírito instintivo da Contra-Revolução que nunca veio a vingar. Daí o enxovalho com que a atiraram para a posteridade penas que participavam mais dos seus interêsses do bando que do respeito que a si próprias se deviam.

É um ilustre escritor brasileiro, o senhor Oliveira Lima, em nada disposto à rehabilitação da espôsa de D. João VI, quem encara, realmente, o problema através dum critério que reputo em harmonia com as regras fundamentais da crítica histórica, ao escrever no seu *Dom João VI no Brazil* que D. Carlota Joaquina «sentia em si sobeja virilidade para ser ela o Rei». «A natureza, de facto, enganou-se,— continua Oliveira Lima —, fazendo com

tal alma desta filha dos Bourbons uma mulher, ou, antes, lhe foi o fado supinamente inclemente, reduzindo-a à inacção e à impotência, quando a dotava para querer e dominar, ver e resolver por si, para ser uma Isabel de Inglaterra ou uma Catarina da Rússia. Por uma triste ironia, no entanto, nem sequer lhe foi dado mandar em sua casa, onde todos tinham mais voz do que ela, em cujo espírito primavam num grau notável os predicados que se conveio denominar masculinos: a energia, a actividade, a vontade» (1).

As aventuras indecorosas que se atribuem ao procedimento de D. Carlota Joaquina não têm outra origem, na sua maior parte, senão o livro escandaloso de D. José Presas, *Memorias secretas de la Princesa del Brasil, actual Reina viuda de Portugal, la señora Dona Carlota Joaquina*, saído a lume em Bordeus no ano de 1830. D. José Presas, um aventureiro da mais rara gema, fôra secretário de D. Carlota Joaquina no tempo em que ela se apresentou ao lealismo das colónias da América espanhola como representante dos Bourbons cativos de Napoleão.

Eis como se exprime Oliveira Lima acêrca da idoneidade de Presas: — «Previne-nos com muita razão o escritor Paul Groussac contra o perigo dos depoïmentos singulares, lembrando-nos que é hoje um lugar comum de crítica, assim como do processo

(1) *Obr. cit.*, págs. 261-262.

judiciário, a escassa fé que merece o testemunho único, por mais sincera e imparcial que seja a testemunha. Nossos sentidos e nossas reminiscências são outras tantas fontes de êrro, e sòmente pela análise comparativa e prova contraditória se logra extrair a partícula da verdade envolta na massa enganadora. Outro princípio, corolário do primeiro, é, no dizer do eminente autor argentino, o de não aceitarmos, mesmo condicionalmente, qualquer opinião interessada senão na parte que pareça contrária, ou pelo menos indiferente, ao seu interêsse. Presas oferece tôdas as condições negativas: é uma testemunha indigna de crédito, a que nenhum impulso levantado instigava e que só agia com mira no lucro» [1]. Tanto é como Oliveira Lima o supõe, que a publicação das *Memórias secretas* obedeceu do lado de Presas a uma tentativa de extorsão pecuniária sôbre D. Carlota Joaquina, que a repeliu com desassombrada independência.

Inutilizada, dêste modo, a base principal de quantos aleives alvejam e ennodoam a memória de D. Carlota Joaquina, que resta mais, com subsistência, a alimentar o juízo corrente a seu respeito?

Acusações dispersas, alguns panfletos dos emigrados liberais, em cujo número se destaca o infamíssimo *Dom Miguel*, de Barreto Feio, estampado em Paris em 1830, como sendo dum «*portugais de dis-*

---

[1] Oliveira Lima, *Obr. cit.*, págs. 285-86.

tinction». Detalhemos, porém, um pouco, para melhor nos justificarmos. Imputa-se a D. Carlota Joaquina, além da sua conduta irregular, a porfiada ambição que a levou a atormentar a existência, já de si amargurada, de D. João VI. É freqüente pôrem-na à frente da conspiração que em 1806, durante um agudo ataque de neurastenia do Príncipe-Regente, procurou forçá-lo a abandonar o poder. Sem dúvida que ocorrências anormais se produziram então. D. João VI caíra numa grave depressão nervosa, em que se via já repetida a loucura da Raínha-Mãi. Aproveita o ensejo o *partido-francês*, que manobrava na sombra, para afirmar as suas posições. É bom recordar que, segundo o testemunho de José Maria Xavier de Araújo nas suas *Revelações e Memorias*, foi por essa altura que polìticamente a Maçonaria deu os seus primeiros sinais de vida.

Entre os conjurados, destacam-se o marquês de Alorna e mais outros fidalgos, que mais tarde abraçariam o serviço de Napoleão. No fundo, quem operava era o representante de Bonaparte em Madrid, Beurnonville, cujo plano consistia em «fazer passar o govêrno de Portugal às mãos do príncipe da Paz, entrando no jôgo o rei de Espanha na qualidade de tutor natural do seu neto, o Príncipe da Beira, uma vez repelida Dona Carlota pelo país como indigna da regência» [1].

---

[1] Oliveira Lima, *Obr. cit.*, pág. 6.

Mas, se tais intenções inspiravam o manejo secreto da cabala, nós podemos asseverar que, querida pelo país, nunca D. Carlota Joaquina seria esbulhada da regência e que a sua intervenção na lamentável intriga se limitou a reclamar para si um direito de que não devia abdicar. Conta algures António Ribeiro Saraiva: [1] — «Foi o caso que, indo eu, uma tarde, creio que no verão de 1824, com meu Pai ás Picôas, visitar o Principal Freire, que como sabem os que o conhecessem, era homem franco e decidido em seu fallar, veio na conversação o mencionar-se o facto... de achar-se a Imperatriz e Rainha como presa em Queluz, em resultado das intrigas e calunias da mesma gente que preparava a Portugal a usurpação de D. Pedro, depois da morte de seu pai... Por tal ocasião disse-nos o Principal:

«A rainha tem sido muito injusta e falsamente acusada de tirar o governo a seu marido. Isso já vem de longe, pois, quando D. João VI, ainda Principe Regente, esteve doente, de sorte que se receou muito que perdesse o juizo, como a rainha sua mãi, e se tratava de ver quem o havia de substituir na regencia, desejava certo partido e procurava fazer, que em tal caso, fosse a princesa viuva, D. Maria Benedicta tia do principe regente, e se excluisse da mesma regencia a princesa D. Carlota, a quem, no impedi-

---

(1) O *Miguelista em Londres*... n.º I. Londres, 1870, págs. 34-36.

mento do principe seu marido, competia substitui-lo no governo do reino. Pois, apesar de tal estuche, D. Carlota não fez mais que mandar prudente e confidencialmente apalpar e tentear, se vindo a dar-se com efeito o caso de alienação mental do Principe, ela seria apoiada em sua legitima prerogativa de exercer por ela a regencia durante o impedimento do marido. Poucas mulheres, em tal posição e circumstancias, se haveriam portado com a mesma prudencia e moderação.» (1)

---

(1) O livro recente do moço publicista espanhol D. Julián Maria Rubio, *La infanta Carlota Joaquina y la politica de España en América (1808-1812)*, Madrid, 1920, projecta alguma luz sôbre tam confusa questão. Escreve Rubio: — «*Por el año de 1806 ocurrió en Portugal un hecho de gran transcendencia para la vida de D.ª Carlota Joaquina, y de ese hecho data su separación del Principe regente. El hecho fué que, hallandose el principe enfermo de gravedad y sospechandose que padecia la misma enfermedad que su madre, se formó una conjuración, compuesta por el conde de Sabugal, el marqués de Ponte de Lima y otras importantes personas de la corte, con el objeto de elevar a la infanta sua esposa a la regencia, lo cual hace suponer que aquella dama formaba parte de la conjuración, o por lo menos prestaba su asentimiento a ella.*» E D. Julián Maria Rubio acrescenta: — «*A proposito de tal hecho he tenido recientemente la fortuna de hallar tres interesantissimas cartas, dos de la infanta D.ª Carlota, dirigidas a su padre Carlos IV la una, y a su madre Maria Luiza la otra; y la tercera que debe ser del marqués de Ponte Lima, según se deduce de la que D.ª Carlota dirige a su padre. Esos tres documentos dan luz sobre la conjuración fraguada, y por ellos se observa que el proyecto tuvo mayor importancia de la que general-*

São assim os períodos históricos, em que o espírito de facção predomina! Pela transcrição de Ribeiro Saraiva nós vemos como as responsabilidades de D. Carlota Joaquina na conspiração de 1806 se transfiguram, assumindo um aspecto claro de legalidade. Não pretendemos com isso ilibá-la de tanto passo precipitado na revolta da sua subalternidade, que não se resignava ao exercício modesto das virtudes domésticas. D. Carlota Joaquina, fixada com mestria psicológica no retrato moral que dela nos traça Oliveira Lima, é bem o tipo moral dos deslocados ou dos inadaptados. Não tardará que consideremos a pertinácia admirável da sua ambição e mesmo

---

mente se le ha dado, puesto que, según se deduce de dichas cartas, se trataba nada menos que de la intervención armada de España. En la primera la infanta cuenta a su padre como el principe su esposo está muy enfermo de la cabeza, por lo que gran parte de la corte se ha congregado alrededor de la infanta, que pide se la auxilie en sus propósitos, enviando un enérgico ultimátum al principe para que le concieda intervención en el gobierno. De esto modo, dice, se evitará una guerra civil entre sus partidarios y los del principe, y se conseguirá que el pueblo portugués tenga un gobierno en que la cabeza no esté desequilibrada. Esta demanda la hace como pediendo protección para ella y para sus hijos que se ven menospreciados. La carta a Maria Luiza es unicamente para que apoye con eficacia la anterior pretensión ante Carlos IV. La tercera carta, muy curiosa por cierto, demuestra, entre otras cosas, que la conjuración se estendia bastante; es notable cuando en ella se habla del principe y de la infanta, pues dice: «O nosso Homem (el principe) *está cada dia pior e pouco falta para se declarar com-*

a largueza do seu génio político. Encarnação desencontrada duma época antagónica nas suas múltiplas tendências, D. Carlota Joaquina trouxe para a sua existência de rainha os defeitos da educação libertina dos finais do século XVIII. O resultado colheram-no os seus inimigos, pintando-a como uma dissoluta esgalgada e feia, a quem não bastava a insatisfação dum temperamento tam abundante como vicioso.

Devagar, no entanto! E seja para restituir à verdade das suas linhas o carácter notável duma mulher de raça que, no desabar inglório da sociedade antiga, soube defender até à morte, com nobilíssima intransigência, os direitos pisados da Realeza na agonia!

---

pletamente alienado, já todos dizem claramente q. ele não pode ver a nossa Divindade tutelar (la infanta).» *En esta carta se ve parte de la organización del complot, pues se da a entender que tratan de atraerse al embajador de Portugal en Paris, por medio de España; se habla que la princesa debe ser la salvaguardia de los conjurados para lo que debe avisar a su pais y de aqui enviar socorros.*»

Conhecidos os comentários de D. Julián Maria Rubio, seguem na íntegra os documentos revelados por êle:

«*Señor:*

Papá de mi corazón, de mi vida y de mi alma. Voi a los Pies de V. M. en la maior consternación, para decir a V. M. que el Principe está cada dia peor de cabeza, y que por consecuencia esto va todo perdido, porque aquellas figuras estan cada dia mas absolutas, y que es llegada la ocasión de V. M. acudirme a mi, y a sus nietos; como V. M. verá por carta inclusa del Marqués de Ponte

II

Era D. Carlota Joaquina dotada de qualidades de talento e, a-pesar do desmazêlo em que se criou e se fêz mulher, recebera especiais cuidados na formação da sua inteligência. Com nove anos apenas e já desposada, ficou memória do exame a que a sujeitou perante a côrte seu mestre, o padre Felipe Scio de S. Miguel, das Escolas Pias, mais tarde bispo de Se-

---

de Lima, porque la priesa y el segreto no da lugar a mandar un papel firmado por toda, o quasi toda la Corte, que ellos me ofrecieron, para que se lo mandase a V. M. esto se remedia mandando V. M. una intimación de que quiere que yo entre en el despacho y que no le acepta replica, por si la diere, la respuesta sera con las armas en la mano, para despicar las afrentas y desaires que V. M. sabe que el me está continuamente haciendo, y para amparar a sus nietos, ya que no tienen un padre capaz de cuidar en ellos V. M. perdone la confianza que tengo, pero es este el modo de evitar que corra mucha sangre en este reino, por que la Corte quiere ya sacar la espada en mi favor, y tambien el pueblo; por-

góvia. Durou êsse exame quatro dias, durante os quais a princesa «foi interrogada sobre varios pontos do Velho e Novo testamento, geographia, cosmogra-

---

que se ve por factos imensos, que está con la cabeza perdida; asi le pido a V. M. haga el dicho verdadero, ha de hacerlo luego, y yo haré entonces con que el mismo enmiende muchas cosas, porque le mieto miedo amenazandole con que se lo he de decir a V. M. para que me ayude, ya que el no quiere hacer lo que es de razón, y bien del Reino; y ahora le pido a V. M. que me eche su bendición y a los chicos.

Queluz 13 de Agosto de 1806.

A los Reales Pies de V. M.
Carlota Joaquina.»

P. S. — La carta es escrita a D. Bernardo de Lorena.

(Autografo)

(*Archivo Historico Nacional.* Estado. Legajo 2.600

Señora:

«Mamá mia de mi corazón, de mi vida y de mi alma. Voi a los Pies de V. M. llena de la maior afflicción, a decir a V. M. que es llegada la ocasión de que V. V. M. M. acudan, a mi, a mis hijos, y a todo esto reino porque el Principe está con la cabeza perdida quasi del todo; asi le pido a V. M. que haga con que Papá dé pronto remedio, por el modo que yo pido, porque es el unico modo de hacerse en paz, yo Mamá mia me rifiero a la carta de Papá, porque estoy escribiendo a toda a prisa por no ser vista, asi le pido a V. M. que tenga compasión, y que me eche su bendición, y a los chicos.

Queluz 13 de Agosto de 1806. *A los Reales Pies de V. M.*
Carlota Joaquina»

(Autógrafo)

(*Archivo Historico Nacional.* Estado. Legajo 2.600)

Mafra 5 de Agosto de 1806

Meu sarzedas do coração não te custará muito persuadir-te de

phia, latim, tradução do castelhano e vice-versa, commentarios de Cesar, varias obras de Cicero, etc., respondendo com todo o desembaraço e proficiencia,

---

q. tenho mil saudades tuas, dos nossos bons amigos, a quem era bem necessario falar; mas visto ser imposivel remeto a presente pelo Dr. Vicente q. certamente é portador seguro. O nosso Homem está cada dia pior, e pouco falta para se declarar completamente alienado; já todos dizem claramente q. elle não pode ver a nossa Divinidade tutelar e q. todas as jornadas que inventa é para ter motivos aparentes de estar mais tempo ausente. Nenhum negocio serio vai a presença do dito Sr. os biltres gozão do maior valimento e servem sempre os seus afilhados, seja ou não justo. Outro dia nomeou-se um criado para o infante D. Miguel contra a opinião da Princeza, e fazendo justas objecçoes foi-lhe respondido assim quis eu. *Averiguou-se a razão de tanto empenho e soube-se q. tudo isto tinha sido por q. o tal criado era afilhado do Sr. Francisco. Historias d'este genero ha milhares, sabida huma é escusado repetir as outras.*

Parte un expresso para Paris e segundo todas as probabilidades, he con alguma cousa relativa a este nosso caso. He absolutamente necessario que a Princeza o saiba e q. se cuide a tempo, em reparar qualquer golpe que possa vir por este lado. Os amigos vem-se apertados, por consequencia hão de mecher ceus e terra para escaparem, não percamos tempo e haja maior actividade. O Homem certamente está louco athe o conde de Belmonte o diz; os ministros de Estado não se hão-de descuidar da Regencia, e talvez... fação entrar n'isto a corte de Paris, he indispensavel obstar-lhe a tempo.

A mim parece-me q. a Princeza deve logo avisar de isso a seu Pay para elle mande ao seu Embaixador em Paris tome as medidas necessarias, se lá se tratar alguma cousa relativa a sua filha.

Tambem julgo conveniente tornar a instar com seu Pay para não se demore muito em dar socorro alias pode q. venha tarde. Pare-

deixando a todos pasmados da precoce instrução que possuia »,— escreve o insuspeito Benevides nas suas *Rainhas de Portugal* (1).

---

ce-me que finalmente chegou a occasião da bulha mas espero en Deus havemos de sahir bem. Eu aqui ando com o maior cuidado possivel; não... a nenhum motivo de me chamar orgulhoso nem tambem cedendo o que se me deve.

Os biltres tratão-me com muita atenção por consequencia eu correspondo-lhes. A manhã vamos a Peniche dizem que voltaremos no outro dia porem eu duvido... A Deus meu Bernardo.

Amigo do coração
Thomas

Se julgares conveniente, não tenho duvida en q. esta suba á presença da Princeza.

(*Archivo Histórico Nacional.* Estado. Legajo 2600).

(1) «Hontem (14 de Junho de 1784) se concluiram (os exames) dando sua Alteza tão boa conta de si na instrução latina, como na lingua franceza, concluindo tudo com a dança ingleza e varios minuetes.» Dum ofício do nosso embaixador em Madrid, marquês de Louriçal, para o ministro Aires de Sá e Melo. Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros e nota de Latino Coelho a páginas 90 do volume II da sua *Historia politica e militar de Portugal desde os fins do XIII seculo até 1814*.

Interessante de ver é também o *Boletín de la Real Academia de la Historia*, correspondente a Julho de 1922, em que se insere uma larga referência à visita que em Fevereiro de 1785, véspera da sua saída para Portugal, D. Carlota Joaquina fêz à mesma Academia, acompanhada de sua mãi, então princesa das Astúrias. Do relato da sessão de 28 de Fevereiro do mesmo ano, em que D. Ramon de Guevara «*leyó la relación... del ricibimiento de la señora Infanta dona Carlota Joaquina*» extraímos algumas passagens que abonam o grau de cultura que a caluniada espôsa de D. João VI, realmente,

Quanto aos sentimentos do seu coração, permita-se-me que recorra novamente ao depoïmento de Oliveira Lima. «Tambem ao que nos revela a correspondencia de Dona Carlota, não havia protectora mais desvelada. Constantemente importunando os ministros, pedia, rogava, suplicava, impunha favores para os seus afilhados, com estes constituindo uma roda sua dedicada que, mestra consumada na arte das intrigas, sabia perfeitamente quanto poderia vir a ser-lhe util para quaisquer designios. Com esses amigos era generosa na medida da sua antes magra dotação de princeza herdeira, a qual rendia nas suas mãos, porque lhe não faltava ao mesmo tempo o talento do calculo e da economia. Ainda assim, não lograva evitar ter que empenhar a sua palavra, que n'estes assumptos pecuniarios valia entretanto menos do que n'outros, sendo quasi nulo o seu credito, mesmo porque carecia de muito dinheiro para sustentar a sua categoria de soberana de facto e promover seus projectos diplomaticos.»

---

possuía. Resolveu a Academia escrever uma «*Oración gratulatoria*», em comemoração «*de esta augusta honrosa visita y de la particular aplicación y aprovechamiento de Su Alteza en las primeras letras, gramatica castellana y latina, la geografia, la História de la Religión y la del Reino, con la particularidad de haber tenido el Director de la Academia el honroso encargo de confirmar en un examen privado su aprovechamiento y singulares talentos en tan tienros anos, serviendo de exemplo el cuidao de sus augustos Padres, a el que deberian imitar los particulares de todas clases*...»

A meia hostilidade que a figura de D. Carlota Joaquina provoca à pena de Oliveira Lima, valoriza exactamente o reconhecimento de alguns dos seus predicados por parte do ilustre escritor brasileiro. Continuemos escutando. «No proprio modo de submeter-se a essas privações relativas, dava comtudo mostras de dignidade, porque esta era espontanea, derivava do seu caracter orgulhoso e imperioso, com faces de verdadeira rainha. Não cedia uma polegada dos seus direitos; não tolerava um menoscabo da sua posição; não deixava uma só vez de insistir pelas distinções a que tinha jus; nem perdoava o minimo desrespeito. Não raro deu a sua intransigencia nesta materia origem a questões que enchem paginas dos livros de registro da velha secretaria de estrangeiros e até tiveram repercussão nas colunas do *Times*, não duvidando o embaixador Palmela responder sob pseudónimo aos comentarios desfavoraveis ali insertos.»

Tenhamos sempre bem presente para boa interpretação da personalidade de D. Carlota Joaquina, que ela nascera para governar e agir com a mesma autoridade e energia duma Isabel de Inglaterra ou duma Maria Teresa de Austria. Exagerada, com desmandos de linha e pruridos excessivos de majestade, através da sua estada no Rio, não faltaram, na verdade, incidentes diplomáticos a dificultar a marcha difícil do govêrno pelas exigências de cerimonial que a Raínha impunha violentamente aos próprios estrangeiros, por intermédio do seu corpo de cadetes.

Todavia, com que notável aprumo D. Carlota Joaquina se retrata na carta que dirigiu ao ministro Tomaz António de Vila-Nova Portugal, depois do falecimento do conde de Barca, António de Azevedo e Araújo!

«*E sempre lhe quero dizer que Eu não sou capaz de pedir cousas que se me não devão*; e que *se a minha consciencia fôra de manga larga,* que *no tempo de Araujo (apezar de ser como hera),* que *Eu estaria a estas horas com a casa n'outra figura e com huma mezada de 200 ou 300.000 cruzados como as Rainhas D. Marianna d'Austria e D. Marianna Victoria tinhão fora a sua casa,* no entanto *eu não quiz nada sem ver todas as clarezas:* mas *elle teimou muitas vezes comMigo que dissesse* o *quanto hera,* e *que bastava a Minha pallavra,* que *não precisava mais nada.*»

Nas hesitações da expressão, contorna-se bem uma atitude natural de dignidade. Não admira, por isso, que o povo a amasse no seu feitio desencontrado de mãi que descalçava as chinelas para castigar as diabruras dos filhos, mas que, simultâneamente, não recuava diante dos grandes gestos que impressionam e que ficam. Daí o observar Oliveira Lima: — «É força porem crer que Dona Carlota era capaz de exibir qualidades de sedução, de certo mais intellectual que fisica, visto ser tão desgraciosa. Viva, espirituosa, enredadora, faceira, quando queria, até ultrapassar a decencia, o facto é que conseguiu que varios homens de merecimento jungissem num momento dado os

proprios interesses aos seus, e que outros se prestassem a servi-la com zelo e dedicação.» Nada melhor o prova do que a pretensão de D. Carlota Joaquina ao trono e à regência de Espanha durante o cativeiro em Valençay de Fernando VII e do infante D. Carlos.

Mas nós não queremos avançar, sem ouvirmos ainda o insuspeito Oliveira Lima sôbre os sentimentos caritativos de D. Carlota Joaquina. «Não é que fosse destituida de coração D. Carlota, — escreve o eminente historiador; — pelo contrário, o seu humor caridoso era tão vivo quanto a sua indole vingativa. Marrocos conta a esse respeito uma anedocta típica. Um servente metera sem razão alguma plausivel, antes difamando-a vergonhosamente, a mulher num recolhimento, onde a deixou ao abandono e ao sofrimento. Justificando-se judicialmente e conseguindo recobrar a liberdade, a pobre pôs-se a servir para se manter e valer ás duas filhinhas, obtendo por fim ser criada duma das retretes da Princeza Real. Levada de seje para Botafogo, foi admitida a beijar a mão de D. Carlota, e tão condoída ficou esta da penuria da rapariga, que para mais andava enferma e ao mesmo tempo tão agradada dela, que lhe fez preparar logo cama e pessoalmente ordenou ao medico da Real Camara que a atendesse com todo o carinho, correndo os remedios por conta do seu bolsinho. «Foi S. A. tão extremosa neste ponto, que hia lembrar á doente as horas em que todos os dias havia

de tomar os remedios, assistindo ali nessas ocasiões. Sabendo ao depois que esta tinha duas filhas pequenas e em desamparo, mandou logo busca-las, vestiu-as nobre e magnificamente com hum primoroso enxoval e pô-las a educar e a aprender em hum colégio de meninas, pagando mensalmente por sua educação 19$000.»

Tal se nos revela na sua intimidade D. Carlota Joaquina, que nós iremos ver agora em outro plano, desenvolvendo com rara persistência os seus dotes políticos, quando esteve quási a assumir a regência de Espanha. Irmã de Fernando VII, prisioneiro de Napoleão, como os demais membros masculinos de sua família, — à excepção do infante D. Francisco, — D. Carlota Joaquina trabalhou diligentemente, por intermédio do futuro duque de Palmela, — seu inimigo mortal ao depois! —, para que fôsse abolido o *Acto acordado* de 1713 que da sucessão à corôa de Espanha excluía as fêmeas em benefício dos varões, sempre que o rei defunto tivesse irmãos e houvesse deixado como descendentes ùnicamente filhas. Trata-se duma página longa de história que, desde o circunstanciado trabalho do marquês de Villa-Urrutia — *Relaciones entre España e Inglaterra durante la Guerra de la Independencia*, aos detalhes que nos oferece D. Manuel Fernández Martin no volume II do seu *Derecho parlamentario español*, importaria para nós um largo esfôrço, ainda que só em resumo a tentássemos esboçar. Todo o empenho de D. Car-

lota Joaquina se cifrava em que as Côrtes a reconhecessem como herdeira eventual da corôa e, conseqüentemente, como regente de Espanha. Reüniu D. Carlota Joaquina em tôrno do seu nome algumas das figuras espanholas mais representativas. O conde de Flórida-Blanca, com tôda a autoridade do seu passado, indicou-a num documento público como sendo a depositária dos direitos da dinastia bourbónica. Jovellanos, — o grande Jovellanos! —, enfileira entre os seus partidários. D. Carlota Joaquina dirige-se-lhe. Jovellanos responde-lhe: — «*En medio de la angustia en que nos tiene el cautivero de nuestro buen Rey, augusto hermano de V. A. R. y la horrible guerra que su perfido opresor hace a la nación Española, justa y noblemente empeñada en defender los derechos del Trono y en conservar su indepen-dencia, ha sido para todos los españoles de gran consuelo y del aguero más feliz, ver V. A. R. tan generosamente dispuesta a auxiliar nuestros esfuerzos protegiendo una causa tan justa, y en cuyo triunfo se halla tan personalmente interesada.*» [1] Dispunha D. Carlota Joaquina dum grupo numeroso de deputados nas côrtes de Cadiz e talvez a regência aca-

---

[1] A carta de Jovellanos, de que reproduzimos o trecho acima, datada de Sevilha aos 24 de Abril de 1809, vem em Samoja y Garcia-Gala, *Documentos para escribir la biografia de Jovellanos*. Madrid, 1911. Tômo II, págs. 392-393.

basse por lhe ser deferida, se a tanto se não opusesse terminantemente o *veto* da Inglaterra [1].

Igual sucederia a D. Carlota Joaquina ao alegar a sua qualidade de infanta de Espanha, perante o lealismo monárquico dos vice-reinados da América-Espanhola. Chamando a si a defesa dos direitos da dinastia, esteve quási a embarcar para o Rio da Prata e a empunhar um cetro em Buenos Aires. Relaciona-se com tam longa e complicada intriga a nossa campanha de Montevideu. Ao lado do propósito de D. Carlota Joaquina, com o pensamento absorvente dum govêrno

---

(1) Eis como D. Julián Rubio se exprime a págs. 15 do seu estudo sôbre as simpatias e possibilidades que os projectos de D. Carlota Joaquina acharam entre os seus compatriotas: — «*En España se tenia un alto concepto de los valimientos de esta infanta, pues de lo contrario no se explica la existencia de numerosos partidarios que estaban dispuestos a aclamarla como regente de España, lo que por la oposición de la Gran Bretaña no pudo llevarse a cabo. Entre los diputados de las Cortes de Cadiz tuvo admiradores, como D. Joaquin Lorenzo Villanueva, que tenia una alta idéa de esta heroica española. Ella, en efecto, fué el baluarte en que confiaron durante más de cuatro años todos los españoles de corazón de nuestras colonias, para permanecer fieles a España y sortear los horrores revolucionarios, a que desgraciadamente se vieron sometidas durante el periodo de la independencia.*» Depois, a págs. 67, D. Julián Rubio acrescenta: — «*No solamente trató D.ª Carlota de atraer a los hombres politicos, sino que se dirigió tambien al elemento militar, enviando cartas autografas a los generales D. José Palafox, D. Francisco Xavier Castaños, D. Gregorio de la Cuesta, conde de Cervellón, D. Juán Smith, marqués de*

próprio, exclusivamente seu, há as segundas intenções de D. João VI. Capítulo ignorado da nossa história, denuncia-nos, pelo que toca a D. João VI, uma profunda e arreigada idéa imperialista. Fala Oliveira Lima: — «O imperialismo — pois que podemos com propriedade adaptar esta denominação modernizada à aspiração da extensão territorial que D. João VI acalentou e realizou, com relação ao Brasil, nas suas fronteiras norte e sul — foi nesse momento histórico e no continente americano a mola da política da casa de Bragança e motivo de temor para a casa de Bourbon.»

Santa Cruz, etc., etc., pero a estos no creyó conveniente interesarlos en su favor por cuestiones politicas, juzgando que su intervención en estos negócios tendria escasa importancia; y comprendendolo asi la infanta tuvo buen cuidado de no hacer siquiera alusión a ella, y si unicamente los anima y excita a que sigan luchando denodadamente contra los franceses para conseguir prontamente la liberación de la patria; ruega que se haga constar a todo el ejercito su gratitud por la causa que defienden. Estas cartas dirigidas a los generales son todas identicas. Hay que hacer constar que entre el ejército contaba D.ª Carlota con muy fervientes partidarios, como lo era el defensor de Zaragoza, don José Palafox, que en una de sus proclamas abogaba por la formación de una regencia en la que entrase la Infanta.»

Como curiosidade, entre os meus livros, guardo um curioso folheto. Intitula-se êle *Dictamen de Don Antonio José Deniz de Padron, diputado por Canarias, proponiendo para regenta del Reyno a la serenisima señora D.ª Carlota Joaquina de Borbón, Princesa del Brasil e Infanta de las Españas...* Madrid, Imprenta de Dávila, año de 1814.

Esta era a razão principal pela qual o govêrno de Madrid nunca mostrara vontade que a côrte de Lisboa se mudasse para o Rio de Janeiro, convindo-lhe a deserção do rei, mas receando, com justificada previsão, a concentração do poder militar e político de Portugal na vizinhança das suas possessões americanas. Por seu lado, Tomaz António Villa-Nova Portugal, quando em 1807, antes de declaradas por Napoleão as hostilidades e de decidida a trasladação da côrte para o Brasil, advogava a ida do Príncipe da Beira, recomendava que acompanhasse a régia criança fôrça suficiente, aparentemente para prevenir ataques ultramarinos da Inglaterra, que a cordealidade das relações oficiais com a França podia então fazer antever, mas, na realidade, para, desnorteando o imperador dos Franceses, deter o auxílio espanhol prometido ao exército invasor, oferecendo-lhe a ameaça duma campanha no Rio da Prata. A transcrição de Oliveira Lima mostra-nos mais uma vez a importância da saída para o Rio, denunciada pelos historiadores nacionais como uma fuga miserável. Destaca-se assim o valor da política americana de D. João VI, que a abdicação e o sequestro da família real espanhola em Baiona sublinhariam singularmente. É a altura em que se dá a intervenção de D. Carlota Joaquina, que, nas suas pretensões de princesa da casa de Espanha aos domínios do Rio da Prata, encontrou homens de valor e de talento a abraçar-lhe a candidatura. Foi um dêles, D. Manuel

Belgrano, que, como Mariano Moreno, Castelli, Pueyrredon, se dispôs a obedecer, na sua fidelidade dinástica, a D. Carlota Joaquina, alcançando dêste modo a independência para a colónia, «sem sacrifício e operando uma revolução incruenta».

Manifesta-se bem o génio político de D. Carlota Joaquina, aquecido pelo fogo da sua ambição. Era um temperamento excepcional de mulher, a quem a intriga e o insucesso não deixaram nunca vencer. D. Carlota Joaquina, soberana no Rio da Prata, e D. João VI no Rio de Janeiro, seriam de futuro, na pessoa dos seus descendentes, um formidável império sul-americano, constituído sòlidamente. As dilações da côrte do Rio, com muito entrave britânico à mistura, não permitiram que o instante oportuno se aproveitasse. Debaixo do directório duma Junta, Buenos Aires inicia a independência platina, e, a-pesar da resistência de Montevideu, os últimos sonhos desfazem-se de-pressa, lançando no nada a realeza ultramarina da filha de Carlos VI. (1)

---

(1) No n.º de *O Instituto*, correspondente a Julho de 1922, publica D. José Manuel de Noronha um belo artigo de crítica ao livro de D. Julián Rubio sôbre D. Carlota Joaquina. Contra a tese de Rubio, que pretende provar que na questão da regência, tanto de Espanha como dos vice-reinados americanos, D. Carlota Joaquina procedeu como verdadeira espanhola, D. José Manuel de Noronha consegue demonstrar que só o interêsse dinástico português impelia a espôsa de D. João VI. Pena é que não possamos trasladar para aqui o valioso artigo de D. José Manuel de No-

Como Isabel-a-Católica em transes difíceis, D. Carlota Joaquina define com vigor o seu perfil de raínha, vendendo e rifando as suas jóias para as despesas da guerra. O marquês de Casa-Irujo, embaixador de Espanha no Rio de Janeiro, narra êsse episódio da oferta das jóias numa das suas cartas para o Conselho da Regência dos Reinos de Espanha e Indias. De Montevideu, fiel à legitimidade, pediam ao

---

ronha. Transcreveremos, no entanto, algumas passagens. «*Para o sr. D. Julián Maria Rubio* — escreve — *a Infanta procede sempre como boa espanhola, defendendo os interesses da terra natal, ainda mesmo com sacrifício da patria adoptiva. A Junta Central, o embaixador Casa-Irujo, todos os que se opuseram à realização dos planos da princesa, teriam, portanto, embora na melhor fé, prejudicado a causa dos Bourbons. No aproveitamento da energia, inteligência e prestígio de D. Carlota Joaquina estaria talvez a salvação territorial da Espanha.*»

E D. José Manuel de Noronha prossegue: — «*Discordamos inteiramente dêste modo de pensar.*

«*A espôsa do Principe-Regente procedeu sempre como boa portuguesa, no interêsse da sua própria dinastia, que era a de Bragança, e não a de Borbon. Pretendeu aproveitar os direitos que lhe vinham do sangue, para ocupar o trono de seus maiores e transmiti-lo depois a um dos seus filhos. Tôdas as suas canseiras, todos os esforços, todos os sacrifícios, tendem a êste resultado. A princípio obrou de concêrto com o Govêrno Português. Mas quando viu que dest'arte a sua acção tomava o aspecto duma intervenção estranjeira, ostensivamente se afastou dos ministros de seu marido. Jamais lhe faltou, porém, o apoio dêste nos momentos decisivos, a menos que a vontade inglesa não anulasse os bons desejos de Portugal.*»

marquês de Casa-Irujo 80 a 100 mil pesos, para que se pudesse organizar a resistência contra «*los progresos de los alborotadores de Buenos-Aires*». O embaixador espanhol não os tinha, nem conseguiu obtê-los por empréstimo. Recorre à filha dos Bourbons. «*La señora Princesa Carlota,* — diz —, *a quien no pudo menos de manifestar mi aflicción y mis embargos, con aquella elevacion y sublimidad de animo que la caracterizan me tomó inmediatamente por la mano y llevandome al quarto donde tiene todas sus joyas, me las abrió y presentó todas y tomando una en su mano me dixe: esta no te la pudo dar, porque es el retrato de mi marido, pero todas las demás que aqui vés y creo valen 7 ó 8 veces más da soma que necesitas, estan a tu disposición, vendelas, empeñalas, hace lo que quieras, con tal que se socorra inmediatamente Montevideu.*»

Continua o marquês de Casa-Irujo: — «*Un rasgo de magnanimidad y generosidad tan repentina como sublime, digna de aquella Isabel, gloria de las Reynas de España, me penetró de reconocimiento y de sorpresa y entusiasmo, besandole la mano prorompi en aquellas expresiones de gratitud que me inspiraba tan noble conducta...*»

Compreende-se por aqui a admiração do marquês de Casa-Irujo por D. Carlota Joaquina, de quem, num outro documento, afirmara antes «*que la señora Infanta D. Carlota ha devido a la naturaleza el talento más distinguido, que su corazón es digno de su*

nacimiento, lo que, apesar de la depresión en que se halla, le ha criado un gran partido asi aqui como en Portugal y aún, si mis informes son correctos, en muchas partes de la America Española: su trato es suave e cortesano con todos; es española de corazon sin aparencias de mucha parcialidad a la nación en que vive, se impone con facilidad en los negocios, los conoce y gusta ocuparse de ellos, dedica diariamente varias horas al gabinete, sin descuidar la educación de su numerosa familia, de que puede llamarse la primera aya: tiene ideas correctas sobre asumptos cuyo conocimiento es poco común en su sexo y es religiosa sin superstición. Tal es el verdadero retrato de esa señora condenada a la inutilidad por la intriga de los ambiciosos...»

Haja, ou não, exagêro nas palavras do marquês de Casa-Irujo, o que é certo é que a personalidade de D. Carlota Joaquina contorna-se a traços fortes em tudo quanto fica registado. Contrária aos partidos e camarilhas que se agitavam em roda de D. João VI, eis donde resultou para D. Carlota Joaquina o começo do seu descrédito como mulher. O marquês de Casa-Irujo apresenta-nos D. João VI dominado pelo favorito Lobato, pelo conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, e por Lord Strangford, embaixador inglês. Observa o publicista Rubio no seu estudo *La Infanta Carlota Joaquina y la politica de España en America*: — «*El unico enemigo terrible para esta triple alianza fué la Infanta D.ª Carlota, y como no*

desconocian su superior talento y excelentes condiciones para la politica, y teniendo en cuenta que si esta Infanta hubiera estado considerada como le correspondia, hubiera dado al traste con todos ellos y con sus maquinaciones y proyectos, por eso procuraron inutilizarla, aislandola por completo, hasta mantener su absoluta separación del principe, sometiendola a un regimen de vejaciones y desprestigio, de tal suerte indigno, que incapacitaron moral y materialmente a la infanta para conseguir algún exito en los proyectos que concibió, pues opusieron a ellos una obstrucción sistemática, contribuyendo en gran manera a que se formase en toda la America del Sur la leyenda tan desfavorable a la infanta, leyenda que la represienta como el tipo de mujer intrigante y ambiciosa que tan injustamente la degrada. Llegaron al extremo de inmiscuirse en su vida privada; de estas maquinaciones salió muy caluniado su honor» [1].

Vencida pela adversidade do seu destino, sem regência e sem cetro, D. Carlota Joaquina sente envolvê-la de novo a sua triste penumbra de subalternidade. Ainda no Brasil, procura desembaraçar-se da situação humilhante em que vivia. Foi por ocasião do casamento de suas filhas, D. Maria Isabel e D. Maria Francisca, respectivamente, com Fernando VII e com o infante D. Carlos Maria Isidro, mais tarde o

---

[1] Podem ler-se integralmente no livro de D. Julián Rubio os documentos donde são tirados todos estes recortes.

célebre Pretendente. Daria matéria para largas explanações essa última experiência de matrimónios espanhóis. Inspirou-os largamente D. Carlota Joaquina. Sua filha, D. Maria Isabel, passando, embora de leve, pelo trono de Espanha, legar-nos-ia um glorioso testemunho do seu espírito no Museu do Prado, para cuja fundação decisivamente contribuíu. Quanto a D. Maria Francisca de Bragança, é a rival temível de sua cunhada Luíza Carlota, — a infanta de «*las manos blancas*», da bofetada histórica no ministro Calomarde. Pois se em tais matrimónios D. Carlota Joaquina logrou triunfar, não triunfou inteiramente, porque seu espôso negou-lhe licença para acompanhar as filhas à Europa. E, no entanto, nada mais hostil para D. Carlota Joaquina que o ambiente que a rodeava no Rio de Janeiro! Para o demonstrar, basta que recordemos um detalhe que o marquês de Lema, no seu discurso de admissão à *Real Academia de la História*, expressivamente nos confia [1]. D. Carlota Joaquina adoecera «*de gravedad en el domingo de Carnaval de 1814 con un ataque de pecho acompañado de esputos sanguinolentos. Ni su marido, el principe regente, ni sus dos hijos, ni otros individuos de la Familia Real preocuparanse en lo más minimo por su estado...*» Tida como um trapo velho e inútil, sente-se tôda a tragédia íntima de D. Carlota Joaquina. E assim,

---

[1] *Calomarde*, Madrid, 1914.

ligada a um marido que aborrecia e com uma forte aspiração a queimar-lhe o peito, D. Carlota Joaquina some-se na sombra, até que a sua resolução varonil a arranque de lá, para a colocar à frente do movimento contra-revolucionário que em Portugal há-de suster por alguns anos o espraiar insensato do Liberalismo.

III

De regresso a Portugal, D. João VI jura a 21 de Outubro de 1822 a Constituïção chamada dêsse ano. Logo a 4 de Dezembro seguinte recebiam as côrtes comunicação oficial do ministro do Reino de que, tendo a Raínha recusado prestar o mesmo juramento, El-Rei, de harmonia com as resoluções ministeriais, deliberava que ela fôsse expulsa do país e que perdesse os privilégios da sua qualidade e os seus direitos de portuguesa.

Novamente a figura de D. Carlota Joaquina surge para o tablado da agitação política, agora traduzindo e encarnando a mais profunda das nossas aspirações nacionais. Os teóricos de 1820 levavam a Portugal à ruína em nome das suas abstracções e com motivo nas suas conveniências. Revolução de origem maçónica e entendida nos seus secretos meandros com um vasto movimento de unificação iberista, a revolução de 1820 marca o advento das influên-

cias jacobinas da França na marcha da sociedade lusitana. O que foi semelhante tentativa de alguns ideólogos sem terembelho di-lo, por exemplo, em números e em factos, o notável livro «*Cartas de hum portuguez aos seus concidadãos*», de José Acúrsio das Neves, — um dos precursores mais autorizados do nosso tradicionalismo político. Aí se narra o desacato cometido na pessoa de D. Carlota Joaquina, de quem, como deputado pela província da Beira, José Acúrsio das Neves seria em côrtes um denodado defensor, até com risco da sua segurança individual.

Completamente dominado por um sinédrio de agitadores e de pedreiros livres, D. João VI começava então, na demissão crescente da sua vontade, a longa agonia dumá vida, que se tornaria de-pressa na agonia da própria Realeza. Não teve energia para se impor e para evitar o insulto cuspido à face da Raínha pelo conselho do Estado. Só D. Carlota Joaquina manteve a linha da sua dignidade com desassombrada altivez.

Iniciou-se a comédia com a apresentação duma nota subscrita por três ministros, na qual se ponderava a D. Carlota Joaquina que, estando a findar o prazo fixado para se prestar o juramento à Constituïção, El-Rei ordenava que, se a Raínha não cumprisse a lei até ao próximo dia 4 de Dezembro, incorria na perda da sua gerarquia e na expulsão para fora do reino.

A nota era de 22 de Novembro e assinavam-na Filipe Ferreira de Araújo e Castro, ministro do Reino, Silvestre Pinheiro Ferreira, ministro dos Estranjeiros, e Inácio da Costa Quintela, da Marinha. Introduzidos já de noite à presença de D. Carlota Joaquina, sucedeu que um dêles, ao intimar-lhe a nota insolente, se perturbou na leitura, prendendo-se-lhe a voz na garganta. Com todo o sangue frio a Raínha «teve a bondade de chegar com a sua própria mão mais para o pé dêle uma luz, para que pudesse ler melhor», — conta Acúrsio das Neves. E depois de ouvir o mandado terminante, que atrevidamente lhe comunicavam, com a mesma serenidade respondeu — «*Que já havia mandado dizer a El-Rei que não jurava, que tinha assentado nunca jurar em sua vida, nem em bem, nem em mal: o que não era nem por soberba, nem por odio às Côrtes; mas porque assim uma vez o tinha dito, pois uma pessoa de bem não se retratava; e por ser uma pessoa doente, que bem sabia a lei, e conhecia a pena que ela impunha; e que estava disposta para isso.*»

Em vista da recusa de D. Carlota Joaquina, o ministro Filipe Ferreira de Araújo e Castro dirigiu a D. Carlota Joaquina, em nome do Rei, uma carta, de que foi portador o marquês de Valada, preguntando-lhe para que país era seu desejo retirar-se. Resposta de D. Carlota Joaquina: — «*Hontem pelas 10 horas da noite recebi por mão do marquês de Vallada a intimação que Filipe Ferreira*

me fez da parte de El-Rei, á qual devo responder o seguinte: 1.º Que eu já fiz a minha solemne e formal declaração de que não jurava e agora torno a retificar. 2.º Que estou pronta a executar o que El-Rei me mandar em virtude da lei, porem sou obrigada a representar que eu sou muito doente e ainda mais do que se pensa, e é de direito natural a conservação da vida. Estou bem certa que El-Rei nem o governo não hão-de querer que eu vá morrer por esses caminhos, pois estamos no rigor do hinverno e não me atrevo a emprehender a jornada sem passar a força delle; e para mostrar a todos que eu não entro absolutamente em coisa nenhuma, estou pronta para me retirar para a minha quinta do Ramalhão com as minhas duas filhas (as quais hão-de ser sempre inseparaveis de mim) até que o tempo permita principiar a minha jornada para fora do reino. A minha intenção é hir para Cadix por mar; por ser mais suave, atendendo á falta de saude e forças que tenho. Queluz, 28 de Novembro de 1822. A Rainha.»

Baseava-se a exigência do juramento a D. Carlota Joaquina na circunstância de ela ser possuïdora de bens nacionais. Discutiu-se o assunto em conselho de Estado, vencendo o parecer de Filipe Ferreira contra o de José da Silva Carvalho, que entendia a Raínha dispensada de juramento por não exercer função pública alguma. Embora eivado de todos os preconceitos liberalistas, Fonseca Benevides, nas suas *Rainhas de Portugal*, observa a êste respeito, since-

ramente impressionado:— «É justo reconhecer que se Carlota Joaquina tinha grandes defeitos, possuía também uma apreciável qualidade, a coragem; pena era que tam belo atributo não fôsse aplicado a melhor causa.»

Tratada já de «ex-cidadã-raínha» — como se o caso se passasse em França durante os delírios macabros do Terror, D. Carlota Joaquina chegou a ter preparada a fragata *Pérola,* a-fim-de a conduzir para fora de Portugal. Em face, porém, da declaração do médico da Real Câmara, João de Campos Navarro, confirmada por uma junta de médicos efectivos e honorários do Palácio, o govêrno não tomou a responsabilidade da expulsão de D. Carlota Joaquina. Com data de 4 de Dezembro, apareceram então dois decretos, — um em que se fazia saber «*que, pelo facto de não jurar a constituição, a rainha tem perdido todos os direitos civis e politicos inherentes tanto á qualidade de cidadão portuguez, quanto á dignidade de rainha e que outrosim deverá sair imediatamente de territorio portuguez*», — declarando-se no segundo decreto que, não podendo a raínha por estado de saúde e rigor da estação, «*sair imediatamente do territorio portuguez, como devia, em observancia da lei, por não haver jurado a constituição politica da monarchia*», ficava diferida a execução do decreto anterior, «*até que possa verificar-se, sem perigo imminente de vida, devendo retirar-se, entretanto, para a quinta do Ramalhão, acompanhada*

unicamente das pessoas indispensaveis para o seu serviço pessoal».

No volume I dos *Documentos para a historia das Cortes Gerais da nação portugueza*, do barão de S. Clemente, compila-se a documentação referente a tam agitado caso. Arquivaremos aqui uma carta notabilissima, aparecida na mesma altura, como sendo da Rainha a D. João VI. Estamparam-na vários jornais portugueses e estranjeiros, e tamanha impressão causou que o *Diário do Govêrno*, de 17 de Fevereiro de 1823, inseria nas suas colunas a seguinte nota oficiosa: — *«Tendo-se publicado em algumas gazetas estrangeiras, e d'ellas copiado em outras d'esta corte, uma carta que se diz escripta pela Rainha a Senhora D. Carlota Joaquina de Bourbon ao seu augusto esposo, somos authorizados a declarar que aquella carta é apocrypha.»*

Segue a carta, de cuja autenticidade, pela energia e pelo alto espírito que a inflamam, não é lícito duvidar-se:

«Senhor. — Recebi esta noute, pelas mãos dos vossos ministros, um decreto para deixar o vosso Reino. É pois para me mandar desterrada que V. M. me obriga a descer do trono, a que me chamou: de todo o meu coração vos perdôo e me compadeço de V. M. Todo o meu desprezo ficará reservado para os que vos rodeiam e que vos enganam. Na terra do desterro, eu serei mais livre que V. M. em vosso palacio.

«Eu levo comigo a liberdade; o meu coração não está escravisado, nem jamais se curvou diante dos altivos

subditos que teem usado impôr leis a V. M. e que querem forçar minha consciencia a dar um juramento que ela desaprova. Eu nunca acedi ás suas ameaças. Obedeço unicamente á voz do céo, que diz que, se o tempo da minha grandeza passou, o da minha gloria é chegado, porque de mim se dirá: — A rainha guardou inviolavel a dignidade do diadema: não deixou manchar-se o seu esplendor, e quando testas coroadas, que empunhavam o sceptro e a espada, sucumbiram, ela se manteve firme e impavida.

«Como esposa submissa eu vos obedecerei, Senhor, mas obedecerei unicamente a V. M., e só a V. M. direi que o meu padecimento e o rigor da estação tornam no momento actual impossivel a minha partida. Ainda não exigiram de vós o decreto da minha morte. Em breve partirei; mas aonde dirigirei meus passos para achar um asilo socegado? A minha patria como a vossa veio a ser victima do espirito da revolução. Meu irmão, como V. M., é um captivo coroado e em vão sua joven esposa requer o privilegio de se lamentar comigo em algum pio retiro. V. M. me não recusará a companhia de minhas filhas. Entre as leis que se vos impõem, nenhuma ha que separe os filhos de suas mães, e ainda que os meus direitos como rainha não sejam reconhecidos, os de mãe serão respeitados.

«Ao aproximar-se a primavera, deixarei o vosso reino, a terra onde reinei e onde fiz algum bem. Irei e participarei dos perigos de meu Irmão. Eu lhe direi: Não puderam dobrar a minha resolução; estou em desterro, mas a minha consciencia está pura, pois me lembro do sangue que corre nas minhas veias. A Deus, Senhor; eu vos deixo idoso e enfermo sobre um trono vacilante. Ao separar-me de V. M., é grande a minha magoa. Vosso filho não está convosco e os malevolos põe entre vós uma barreira maior que o mar. Pende de

vossas cãs uma corôa maculada. Ah! Queira aquele Senhor que reina sobre os Reis vigiar sobre V. M. e confundir vossos inimigos. Onde quer que existir a esposa que vós desterraes, hade orar por V. M.! Ela pedirá a Deus vos conceda larga vida, e, ao paiz de que é lançada fora, felicidade e paz. — A Rainha.»

Tam bela e varonil afirmação conforma-se em tudo com o vento de protesto que no país levantou o iníquo procedimento havido contra D. Carlota Joaquina. Não ficou muda a consciência da nação, e um testemunho subsiste que, pela sua espontaneidade, vale bem mais de quantos juízos pretenderam depois ennegrecer a espôsa de D. João VI. São as *Trovas do Ramalhão*, em que um poeta anónimo serviu de voz à alma comovida do povo.

«A Quinta do Ramalhão
Ditosa se ha-de chamar.
Escondeu-se dentro dela
Uma pessoa real.
A nossa Rainha-Mãe
Fugiu para o Ramalhão,
Por não querer assinar
A nova Constituïção.»

E o diálogo desenvolve-se, curto e incisivo:

«Dos deputados não falo,
Só de vós é que eu me queixo;
Assinastes o decreto,
Por isso é que eu vos deixo.»

— «Dizes bem, esposa minha,
Eu chorando o assinei!
Sei o que tenho passado,
Não sei o que passarei!
No meio d'estes malvados,
Sou João, não sou rei!
— Eu assinar, não assino,
Inda que torne ao degredo;
Que eu tenho meu irmão rei
Tenho meu filho D. Pedro.
Grande magua vai comigo,
Entre suspiros e ais.
Vou cumprir o meu degredo,
Vós no degredo ficais!»

A situação de D. Carlota Joaquina é aqui marcada com um rigor de verdade, que ainda agora nos toca de perto na frouxidão internecida das pobres rimas. « *Vou cumprir o meu degredo, vós no degredo ficais!*» Nada de mais certo e de mais patético! Escravizado pelas ambições que o cercavam e o mantinham em sequestro, D. João VI arrastava-se, pobre manequim coroado, numa dolorosa e constante demissão de vontade. Entretanto, a 11 de Dezembro, entre apupos, José Acúrsio das Neves pronunciava-se em côrtes a favor da Rainha. Como se vê das *Trovas do Ramalhão*, o país comovia-se, cada vez mais divorciado da gente de 20. Meses decorreram. Dá-se em Trás-os-Montes a insurreição de Abril. E, finalmente, a 27 de Maio seguinte, infantaria 23 revolta-se no castelo de S. Jorge e, com «*vivas a El-Rei*

sem alcunha», parte para Vila Franca, levando D. Miguel à sua frente.

Não tardou que D. João VI, desembaraçado dos demagogos à Fernandes Tomaz, caísse debaixo do domínio doutra camarilha, que o aprisionou por completo. É o grupo de Palmela e de Pamplona, representantes duma corrente de liberalismo moderado, mas com iguais raízes na Maçonaria. Em Vila Franca D. Miguel aceitara ingènuamente o concurso hipócrita de Pamplona, traidor ao rei e à pátria, que só em 1820 se vira, por mercê da revolução, restituído aos seus bens e à sua terra. E, em face do rumo por que os acontecimentos se iam encaminhando, prepara-se a *Abrilada*, de que resultou a fuga de D. João VI para bordo da nau *Windsor-Castle* e a expulsão de D. Miguel para Viena de Austria.

A história sectária atribue intentos de deposição, se não de parricídio, a mais êsse grande caluniado que foi D. Miguel, quando a sua acção, inspirada pela Raínha, tendia apenas a libertar o rei e a corôa da coacção injuriosa que lhe tinham imposto os elementos suspeitos do govêrno. Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro, amigo de D. João VI e o primeiro que lhe aconselhou saísse ao encontro do espírito liberalista por meio de reformas prudentes, descreve-nos em algumas páginas esquecidas a situação de D. João VI, já depois do destêrro do filho. Não passava dum triste detido, a quem a mais dura

vigilância espreitava sem cessar. A *Abrilada* fornecera para isso o ensejo desejado. Falhando por causa da intervenção do corpo diplomático, com Hyde de Neuville por principal comparsa, foi uma espada que se virou contra o «*partido apostólico*», que era o da rainha, da ordem e da pátria.

Ora, ao contrário do significado com que a história corrente falseia a *Abrilada*, o seu verdadeiro sentido é-nos revelado por uma passagem das «Instrucções do Grande Oriente Espanhol Egypcio». Diz ela: — «Se, como se deve esperar, a Rainha e seu filho se opõem à revolução, aproveitando-se da sua influencia, e trabalham contra nós fazendo demitir o ministério, será então necessário que todos os diplomatas que pertencem à ordem e a todos aqueles que para ela entraram em espirito de sinceridade se reunam para protestar contra semelhantes medidas e para declarar em face da Europa que a Rainha e o Infante lesam os direitos da legitimidade. Deve-se trabalhar para decidir os representantes estrangeiros a tomarem parte neste acto em nome dos seus soberanos...» E logo adiante: — «Se a Rainha e Dom Miguel persistem em contrariar o nosso designio de destronar o despota e de restabelecer a constituição, é de absoluta necessidade decidir o rei a banir sua esposa e seu filho da terra portuguesa, para o que se procurarão pretextos aparentes que

justifiquem a proscrição, o que nos será duma extrema utilidade.» (1)

---

(1) *Dom Miguel de Portugal e o seu tempo*, por Hermann Kuhn. Lisboa, 1867. Segue a mesma versão o dr. Artur Herchen, professor de História na Universidade do Luxemburgo e autor do esplêndido trabalho *D. Miguel I Konig von Portugal: Sein Leben und sein Regierung* (D. Miguel I de Portugal. Sua vida e seu reinado), Luxemburgo, 1908. Está só publicado o 1.º volume, cujo quarto capítulo, *Die Abrilada*, restitue à sua verdadeira luz tam caluniado movimento. Em nota a páginas 109-110, escreve o dr. Artur Herchen:

— «No ano de 1865 as *Historischen Politischen Blatz*, volume IV, págs. 45, documentadas no texto original das *Instrucções maçonicas do Grande Oriente Espanhol-Egipcio*, impressas em Córdova, 1823, págs. 62, publicaram um sumário das *Instrucções do Grande Oriente Espanhol ao Grande Conselho de Portugal* sôbre o plano secreto de perseguição contra D. Miguel e a Raínha. Reproduzimos os pontos essenciais: — *Artigo IV.* Torna-se necessário alcançar o meio de abrir a correspondência da raínha para dar parte ao soberano Conselho e ao Grão-Mestre do que nessa correspondência se contiver, cujo conhecimento possa ser útil aos interêsses da ordem. — *Artigo VI.* Carecem os nossos irmãos em Portugal de atrair o diplomata P. (Conde de Palmela), que é o homem de estado que mais se inclina para o parlamento inglês. Todos os outros são já inimigos da raínha e de seu filho. Não temos, portanto, nada que temer, e quando chegar o momento propício, tudo estará preparado para o restabelecimento da Constituïção. — *Artigo VIII.* Aconselhamos nossos irmãos em Portugal a alimentar a discórdia e a desharmonia entre D. João VI e sua espôsa, e recomendamos em especial que vigiem todos os passos da Raínha e as suas conversas com o infante D. Miguel, o que tudo deverá ser feito com a máxima prudência e perspicácia. Devemos ser postos ao facto de qualquer ocorrência que mereça importância.»

Convém trazer sempre bem lembrado que a história de Portugal, nos primeiros quarenta anos do século passado, é a história da Maçonaria. (1) São, pois, os documentos maçónicos que melhor a esclarecem e a alumiam. O excerto produzido por Hermann Kuhn inteira-nos suficientemente dos manejos de Hyde de Neuville na comédia da *Abrilada*. Concorda êle com a interessante notícia sôbre D. Miguel, *Res lusitaniæ*, do dr. Fr. Weihrich. (2)

«Conseqüente nos seus princípios e na sua conduta, — narra-se ali —, Dom Miguel fêz prender em 30 de Abril de 1824 os ministros que sustentavam relações com os refugiados em Inglaterra (referência aos deputados que o golpe de Maio de 24 obrigara ao exílio e que trabalhavam contra a obra da «Vila-francada»). Entre aquêles contava-se Pamplona, criatura de Napoleão durante o regímen francês. Comandante em chefe, Dom Miguel, segundo os regulamentos da época, estava igualmente revestido de altos poderes policiais (Beresford tinha usado dos mesmos direitos antes dele) e entendeu tomar essa resolução, que não efectivou, talvez habilmente, mas de que preveniu o rei. O rei aprovou-a e numa carta, publicada

---

(1) O livro de Pouget de Saint André, *Les auteurs cachés de la Révolution Française* (Paris, 1923), documenta-nos bem a acção decisiva da Maçonaria no enigma revolucionário.

(2) Luxemburgo, 1914. Tradução francesa do original alemão.

pelo diário oficial *Gazeta de Lisboa*, terça-feira, 4 de Maio de 1824, *Suplemento ao número 103*, agradeceu ao príncipe o seu procedimento inteligente e enérgico. Mas os diplomatas empenharam-se em favor dos seus amigos. Convenceram o rei, fraco de vontade, a uma opinião que só era deles, isto é, que o príncipe absorvia o poder real e pretendia destroná-lo.» [1]

O resto sabe-se. D. Miguel abalou para Viena

---

(1) A maneira como Hyde de Neuville servia, talvez inconscientemente, o jôgo das sociedades secretas, é bem transparente nas suas *Memoires*, recentemente publicadas. Também o senhor duque de
Lema y Villa-Hermosa publicou últimamente um curioso opúsculo,
fora do mercado, honrando-me com o oferecimento dum exemplar:
— Embajada de Portugal desde el año de 1823 a 1825. Relación
de los sucesos ocurridos en Lisboa el 30 de Abril de 1824, extra-
tado de la correspondencia particular del embajador de España,
duque de Villa-Hermosa (Madrid, 1920). Tam ingènuamente Villa-
-Hermosa se deixara envolver no ardil da Maçonaria que confessa
a sua espôsa: — «*Este es lo verdadero estado de las cosas, y la re-*
lación que en el artículo de Lisboa pone la Gaceta es lo más falso
que se puede imaginar, pues nada es verdad, ni se reunió el Con-
sejo de Estado, ni el Rey nombró Ministerio, ni es cierto nada de
cuanto se dice. Para ti sola y lo más para Idiáguez, te diré que la
causa de todo esto ha sido la Reina, pues tudo se junta para com-
probarlo, y aunque yo en el cumplimiento de mi deber lo digo de
oficio, porque no puedo por menos ni quiero se diga en esa que lo
escribo a los particulares, y asi guardate por Dios dar a entender
lo que sabes por mi.»

de Austria e D. Carlota Joaquina, do convento da Estrêla a que se recolhera, saíu outra vez para Queluz. Decorridos dois anos, D. João VI morre envenenado. (1) Suspeitas caíram sôbre os amigos políticos da Raínha, quando hoje se conclue que, se houve envenenamento, do campo oposto é que partiu a sentença de morte do rei. Nas hesitações da sucessão, D. Miguel regressa ao Reino, e, assumindo a regência, as Côrtes Gerais de 28 aclamaram-no rei, em virtude das leis do país e da escolha da nação. Doente e velha, D. Carlota Joaquina teve, nos dias derradeiros, a consolação de ver no trono o seu filho mais querido. Poupou-lhe Deus a amargura de 34, em que o seu destino seria terrìvelmente jogado. O D. Pedro, que com tanto carinho invocavam as *Trovas do Ramalhão*, sendo o primeiro a consentir que os seus partidários a difamassem, de-certo a não pouparia às represálias da facção vencedora!

Faleceu D. Carlota Joaquina a 7 de Janeiro de 1830. Não há muito que n'*A Nação* o senhor João Franco Monteiro inseriu uma carta duma das infantas, suas filhas, em que é descrito o seu transe final! Que

---

(1) O senhor Júlio Dantas, ainda que presidente da Academia e talvez por isso mesmo, não é autor que se haja de citar em coisas sérias. No entanto, por excepção, desperta o nosso interêsse a pequena nota *A morte de D. João VI*, publicada no péssimo e alambicado volume *Eles e elas*.

lucidez de resolução, ainda ao abandonar o mundo! Nem a doença abatera os predicados superiores que, numa mulher condenada à subalternidade, deram causa a tantíssimos dos seus defeitos!

É de justiça que hoje compreendamos a sua figura, emmoldurando-a no tempo em que viveu. Não são subsistentes as màis das acusações de que é vítima. Já examinámos a seriedade que nos merece o panfleto de Presas. Oiçamos agora um testemunho insuspeito, — o de Luz Soriano, em quem as preferências políticas não conseguem alterar de todo a imparcialidade da apreciação. «Um pouco desleixada na sua conduta, a sua irreflexão neste ponto deu azo a que o público acreditasse que a morigeração e a conveniência dos costumes não eram nela o apanágio das suas melhores virtudes; e seu mesmo espôso mais duma vez se queixou de que ela nunca se aproximava dêle a não ser para o encher de desgostos; e estas recíprocas desinteligências foram causa de por muitos anos viverem indispostos e separados um do outro, nos últimos fins da sua vida. Devorada por uma ambição desmedida, levava a sua indiscrição a ponto de atentar, no ano de 1805, contra a legítima autoridade de seu espôso.»

A política separou, realmente, os dois cônjuges, como os separava a índole e a posição. Mas o que importa é acentuar o valor que Luz Soriano confere à difamação sistemática de que D. Carlota Joaquina é alvo através da história.

Encontra-se às claras a manobra de que resultou a guerra movida contra D. Carlota Joaquina. Há assuntos em que uma pena digna, só de os tocar, fica enxovalhada. Mas, desde que a infâmia persiste e está aínda longe de ceder, é bom recordar que na descendência do falecido conde de Azambuja, segundo uma interessante nota aparecida n'*A Nação*, de 21 de Novembro de 1915, se reproduz com extraordinária nitidez o traço familiar dos seus ascendentes maternos. Era o conde de Azambuja filho da infanta D. Ana de Jesus Maria e do duque de Loulé. «O que efectivamente é curioso, — observa *A Nação* —, é que na descendência desta Princesa (a infanta D. Ana de Jesus Maria) se caracteriza bem o tipo da Família Real Portuguesa.»

«Seus filhos, o sr. Duque de Loulé e o sr. Conde d'Azambuja, — acrescenta *A Nação* —, pareciam-se muito com seu tio o senhor D. Miguel. Os filhos de sua filha, a senhora condessa de Belmonte, todos felizmente vivos, são o perfeito retrato de seu bisavô el-rei D. João VI e o primogénito do nosso querido amigo o sr. Conde de Belmonte, igualmente nosso amigo D. Vasco de Figueiredo Cabral da Câmara, afasta-se da semelhança indisputável de seu pai e de seus tios D. Nuno e D. Vasco, indo aproximar-se de seu tio-bisavô o senhor D. Miguel I (quando jóven, segundo o retrato de Queluz), como aconteceu com os srs. Duque de Loulé e Conde d'Azambuja,

filhos de uma irmã daquele augusto senhor e netos maternos de El-Rei D. João VI.» (1)

As leis misteriosas do sangue encarregam-se dum desmentido póstumo a quanta torpeza se atirou sôbre o nome duma raínha que, repito, na sua excessiva personalidade, teve os defeitos das suas qualidades.

---

(1) Para que se faça idéa da teia de intrigas e falsidades em que a côrte de D. João VI andava envolta, aqui deixamos como amostra significativa o que a respeito do monarca o marquês de Casa-Irujo, embaixador de Espanha, informava para o seu govêrno, em documento secreto, datado do Rio de Janeiro aos 15 de Dezembro de 1810: — « *El favorito Francisco Lovato* (Lobato) *es un mozo de 36 años: parece empezó a servir en alguno de los empleos subalternos, creo de la furriela, del Quarto del Sr. Principe Regente. Apesar de la obscuridad de su situación, se hizo conocer pronto por su viveza, inteligencia y buenos modales. El origen de su favor es un misterio a que cada uno procura dar explicaciones, pero la siguiente creo pueda ser la más probable. Hace unos 3 ó 4 años parece habia caido el Sr. Principe en una debilidad tal que se temió hubiese tenido la misma desgraciada suerte de la Madre. Los Señores que anticipaban esta desgracia quisieron sacar partido de ella formando uno para establecer una Regencia, y poner en ella a la Sr.ª Infanta Carlota. A la cabeza de este partido creo se hallaba el Conde de Vilaverde, conocido en España por el embajador Noroña, y su numero y esperanzas crecieron en términos que estuvieron muy cerca de realizar el proyecto. No sé por que casualidad halló Lovato manera de penetrar toda la intriga; y el hecho es que la averiguó y la comunicó al Principe y a los Srs. afectos a él, en terminos que no podiendo dudar de su existencia, se tomaron las medidas necesarias para destruirla, saliendo desterrados ocho ó diez Señores de resultas. Las que tuvo*

Tal é, em face da verdadeira história, D. Carlota Joaquina. Aprendamos a respeitá-la um pouco mais e a ver na sua estranha figura, desmanchada e feia, numa hora em que tudo desabava, a única que ficou de pé, acreditando no seu direito e combatendo por êle!

Dezembro, 1918.

---

este incidente para Lovato fueron de las más felices. El Principe al principio por reconocimiento y despues por lo grato que le es su compañia no puede pasarse sin él. Hay quien pretiende explicar esta intimidad dun modo poco favorable a la moral de S. A.: esta sospecha se ha convertido para con algunos en convicción a vista de que desde aquella, se halla Su Alteza completamente separado de la Sr.ª Princesa; pero esta circunstancia tiene una explicación más razonable, si como quiere suponerse hicieron creer a S. A. que la Princesa habia tomado parte en la conspiración contra él. De qualquier modo es un hecho que desde entonces han dejado de vivir como Marido y Mujer, y que los interesados en esta desunión no han cesado de promoverla.» (Julián Maria Rubio, *La Infanta Carlota Joaquina y la politica de España en America*, a págs. 192 e 193). Num ambiente assim, compreende-se que a calúnia não conhecia limites!

POST-SCRIPTUM

POST-SCRIPTUM

Relendo passados quatro anos as notas que reüni-
mos em tôrno do nome da raínha D. Carlota Joa-
quina, destinadas sòmente a uma corrigenda histórica,
entendemos acrescentar-lhes mais alguns esclarecimen-
tos que ajudem a modificar a opinião corrente sôbre
a caluniada espôsa de D. João VI. É de justiça
lembrar que, na data em que nós tentávamos sucinta-
mente a rehabilitação política de D. Carlota Joaquina,
aparecia o segundo volume do interessantíssimo tra-
balho do falecido oficial de cavalaria e professor da
Escola de Guerra, sr. F. Sá Chaves, — *Subsidios
para a historia militar das nossas luctas civis. (As
campanhas de meu Pai).* Ainda que redigido num
estilo difuso, por vezes complicado e retórico, o tra-
balho do senhor F. Sá Chaves impõe-se pela gran-
deza de ânimo e sábia decisão com que procura des-
fazer todo êsse acervo das mentiras sistemáticas que,
em relação aos vencidos, representa, entre nós, a his-

tória de quási um século de liberalismo desorganizador. No referido segundo volume aborda o autor dos *Subsidios para a historia das nossas luctas civis* a questão, tam emmaranhada e sempre tam pervertida, das qualidades e procedimento de D. Carlota Joaquina. É notável o processo empregado pelo coronel Sá Chaves, ao comparar D. Carlota Joaquina com Maria Antonieta nos aleives incessantes com que ambas foram combatidas e difamadas.

«A historia dos *Amores monstruosos* das duas Rainhas, — esclarece —, é semelhante, apenas as causas da sua publicidade divergiram: *Lá*, edita-a a facção do presumido sucessor, o conde de Provença; *aqui*, escreve-a o terror dos moderados...» E mais adiante exemplifica convencedoramente: — «Correu, por intermedio do senhor da Provença, que doze Pares tinham assinado, circularmente, um protesto, em que a legitimidade do filho da Rainha era atacada em termos formais. De facto, a demora em ordenar os festejos do costume foi tanta, que levou Maria Antonieta a exclamar:

«?! Havemos de esperar pelas festas até que o recemnascido esteja em estado de as ver e dançar nelas?!

«Em Portugal, — continua Sá Chaves —, se faltava a ambição dum Provença, para fazer com que a aristocracia, ou parte dela, protestasse igualmente grave e solene, depois, muito depois, publicou-se a seguinte frase soez, com que, diziam, Carlota Joa-

quina respondera ás duvidas de D. João VI sobre a paternidade da infanta D. Ana de Jesus Maria, nascida a 23 de dezembro:

—«Que contasse o tempo, que de março a dezembro iam nove mezes, e que desde janeiro a abril tinham estado em Vila Viçosa.»

Percorrer todo o segundo volume dos *Subsidios para a historia das nossas luctas civis* é destruir por completo a infamissima babugem acumulada, com os piores dejectos da paixão política, sôbre a figura de D. Carlota Joaquina. Responde o coronel Sá Chaves, de certo modo, à interrogação levantada pelo meu ilustre amigo e insígne historiador espanhol, D. Antonio Ballesteros, catedrático da Universidade Central de Madrid, no prefácio que escreveu para a recente e curiosa monografia de D. Julián Maria Rubio, — *La infanta Carlota y la politica de España en America (1808-1812)*. Diz D. Antonio Ballesteros: —«*Hay una cuestión que Rubio toca de soslayo y de la cual quiero tratar, pues me parece, aunque de aspecto baladi en el fondo, como sintoma, de gran transcendencia. Los historiadores no han circunscrito sus ataques al terreno politico, y llevando mas allá su saña han penetrado em la vida privada de la Infanta calificando con duros trazos su conducta. Talvez Carlota Joaquina sea otra de las victimas de la leyenda negra: contra España y lo español entonces todo era licito. No tengo el propósito, ni es el momento, de rehabilitar a la Infanta, como mi querido compañero*

Perez de Gusman ha intentado con respecto a Maria Luisa; lo importante es la reivindicación de su politica, y ella queda patente en las paginas de este libro. Pero se me abstengo de romper una lanza en aquel sentido, deseo indicar algo muy significativo.»

E D. António Ballesteros acrescenta: — *«Los historiadores adversos llegan en su enemiga a declarar que Carlota Joaquina carecia de atractivos fisicos, más, que no solo era fea sino monstruosa, repugnante. Observad lo que dice Savine, inspirado en la descripción de la duquesa de Abrantes: «La princesa del Brazil tenia apenas cinco pies en la parte más alta de su cuerpo. Parece ser que de resultas de una caida de caballo se le habia acortado una cadera y cojeaba; tenia la espalda igualmente contrahecha en la misma dirección. El busto de la princesa era, como el resto del cuerpo, un misterio de la naturaleza, la cual se habia entretenido en deformarla. La cabeza habia podido remediar esa deformidad, pero era lo más bizarramente monstruosa que jamás pude pasearse por el mundo. Sus ojos eran pequeños y muy juntos. Su nariz, por el costumbre de la caza, y de una vida libre y errante, estaba casi siempre hinchado y rojo como de un suiso. Su boca, la parte más curiosa de esta figura repugnante, estaba guarnecida de muchas hileras de dientes niegros, verdes y amarillos, colocados oblicuamente, como un instrumento compuesto de varios canutos de diferentes dimensiones. La piel era ruda y curtida y en ella abun-*

daban los granos casi siempre en supuración, presentando su figura un aspecto asqueroso... Los cabellos negros y de varios colores hirsutos, sin que pudiera domarlos cepillo, ni peine, ni pomada, semejaban crines.» El retrato no puede ser menos halagueño. Otros autores más benevolos, como Giedroye, afirman que si bien no habia heredado la belleza de su madre, no estaba desprovida de gracias y encantos; lo cual mal se compagina con el cuadro calamitoso transmitido por Savine? Que puedo haber en todo esto? Algo muy sencillo que vamos a exponer.»

Por longa que seja a transcrição, não nos furtamos a concluir o fundamentado raciocínio de D. António Ballesteros. Prossegue, pois, o eminente historiador:

«La fotografia que se reproduce en el libro y otras que he podido ver, no denotan hubiese sido la infanta un monstruo de fealdad. Los retratos descriptivos que se conocen proceden casi todos de las Memorias de la duquesa de Abrantes, mujer que fué de Junot, embajador de Bonaparte en la corte de Portugal. Quizá la fatuidad de Junot propalaria especies caluniosas, vertidas luego por la duquesa en sus escritos, y del retrato moral desfavorable se pasaria después a la descripción fisica, y exagerados los defectos resultaria la Infanta un conjunto inatacable de deformidades. La causa probable, una rivalidad femenina. No juzgamos en esto punto de ligero, pues

la vanidad de la duquesa se manifiesta en sus mismas Memorias cuando relata las inocentes preferencias de que ella era objeto de parte de Napoleón cuando Junot era gobernador militar de Paris. Si prescindiéramos de las acusaciones de la Abrantes, es posible desapareciesen las neblinas que empanan la conducta privada de Carlota Joaquina, y ya tenemos advertido que el testigo tiene tacha y puede ser recusado. Con lo expuesto creo hay motivo suficiente a una rehabilitación que aqui sólo esbozamos.» [1]

---

[1] Confirmando o juizo de D. António Ballesteros, depara-se-me no *Estudo historico das relações diplomaticas e politicas entre a França e Portugal*, Lisboa, 1895, por B. T. de Morais Leite Velho, a passagem seguinte, a-propósito de D. Carlota Joaquina e de Laura Junot: — «*E d'ahi: que Carlota Joaquina tinha de altura, dum lado, cinco pés e de outro lado menos; olhos pequenos e desirmanados com olhares maus e escarnecedores: que tinha a boca mobilada com tres ordens de dentes negros, amarelos e verdes; cabelos rebeldes a pomada e ferros; que montava a cavalo como um homem e que com esta figura heteróclita possuía ainda o comprometedor predicado de ter o coração alambicando ternuras. Que confessava não querer amante efectivo, com medo de apanhar pancada como a mãe, que o bruto do Godoy sovava de quando em quando. E que ela ia até para Mafra pagodear com os frades e cantar com eles no coro, e de mais a mais: sacrilegio! na quaresma.*»

Tudo isto, porque a futura duquesa de Abrantes sentira ciúmes de D. Carlota Joaquina, acusando-a de propor uma entrevista amorosa a Junot, por ocasião da sua embaixada a Portugal.

«*Mas o que parece exacto,* — prossegue Leite Velho —, *é que esta explosão de ciumes surgia depois da saida de Lisboa, pois*

Evidentemente que nem só nas *Memórias* da duquesa de Abrantes se encontra a fonte das insídias e mentiras levantadas em tôrno da mãi de el-rei D. Miguel I. No entanto, é significativo o depoimento de D. António Ballesteros. Se D. Carlota Joaquina não devia grandes extremos à formosura, de maneira alguma essa exigüidade de dotes físicos a tornava uma bruxa de Goya, — exprimamo-nos assim! —, como o pretendem as pinturas despeitadas de Laura Junot. De resto, o mencionado escritor militar, sr. Sá Chaves, comenta as apreciações da duquesa de Abrantes no tom em que as reputa o autorizado catedrático da

---

que enquanto aí esteve, as relações com D. Carlota foram muito amaveis, porque, estando gravida, quando estava para deixar Lisboa, convidou para madrinha do esperado fruto conjugal a propria e identica D. Carlota Joaquina e para compadre o principe regente D. João, do qual nunca escrevera cousa que lhe pudesse ser injuriosa, antes, que era bom homem e apenas bête. — Conta ela tambem que D. Carlota lhe oferecera o cordão de Santa Isabel, e que se a futura duquesa não póde ornar-se com esta alta e ambicionada distinção, foi porque Napoleão não consentira, não a tendo a Imperatriz. Eis porque a gentil duquesa não póde usar a fita côr de rosa e branca, que ela tanto gostava de ver na encantadora duquesa de Cadaval.»

E Leite Velho pondera, coincidindo com D. António Ballesteros: — *«É mister não confiar em historiadores apaixonados como estava a embaixatriz; quando escreveu a objurgatoria contra D. Carlota, porque, segundo escreve o principe Giedroye, testemunha ocular, suposto ela não poder chamar-se bonita, não era de todo feia, e era muito espirituosa, extremamente bem educada, e até cultora de latinidades.»* (Obr. cit., págs. 361-62).

Universidade Central de Madrid. «A duquesa de Abrantes . . . era excessivamente apaixonada, — escreve, — e levava-se em demasia a ver as coisas e os homens através dos seus sentimentos e o que uma vez tinha imaginado, não experimentava em o afirmar nem hesitação nem escrúpulo.»

Vale a pena insistir em tal aspecto da questão, — a fealdade de D. Carlota Joaquina —, porque é quanto basta para se ver a inteira discordância entre a opinião mantida pela história sectária e a que se verifica na história imparcial, baseada exclusivamente nos documentos, sem qualquer prevenção de partido. Eis como informava para Lisboa o marquês de Louriçal em data de 15 de Novembro de 1787, quando se negociou o casamento do futuro D. João VI com a neta de Carlos III: — «A senhora infanta é magra, muito bem feita de corpo, tôdas as feições são perfeitas, dentes muito brancos, e como não há muito tempo teve bexigas, ainda se não desvaneceram de todo as covas delas, é branca, còrada, muito viva, muito atinada, e tem havido grande cuidado na sua educação.» Ajusta-se o esbôço cortesão do marquês de Louriçal com os retratos existentes no *Museu do Prado,* de D. Carlota Joaquina ainda infanta de Espanha. Um, de autor desconhecido, tem o n.º 2440 e outro, de Mariano Salvador Maella, o n.º 2418. Aí D. Carlota Joaquina, se não possue beleza que destaque, está, contudo, cheia duma franca e atraente simpatia. Endureceram-se-lhe com o tempo as feições —, o seu desmazêlo irreprimível contribuíu fortemente para

o abandono com que mais tarde se apresentava. E se D. Antonio Ballesteros acha uma ressaltante negação das palavras da duquesa de Abrantes no retrato que ilustra o livro de D. Julián Maria Rubio, — *La infanta Carlota Joaquina y la politica de España en America*, não obstante, dos que conhecemos, é o que mais as parece confirmar. O aludido retrato, que ilustra também o magnífico estudo do sr. Oliveira Lima, — *Dom João VI no Brasil* —, reproduz uma gravura de Aguilar sôbre pintura de Troni.

Suponho que não me julgarão agora batendo-me pela formosura de D. Carlota Joaquina! Se insisto em semelhante ponto, é para que mais uma vez se constate o muito que, — mesmo nos mais miúdos detalhes —, a «lenda-negra» se encarniçou a ennodoar uma das raras inteligências que em Portugal fizeram face com denodo à obra da Revolução. Convém recordar sempre, para que se avalie da consciência com que D. Carlota Joaquina combatia o Liberalismo, que por sua ordem expressa se traduziu e imprimiu a bula de Leão XII, *Quo graviora mala*, em que são condenadas as sociedades secretas. Temos em frente o expressivo folheto. Intitula-se: — *Bulla do Santissimo Padre Leão XII contra os pedreiros livres, mandada publicar pela piedade e decidido amor á Religião e ao Throno da muito alta e augusta Imperatriz e Raynha a Senhora D. Carlota Joaquina de Bourbon*, Lisboa, na Régia Tipografia Silviana, ano de 1828. E para que a duquesa de Abrantes, com D. José Presas e as *Instruções Maçónicas do Grande*

Oriente Espanhol-Egipcio, — origem de quanto deforma a verdade da história em relação a D. Carlota Joaquina, — se julguem definitivamente na sua embusteirice sistemática, lembremo-nos da cena que Beckford nos conta do seu encontro com D. Carlota Joaquina nos maravilhosos jardins de Queluz. (Sousa Viterbo, *Artes e Artistas em Portugal*, 2.ª edição, págs. 258-259). Quem sabia viver rodeada de alegria e de encanto, não podia ser nunca o mixto de hediondez e sujidade que Laura Junot nos inculca!

Prosperam, felizmente, os estudos destinados a restabelecer a figura de D. Carlota Joaquina em tôda a veracidade das suas linhas. A monografia de D. Julián Maria Rubio, os dois volumes do coronel Sá Chaves e a exhaustiva *Vida e reinado de D. Miguel I, rei de Portugal* pelo catedrático da Universidade de Luxemburgo dr. A. Herchen, derramam já a luz bastante para que a ninguém seja permitido persistir de boa fé num êrro de apreciação, com tanto de injusto, como de insubsistente. Orgulhamo-nos com sincera satisfação mental de haver, na pequenez do nosso esfôrço, ajudado a romper a teia, com tanta diligência urdida durante quási um século. É possível que ainda um dia voltemos ao assunto com a amplitude que êle nos merece. Por agora limitamo-nos a desanuviar um pouco a memória duma mulher, indubitàvelmente superior, a quem D. António Ballesteros chama «*una alma hermana de aquellos piqueros de Bailen que humillaron las aguilas triunfadoras en los campos andaluces*».

APÊNDICE

AINDA GOMES FREIRE

Uma nova peça se traz ao processo de Gomes Freire. Mas se ela confirma o supliciado de 1817 na plena evidência do seu crime, coloca-o também, e soberanamente, na dignidade cristã do arrependimento. Trata-se da carta dirigida por fr. Diogo de Melo e Meneses, que recolheu a última confissão de Gomes Freire, a D. Miguel Pereira Forjaz. Não comentaremos o singelo e impressionante documento! Inédito até agora, o seu original achava-se em poder dos possuidores do arquivo do conde da Feira. Cedido, porém, por empréstimo, ao falecido escritor militar Cláudio de Chaby, parece que se extraviou com a sua morte, não sendo mais restituído. Por uma feliz previsão fôra antes reproduzido numa cópia devidamente autenticada. É essa cópia, existente nos papéis do senhor D. António de Almada e Lencastre, morto recentemente, que trasladamos para aqui, graças à generosidade do nosso bom amigo António Rodrigues

Cavalheiro, cuja dedicação aos problemas controvertidos da nossa história se abona por uma sólida e bem detalhada cultura. Segue a carta, que destrói por completo o descrédito acumulado sôbre o nome de D. Miguel Pereira Forjaz, ao mesmo tempo que nos revela em Gomes Freire um outro homem, — um homem inteiramente renovado pela purificação interior.

Cópia — *Ill.mo e Ex.mo Sr. = Mandado eu pela Providencia Divina á Fortaleza de São Julião da Barra a fim de assestir a Gomes Freire de Andrade para derigir seu espirito e soccorrer as suas necessidades espirituaes, ao que dei principio na noite do dia 15 do corrente, logo depois de lhe ser lida a sentença de pena ultima: e havendo hoje concluido esta obra com visivel auxilio de Deus N. S., sensivel aproveitamento daquelle meu dirigido filho em Jesus Christo, e plena consolação da minha alma: he do dever do meu Sagrado Ministerio não me demorar um só momento em pôr na Repeitavel* (sic) *Presença de V. Ex.a as supplicas que elle hontem de manhãa depois da confissão Sacramental, e pouco antes de receber o Sagrado Viatico, prostrado diante de Deus banhado em lagrimas de verdadeira compunção, anciosamente me incumbio para V. Ex.a, as quaes supplicas são do theor seguinte.*

Amigo por quem Deus por sua Misericordia foi servido consolar tanto o meu espirito nestes ultimos instantes da minha vida, e por quem me enviou a sua Divina Luz para ver a importancia do negocio da salvação, não vos esqueça cumprir por mim tudo que for necessario para que me não perca.

Ide, não esqueça, falai a D. Miguel Pereira Forjaz,

pedi-lhe pelo amor de Deus, a quem brevemente vou dar contas, que me perdoe as malignidades, e calumnias com que o tenho offendido mais que a nenhuma outra pessoa, sendo certo que hei offendido a muitas.

Esta recommendação, Ill.mo Ex.mo Snr. hoje mesmo me tornou a lembrar antes de sair do Carcere para o patibulo: o que tudo lhe prometti cumprir: e agora peço eu com os olhos arrazados de lagrimas a V. Ex.a pelas chagas de N. S. J. C. o perdão para aquella alma concontricta (sic) e encaminhada para o ceo. E logo que o cançaço, vigilias e angustias destes tres mortificados dias deixarem o meu espirito agora tão consternado e abatido irei pessoalmente, como devo, receber o despacho d'esta tão justa petição, o que espero da Respeitavel Pessoa de V. Ex.a a quem Deus guarde muitos annos. = Real Mosteiro de Belem 18 de Outubro de 1817. = De Vossa Ex.a Att.o e humilde capellão = Fr. Diogo de Mello e Meneses =

Reconheço o sinal supra. Lisboa 27 de Novembro de 1822 = Em testemunho de Verdade = logar do signal publico = Martiniano José Vicente =

No sobrescripto = Ao Ill.mo e Ex.mo Sr. D. Miguel Pereira Forjaz, do Conselho do Governo dos Negocios da Guerra dos Estrangeiros e da Marinha. G. D.s m.s a.s = De Fr. Diogo de Mello e Meneses.

Está conforme, 28 de Fevereiro de 1885.

Raphael Eduardo d'Azevedo Basto.

(palavras riscadas)

O original d'este documento fica em meu poder por cessão, sem perda de posse, da Ex.ma Snr.a D. Maria

Anna Ximenes d'Azevedo e Silva, possuidora do cartorio do Conde da Feira, onde o mesmo documento estava incorporado. Lisboa 28 de Fev.ro de 1885 — Raphael Basto.

No sobrescrito, dentro do qual se acha esta copia, lê-se: —

Copia da celebre carta de Frei Diogo de Mello e Menezes, confessor de Gomes Freire a D. Miguel Pereira Forjaz. — Em poder do General Chaby (?) (D. Manuel Almada).

* * *

E, por curiosidade ùnicamente, trasladamos para aqui do volume recente (1921) de Francisco Serrano, *Romances e canções populares*, a letra e a nota respeitantes a uma canção intitulada *O Zabumba:*

«É uma marcha militar, divulgada entre o povo certamente pelos inimigos do mártir patriota Gomes Freire, com o propósito de o ridicularizar.

Ouvi-a a meu avô, haverá cinqüenta anos, em Mação, onde era muito cantada.»

Bum — bum — bum. Lá vem o Zabumba,
Bela vida militar!
Já lá rufam os tambores!
Já lá tocam a marchar!

Soldados de Gomes Freire
São tantos como os mosquitos;
Uns servem d'alcoviteiros,
Outros para levar escritos.

Bum — bum — bum. Lá vem o Zabumba, etc.

Soldados de Gomes Freire,
Bonecos de papelão,
Não servem p'ra defender
Portugal, nossa Nação.

A-pesar do senhor Francisco Serrano considerar a referida canção como divulgada «pelos inimigos do mártir patriota Gomes Freire», é, ou não é, um expressivo documento?

ÍNDICE

ERRATAS

Pág.	linha	Onde se lê	Deve ler-se
28	18	e Oliveira	e o Oliveira
60	21	ancun	aucun
197	23	far	fer
203	11	de	do
207	10	Natureza	Nobreza
314	24	já nos ilude	já não nos ilude

Desta segunda edição de *Ao Princípio era o Verbo*, acabada de imprimir no dia 1 de Julho de 1940 — ano dos Centenários da Fundação e Restauração da Monarquia Portuguesa — fizeram-se as seguintes tiragens:

Em papel «Non Plus Ultra», da C.ª do Papel de Góis:

2 exemplares, in-8.º, sem numeração, oferecidos pelos Editores a S. M. El-Rei o Senhor Dom Duarte II e à Ex.ma Senhora D. Ana Nunes da Silva Sardinha;

7 exemplares, in-16.º, numerados de I a VII, oferecidos pelos Editores aos companheiros de António Sardinha na antiga Junta Central do Integralismo Lusitano;

100 exemplares, in-16.º, numerados de 1 a 100 e rubricados pelos Editores.

Em papel I. S. C. 4, da C.ª do Papel de Góis:

2.100 exemplares, in-16.º, não numerados, dos quais 100 fora do mercado.